

ARMAS DE FOGO: PROTEÇÃO OU RISCO ?

**Guia Prático
Respostas a 100 Perguntas**

Prepare-se para o Referendo Popular

**Antônio Rangel Bandeira
e
Josephine Bourgois**

Os autores agradecem a colaboração da psicanalista Gláucia Helena Barbosa, do estatístico Marcelo de Sousa Nascimento, do especialista em controle de armas Pablo Dreyfus, do economista Júlio Cesar Purcena, das jornalistas Márcia Lisboa, Shelley de Botton, Mônica Cavalcanti, Christina Magnavita e Adriana Lacerda e do fotógrafo Roberto Pêgo.

ÍNDICE

Apresentação

Introdução

1. **Como decidir sobre o uso ou não de uma arma?**
2. **"Armas de fogo: melhor defesa ou maior risco ?"**
 - O "fator surpresa"
 - Amadores x profissionais
 - O mito do mocinho de cinema
 - "Arma como último recurso"?
 - "Você está preparado para matar?"
 - "Armas para defesa ou ataque?"
 - "Arma deve ser usada por quem está bem treinado"?
 - O que dizem as pesquisas?
3. **"Desarmar os homens de bem e deixar armados os bandidos?"**
 - "Bandido não compra arma em loja"
 - "Casas sem armas atraem os bandidos" ?
 - Doutrina Bush: "armas do bem" e "armas do mal" ?
 - Roubos de armas legais
 - Armas usadas em Columbine e outros massacres
4. **"Carros e facas também matam. Por que só proibir as armas de fogo?"**
 - "Demonização" das armas
 - Armas brancas e de fogo: uma comparação
5. **"Quem mata com arma de fogo?"**
 - "A ameaça que vem de fora contra o seguro reduto do lar"
 - "Dormindo com o inimigo"
 - "Fogo amigo"
6. **"Com o desarmamento, quem vai nos defender?"**
 - "Segurança se consegue com o povo armado"?
 - "A Polícia não pode estar em toda parte, o tempo todo"
 - A solução está na democracia ou na ditadura?
 - Nova York mais segura
 - "Só privilegiados vão ter proteção"?
 - "Rico tem guarda-costas porque arma protege"?
7. **"Mais armas, menos crimes" ou "Menos armas, menos crimes"?**
 - John Lott e a defesa das armas
 - A controvérsia do porte de arma
 - "Defesas bem sucedidas não são registradas"
8. **Países "exemplares"**
 - Suíça: "paraíso armado"?
 - Austrália: o maior desarmamento
 - USA: "armas e violência"
 - Canadá e "*Tiros em Columbine*"
 - Grã-Bretanha: "fiasco do desarmamento"?

Japão: "segurança sem armas"?

9. Quais as causas da violência urbana?

10. Impacto das armas na saúde pública

Gastos na saúde

Anos perdidos e expectativa de vida

Revelações de *"Brasil: As Armas e as Vítimas"*

Mortalidade

Ferimentos

11. "As mulheres estão mais seguras com armas?"

Estados Unidos: resultado das pesquisas

Como é em outros países?

Impacto do controle de armas

Brasil: "O inimigo dorme ao lado"

A cultura feminina

"Arma não! Ela ou eu."

Armas e feminismo

12. Cultura da violência

Mídia e violência

Armas de fogo e cultura na América Latina

Desconstruindo o "machismo"

Sociedade rural e vida moderna

Educação e violência

Armas de brinquedo

Tradição ou atraso?

"Armas não matam. Quem mata são as pessoas"?

13. Religião e violência

14. Juventude e violência armada

Números alarmantes: acidentes de carro e armas

Rio de Janeiro

Por que os jovens estão morrendo?

15. Os negros e as armas

16. "Direitos a se proteger com armas"?

Direito à "legítima defesa" ?

"Direito à propriedade, à proteção da família e ao comércio"?

Pitbulls e armas de fogo: uma comparação

Direito ao porte de arma"?

"Atirar para o alto, ou o que sobe desce"

17. "Só as ditaduras desarmam o povo"?

18. Mapa da violência das armas

Mundo

Brasil

19. Mapa das armas de fogo

Mundo

Brasil

Revelações de "*Brasil: as Armas e as Vítimas*"

"As Armas que nos ameaçam são estrangeiras e automáticas"?

"O maior problema é o contrabando"?

"Quais as principais fontes de armamento ilegal?"

O descontrolo das empresas de segurança privada

20. Impacto das armas na economia

Gastos com a "indústria do medo"

Revelações de "*Brasil: As Armas e as Vítimas*"

A indústria brasileira de armas de fogo e munições

A verdade sobre a indústria nacional

"Restrição da importação: retaliação dos EUA?"

"O desarmamento vai levar ao desemprego"?

Defesa da "indústria nacional" e "imperialismo"

"Proibição favorece o mercado clandestino"?

"Proibição vai aumentar o mercado negro"?

"Proibição levará à ilegalidade, como na Lei Seca"?

21. Estatuto do Desarmamento

Breve histórico

O poder do lobby

O poder da opinião pública

22. Campanha de Entrega Voluntária de Armas

Resultados

23. Destruição de armas

Destruições públicas

"Destruição ou reaproveitamento?"

24. Movimento Mundial pelo Desarmamento

"As verdadeiras armas de destruição em massa"

Rede internacional pelo controle de armas (IANSA)

Associação Nacional de Fuzis dos EUA (NRA)

Mercosul e Américas

25. O Referendo Popular

Plebiscito e referendo

Importância da consulta popular

Quem tem medo do referendo?

26. Conclusões

27. Opiniões de celebridades, vítimas e lemas de campanhas

28. Anexos

1. Estatuto do Desarmamento, Lei 10.826 de 23.12.03 (Síntese)

2. Principais Contatos na Campanha do Referendo e de Desarmamento

29. Notas

Apresentação

Em meu tempo de garoto, aprendi a ter medo de navalha. “Cuidado, ele é capoeirista...” De tiro, não me lembro ouvir falar, a não ser num baile de carnaval, no Clube do Flamengo, que me ficou na memória por conta de um sujeito ciumento que se deu ao trabalho de ir em casa, pegar a arma e voltar para acabar com a festa. Em meu ambiente, arma de fogo não era problema. Briga se resolvia na mão.

Hoje, quarenta anos depois, capoeira ganhou respeito, navalha virou antiguidade e o que se vê, por todo lado, é o uso descontrolado da arma de fogo. São tantas e tão profundas as causas da violência, que dá desespero pensar. Em meio a elas, contudo, na dureza do cotidiano, sabemos que a arma de fogo desequilibra. Transforma o banal em fatal. Gera poderes paralelos. Generaliza a vizinhança da morte.

Controlar a arma e o seu uso tornou-se, pois, tarefa maior. Votou-se o *Estatuto do Desarmamento*. Fez-se a campanha de entrega voluntária de armas. Mobiliza-se agora um Referendo para a proibição da venda de armas para civis no Brasil. São ações de grande porte, com um único objetivo: o controle da arma de fogo. Lembram grandes campanhas preventivas do passado, como as de combate aos vetores transmissores de doenças tropicais. Violência, como a malária, virou epidemia, sintoma de uma patologia que escapa aos controles coletivos. Mosquito não é causa de doença, assim como arma não é causa de violência, mas ambos são responsáveis pela multiplicação e o agravamento do mal.

A questão é polêmica. Arma virou problema apenas nesta geração e a adoção de uma estratégia preventiva para a violência, típica do que se faz na saúde pública, também é novidade. Há muitas perguntas no ar. Este livro examina cada uma delas com um rigor e uma riqueza de informações admiráveis. É a fonte que nos faltava.

Rubem César Fernandes
Diretor Executivo do Viva Rio

Introdução

Este Guia procura responder a ***“tudo aquilo que você queria saber sobre as vantagens e desvantagens do uso de armas de fogo para autodefesa e não sabia a quem perguntar”***.¹ São respostas a cerca de 100 dúvidas, certezas e críticas que nos têm sido dirigidas em nossas andanças pelo país, convidados a falar e a debater com diferentes tipos de auditórios: estudantes, advogados, empresários, donas de casa, jornalistas, trabalhadores, religiosos, militares, advogados, policiais, caçadores, atiradores, colecionadores etc.

Excluindo-se os criminosos, o objetivo de quem se arma, e de quem quer desarmar, é um só: segurança. Ambas atitudes são respeitáveis porque buscam reduzir a violência e aumentar a segurança. Mas quem está certo?

Foram 6 anos de pesquisas, viagens aos países citados como “exemplos” na redução da violência armada, e um esforço de compreensão do que deu certo lá fora e do que tem dado errado entre nós. Aqui o leitor vai encontrar uma confrontação entre os *prós* e os *contras* o uso de arma para defesa pessoal. São informações colhidas nos principais centros de pesquisa do mundo, acrescidas dos poucos, mas relevantes, estudos realizados no Brasil. Muitos dos dados só agora chegam ao conhecimento da opinião pública brasileira, restritos que estavam aos centros acadêmicos. O rigor na seleção dessas informações e avaliações, e o respeito às opiniões contrárias, foram preocupações constantes dos autores, que apuraram a idoneidade de cada fonte consultada, sempre citadas. Todo esse trabalho de reunir o que há de mais sério e atualizado sobre o tema, no Brasil e em outros países, talvez diminua a imprecisão com que se citam estatísticas entre nós, contra ou a favor do desarmamento. Quanto às análises, mesmo quando incorporam a opinião dos autores, apresentam com integridade as posições divergentes, num tema altamente controverso, para que o leitor possa tirar as suas próprias conclusões.

Os brasileiros, acossados pela violência crescente, manifestam uma enorme curiosidade, e até mesmo angústia, de se informar sobre um assunto que até pouco tempo atrás era considerado tabu entre nós: o obscuro e secretíssimo universo das armas de fogo. O comércio ilegal de armas e munições garante altos lucros a interesses que tudo fazem para que essa atividade continue oculta do público. Sobre os caminhos e descaminhos das armas, muito se fala e pouco se sabe. Só agora está sendo lançado o primeiro levantamento sobre o tema, ***Brasil: as Armas e as Vítimas***², cujos pontos mais relevantes resumimos aqui. A pesquisa trata de responder a perguntas básicas, como quantas armas circulam no país, quem as tem, quantas são legais e quantas ilegais, qual o seu impacto na economia e na saúde pública. O quadro revelado é espantoso: o país tem mais de 17 milhões de armas de fogo, 90% delas nas mãos de civis, quando a média internacional é de 60%. Pior, metade das armas é ilícita, isto é, o governo não sabe quais são e quem as possui. Como fiscalizá-las assim? Como controlar o crime?

Em boa hora, a Câmara Federal instalou a ***Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o Tráfico Ilícito de Armas***, que está recebendo todo o apoio do Viva Rio. Passamos às mãos de

seu presidente o mapeamento das armas feito pela referida pesquisa, o levantamento dos principais canais que abastecem de armas e munições o crime organizado e uma relação de 44.006 armas, brasileiras e estrangeiras, apreendidas pela polícia do Rio de Janeiro em situação ilícita entre 1998 e 2003, para serem rastreadas pela Polícia Federal, para que se possa desbaratar as quadrilhas que armam a bandidagem no referido Estado.

Mas esse Guia vai além do mapeamento das armas e procura responder ao que está na preocupação de tantos: devemos comprar uma arma para defendermos nossa família e nossos bens? Quais as vantagens e riscos desta atitude? A autodefesa não é um direito fundamental do indivíduo? A Campanha de Desarmamento não está fortalecendo os bandidos ao retirar as armas dos homens de bem? Devem as mulheres se proteger com armas? Quais as principais fontes que abastecem de armas a criminalidade e como controlá-las?

Sempre buscando responder às perguntas mais freqüentes, abordamos a relação entre cultura, mídia, educação, religião e a violência, suas causas, a verdade sobre a indústria brasileira de armas e munições, os aspectos positivos e as insuficiências da nova lei de armas, o denominado **Estatuto do Desarmamento**.

Esclarecemos qual a real situação das armas e da violência armada nos países sempre citados como exemplos a serem seguidos: **Suíça, Austrália, Estados Unidos, Canadá, Grã-Bretanha e Japão**. Ao compararmos nosso país com os demais, fica-se surpreso. O Brasil é a nação em que mais se mata e mais se morre por arma de fogo do planeta. Somos imbatíveis nesse campeonato macabro. A última estatística disponível, de 2003, revela que morreram naquele ano, vítimas das armas, mais de **39.000 brasileiros e ficaram feridos cerca de 20.000**. Para se ter uma idéia da enormidade desses números, até a Colômbia, país dilacerado há décadas por um conflito interno de grandes proporções, com seus 23.000 mortos anuais, se dobra à superioridade impressionante que os brasileiros têm revelado para se matar entre si. Segundo a UNESCO, entre 1979 e 2003, mais de meio milhão de pessoas morreram no Brasil em consequência de tiro. Nesses 24 anos, as vítimas de arma de fogo cresceram 461,8%, enquanto a população do país cresceu muito menos, 51,8%. De cada três jovens, entre 15 e 24 anos, que morrem no Brasil, um é por arma de fogo.³

Entre nós, 90% das mortes por arma de fogo são homicídios e 63,9% dos homicídios são cometidos com essas armas. Estatísticas como esta, quando apresentadas nas conferências internacionais, fazem os estrangeiros perguntarem contra quem estamos em guerra. Temos que responder, constrangidos: contra nós mesmos. Neste magnífico país tropical, destinado a ter um povo feliz, **morrem por dia uma média de 108 pessoas, ficam feridas 53 e a cada 13 minutos cai alguém fulminado por um tiro**. Alguns ainda se refugiam na idéia, totalmente equivocada, de que "só está morrendo bandido". Ao contrário, a maioria das vítimas conhece seus agressores e é enorme o número de homicídios praticados entre familiares. Enquanto nos outros países, que não estão em guerra, morre-se mais por acidente de trânsito do que por arma de fogo, aqui é o inverso. Outros alegam que "as armas vem de fora, e basta controlar as fronteiras", quando a mencionada CPI acaba de confirmar o que pesquisas do Viva Rio já haviam comprovado: *"Mais de 70% das armas apreendidas com bandidos são de fabricação*

nacional". O resultado de todo esse cenário de drama humano e descaso no controle das armas é o de termos apenas **2,8% da população mundial, mas respondermos por 13 % dos homicídios por arma de fogo no mundo.**

É motivo de vergonha e de preocupação sermos campeões em mortes por arma de fogo. Temos que nos perguntar: o que há de errado com o Brasil no campo da segurança pública? A resposta não é simples porque o problema é complexo. O mal uso de armas é apenas um aspecto do problema. As explicações simplistas prevalecem no debate nacional pois os estudos científicos são poucos e quase desconhecidos da opinião pública. Quem tem uma solução única, ou está iludido ou está iludindo. Viajamos por países na África muito mais pobres que o Brasil e muito menos violentos. Então, o que faz com que, entre nós, a espiral da violência urbana siga se expandindo e girando de forma cada vez mais enlouquecida?

As pessoas se dividem entre as que acham um direito, e uma necessidade, que os cidadãos de bem tenham armas para se defender, e as que acreditam que as armas apenas transmitem uma ilusão de segurança, mas na verdade aumentam os riscos para quem as porta e para suas famílias. No entanto, sem armas, quem vai nos defender? Esta a preocupação não só dos brasileiros, mas de outros países que também lutam para reduzir seus altos índices de violência. Para uns, como se manifestou recentemente a secretária de estado dos Estados Unidos, Condoleezza Rice, *"armar-se é um direito dos americanos tão importante quanto a liberdade de expressão e de religião"*. Para a maioria dos especialistas em segurança pública no Brasil, a facilidade com que se obtêm armas em nosso país é um dos principais fatores das altíssimas taxas de homicídios entre nós.

Com tanta violência, nas ruas e dentro de casa, o brasileiro está com medo e tem razões de sobra para estar. Ele quer se informar, entender o que se passa e quer influir. Estamos tendo a oportunidade de vivermos a experiência inédita entre nós de uma Campanha de Entrega Voluntária de Armas, já realizada em mais de 30 países, com resultados variáveis. A nossa está dando certo? Está valendo a pena ou é demagogia? Em outubro próximo, teremos a oportunidade de decidir se desejamos ou não abolir a venda de armas de fogo e munições para civis. Será o primeiro referendo de nossa história. Respondendo sim ou não, a consulta popular, sobre um tema que o Congresso Nacional considerou essencial ouvir também a opinião do eleitor, coloca o Brasil entre as democracias mais avançadas. Pesquisas de opinião pública revelam que a *insegurança* é a segunda preocupação dos brasileiros, só superada pelo *desemprego*. Debater e votar sobre comércio de armas é discutir e decidir sobre aspecto importante do modelo de segurança pública que queremos. Um debate nacional, além de esclarecer melhor a população, irá gerar grandes pressões sobre os governos. Talvez assim as autoridades públicas concedam ao tema da segurança a prioridade que o povo lhe dá.

Sempre que convocado, o brasileiro comparece e faz a sua parte. Quando a UNESCO lançou em todo o mundo o *Manifesto 2000 pela Paz*, o Brasil foi o segundo país em número de assinaturas de apoio. Diante do apelo da ONU para que os governos destruíssem os excedentes de armas em 2001, batemos o recorde mundial no Rio de Janeiro ao destruirmos 100.000 armas. Com a atual Campanha de Desarmamento, a população entregou até o momento 393.505 armas,

tanto que já ocupamos o segundo lugar em quantidade de armas recolhidas nos mais de 30 países que realizaram campanhas semelhantes. O povo brasileiro, sempre que tem a oportunidade, participa com entusiasmo e demonstra que quer viver em paz. É preciso que seus governos se coloquem à sua altura e cumpram a sua parte, investindo na reforma da segurança pública.

O objetivo deste Guia é fornecer aos leitores, principalmente aos formadores de opinião, o máximo de informação necessária, de forma interessante e simples, sem ser simplista. Desta forma, as pessoas poderão decidir com conhecimento de causa em que tipo de sociedade querem viver: um Brasil armado ou um Brasil sem armas. Qual o caminho para reduzir-se a criminalidade e a violência armadas entre os brasileiros?

1. Como decidir sobre o uso de arma?

Quando ocorrem excessivas mortes por arma de fogo em uma coletividade, atingindo pessoas de bem que nada têm a ver com o crime, há uma tendência a que parte delas se arme, buscando a autodefesa. Esta é uma reação natural quando a polícia está longe de um desempenho satisfatório na proteção da população. Nessas circunstâncias, um pai de família que se sinta responsável por proteger a família e defender seus bens, pode concluir que não lhe resta outra alternativa senão armar-se. Os ricos contratam segurança privada, os que não podem compram armas de fogo e se preparam para o pior. Outros acreditam que esta não é a solução e que uma arma só agrava o perigo. Quem está certo?

Armar-se para resistir a eventuais assaltos será um procedimento correto se o resultado for o aumento da segurança do lar, ou da pessoa, no caso de porte de arma. Terá sido uma atitude equivocada se o uso da arma não trouxer mais segurança para seu proprietário e os seus, e terá sido uma escolha péssima se aumentar ainda mais os riscos para eles. Como decidir de forma acertada?

A primeira atitude é **não se deixar levar pela emoção**. Não é fácil, porque as pessoas que se armam agem assim movidas pela insegurança, pelo medo de ser atacado, ou por raiva, para vingar uma agressão. Esses sentimentos costumam ser maus conselheiros, porque perturbam o raciocínio, que deve ser equilibrado para chegar-se a uma decisão sensata e eficiente. Então, primeiro é preciso controlar esses sentimentos fortes e agir com a cabeça, não com o fígado.

Segundo, é preciso buscar-se **informações científicas**. Devemos procurar nos informar ao máximo. O que aconteceu com um parente ou o vizinho é importante, mas não basta porque pode ter sido exceção. É preciso buscar-se informações que não sejam fruto apenas de algumas experiências isoladas, mas que resultem de pesquisas feitas com toda a sociedade, para que saibamos o que acontece como regra, e não por pura sorte, com quem se arma para se autodefender. Estamos interessados no mais provável, e não no que dificilmente acontece, pois se trata de defender as nossas vidas. Hoje em dia, a sociologia, e as pesquisas de opinião, desenvolveram métodos tão eficientes de investigação que já alcançam resultados bem próximos da realidade. Precisamos ter acesso a eles, consultando fontes reconhecidamente sérias, que forneçam dados produzidos por pesquisas acadêmicas, que nem sempre circulam

pela mídia, mas que muitas vezes são acessíveis pela Internet. É prudente desconfiar-se de estatísticas sem referência à fonte, ou fontes tão genéricas que não permitam que confirmemos a informação. As fontes devem ser imparciais. Por exemplo, dificilmente uma entidade ligada aos fabricantes ou comerciantes de um produto irão divulgar informações que desaconselhem a compra desse produto. Ao contrário, centros de pesquisa de universidades de prestígio, ou órgãos federais, como IBGE e IPEA, ou sistemas que seguem padrões internacionais, como o DATASUS, do ministério da Saúde, são conhecidos por seu rigor nas pesquisas.

Dados esses dois passos, estaremos aptos a enfrentar vários obstáculos que dificultam uma visão clara sobre o problema, e que analisaremos em vários itens desse Guia, como “Cultura da violência”. Seremos então menos vulneráveis à paixão que toma conta do debate sobre o tema, porque ele é polêmico. Como a insegurança é um assunto que atinge todo mundo, todos têm opinião, é como remédio que todos querem receitar. Mas a desinformação é tão grande que a maior parte dessas opiniões é puro *achismo*, é apenas o que cada um acha e não consequência de estudos. Se bem informados, estaremos em condições de superar as velhas crenças ligadas ao uso de armas, que floresceram como conhecimento vulgar na ausência de informações científicas. Os novos estudos nos permitem substituir idéias arcaicas, típicas de uma sociedade rural, subdesenvolvida e conservadora, pelo conhecimento moderno, aberto às reformas e à necessidade de mudar uma realidade violenta que se tornou insuportável.

A ignorância sobre o assunto é generalizada, e não poderia ser diferente num país em que o “universo das armas de fogo”, isto é, a produção, comércio e uso desses produtos, foi até pouco tempo um **tabu**, um assunto sobre o qual era proibido pesquisar. Os sociólogos, economistas, médicos, estatísticos e outros especialistas que se dedicam ao estudo da relação entre violência e armas de fogo, até bem pouco tempo não tinham acesso às informações sobre armas. A democratização do país não atingiu esse setor. Mas algumas poucas iniciativas tiveram sucesso nos últimos anos. Os governos do Rio de Janeiro e de São Paulo foram os primeiros a permitir que as informações sobre armas fossem analisadas. A importância dessas pesquisas motivou outros governos, inclusive o federal, a começar a abrir essa caixa preta para ser avaliada por especialistas. É uma abertura ainda tímida, desconfiada, como se os pesquisadores quisessem criticar o governo e não ajudar a resolver o problema. Os dados revelados são precários, mas com qualidade suficiente para apontar tendências. O resultado dessas análises não são diferentes das pesquisas realizadas em outros países, com tradição de estudos nessa área, e que nos ajudam a responder à pergunta: **devemos armar ou desarmar os cidadãos para reduzir a violência?**

2. “Arma de fogo: melhor defesa ou maior risco?”

Analisemos a seguinte afirmação: *“A arma de fogo é a melhor e mais eficiente forma de um cidadão se defender de um assaltante”.*

O “fator surpresa”

Alguém que se sinta inseguro diante de tantos assaltos à mão armada, pode se sentir obrigado a se armar, tomar umas aulas de tiro e se preparar para o que considera o seu dever: proteger sua família. A posse de uma arma costuma fazer com que seu proprietário se sinta mais seguro.

Além do mais, quem se arma não só se prepara para arriscar a própria vida se necessário, mas tem a esperança de nem precisar usar a arma: bastará ameaçar o bandido, que ele desistirá de invadir sua casa. Essa atitude, que se baseia na previsão do que acontecerá durante um assalto à residência ou local de trabalho, responde à realidade mais provável?

Estão faltando nessa análise alguns aspectos essenciais de um assalto à mão armada. O mais importante deles é o denominado "fator surpresa". É preciso considerar que a iniciativa da ação é do assaltante, que obviamente escolherá o momento propício e a melhor condição para agir. Esse poder de iniciativa concede ao bandido uma esmagadora superioridade frente à vítima, que será surpreendida pelo ataque. Essa última será assediada quando estiver dormindo, vendo televisão, jantando, dirigindo o seu carro; não estará com uma arma à mão, pronta para disparar. Frente a uma arma de fogo apontada, de nada adianta ser a vítima boa atiradora (e geralmente não é), pois uma arma dispara em frações de segundos, sem dar tempo a que se use outra arma de forma defensiva, mesmo que ela esteja próxima. Vejamos essa notícia sobre o assassinato de policiais no Rio Grande do Sul: *"Nem mesmo quem tem treinamento e arma para enfrentar o crime resiste à violência em Porto Alegre. Das 20 vítimas de latrocínios [roubos seguidos de morte] na Capital em 2005, seis eram policiais: 3 sargentos da Brigada Militar, 1 inspetor, 1 comissário da Polícia Civil e 1 delegado aposentado da Polícia Federal. Cinco morreram nas mãos de bandidos ao tentar reagir ao roubo de seus veículos".*⁴ Situações como essa motivaram o arcebispo de Porto Alegre, Dom Dadeus Grings, a afirmar que *"o assaltante sempre leva a vantagem da surpresa"*.

Nos Estados Unidos, há décadas são feitos estudos exaustivos sobre os benefícios e riscos do uso de armas na prevenção de assaltos e homicídios. Por exemplo, pesquisa feita entre 1987 e 1992 pelo ministério da Justiça desse país, constatou: *"Não é freqüente o uso de armas de fogo como autodefesa porque os criminosos geralmente agem de forma furtiva e de surpresa. Poucas vítimas têm tempo suficiente para usar sua arma."*⁵ Outro estudo, referente ao período 1987-1990, e analisando os dados oficiais da *Pesquisa Nacional sobre Vítimas de Crimes*, concluiu que, em média, *"menos de 2 homicídios em 1000 foram cometidos devido à resistência com arma. A mais provável explicação é o fato de que armas de fogo são raramente usadas para resistir ao assalto de uma residência porque poucos donos de arma tem tempo suficiente para pegar sua arma e se defender"*.⁶

Entre nós, há pouco tempo, 16 bandidos, acusados de envolvimento na execução do traficante Escadinha e do bicheiro Maninho, foram cercados em um sítio na estrada Rio-Terezópolis e presos pela Polícia Federal, enquanto preparavam um novo roubo. Em seu poder, na mesma sala em que se encontravam, estavam 16 armas de grosso calibre e 2 granadas. Os criminosos foram imobilizados sem um único tiro. Por que? Foram surpreendidos. Eram tarimbados profissionais do crime e mesmo assim não tiveram tempo para reagir.

Amadores x profissionais

Outro fator favorável ao delinqüente é o fato de os profissionais do crime não titubarem em atirar em quem reage. O mesmo não se pode dizer de homens de bem, que têm valores éticos, religiosos, e que provavelmente hesitarão no momento de fulminar uma pessoa frente à frente. A expectativa de matar um ser humano provoca uma forte emoção nos indivíduos com boa formação, e que não estão habituados a esse procedimento tão dramático, ocasionando um

vacilo que pode dar ao assaltante o tempo necessário para atirar primeiro. Por isto, a campanha pelo desarmamento no Uruguai pergunta: *“Você está preparado para matar? O ladrão está”*.

É preciso também considerar que o bandido com frequência não age sozinho, mas atua com cúmplices, e mesmo que a reação inicial da vítima tenha sucesso, será atingida por um terceiro. Exemplo colhido no noticiário de todos os dias: *“O presidente da Caixa Beneficente da PM e também diretor do Clube de Cabos e Soldados da PM do Estado do Rio, o policial militar Ary Lopes Santos, foi morto ontem com vários tiros após reagir a uma tentativa de assalto na Rodovia Washington Luiz. Ary chegou a lutar com um dos bandidos, antes de baleá-lo, mas o policial foi morto pelo segundo assaltante.”*⁷ Se até um policial experiente não se sai bem numa situação como essa, imagine-se um civil.

O mito do mocinho de cinema

Gerações e gerações se formaram cultuando o personagem do mocinho de cinema, desde o caubói do velho faroeste aos detetives, rambos e exterminadores da atualidade. Esse padrão masculino foi difundido em nossa cultura pela extraordinária influência do cinema de Hollywood. O mocinho, por ter o senso de justiça e a boa causa do seu lado, reage à agressão do bandido e sempre tem êxito. Essa fantasia, tantas vezes vista, acaba por impregnar o imaginário, principalmente dos homens, que começam a confundir os truques e a mágica do cinema com a realidade.

A própria raiva de quem é assaltado, motivada pela injustiça e covardia que caracterizam o roubo armado, alimenta o sentimento de que temos não só o dever de não nos submeter à violência traiçoeira do assaltante, mas que sairemos vitoriosos. O “final feliz” de todos os filmes norte-americanos, infelizmente, não é o habitual na vida, muito pelo contrário. E a dura realidade de nosso país reserva um triste fim a quem reage. O brasileiro, em geral, aprendeu pela observação dos fatos do cotidiano que “quem reage, morre”. Essa é a regra imposta pelos criminosos, gostemos ou não. Mas é interessante notar que, apesar da política do governo norte-americano ser de incentivo a que as pessoas portem arma, no site do departamento de Estado, que orienta os americanos que pretendem viajar para o Brasil, alerta-se que, aqui, “as vítimas que resistem se arriscam a levar um tiro”.

“Arma como último recurso”?

Uma pessoa cautelosa raciocina: “se for possível, usará a arma contra o assaltante, mas se for arriscado, não”. O problema é que um assaltante ataca o seu carro, ou invade sua casa, para roubar. Ele vai revistar os lugares mais prováveis de encontrar dinheiro e outros bens e vai encontrar sua arma. Que estará guardada em lugar acessível, pois do contrário como você a usaria com rapidez para prevenir um assalto? Ao encontrá-la, e como é previsível, o assaltante ficará enraivecido, pensando “você ia esperar eu *dar mole* e usar essa arma contra mim!”, e acaba atirando em você. Isto é o que acontece com mais frequência, segundo policiais que entrevistamos do Brasil, Uruguai, Colômbia e Jamaica. Deparamo-nos com uma triste, e trágica, ironia: a arma, comprada para defender a família, acabará se voltando contra ela. Quem passou por esse pesadelo mergulha num profundo sentimento de culpa. Como o pai desesperado, num subúrbio do Rio, que viu sua arma ser usada pelo ladrão para matar o seu filho, lamentando amargurado: *“maldita arma!”* É o que explica essa notícia típica de jornal carioca, publicada sob o título “Juiz Escapou de Ser Morto por não Ter Mais Arma em Casa”: *“Um casal, ele juiz, foi rendido*

por bandidos numa rua em Santa Teresa e levado para casa. O juiz declarou que, 'por sorte não tinha mais arma em casa', pois um dos bandidos lhe teria dito que 'se encontrasse alguma arma, mataria ele com ela' ".⁸

"Você está preparado para matar?"

Se você tem uma arma, e reage, vai se criar duas situações: ou você será surpreendido, e vai morrer, ou você vai matar. Você está preparado para essa segunda hipótese? Viver com o sentimento de ter matado alguém, de ser um homicida, mesmo que você considere que agiu em legítima defesa? Arcar com todas as consequências para sua família e para a família da vítima? Passado o momento do medo e do ódio, você se sentirá bem sabendo que matou um ser humano só porque ele queria roubá-lo? Não teria sido melhor recorrer à polícia para capturar o ladrão e reaver seus bens roubados? Para isso existe a polícia, profissão de risco, preparada para matar, se necessário, poupando o cidadão desse perigo e desse trauma profundo.

"Armas para defesa ou ataque?"

Na vida urbana, em que as pessoas vivem em espaços concentrados, e não em grandes propriedades protegidas por cães e seguranças, armas de fogo são úteis para agredir, não para defender. Elas são eficientes em ações ofensivas. Só revelam eficácia na defesa quando se pode perceber com antecedência a aproximação do agressor. Sermos um bom atirador não faz a menor diferença quando uma arma carregada e engatilhada está apontada para nós, ou para uma pessoa querida.

E o que dizer das situações em que a vítima, percebendo a aproximação do assaltante, reage com êxito, às vezes até sem precisar ferir ou matar alguém, apenas atirando para o alto? Claro que ocorrem casos como esse, mas são exceção. O problema é que guardar arma em casa cria outros tipos de risco para a família, como veremos mais adiante. Mas podemos antecipar o problema com essa ocorrência recente, que ilustra, por exemplo, as casualidades imprevisíveis: *"O menino de um ano baleado e morto quando estava no colo da mãe, em Nova Iguaçu, não foi assassinado por um desconhecido, como a mãe Michele da Conceição contara à polícia. O delegado Nilton da Gama, da 56ª DP, descobriu que Leonardo foi atingido por um tiro disparado pelo namorado da mãe, Marcelo de Andrade. Ele brincava com a arma dentro de casa e baleou a criança por descuido."*⁹

"Arma deve ser usada por quem está bem treinado?"

Um embate entre pessoas armadas não é como disputa entre lutador de jiu-jitsu e leigo, em que o treinamento e a técnica dessa luta sempre garantirá superioridade ao primeiro, mesmo que agredido pelo último. Quando se trata de um confronto entre indivíduos armados, quem tem a iniciativa elimina qualquer possibilidade de reação por parte do agredido, não importa que ele seja exímio atirador e lance mão de um armamento superior. Além disso, uma coisa é ser bom de tiro em alvos fixos, ou mesmo móveis, nos estandes de tiro. Outra, bem diferente, é, sob tensão, pegar uma arma escondida, e dispará-la (supondo-se que já esteja engatilhada), tendo-se uma arma apontada contra si. O assaltante não vai esperar você completar esses gestos, como ocorre nos truques cinematográficos. Apenas a sorte de a arma do atacante falhar, ou de errar o tiro, lhe dará alguma chance de levar a melhor. Devemos pautar nossa vida, no que ela tem de essencial, que é a sua preservação, na expectativa da sorte improvável ou na maior probabilidade?

A legislação de vários países, que permite a posse de arma, exige uma série de cautelas para evitar acidentes, principalmente com crianças curiosas, ou familiares deprimidos ou enraivecidos. Por exemplo, manter a arma desmuniada, arma e munição guardadas em cofres ou em cômodos diferentes e trancados; arma travada ou preferivelmente com tranca no gatilho. Tomadas essas precauções, essenciais para se afastar o risco do seu uso indevido, pergunta-se: no caso de assalto, o proprietário da arma vai ter tempo de buscar a arma, destrancá-la, municia-la, engatilhá-la e ainda atingir o agressor armado antes que ele o ataque? Claro que quem tem arma para defesa costuma mantê-la municiaada, engatilhada, e num local de rápido e fácil acesso, como por exemplo, na mesa de cabeceira ou no porta-luvas do carro ... pronta para ser usada pelo marido bêbado ou enciumado, e descoberta pelo filho transtornado, pelo neto curioso e pelo assaltante na busca de bens para roubar. Frequentemente, os jornais noticiam fatos como esse, num subúrbio do Rio: *“O menino João Cunha, de 3 anos, morreu nessa quarta-feira com um tiro transfixante no peito, quando brincava na sala de sua casa, na Abolição. O avô, Sebastião Nascimento, delegado da Polícia Civil, teria deixado a pochete, com a pistola dentro, sobre um móvel da sala”*.¹⁰

Saber manejar bem uma arma de fogo só é útil para evitar-se que ela seja disparada de forma acidental (pela própria pessoa, e não por seus familiares), afugentar um assaltante que se teve a sorte de pressentir primeiro (fato raro), ou para se tomar a iniciativa premeditada de se matar alguém. Além disso, sucede com o homem armado o mesmo que ocorre com nações que investem maciçamente em defesa militar: os interesses criados e o sentimento de superioridade acabam por impeli-las à iniciativa da agressão. Um risco adicional é representado pela ousadia de quem treina para reagir à eventualidade de um assalto, e não resiste à tentação de colocar em prática o que aprendeu, tentando revidar ao ataque, quando certamente será fulminado. O cemitério está cheio de valentões, que confundem coragem com insensatez.

Risco de acidente

O presidente da Forjas Taurus, maior fabricante de armas pequenas do país, Carlos Murgel, costuma afirmar: *“Não se pode falar de acidentes, mas de imperícia, imprudência ou negligência”*. Em outras palavras, um proprietário de arma que saiba manejá-la bem e seja responsável estaria apto a usá-la sem risco. Será assim?

Policiais são profissionais no uso de armas, e no entanto, são comuns acidentes com armas vitimando terceiros, ou eles mesmos. Acidentes com atiradores experientes são mais comuns do que se pensa. Quantos acidentes durante caçadas não são conhecidos? Mesmo entre pessoas habituadas ao uso de armas, acidentes são comuns, com a queda da arma no chão, com a explosão da arma na mão do usuário devido a defeito de fabricação da munição ou da arma, e principalmente quando se pensa que a arma está sem munição e a bala está na ponta da agulha. Que terrível cena é esta acontecida no Ceará: *“No mesmo dia em que o Exército destruiu 12 mil armas apreendidas ou entregues no Ceará, Piauí e Maranhão, Pedro da Silva, de 39 anos, matou a própria mãe num acidente em Acarape, próxima de Fortaleza. Ele mostrava uma espingarda a um amigo quando a arma caiu no chão, disparou e atingiu a mãe na cabeça. Pensando que ela havia morrido, ele se suicidou com um tiro. Mas a mãe sobreviveu, para chorar a morte do filho.”*¹¹

De que adianta sermos perito no manejo de arma (coisa rara entre seus proprietários), se somos pegos de surpresa pelo assaltante? Ou se o exímio atirador perde a cabeça numa briga com a mulher ou com o vizinho? O foco apenas no proprietário de armas, omitindo-se os que com ele convivem, e a idealização de uma situação de defesa, ignorando-se a impotência a que normalmente está condenada a vítima de um assalto, são distorções da realidade que tornarão improvável o desfecho positivo de uma reação armada. Daí a conclusão do estudioso da violência, sociólogo Gláucio Ary Dillon Soares: *"Precisamos de campanhas para demonstrar que armas em casa matam muito mais gente da família que assaltantes. Você compra a arma na ilusão de que vai matar um criminoso e descobre que o filho de 8 anos foi brincar com ela e morreu. E aí?"*¹²

O que dizem as pesquisas?

Muitos estudos têm sido feitos, principalmente nos Estados Unidos, que é um verdadeiro laboratório de análise sobre os benefícios e malefícios do uso de armas, para responder à pergunta: *"Estou mais seguro com uma arma de fogo?"*

Nos Estados Unidos

Segundo o governo norte-americano, *"para cada sucesso no uso defensivo de arma de fogo em homicídio justificável, houve 185 mortes com arma de fogo em homicídios, suicídios ou acidentes"*.¹³

Variam os números, mas a maioria das pesquisas leva à mesma conclusão da *Revista de Criminologia dos Estados Unidos*: *"Muitos proprietários de arma de fogo acreditam que elas sejam úteis para autodefesa. Mas uma arma em casa tem muito mais chance de ser usada em homicídio, suicídio e acidente dentro de casa do que contra um assaltante"*.¹⁴

Pesquisa da Universidade da Califórnia, coordenada pelo médico epidemiologista Douglas Wiebe, concluiu que, no Estado, *"pessoas com armas em casa têm 2 vezes mais possibilidades de serem mortas por armas de fogo do que aquelas que não as possuem, e 16 vezes mais chances de cometer suicídio. Mais de 56% das vítimas de arma de fogo conheciam seus assaltantes; destas, 15% durante brigas familiares e 6% por disputas por drogas"*.¹⁵

No Brasil

São raros os estudos realizados no Brasil sob esse tema tão crucial para orientar o usuário de arma. Pesquisa do ISER procurou responder à pergunta *"E se você reagir quando assaltado?"*, analisando 3.394 assaltos registrados nas delegacias do município do Rio de Janeiro, em março de 1998, e constatou: *"Quando se reage com arma de fogo a um assalto igualmente realizado com arma de fogo, a chance de se morrer é 180 vezes maior do que quando não se reage. A possibilidade de se ficar ferido é 57 vezes maior do que quando não há reação"*.¹⁶ É por isso, e não por preconceito contra a arma, que os especialistas em defesa aconselham a quem é atacado de surpresa com arma de fogo: *"Em princípio, não reaja"*.

3. "Desarmar os homens de bem e deixar os bandidos armados?"

Essa tem sido a crítica mais freqüente ao desarmamento. É preciso não esquecer que as reformas na lei de controle de armas do país foram antes discutidas pelos parlamentares com especialistas em redução de violência armada, que não seriam ingênuos de acreditar que "bandido entrega arma voluntariamente". Tampouco seriam irresponsáveis de expor a sociedade a um risco ainda maior do que ela já enfrenta, caso julgassem que pessoas

desarmadas estão mais inseguras. Claro que essas novas medidas legais visam exatamente desarmar o criminoso e aumentar a segurança do homem de bem. Então, por que a crítica?

Alguns acabam concordando com ela porque essa afirmação, que virou slogan contra o desarmamento, é na verdade um sofisma. O sofisma é a relação de uma causa com uma consequência que, por ser lógica, parece verdadeira; mas, ao basear-se numa premissa não verdadeira, num dado falso, não expressa a realidade e por isso engana o incauto. Desmontemos o sofisma. Diz-se: *“Querem desarmar os homens de bem”*, e isto é verdade, porque, como procuraremos demonstrar, as suas armas acabam por se voltar contra eles próprios e suas famílias, ou vão abastecer os criminosos quando roubadas. Em seguida, completa-se: *“... e deixar os bandidos armados”*, o que é falso. A maioria dos artigos do Estatuto do Desarmamento (ver em Anexos) se destina a dar meios e obrigações às forças de segurança pública para que elas sejam eficientes no combate ao tráfico ilícito de armas, isto é, para que a polícia desarme os bandidos.

Onde está a distorção da realidade? Está em afirmar que *“se pretende desarmar os bandidos, mas só se está conseguindo desarmar os homens de bem”*, o que não é verdadeiro. Nós repetidamente afirmamos que, para reduzir os índices de violência, seja dos assaltos, seja dos homicídios entre conhecidos ocorridos nas residências, são necessárias várias medidas simultâneas e complementares. Por um lado, defendemos a aplicação do Estatuto do Desarmamento para permitir que a polícia desbarate o crime organizado e desarme os delinquentes; por outro, incentivamos o desarmamento da sociedade para reduzir as mortes por arma de fogo nos homicídios decorrentes de acidentes, suicídios e desavenças familiares ou entre conhecidos. Ambas são medidas distintas, mas que se completam: **o desarmamento dará mais segurança aos lares, e a implementação do Estatuto mais insegurança aos criminosos**. O que é bem diferente de se afirmar que o “desarmamento da população vai levar ao desarmamento dos bandidos”, uma frase tola e que está aí para confundir.

É interessante notar, mesmo considerando que desarmamento civil e desarmamento dos bandidos são políticas diferentes, que uma acaba por afetar positivamente a outra, embora não seja essa a meta principal. Um dos canais que abastece de armas o crime organizado são os roubos das armas dos homens de bem (ver em *Roubo de Armas Legais*), que acabam por involuntariamente armar a bandidagem. O desarmamento ajudará a secar essa fonte, contribuindo para dificultar a vida dos delinquentes. Vejam esse depoimento: *“Ladrões invadiram a casa do pai de um amigo meu e mantiveram ele e a esposa sob a mira de armas por quase uma hora. Entre os bens roubados do casal estavam duas armas de fogo. Então eu pergunto: adiantou ter arma em casa? Agora são duas armas a mais nas mãos dos criminosos, que invadirão outras casas e roubarão outras armas...”*¹⁷

Por outro lado, a proibição do porte de armas tem baixado as apreensões de armas nas ruas pela polícia (ver em *Resultados da Campanha de Entrega de Armas*). Tanto homens de bem, quanto bandidos, pensam duas vezes antes de saírem armados. Quantas brigas de rua, quantas balas perdidas, deixaram de existir? Bandidos perigosos têm sido presos em todo o país por andarem armados. Está acontecendo aqui o que sucedeu em Nova York.

“Bandido Não Compra Arma em Loja”

Ao pressionar contra a aprovação do Estatuto do Desarmamento, o representante dos comerciantes e produtores de armas assim se manifestou na audiência pública do Senado: *“Aliás, Senhores Senadores, também não serão afetados pelo Desarmamento Civil aqueles a quem se procura em tese atingir, quais sejam, os criminosos. É mais do que evidente que nenhum meliante adquire suas armas em lojas legais!”*¹⁸

Evidente que “bandido não compra arma em loja”, e que “ bandido não vai cumprir a nova lei” pois, como é óbvio, bandido é exatamente quem infringe a lei. Não só o bom-senso é suficiente para não se levar a sério essa crítica. Ao colaborarmos com o ministério da Justiça na organização da Campanha de Desarmamento, antes estudamos campanhas similares realizadas em 23 países, e por isso já tínhamos uma previsão do perfil de quem entrega armas. Por exemplo, em San Diego e em Seattle, nos EUA, campanhas semelhantes constataram que apenas entre 0,5 e 1,8% das armas entregues tinham sido previamente roubadas, e o número de armas envolvidas em crime foi inexistente ou tão pequeno que não foi possível medi-lo.¹⁹

Mesmo que não se espere que bandido entregue arma, a participação das igrejas na Campanha fez com que vários delinqüentes, principalmente jovens, querendo deixar a vida de crimes, procurassem pastores e padres para entregar suas armas e se aconselhar na busca de uma nova vida. Tem sucedido também de mães entregarem as armas dos filhos, envolvidos no crime, com a esperança de que eles busquem outro trabalho. São exceções, não são a regra, mas tem sua importância para as famílias afetadas e condiz com o papel dos religiosos empenhados em apontar o caminho para jovens confusos ou arrependidos.

Algumas pessoas se preocupavam com a possibilidade de que armas usadas em crimes possam “desaparecer” ao serem entregues na campanha. Preocupação infundada porque uma pessoa que queira se desfazer de uma arma comprometedoras se sentirá muito mais segura lançando-a ao mar, ou qualquer outro método menos arriscado do que entregar à polícia, sabendo de antemão que a arma, antes de destruída, será periciada e catalogada na Polícia Federal. Se o interesse, além de sumir com a arma de um crime, consistir também em vender a arma, certamente se receberá muito melhor preço no mercado clandestino.

Em resumo, é verdade que “bandidos não compram arma em loja”. Quem compra são os homens de bem. Depois, os bandidos vão lá tomá-las.

“Casas sem armas atraem os bandidos” ?

Segundo o site da Associação Brasileira de Comerciantes e Proprietários de Armas, *“aumentará o número de invasões de domicílios devido ao conhecimento, por parte dos marginais, que todos os lares estarão indefesos. Aumentará a ousadia da criminalidade de rua, por saber que ninguém mais porta arma.”* Avaliemos esta afirmação:

Uma das razões de assaltos a empresas e residências é o roubo de armas. O acompanhamento do noticiário policial revela que é comum os bandidos gritarem quando anunciam um assalto: *“Cadê a arma?”* Esse comportamento, além de procurar eliminar o risco de reação armada, revela o interesse em roubar armas, bens valiosos para um assaltante.

Nos Estados Unidos, de acordo com dados relativos a 1999, de seu ministério da Justiça, "75% dos assaltantes não usam arma. Se as vítimas potenciais passarem a armar-se, podem incentivar o uso de arma por assaltantes. Neste caso, a propensão a disparar também pode crescer (por medo de uma reação da vítima). Isso pode explicar porque é mais freqüente ladrões usarem armas em Estados com maiores taxas de acessibilidade às armas. McDowall e Loftin acharam uma relação entre leis que permitem o porte de arma e o aumento no número de homicídios por arma de fogo". Outra pesquisa, com base nos dados oficiais do FBI, revelou que "taxas altas de posse de armas aumentam a probabilidade de casas serem alvos de assalto. Um aumento de 10% nas taxas de posse de armas resulta num aumento de 3 a 7 % na probabilidade das casas serem assaltadas. Uma das razões pode ser que as armas constituam um bem valioso a ser roubado. Apóia essa teoria o fato de que em 14% dos assaltos, na casa onde uma arma foi roubada, ela foi o único item roubado".²⁰

No Rio de Janeiro, como norma, quando policiais estão na rua sozinhos, fazendo policiamento, não portam armamento poderoso e caro (como fuzis e submetralhadoras) pois serão alvo de assalto. Segundo o depoimento de policiais, o tráfico está pagando R\$ 5.000,00 por assassinato de policial acompanhado do roubo de seu fuzil. Em Porto Alegre, os PMs estão reivindicando o uso de colete à prova de balas "temendo ser mortos por ladrões de armas na hora de voltar para casa. Nos últimos 20 dias, pelo menos três policiais foram mortos nessas circunstâncias: 'somos alvos móveis e estamos vulneráveis. O bandido sabe que o PM está sempre armado', reclama o presidente da Associação Beneficente de Cabos e Soldados".²¹ O homem armado atrai a cobiça do bandido. Quanto mais poderosa a arma que porta, mais risco corre. Circulam várias histórias sobre armas valiosas nas mãos de bandidos, ou apreendidas por policiais corruptos, que acabam gerando várias mortes na disputa por sua posse. Isto é, apenas excepcionalmente o porte de uma arma dissuade um assaltante de agir. Analisando 50.000 famílias norte-americanas assaltadas, pesquisadores da Universidade de Maryland concluíram que "em geral, os assaltantes não se intimidaram nem um pouco diante de vítimas armadas". Pesquisa comparativa de 50 cidades norte-americanas encontrou que, "quando os ladrões sabem que temos arma em casa, eles tendem a atirar primeiro e perguntar depois, de forma a evitar que reajamos".²²

Segundo o especialista Luciano Bueno "o efeito rede, em que os que usam armas acabam por proteger os vizinhos que não usam, pois o bandido vai achar que é um bairro bem armado, na verdade gera o efeito radicalização, porque sabendo que pode haver arma na casa, o assaltante antes de mais nada trata de imobilizar as vítimas por ferimento ou morte".²³ Ao contrário, na cidade de Boston, citada como exemplo, pelo fato de haver poucas casas com armas em função da lei estrita, apesar de existirem altas taxas de roubos, verificam-se poucas mortes e ferimentos por arma de fogo.

Site pró-armas divulgou na Internet uma ironia contra a campanha de desarmamento, sugerindo que seus adeptos colocassem na fachada de suas casas o aviso "Nesta casa não temos arma de fogo". Argumentam que "deveriam ser coerentes" com a idéia de que o desarmamento diminui os riscos de assalto. Esta última afirmação não é correta. O movimento contra as armas nunca afirmou que casas desarmadas diminuem os riscos de assalto; segundo ele, reduzem o risco de acidentes e crimes de motivação fútil entre pessoas conhecidas ou familiares, e também a violência usada pelo assaltante. O que diminuirá o risco de assalto será a ação de uma polícia eficiente e com rápida comunicação com a comunidade. Poder-se-ia retribuir o sarcasmo: os que acreditam que uma casa com arma está mais segura frente a assaltos, "por coerência" deveriam afixar um cartaz na porta com os dizeres "Esta casa tem arma de fogo". **A advertência de que armas protegem a casa afastará ou atrairá os assaltantes?**

Doutrina Bush: “armas do bem” e “armas do mal”?

A “doutrina Bush” para o controle de armas, defendida contra todos os demais países na *Conferência Internacional sobre o Tráfico de Armas Pequenas*, na ONU, se baseia na separação drástica entre comércio legal e comércio ilegal de armas. Ao governo caberia controlar o segundo, e interferir o mínimo possível no primeiro, “garantindo a liberdade de comércio e o direito das pessoas de bem de se armarem”. O equívoco desta política está em ignorar que 99% das armas de fogo são legalmente produzidas (calcula-se que no Brasil menos de 1% das armas são de fabricação “caseira”), e que um terço das armas apreendidas na ilegalidade, por exemplo, no Estado do Rio, foram originalmente vendidas para “cidadãos de bem”, como veremos a seguir, desviadas do mercado legal para o clandestino. Isto é, para controlar-se o tráfico ilícito, têm-se que fiscalizar a venda legal dessas armas. Esta fiscalização é plenamente viável, bastando a vontade de realizá-la, pois as armas são produzidas por industriais conhecidos, e até que mergulhem na ilegalidade, esses produtos percorrem caminhos legais. Bem diferente do tráfico de drogas, cuja trajetória, da produção ao consumo, é toda ela clandestina.

Essa visão do governo norte-americano se fundamenta no mesmo erro dos que diferenciam as armas dos cidadãos honestos, consideradas “armas do bem”, das armas dos criminosos, identificadas como “armas do mal”. Claro que não se pode comparar as intenções dos primeiros com as dos segundos, mas o mercado de armas não respeita fronteiras, nem de países nem de mercados; as armas passam de um lado para o outro, e armas compradas para defesa acabam muitas vezes nas mãos de criminosos. Segundo o delegado Carlos Oliveira, diretor da Delegacia de Repressão a Armas e Explosivos, do Rio, “cerca de 150 armas de fogo são roubadas mensalmente no Estado. Destas, só 35% foram roubadas de segurança privados e a maioria foi de residências”.²⁴

Pesquisa do ISER sobre 77.527 pistolas e revólveres estocados na Divisão de Fiscalização de Armas e Explosivos (DFAE), da polícia do Rio de Janeiro, fabricadas pela Taurus e apreendidas na ilegalidade no Estado entre 1951 e 2003, comprovou que 30% delas tinham sido compradas legalmente antes de caírem em mãos criminosas.²⁵ Isto é, de cada 3 armas apreendidas na ilegalidade, uma tinha sido comprada por gente de “ficha limpa”. Pesquisa mais ampla, pela mesma equipe, desta vez avaliando a origem de 224.584 armas de fogo em geral, apreendidas na ilegalidade no Estado do Rio, comparadas com 551.141 registros de armas legalmente vendidas, concluiu pela origem legal de 25,7% das primeiras. Como transitaram do legal para o ilegal? Através de roubo, furto, perda, revenda, desvio de lojas e fábricas etc. Principalmente de roubos a “homens de bem”, e em assaltos a policiais e vigilantes privados, além de desvio por parte de policiais-bandidos.

[gráficos excluídos]

Exemplo de notícia corriqueira, só que no caso envolvendo gente famosa: “A polícia acredita que a pistola calibre 7.65, dourada, roubada de um oficial reformado da Marinha, pode ser a arma usada pelo ladrão que assaltou os apresentadores da Rede Globo, William Bonner e Fátima Bernardes”.²⁶

Roubo de armas legais

Há quem afirme que “ é o mercado ilegal de armas que alimenta o círculo da violência e seu principal conduto é o contrabando.” Os números contradizem esta conclusão: “No Estado do Rio, a cada 5 horas uma arma comprada legalmente é roubada e em 27% dos casos são obtidas nos assaltos a residências”.²⁷ No Estado de São Paulo, “das 77 mil armas apreendidas em 1998, 71.400 foram roubadas e 5.500 extraviadas”.²⁸ “Nesse Estado, em média, 11.000 armas são roubadas anualmente de pessoas sem histórico criminal ou de agentes de segurança privada, segundo a Divisão de Produtos Controlados da Polícia Civil”.²⁹ Para a analista, “uma redução significativa das armas de fogo legalmente em circulação acabaria por reduzir também o contingente daquelas comercializadas clandestinamente”.

Em outros países não é diferente. No Chile, segundo sua polícia militar, *Carabineros*, “80% das armas apreendidas nos últimos 6 meses – 1.657 armas de fogo – haviam sido compradas legalmente antes de serem roubadas a particulares”.³⁰ Na África do Sul, “ em um ano apenas, 1998, 30.220 armas de fogo foram roubadas ou ditas perdidas. As duas maiores fontes que abastecem o mercado ilegal em meu país são as armas perdidas ou roubadas de proprietários legais de armas” .³¹

Em 5 outros países, temos:

Países	Ano	Armas roubadas	Total de armas legais
Austrália	2001	4 195	2 165 170
Canadá	2001	3 638	1 938 338
Inglaterra e País de Gales	1996	3 002	1 793 712
África do Sul	2001	23 000	3 500 000
Estados Unidos	1997	500 000	260 000 000

Fonte: Small Arms Survey 2004

Relatório de uma conhecida fundação norte-americana avaliou: “Uma arma roubada vale ouro para um criminoso porque ela pode ser rapidamente revendida sem risco de ter sua origem rastreada; e mais de 80% das armas roubadas foram frutos de assaltos a residências e carros”.³²

Em resumo, a idéia de que “a grande maioria das armas usadas no cometimento de crimes são ilegais” passa a impressão de que o problema são as armas ilegais e não temos que nos preocupar com as legais. Ora, as pesquisas indicam que (1) As armas nas mãos dos criminosos foram legalmente fabricadas, e por falta de controle, submergiram no tráfico clandestino; (2) A pesquisa sobre as mais de 7.000 armas entregues na Campanha de Desarmamento no Viva Rio e instituições parceiras indicam que só 30% das pessoas entrevistadas responderam que a arma tinha registro; (3) Armas legais são muitas vezes usadas em delitos, principalmente contra pessoas conhecidas; (4) Um terço das armas apreendidas no Rio na ilegalidade foram na origem legalmente vendidas para cidadãos de bem; (5) Armas roubadas de homens de bem vão, involuntariamente, armar os assaltantes. Segundo o SINARM, banco de dados sobre armas da Polícia Federal, em 2003, cerca de 26.908 armas de fogo foram roubadas ou furtadas no Brasil.

Que armas foram usadas em Columbine e outros massacres?

O documentário *Tiros em Columbine*, sobre o massacre ocorrido na escola Columbine, em Littleton, Colorado, em 20 de abril de 1999, mostra como dois alunos, Klebold and Harris, abriram fogo matando 12 colegas, 1 professor e ferindo 24 outros estudantes, antes de se

suicidarem. As armas que usaram, 2 escopetas e 2 pistolas, foram legalmente adquiridas pela namorada de um dos homicidas em uma feira de armas e também compradas de um amigo.

O assassinato, que chocou o mundo, tornou ainda mais atual o debate sobre o acesso fácil a armas legalmente adquiridas, mas utilizadas em crimes, além de questionar os valores de uma sociedade em que são comuns os “assassinatos múltiplos” de pessoas inocentes, por motivos aparentemente incompreensíveis, ou “fúteis”. O que chama a atenção, se excluimos os massacres étnicos ocorridos na Europa e na África na última década, é a sua predominância em países desenvolvidos, sob a vigência de leis permissivas e o uso freqüente de armas adquiridas legalmente por “homens de bem”.

Em 26 de abril de 2002, na cidade de Erfurt, Alemanha, o jovem Robert Steinhäuser, de 19 anos, ex-aluno de uma escola, matou a tiros 16 colegas e em seguida se suicidou. Robert era membro de um clube de tiro, e por isso pôde comprar legalmente o armamento com que invadiu a escola: uma pistola Glock-17 e uma espingarda de repetição Mossberg 590.

Ainda sob o impacto deste fato, Philip Alpers, especialista neo-zelandês trabalhando na Universidade de Harvard, resolveu estudar massacres semelhantes, todos com mais de 10 mortos, ocorridos nos últimos 35 anos nos países desenvolvidos.³³ Alpers nos disse que, nesses crimes, 79% das vítimas foram atingidas por armas legalmente adquiridas (185 de 233 vítimas), e 86% desses assassinatos múltiplos (12 em 14) haviam sido cometidos por proprietários legais das armas utilizadas nos massacres, conforme a tabela que se segue (o número de vítimas soma o do agressor em separado).

ASSASSINATOS MÚLTIPLOS NOS PAÍSES DESENVOLVIDOS (1966-2002)

Data	Lugar	Mortos	Situação da Arma
26 Abril 2002	Erfurt, Alemanha	16 + 1	Armas legais, membro de um clube de tiro
27 Setembro 2001	Zug, Suíça	14 + 1	Armas legais, proprietário com registro
29 Julho 1999	Atlanta, USA	12 + 1	Armas legais, de venda livre no Estado
20 Abril 1999	Littleton, USA	13 + 2	Armas ilegais
28 Abril 1996	Port Arthur, Austrália	35	Armas ilegais
13 Março 1996	Dunblane, Escócia	17 + 1	Armas legais, membro de um clube de tiro
16 Outubro 1991	Killeen, USA	23 + 1	Armas legais, de venda livre no Estado
13 Novembro 1990	Aramoana, Nova Zelândia	13 + 1	Armas legais, proprietário com registro de armas
18 Junho 1990	Jacksonville, USA	9 + 1	Armas legais, de venda livre no Estado
06 Dezembro 1989	Montreal, Canadá	14 + 1	Armas legais, de venda livre
19 Agosto 1987	Hungerford, Inglaterra	16 + 1	Armas legais, membro de um clube de tiro
20 Agosto 1986	Edmond, USA	14 + 1	Armas legais, de venda livre no Estado
18 Julho 1984	San Ysidro, USA	21 + 1	Armas legais, de venda livre no Estado
01 Agosto 1966	Austin, USA	16 + 1	Armas legais, de venda livre no Estado

Fonte: Gun Control Network (Grã-Bretanha)

Nos Estados Unidos, palco por excelência dos assassinatos múltiplos, as estatísticas só confirmam o achado de Alpers. Análise dos 65 mais relevantes crimes desse tipo ocorridos nas

últimas quatro décadas (1963-2001), constatou que 62% das armas de mão e 71% das armas de cano longo usadas para perpetrar os assassinatos tinham sido legalmente adquiridas.³⁴

De 1992 a 2000, 267 pessoas foram mortas de forma violenta nas escolas norte-americanas. Destas, 206, isto é, 77%, foram vítimas de arma de fogo nas salas de aula, ônibus escolares ou ginásios de esportes dessas escolas. Vejam a comparação entre os métodos usados e o resultado, na tabela que se segue.³⁵

CAUSAS DE MORTES NAS ESCOLAS DOS ESTADOS UNIDOS

Ano escolar	Lesão corporal	Enforcamento	Parada cardíaca	Queda	Arma de fogo	Arma branca	Estrangulamento	Desconhecida
1992-93	0	0	0	1	43	10	0	0
1993-94	1	1	0	0	39	7	2	1
1994-95	2	0	0	0	15	3	0	0
1995-96	1	0	0	0	28	6	0	0
1996-97	3	0	1	0	15	3	1	2
1997-98	1	0	0	0	35	6	1	0
1998-99	3	0	0	0	23	1	1	0
1999-00	1	1	0	0	8	0	0	1
Total	12	2	1	1	206	36	5	4

Fonte: *Report on School Associated Violent Death*, National School Safety Center's, 04.01.05

É impressionante como as estatísticas de massacres nos EUA se desatualizam rapidamente. No período letivo 2003-2004, 49 pessoas morreram nas escolas. Nos primeiros 3 meses de 2005, 30 foram assassinadas, indicando um crescimento constante dos homicídios nessa modalidade. A última tragédia foi cometida por Jeff Weise, de 16 anos, aluno índio de uma escola da reserva de Red Lake, em Minnesota, em 21 de março. Matou 9 pessoas, a maioria alunos, feriu mais 7 e se suicidou. O jovem, admirador de Hitler, e que se identificava na Internet como "NativeNazi", primeiro, matou o avô e sua namorada com uma arma calibre 22. Então, com 2 pistolas e 1 escopeta roubadas ao avô, policial, continuou a matança na escola. Uma semana antes, Terry Ratzmann, de 44 anos, havia entrado no culto religioso de sua igreja, em Brookfield, Wisconsin, e atirado 22 vezes, matando 7 pessoas, ferindo outras 4, antes de se matar. Os sobreviventes disseram "tratar-se de uma pessoa normal".

Para prevenir a violência armada nas escolas americanas, o que propõem os pró-armas? O guru do armamentismo, o pesquisador John Lott, analisando massacre havido em uma escola do Arkansas em 1998, escreveu esta incrível recomendação: *"Permitir que professores e outros adultos de bem possam andar armados nas escolas não só tornará mais fácil acabar com esses assassinatos múltiplos, mas também ajudará a impedir que eles ocorram"*.³⁶

Brasil e Argentina já entraram para esse exclusivo clube de países com assassinatos múltiplos, sem falar nos habituais massacres perpetrados nas periferias de nossas cidades. Em São Paulo, em 03.11.1999, o estudante de medicina Mateus da Costa Meira, 24 anos, atirou contra a

platéia do cinema do Morumbi Shopping, que assistia ao filme *Clube da Luta*, matando 3 jovens e ferindo outros 6. Mateus usou uma submetralhadora Uzi, 9 mm, comprada no mercado paralelo. Mais tarde, revelou à polícia a forte influência que a película havia exercido sobre ele.

Na Argentina, Rafael Solich, de 15 anos, em 28.09.04, invadiu sua sala de aula, matou 3 de seus colegas e feriu outros 6, dois com gravidade. O assassinato coletivo foi cometido com uma pistola de 9 mm, pertencente ao pai do jovem, oficial da Patrulha Naval. Rafael levava também uma faca, que não chegou a usar. Seus colegas o definiram como “uma pessoa normal, tranqüila, mas que havia se desentendido com alguns colegas na véspera”. O fato sucedeu no Colégio Ilhas Malvinas, na cidade de Carmen de Patagones. A legislação deste país se baseia no pressuposto de que os cidadãos podem ter armas, desde que registradas. Ao redor de 700 mil famílias têm armas em casa, no geral acessíveis a crianças e jovens.

4. “Carros, garrafas e facas também matam. Por que só proibir armas de fogo?”

O argumento veio dos Estados Unidos: *“Armas causam morte. É verdade. Mas também é verdade que automóveis, piscinas e médicos causam mais mortes todos os anos do que armas de fogo. Vamos proibi-los?”*.³⁷ Esta é uma frase de efeito, e se analisada com atenção se revela absurda. Todo mundo sabe que automóveis matam por acidente e não de forma intencional. Ao contrário, armas de fogo são desenhadas para matar, e com eficácia, diminuindo o risco de dano ao agressor por matar à distância e sem dar chance à vítima. Elas permitem matar várias pessoas em frações de segundos, podendo atingir inocentes com balas perdidas, que em 2003 causaram uma morte a cada 6 dias no Estado do Rio, segundo a Secretaria de Segurança Pública do Estado. Portanto, comparar armas de fogo com objetos caseiros e automóveis, considerando-os igualmente inofensivos e “inertes”, principalmente na frente de crianças, é de extrema irresponsabilidade.

Quanto a acidentes de trânsito, são uma calamidade no Brasil, principalmente ao provocar a morte de tantos jovens. Mesmo assim, no país, morre-se ainda mais por arma de fogo do que por acidente de trânsito. Em 2002, 38,8% das mortes de jovens de 15 a 24 anos foram ocasionadas por arma de fogo e 16% por acidentes de trânsito. (ver *Juventude e violência armada* e *Impacto das armas na saúde*).

“Demonização da Arma de Fogo”?

A Associação dos Proprietários e Comerciantes de Armas assim se manifestou no Senado: *“O que pretendem então estas manifestações [destruições de armas], senão demonizar as armas - objetos inanimados - e seus proprietários legítimos, e insuflar uma parcela considerável da população contra outras?”*³⁸

Os que são contra a destruição de armas acham que se está “demonizando” um objeto “inanimado”, isto é, inofensivo. Esta é outra versão do mesmo raciocínio de se igualar objetos caseiros a armas de fogo. Naturalmente que as armas não são “causa” da violência, mas seu instrumento. Assim como a “causa” da dengue, ou da malária, não é o mosquito; ele é o grande transmissor e por isso é combatido. Sua eliminação impossibilita que o vírus da dengue, e o protozoário da malária, sejam transmitidos, cortando o ciclo da epidemia. Hoje, ninguém mais ridiculariza os médicos sanitários por realizarem campanhas para eliminar esses mosquitos, como no passado. Mas, essa velha luta vencida pela ciência no campo da saúde pública, hoje se repete na segurança pública. Enfrentamos uma “epidemia”, uma proliferação

de armas de fogo e munições, instrumentos da violência que matam milhares de brasileiros. Erradicá-las, como já foi feito com êxito em outras sociedades, nos permitirá dar um basta a essa inacreditável mortandade. (ver *Tradição ou atraso em Cultura da violência*)

Quanto a “insuflar uma parcela da população contra outras”, está havendo uma inversão de responsabilidades. Quem luta em favor dos direitos humanos, da tolerância, pela resolução pacífica de conflitos e pela consulta popular sobre o desarmamento como método democrático de decisão não são os membros da referida associação.

Armas brancas e armas de fogo: uma comparação

Há quem pense que “quando se quer matar, e não se tem uma arma de fogo, usa-se qualquer outra arma, principalmente facas ou facões”, as chamadas armas brancas. Ora, facas e facões, como copos e pedras, têm múltiplos usos, pacíficos e úteis, e só excepcionalmente são usados para agredir. Armas de fogo são feitas exclusivamente para matar, e por isso sua letalidade e eficácia são muito maiores e as chances de sobrevivência da vítima muito menores. Nas cidades, o uso de arma de fogo para defesa acaba, com frequência, atingindo terceiros. Nos conflitos armados que ocorrem quando há resistência nos roubos em ônibus ou metrô, é a regra. Já a arma branca “*implica um envolvimento maior com a vítima, uma aproximação física, uma coragem e uma determinação maior com relação ao ato. Diferentemente da arma de fogo, que pode ser acionada à distância, sem envolvimento*”

[gráfico excluído]

No Brasil, 63,9% dos homicídios são cometidos por arma de fogo, enquanto 19,8% são causados por arma branca. Já no universo dos feridos, 39% das internações por agressão ou tentativa de homicídios são causadas por arma branca e só 30% por arma de fogo, devido à sua alta letalidade. A chance de se morrer numa agressão com arma de fogo é de 75%, enquanto com arma branca é de 36%. De cada 4 feridos nos casos de agressões por arma de fogo, 3 morrem.³⁹ Em outras palavras, enquanto **as armas brancas ferem mais do que matam, as armas de fogo matam mais do que ferem.**

Só 5 % das tentativas de suicídio são com arma de fogo. Por que? Porque tentativas de suicídio com arma de fogo geralmente são bem sucedidas e as pessoas acabam mortas e não feridas. 30% das tentativas de homicídios (ou seja, agressão que não acabou em morte) são com arma de fogo, mas a maioria (39%) é com arma branca, que mata muito menos.

No segundo semestre de 2004, cinco massacres foram perpetrados com arma branca contra estudantes nas escolas chinesas, ferindo 46 crianças e jovens e matando nove.⁴⁰ O resultado certamente seria o inverso se tivessem sido usadas armas de fogo, o que sucederia caso não fosse tão difícil para civis adquirirem estas últimas na China.

Nos Estados Unidos, “ em 1992, armas de fogo mataram 37.776 pessoas e armas cortantes mataram 4.095. Houve 134.000 sobreviventes a impacto de bala, e 3.100.000 sobreviventes a ferimento de arma cortante que receberam tratamento médico”.⁴¹ Imaginemos os estudantes da escola de Columbine com facas, e não armas automáticas. Pensemos em crianças que se cortam com vidro, ou facas, e os danos

se fossem tiros? Comparemos uma tentativa de suicídio, ou de homicídio, com garrafa ou arma branca, com o uso de uma arma de fogo. Não ver diferença nas conseqüências de umas e outras é subestimar a inteligência da população.

A nível internacional, o custo do tratamento de ferimentos causados por arma de fogo é 12 vezes maior do que ocasionados por objeto cortante.⁴²

5. “Quem mata com arma de fogo?”

“A ameaça que vem de fora contra o seguro reduto do lar”

As pesquisas modernas estão acabando com o mito de que os lares são necessariamente “redutos seguros”. Podem ser, devem ser, mas acontece de, muitas vezes, serem lugares muito perigosos, longe do olhar externo. Conflitos conjugais, violência contra mulheres, agressões físicas e sexuais contra crianças, disputas entre parentes, relações neuróticas que levam a brutalidades físicas e tortura, etc., revelam mais e mais que muitos lares são cenários de crimes contra os direitos humanos. As autoridades públicas não podem ignorar esses fatos e omitir-se, curvando-se a preconceitos que garantem ao homem direitos ilimitados sobre a família, aos adultos total poder sobre os menores, comportamentos de uma época em que as mulheres e as crianças se submetiam a tratamento despótico por parte da figura inquestionável do “pater familias”; e o poder público lavava as mãos porque “em briga de marido e mulher, não se mete a colher”. O que acontece entre quatro paredes não está fora do alcance da justiça. Seres indefesos não são mais propriedade privada de adultos violentos, nem têm que se submeter a maus tratos, sem chance de contar com a proteção do Estado. Hoje se difundem as Delegacias de Proteção à Mulher e as entidades de proteção à criança.

Uma coisa é defender-se a instituição da família como base de uma formação ética, de segurança emocional e econômica, apontando-se sua desintegração como fator de risco gerador de desajustados e delinqüentes. Outra coisa bem diferente é não interferir na família quando esta se transforma em cativo e opressão dos mais fracos e dependentes, por parte de quem tem mais força e poder. Alguns lares não merecem esse nome acolhedor. Dois levantamentos recentes sobre abusos contra crianças dentro de casa o comprovam: *“Nas denúncias de maus tratos contra crianças no Estado do Rio , em 56% dos casos identificou-se a própria mãe como autora da agressão, e o pai em 23% das ocorrências, segundo levantamento do Disque-Denúncia no mês de julho de 2004. Em muitos casos, constataram-se terríveis castigos, com uso de colheres quentes, cigarros acesos, facas e correntes”*.⁴³ Segundo análise feita pela ABRAPIA, *“nas denúncias de abusos sexuais contra 1.565 menores, 59% eram de violência intra-familiar e 40% extra-familiar; nesta última categoria, 30% dos abusos foram praticados por vizinhos”*.⁴⁴ Documentário recém-lançado em Florianópolis, *Flor de Pessegueiro*, de Ângela Bastos, registra o terrível depoimento de mães que tiveram coragem de denunciar seus maridos por haverem estuprado suas próprias filhas.

“Dormindo com o inimigo”

Nem toda violência é planejada por estranhos. Boa parte das mortes por arma de fogo é ocasionada por brigas passionais, discussões de família ou de conhecidos. Há uma grande resistência em admitirmos que a ameaça pode estar próxima.

Outros Países

As muitas pesquisas realizadas nos EUA demonstram que o perigo não vem apenas da rua. As estatísticas não deixam dúvida sobre onde mora o maior risco. De acordo com dados do FBI, *“ao contrário da percepção popular, a maioria dos homicídios não ocorre como resultado do ataque de um estranho, mas decorre de desentendimento entre pessoas que se conhecem e que muitas vezes são parentes”*.⁴⁵ Segundo ainda o FBI, *“nos Estados Unidos, entre 1976 e 2002, só 8,9% dos homicídios de mulheres e 15,5% dos homicídios de homens, foram cometidos por estranhos”*.⁴⁶ **A mesma fonte insiste que** *“em 1997, um em cada 3 assassinatos resultou de uma briga, e só um em cada 5 de uma atividade criminal”*.⁴⁷

Na Austrália, apenas *“15,6% dos homicídios com arma de fogo foram cometidos por desconhecidos da vítima no período 2001-2002”*.⁴⁸ Na província de Mendoza, Argentina, *“só 10% das mortes com arma de fogo foram decorrentes de roubos e violações. O resto foi resultado de brigas, suicídios e acidentes”*.⁴⁹

No Brasil

No Brasil não temos ainda estudos satisfatórios sobre qual o vínculo entre homicidas por arma de fogo e suas vítimas. Mas nada indica que seja diferente de outros países que pesquisaram o tema. Pelo contrário, deve ser pior, considerando-se que o “machismo” aqui é mais forte do que em outras realidades estudadas. As perguntas “quem mata com arma de fogo” e “qual a relação do autor com a vítima” têm sido objeto de poucas pesquisas entre nós. Mas as primeiras tentativas de análise já indicam a gravidade do problema:

No município de São Paulo, tese de mestrado apurou que, em 1995, *“cerca de 92% dos homicídios de autoria conhecida estão relacionados a conflitos interpessoais, isto é, conflitos que não envolviam nenhum tipo de relação com a criminalidade organizada, como por exemplo brigas em casa e nos bares, vinganças, discussões privadas etc.”*.⁵⁰ Pesquisa mais recente constatou que *“na Zona Sul de São Paulo, em 46% dos homicídios, vítima e autor mantinham uma relação prévia de parentesco, vizinhança, amizade ou conhecimento”*.⁵¹ No Rio de Janeiro, pesquisa do ISER, que analisou 164 ocorrências com vítimas fatais em 1998, com registro do tipo de relação existente entre vítima e agressor, concluiu que *“em 35,45% delas as pessoas se conheciam”*. (Quanto ao uso de armas contra a mulher por parte do cônjuge, ver *As Mulheres estão mais seguras com armas?*)

Normalmente, o que faz uma pessoa portar arma é o medo de ser assaltada por um estranho e morta. Se este perigo existe, é importante não exagerá-lo. Os latrocínios, como são chamados os roubos seguidos de morte, são muito menos frequentes que os homicídios por pessoas conhecidas. No Estado do Rio, em 2004, eles representaram apenas 2,9% do total de homicídios dolosos, isto é, com intenção de matar, não acidentais⁵²; no Estado de São Paulo, apenas 5,1%, no mesmo ano.⁵³ Conclusão: **quem tem arma em casa está dormindo com o inimigo.**

“Fogo amigo”

Numa batalha, soldados não são mortos apenas pelos inimigos, mas muitas vezes pelo chamado “fogo amigo”, que são os erros cometidos, por exemplo, pela artilharia. Essa força atira por cima da sua infantaria, para atingir o inimigo e facilitar o avanço de suas tropas, diminuindo os riscos para os soldados que avançam. Mas quando calcula mal a trajetória de seus tiros, termina provocando baixas entre suas próprias forças. Ou há casos mais impressionantes, como o de soldados norte-americanos que, para não lutar, atiravam em seus próprios oficiais durante a guerra do Vietnã, conflito em que muitos dos jovens recrutados à

força eram contra a guerra ou não estavam motivados a arriscar a vida. Podemos comparar esse “tiro pela culatra” com situações em que armas compradas para proteger a família acabam usadas por assaltantes contra seus próprios donos, ou por maridos enciumados contra suas próprias esposas. Nas guerras, é comum, nos combates à noite, ou na selva, soldados alvejarem companheiros, confundidos com o inimigo. Algum tempo atrás, em Belo Horizonte, uma adolescente, preocupada porque voltou para casa depois das 22 horas, tratou de entrar em casa pelo quintal. O pai, que não havia dormido à espera da jovem, ao ver um vulto se esgueirando pelos fundos, pensou que fosse um assaltante e fuzilou a própria filha.

6. “Com o desarmamento, quem vai nos defender?”

Aqui está uma pergunta mais que justificável. Defender-se o desarmamento civil numa sociedade como a inglesa, em que 92% dos que cometem um assassinato são presos, é fácil. Difícil é convencer as pessoas a não se armarem num país como o nosso, onde apenas *“de 3 a 4% dos homicídios são desvendados e os outros ficam sem autoria conhecida”*, segundo admite o nosso ministério da Justiça. A insegurança, agravada pela impunidade, acaba por levar alguns a buscar eles próprios a se defender ou fazer justiça com as próprias mãos.

O jurista Celso Bastos argumenta que *“se o Estado não consegue desarmar os bandidos, não tem condições de pedir que o cidadão se desarme”*. Essa conclusão faria sentido se arma desse segurança. Como a maioria dos estudos sérios comprova que ela aumenta a insegurança, e apenas cria uma ilusão de proteção, precisamos esclarecer esse equívoco e simultaneamente lutar para que o Estado forneça essa segurança. Além disso, a proposta de que, *“quando tivermos uma boa polícia, então os homens de bem poderão se desarmar”*, foca apenas nos crimes cometidos por desconhecidos, deixando-nos vulneráveis à maioria dos homicídios praticados por conhecidos.

“Segurança se consegue com o povo armado” ?

Durante o regime militar, o coronel Erasmo Dias, secretário de Segurança de São Paulo, apregoava sem rodeios que “a sociedade devia se armar contra os bandidos”. Imaginemos todos os homens de bem com armas, em casa e na rua, “o povo armado”. O que teríamos? Apenas “mais bandidos mortos”, como acreditam alguns? Ou também mais cidadãos assassinados nos enfrentamentos e nos assaltos inesperados, mais armas roubadas das residências e dos que andam armados, maior número de desentendimentos banais resolvidos a tiro, a multiplicação das balas perdidas, suicídios e acidentes? Há que se considerar, além disso, que quanto mais se armam os homens de bem, mais e melhor se armam os bandidos. Se a população atendesse ao chamado de se armar, o tiroteio que já assistimos seria exacerbado e generalizado. O número escandaloso de mortes que já temos, motivado pela facilidade com que se aperta o gatilho nesse país, se multiplicaria.

Uma sociedade de homens armados é de uma insanidade tão eloqüente que só um pânico incontrolável, ou um ódio incontido, podem levar alguém a imaginar que traria mais segurança para todos nós. Ao contrário, na elaboração de políticas públicas, que afetam a vida de milhões, a análise tem que ser racional e baseada em pesquisas. Nem sempre a política eficaz é entendida num primeiro momento pela população. Ela deve ser esclarecida. Mas a tentação de se tomar o atalho de medidas fáceis, barulhentas e ineficazes, é grande. O risco é a demagogia,

a manipulação do medo e do ódio. São conhecidos os exemplos de comunidades que adotaram a tese do “povo armado” e acabaram por se envolver em ações terroristas e em linchamentos.

A violência, principalmente quando parte de policiais no papel de bandidos, provoca muita indignação e às vezes propostas insensatas. Ao saber da chacina de 29 inocentes em Queimados e Nova Iguaçu, bairros do Rio, em março de 2005, o vice-presidente do Superior Tribunal Militar, Flávio Bierrembach afirmou que, se pudesse, “*faría uma campanha para entregar uma garrucha para cada mendigo pois, se aqueles mendigos que foram massacrados em São Paulo tivessem uma arma, não teriam sido mortos; se aquelas pessoas chacinadas na Baixada Fluminense tivessem uma garrucha, ainda poderiam estar vivas*”.⁵⁴ Propostas absurdas como esta levam à tese do “povo armado”. Claro que as mortes mencionadas seriam evitadas se investíssemos mais na depuração e na reforma da polícia.

“A polícia não pode estar em toda parte, o tempo todo”

A tese do “povo armado” busca também seu fundamento em outra idéia da Associação Nacional de Fuzis dos EUA: “*se a polícia não pode estar em toda parte, cada um de nós tem que se armar para se autodefender*”. Basta olhar à volta, para afastar esse delírio. Quais os países mais seguros do mundo, onde segurança e liberdade caminham juntas? São as democracias avançadas, que contam com uma polícia eficiente, honesta e, por isso mesmo, respeitada; cultura de tolerância e de resolução pacífica de conflitos; judiciário democrático e ágil; distribuição de renda mais igualitária; formação militar e policial democrática etc. Uma população educada dentro de uma cultura de paz, garantida por uma polícia eficiente, é a fórmula até hoje existente para que tenhamos tranquilidade com liberdade. Enquanto nossos governos não fizerem da segurança pública uma real prioridade, veremos setores mal informados de nossa sociedade deixarem-se levar por propostas ingênuas, e perigosas, como a de “povo armado”. Esta é uma tese típica do irrealismo de comunidades fanáticas e descoladas da realidade, intoxicadas por ideologias racistas e intolerantes, como as “milícias armadas” das seitas norte-americanas de extrema-direita. Como bem registrou Michael Moore em *Bowling for Columbine*, essas tribos fundamentalistas ensinam crianças de 3 anos de idade a atirar. Não se admira que daí tenham saído os terroristas que explodiram um prédio em Oklahoma, matando 168 pessoas em 1995. (ver *Só as ditaduras desarmam o povo?*)

A solução está na democracia ou na ditadura?

Face a um grave problema social, costuma-se ter pelo menos duas alternativas: a que leva ao fortalecimento da democracia e a que conduz ao seu debilitamento. As propostas autoritárias são atrativas porque propõem soluções rápidas e simplistas, que normalmente dão um alívio emocional a curto prazo, e agravam o problema a longo prazo, um “Prozac social”. É como fazer uso de drogas ao invés de enfrentar-se as causas da infelicidade. Alguns políticos adoram essas propostas, porque as eleições ocorrem de 4 em 4 anos. Ao invés de atacarem as causas profundas e múltiplas da violência urbana (ver *Quais as causas da violência urbana?*), com soluções trabalhosas e demoradas, acenam com soluções milagreiras, a “bala de prata” que eliminará todo o mal, seja a invasão de uma favela, ou o armamento da população. Os homens de bem se sentem vingados, mas a violência cega vai gerar mais violência a médio prazo, vitimando inocentes pelo caminho.

Façamos o exercício oposto, buscando **compatibilizar segurança com democracia**, sem que se sacrifique a última para obter-se a primeira. Afinal, sempre que esse sacrifício foi feito, acabou-se por se perder a ambas, como ensina o cientista político Norberto Bobbio, e a segurança do cidadão foi substituída pela segurança apenas do Estado. Fortalecer a democracia, neste caso, significa aperfeiçoar as instituições que têm a ver mais diretamente com o controle do crime: a modernização e limpeza da polícia, a democratização e agilização do Judiciário, a humanização dos presídios, a atualização e aplicação das leis, o controle das armas de fogo. Aperfeiçoar as instituições, que constituem os instrumentos do Estado de Direito, é demorado, complexo e exige investimento. Só os políticos com espírito público se dispõem a fazê-lo.

Considerar tudo o que tem que ser mudado para que o brasileiro tenha segurança, provoca desânimo, e até descrença de que veremos a solução ainda em vida. Daí o atrativo da “solução” imediata e única. O importante, ao elencarmos as principais medidas necessárias à redução da violência, é identificarmos o que é prioritário (salvar vidas), o que é imprescindível (política específica de controle de arma, como o Estatuto) e o que é estratégico (reforma da polícia, do Judiciário, do sistema penitenciário e das leis). Isto é, o que uma vez implementado possibilitará que as outras reformas avancem. A implantação do prioritário, imprescindível e estratégico criará pressões irresistíveis para que os demais setores, que impedem as mudanças, sejam também reestruturados. Ficará claro como bloqueiam o processo de distribuição de justiça e segurança, diminuindo as resistências à sua reforma.

Há setores da nossa polícia que já se modernizaram, e que estão se depurando dos maus policiais. Exemplo é a Polícia Federal. Nos últimos dois anos, a PF realizou 56 operações de combate a fraudes e à corrupção, prendendo 872 pessoas, incluindo gente importante da elite e do funcionalismo público, inclusive de policiais da própria PF, num bom exemplo dos resultados positivos de uma repressão baseada em técnicas de investigação modernas. Uma iniciativa, primeiro tomada no Rio, mas que já se expande, é o Disque-Denúncia. O serviço é um sucesso, e foi trazido ao Brasil em 1995 por seu diretor Zeca Borges. Pelo sistema, nesse país em que testemunhar contra um bandido é uma temeridade, muitos crimes têm sido elucidados. Agora anuncia-se um novo serviço: “Desarme o Bandido”. Vai-se recompensar os que levem a polícia até às armas dos criminosos. Temos que apoiar essa iniciativa e novas formas de desarmar o crime organizado. Portanto, havendo empenho, é possível transformar o que hoje é exceção, numa polícia eficiente e honesta. Simultaneamente, pressionar para que se reforme o sistema prisional, o Judiciário, a legislação penal arcaica, e implemente-se políticas de proteção de testemunhas, inclusão dos jovens das populações carentes, medidas sem as quais o círculo vicioso que leva da exclusão à escalada da violência urbana seguirá se ampliando.

Nova York mais segura

Analisando o êxito alcançado em outros países, fica claro que é este o caminho. É preciso que, paralelamente ao desarmamento, a polícia seja reestruturada em novas bases, adaptada à modernidade gerencial e à democracia, e passe também a focar a arma de fogo, procedimento que nunca teve no passado. Foi assim em Nova York, entre 1994 e 2001, com o então prefeito Rudolph Giuliani, e seu Chefe de Polícia Bratton. Em 5 anos, os indicadores de criminalidade

baixaram 57% e os de homicídio em 65%. É preciso entender que, além de limpar a polícia de gente ligada ao crime, e de modernizar os métodos de controle e operação da polícia, fazia parte da política a repressão a todo tipo de infração, principalmente a relacionada à arma de fogo. Todos aqueles que eram surpreendidos portando arma ilegalmente eram detidos, e não soltos após pagamento de multa, como ocorria anteriormente, e assim como estabelece o nosso Estatuto do Desarmamento. Bandidos perigosos foram presos desta forma, “apenas” porque portavam armas sem licença, o que também está sucedendo no Brasil. Lembra a prisão do gangster Al Capone, que só foi possível porque o FBI o pegou sonegando o imposto de renda e não por seus outros crimes muito mais graves. Mas, em Nova York, não se ficava apenas na prisão. Procedia-se a um interrogatório e investigação para se descobrir a procedência da arma, o que levou ao desbaratamento de várias redes de venda clandestina desse produto. O medo de ser detido por causa de armas levou à redução das armas em circulação, colaborando para a drástica diminuição da criminalidade na cidade.

“Só privilegiados vão ter proteção”?

Os que eram contrários ao Estatuto do Desarmamento afirmavam: *“Não se estará criando uma odiosa forma de discriminação social ao se manterem os privilégios e direitos adquiridos de militares, juízes, promotores, defensores públicos, procuradores, Senadores, Deputados Federais e estaduais, chefes de autarquias etc.?”*.⁵⁵

Como princípio geral, o Estatuto considerou que o civil não deve andar armado, porque a responsabilidade da segurança pública é da polícia, e porque civis armados na rua são uma das causas das altas taxas de bala perdida, assaltos com morte e crimes por motivação tola. Quais os critérios para abrir exceções? A primeira se refere ao civil que comprove a necessidade de portar arma por estar correndo risco de vida, situação em que a Polícia Federal lhe concederá o direito. A segunda exceção tem a ver com as consideradas “profissões de risco”, geralmente funções ligadas à punição e encarceramento. São profissionais que podem sofrer represálias e vingança de condenados, como juízes, promotores, procuradores e defensores, ou que necessitam de armas para impedir fugas e se proteger, como guardas prisionais. A lei entendeu que determinados tipos de agentes de segurança também têm que usar arma para cumprir seu dever, e outros indivíduos em situação de risco e necessidade. (ver art. 6º do Estatuto em *Anexos*).

Membros de outros setores do Judiciário reivindicaram o direito ao porte, como oficiais de justiça, que têm a arriscada missão de intimar pessoas para depor na Justiça. Foi considerado que estes já contam com direito à proteção policial no exercício de sua função. A tentativa de alguns parlamentares de estender a concessão de porte de arma para si próprios foi rejeitada pela maioria do Congresso. Alguns sindicatos tentaram, inutilmente, adquirir o direito ao porte dizendo-se “profissões de risco”, como os guardas dos centros de menores infratores. O direito lhes foi negado uma vez que a política prevista em lei é de recuperação de menores (são designados por isso mesmo de “agentes educacionais”), e não de ameaças e torturas, que já ocorrem mesmo com os agentes desarmados. Também os caminhoneiros, frequentemente assaltados e mortos nas estradas, pressionaram inutilmente pelo direito ao porte. Neste último caso, o que está sucedendo é que a PF, dedicando-se à investigação, está começando a desbaratar quadrilhas e prendendo gente graúda. Nas estradas, está tendo êxito na desarticulação das gangues de assaltantes. Política muito mais efetiva do que permitir que

cerca de 500 mil caminhoneiros se armassem. As empresas de transporte de carga investiram milhões em aparelhos eletrônicos de segurança, que de pouco serviram. A solução estava numa boa polícia de investigação e repressão (fica faltando a moralização da Polícia Rodoviária). Este é um bom exemplo de que a solução é investir na melhoria da polícia e não em armar a sociedade.

Excessões

No Brasil, quando se consegue uma lei que afeta a todos, logo começa a pressão de setores poderosos, ou privilegiados, para se isentarem da obrigação. E nada é mais oposto ao conceito de democracia que o privilégio, característica das monarquias e ditaduras. Um projeto de lei já apresentado no Congresso procura garantir aos advogados o direito de portar armas. O advogado Levy de Castro Filho comenta: *“Estão registrados na OAB 455.768 advogados em todo o país, o que significaria legitimar o uso de armas para quase meio milhão de pessoas. Logo serão os médicos a reivindicar, porque atendem criminosos feridos, e por aí seguiria, em efeito cascata”*.⁵⁶

Profissionais que se expõem a situações de risco se iludem sobre os benefícios de andar armados. Nos últimos tempos, a sociedade tem se surpreendido com juiz assassinando vigia de supermercado, promotor fuzilando quem ousou fazer um galanteio para sua namorada e com o assassinato de juizes, mesmo armados. Apesar de serem episódios isolados, esses fatos demonstram: (1) como a arma de fogo é um instrumento precário de defesa frente a uma agressão armada; (2) como a posse de uma arma pode fazer eclodir temperamentos arrogantes e violentos em profissionais de “reputação ilibada” e (3) como “transtornos de conduta” e arroubos emocionais podem levar cidadãos de bem a cometer assassinatos por razões tolas. Por isso, o senador Romeu Tuma, que foi diretor da Polícia Federal, declarou durante a votação do Estatuto do Desarmamento: *“Fui diretor da Polícia Federal e nunca andei armado”*.

“Se rico tem guarda-costas é porque arma protege”?

O trabalho de um guarda-costas é estar sempre alerta, atento, para prevenir uma agressão, diminuindo as chances de êxito de um ataque de surpresa, o que não ocorre com o cidadão comum. O guarda-costas, além disso, é treinado para exercer essa função, aumentando suas chances de rechaçar um ataque. Mesmo assim, ele corre grande perigo, exerce uma profissão de alto risco, e costuma ganhar bem porque arrisca sua vida para proteger a de outro. A pessoa para quem ele trabalha está relativamente protegida e paga por isto.

Não se pode comparar a situação do cidadão comum, desarmado, com a do cidadão que conta com a proteção de guarda-costas, no intuito de se provar que a arma de fogo aumenta a segurança de quem a usa. Quem a usa, nesse caso, é o guarda-costas, exposto ao ataque e que é o primeiro a sucumbir. Quando morre na defesa do patrão, seu nome nem é mencionado na notícia, que ressalta apenas o nome do bacana “que escapou de um atentado, em que morreram dois seguranças”.

Se alguns contam com recursos para contratar seguranças privados bem treinados, e outros não, isso nos remete para tema completamente diferente, que é a desigualdade social, e a incapacidade de nossas autoridades garantirem uma segurança pública eficiente. Alguns alegam que “o homem pobre, não podendo contratar guarda-costas, deve se armar para se

proteger". Ora, não se concebe uma sociedade em que todos tenhamos guarda-costas, ou estejamos todos armados. Sociedade segura é aquela que conta com boa polícia, para toda a população e não apenas para quem pode pagar segurança privada. A falência da segurança pública nos empurra para buscar soluções individuais. É um descaminho (ver *O descontrole das empresas de segurança privada*). Para quem não é rico, não há salvação solitária. Devemos pressionar para que o Estado cumpra sua função republicana de proteger a todos.

7. "Mais armas, menos crimes" ou "Menos armas, menos crimes" ?

John Lott e a defesa das armas

O mais conhecido pesquisador que defende o uso de armas de fogo como defesa é o norte-americano John Lott.⁵⁷ Este autor procura provar que quanto mais armas estão nas mãos de bons cidadãos em uma comunidade, mais segura ela está: as armas seriam um eficaz instrumento de autodefesa contra assaltos. Lott sustenta que o aumento na venda de armas trouxe a queda nos crimes violentos em seu país. Afirma que entre 1993 e 97, houve um grande aumento no número de licenças para portar arma, o que teria provocado uma queda de 29% nos índices de homicídio com arma de fogo. Para ele, quanto mais se restringe o uso de armas, maior o aumento da criminalidade. Esse pesquisador toma como exemplo a capital americana, Washington D.C., "que apesar de ter uma das leis mais restritivas de controle de armas, é o distrito mais violento dos Estados Unidos"⁵⁸, em comparação com seus estados vizinhos, onde a criminalidade é baixa e é fácil se comprar arma. Vermont, por exemplo, que permite o porte de armas para seus bons cidadãos, tem o mais baixo índice de crimes violentos do país".

Seus críticos contestam, afirmando que de pouco adiantou proibir as armas em Washington D.C., se elas continuam a entrar pela fronteira dos Estados vizinhos de Virginia e Maryland, onde se pode comprar "apenas" uma arma por mês, além do tráfico de armas provenientes de Vermont, onde não há controle de armas. (ver *USA: "armas e violência"*) Mesmo assim, entre 1976 e 1988, após a proibição de armas em Washington DC, em 1976, "os homicídios caíram de 13 por mês para 9,7, e os suicídios de 2,6 por mês para 2".⁵⁹

O equívoco do argumento de Lott reside no fato de ele usar como exemplo localidades muito violentas, onde as leis de controle de armas se tornaram por isso mesmo mais rigorosas, para provar que o desarmamento não funciona. Ora, esses locais não são violentos porque se restringiu a venda de armas; a restrição veio para tentar reduzir uma violência pré-existente. Se ela não foi reduzida de forma satisfatória, caberia perguntar se sua persistência não teria sido muito maior sem a lei de controle. O mesmo se aplica para comunidades com baixas taxas de violência armada e facilidade para a compra de arma. Provavelmente essas localidades continuariam pacíficas com a restrição à venda de armas, pois as razões da sua tranquilidade vão ser encontradas em outros fatores, como bons índices econômicos, integração social, polícia eficiente, alto nível de religiosidade etc. Como sempre enfatizamos, arma por si só não causa violência criminal.

A controvérsia do porte de armas e o "efeito dissuasor"

John Lott popularizou a tese do "efeito dissuasor" do uso da arma, isto é, a arma nem precisaria ser usada: indivíduos ou casas com arma fariam com que o bandido desistisse do assalto. Segundo ele, "os milhões de porte de arma concedidos em 31 dos Estados norte-americanos têm

evitado cerca de 1.570 homicídios, 4.177 estupros e 60.000 assaltos todo ano nos EUA". Já especialistas de dois renomados centros de pesquisa de Washington, divergem: "A defesa feita por John Lott do porte de arma como fator de prevenção de crimes violentos não tem fundamento. Seu estudo contém erros factuais e metodológicos e chega a conclusões implausíveis de acordo com as pesquisas de criminalística. Os estudos nas áreas de segurança e saúde pública consideram que o porte de arma produz efeitos exatamente contrários: aumento da letalidade do armamento usado pelos criminosos, provocado pela busca de armas cada vez mais poderosas; uso indevido de armas por quem obteve o direito de porte; e maior dificuldade de repressão ao porte ilegal por parte da polícia".⁶⁰

Lott afirma que "em 98% das vezes em que as pessoas usam armas defensivamente, basta que elas simplesmente mostrem a arma para cessar um ataque". Isto é mais provável acontecer se apenas a vítima está armada e não o potencial assaltante. Só que, neste caso, se há a tentativa de assalto, e a vítima reage com arma a um agressor desarmado, terá dificuldade em alegar legítima defesa, pois esse instituto pressupõe "uso de meios moderados e proporcionais à agressão" (ver *Restrições legais à "legítima defesa"*). Entretanto, o que se torna cada vez mais comum é a pessoa ser assaltada exatamente porque tem arma, objeto da cobiça dos bandidos. Na nossa realidade, a arma está mais para "efeito atrativo" do que para "efeito dissuasor".

O Texas, onde foram concedidos mais de 200.000 portes de arma, é muito citado por Lott como exemplo do sucesso da autodefesa armada. Mas as pesquisas revelam outra situação: "No Texas, 5.314 portadores legais de armas de fogo foram presos desde que entrou em vigor a lei que permite o porte, no período entre janeiro de 96 e agosto de 2001. A Associação Nacional de Fuzis disse aos texanos em 96 que a concessão do porte faria do Texas um lugar mais seguro. As milhares de prisões de cidadãos que compraram arma legalmente e que a usaram indevidamente demonstram exatamente o contrário. Eles cometeram crimes e não preveniram crimes. Criou-se uma situação calamitosa".⁶¹

Vários estudos realizados no país de Lott têm procurado responder à seguinte pergunta: "A sociedade ficará mais segura se todos os cidadãos de bem puderem portar arma?" As conclusões dessas pesquisas respondem negativamente:

- "Se vítimas potenciais começarem a portar armas, isso motivará os ladrões de rua a também usar armas. Quando isso suceder, esses criminosos tenderão a atirar primeiro e perguntar depois de forma a evitar uma reação da vítima".⁶²

- "O aumento médio dos homicídios por arma de fogo foi de 26% em 4 das 5 áreas de estudo depois que leis que liberaram o porte de arma foram implementadas em Oregon, Mississipi e Flórida. Homicídios com outros meios aumentaram em média apenas 1%".⁶³

O criminalista Roberto Garcia chega à conclusão igualmente negativa: "[O desarmamento civil] evitará que armas de procedência regular passem a integrar o arsenal dos malfeitores... Mais do que isso, com a proibição do porte, diminuirão os casos de homicídios tolos, como aqueles em que, depois de um abaloamento qualquer entre dois veículos, um dos motoristas, eventualmente cidadão de bem, num roubo, saca sua pistola e atira para vingar a honra vergastada por meia dúzia de impropérios proferidos pelo desafeto momentâneo." ⁶⁴

Essas análises parecem dar razão ao lema da Campanha de Desarmamento do Paraná, que dizia "Menos armas, mais vidas". (ver *Direito ao porte de arma?*) A proposta "Mais armas, menos crimes", ao incentivar a disponibilidade de armas, parece aumentar o sentimento de insegurança, fazendo com que cada vez mais pessoas se armem.

"Defesas bem sucedidas não são registradas"?

John Lott acredita que muitas pessoas que assustam os assaltantes com tiros de advertência, ou evitam o assalto ao ferir o bandido, acabam não registrando a ocorrência na polícia, e esses casos de autodefesa bem-sucedidos deixam de ser computados pelas estatísticas oficiais. Claro que casos como esses, se ocorrem nos Estados Unidos onde há mais confiança na polícia, certamente são ainda mais freqüentes entre nós. Só que a sub-notificação não ocorre apenas nesses casos, mas em todos em que a vítima não precisa da ocorrência policial para ser indenizada ou para garantir algum direito. É muito comum alguém que é assaltado, e não reage, preferir não dar queixa na polícia, por achar que não adianta nada, por temer represália posterior do assaltante, ou por receio de ser achacado por um mau policial. Sabemos que *“68% das vítimas de roubo ou furto e 66% das que sofreram alguma agressão física, em 1987, não procuraram uma delegacia, por ‘não acreditar na polícia’ ou por ‘não querer envolver a polícia’.”*⁶⁵ A sub-notificação de mortes por arma de fogo também é comum no interior do Brasil, onde ocorrem inúmeros sepultamentos sem o competente registro. Portanto, a sub-notificação é uma característica dos países em que o prestígio da polícia é baixo, e onde populações pobres do interior vivem à margem da lei, no que diz respeito a registro de nascimentos e mortes, o que acaba por distorcer os índices totais de mortes, seja para um lado ou para o outro na polêmica sobre o sucesso ou insucesso da autodefesa com armas.

8. Países “exemplares”

Prós e contra o desarmamento estão sempre citando a experiência de outros países que tiveram êxito, ou não, com políticas de controle de armas e desarmamento. O recurso à prática de outros povos é importantíssimo. Em que pese as diferenças entre as nações, esta é uma das formas mais efetivas de se avaliar o realismo, ou inviabilidade, de propostas teóricas. Mas tem sido usual a deformação do que se passa lá fora. Fica claro o desejo de manipulação. Por exemplo, em junho de 2000, dias antes de a Comissão de Constituição e Justiça do Senado votar projeto de controle de armas (Nº614/1999) apresentado pelo senador José Roberto Arruda, e relatado pelo senador Renan Calheiros, o lobby das armas enviou aos senadores a tradução resumida de artigo saído na imprensa britânica. Por ele, “os homicídios com armas de fogo estariam subindo fortemente no país, demonstrando o fracasso da proibição de armas para civis”. Conhecendo bem a realidade da Grã-Bretanha, que não se ajustava a essas informações, fomos atrás do original do artigo. Este afirmava que “os crimes financeiros estavam subindo fortemente e os crimes com arma de fogo caindo”. Remetemos a íntegra do artigo para os senadores. Melhor informados, e indignados com a tentativa de embuste, aprovaram o projeto na CCJ, que no futuro serviria de base para o Estatuto do Desarmamento. Vejamos os dados oficiais que retratam a situação de alguns países:

Suíça: “paraíso armado”?

Informações divulgadas pelos que acreditam defender o modelo suíço de “paz armada”:

- *“A Suíça é o país mais armado do mundo. Seu Exército é reservista e todo militar leva um fuzil para casa. O índice de criminalidade lá é quase zero.”*⁶⁶

- *“Na Suíça, praticamente em toda, repito, toda residência existe uma arma de fogo. Não qualquer arma de fogo, não mísero revolverzinho calibre 38, mas sim um fuzil de assalto, de verdade. (...) Pergunto: na Suíça, onde na maioria das casas existem armas de fogo, os índices de violência são tão altos como os do Brasil, onde a legislação é restritiva?”*⁶⁷

A Suíça não é “o país mais armado do mundo”, nem é “uma ilha de tranqüilidade armada”:

Um exército de milicianos

Na Suíça, 27,2% dos lares têm armas de fogo, enquanto nos Estados Unidos esse índice sobe para 48%.⁶⁸ O serviço militar é contínuo (alguns períodos por ano): dos 19 aos 30 anos para soldados e praças, e até 50 anos para oficiais e especialistas.⁶⁹ Enquanto servem às Forças Armadas, esses militares levam suas armas para casa. Mas elas são fiscalizadas com regularidade, ficam descarregadas e sua munição é mantida em recipientes lacrados, para uso exclusivo no quartel ou em caso de guerra. Bem diferente de se ter um revólver carregado na gaveta, ou na cintura. Por sua vez, as munições usadas para este tipo de armamento são distribuídas pelo Exército e não estão à venda. O arsenal guardado em casa é de armas longas de uso militar, pouco próprias para assaltos na rua.⁷⁰

“Paraíso de tranqüilidade”?

Se buscamos as causas das mortes, não apenas fora de casa, mas também entre quatro paredes, a situação da Suíça não dá inveja aos seus vizinhos. Segundo criminalista da Universidade de Lausanne, Suíça, neste país *“as armas de fogo têm o seu maior impacto dentro de casa. O que se constata é um significativo uso de armas de fogo em casos de violência doméstica. Estudo realizado em 16 nações desenvolvidas mostrou que a Suíça é o país onde mais morrem mulheres por arma de fogo e onde os autores são homens sem antecedentes criminais”*.⁷¹

Apesar de todas as precauções quanto ao controle das armas militares com civis, o país não é tão “tranqüilo” assim: *“As armas de fogo são usadas em casos de suicídios em alta percentagem: a Suíça vêm em terceiro lugar no mundo depois dos Estados Unidos e Finlândia no que diz respeito a suicídios por arma de fogo [Taxa de suicídios por arma de fogo por 100 000 habitantes: EUA, 6,30; Finlândia, 5,39; e Suíça, 4,53]”; e “Para os padrões dos países europeus desenvolvidos, os índices suíços não são baixos. Em 2000, a taxa de mortalidade por arma de fogo da Suíça era de 0,55 por 100 000 habitantes, superior a vários países europeus, como França 0,29 e Alemanha 0,20”*.⁷²

Quando se compara realidades distintas – Brasil e Suíça -, há que se levar em conta as diferenças. Dizer que “a Suíça é pacífica porque seus homens estão armados”, é ignorar fatores muito mais importantes que explicam essa distinção. A arma, por si só, não detona a violência, muito menos num país rico, socialmente homogêneo, com alta qualidade de vida, longa tradição cultural de respeito às leis e forte compromisso com a paz. A neutralidade da Suíça durante as últimas guerras é fato conhecido de todos.

Legislação de armas

Mesmo na relativamente pacata Suíça, o Legislativo vem discutindo a necessidade de se proibir a venda de armas semi-automáticas e de se exigir prova de “necessidade” para porte de arma, excetuando os praticantes de caça ou esporte. A Lei de Armas é de 1997, e foi revisada em 2002 *“devido ao controle insuficiente do comércio de armas entre particulares, dos abusos ligados às réplicas de armas e às armas de ar-comprimido”*.⁷³ A necessidade de restrições ao uso de armas, e de uniformização da lei, divergente nos vários cantões em que se divide o país, foi percebida como uma necessidade urgente após a tragédia nacional de Zoug. Nesta cidade, em setembro de 2001, um homem matou 14 membros do parlamento local com armas automáticas, que usava para praticar tiro em um clube.

Austrália: o maior desarmamento

Uma entidade denominada *Viva Brasil*, costuma repetir: “*As estatísticas da Austrália, Inglaterra e Canadá demonstram como menos armas em poder da população é um sinal verde para os bandidos*”.⁷⁴ Será verdade?

O massacre de Port Arthur e a nova lei

Em 28 de abril de 1996, em Port Arthur, no Estado australiano da Tasmânia, Martin Bryant, armado com dois fuzis semi-automáticos de uso militar, matou 35 pessoas e feriu 18. As armas usadas no massacre eram de compra legal na Tasmânia, mas proibidas na maioria dos outros Estados. O massacre motivou o Congresso a votar uma lei nacional de armas, o *Firearms Act*, em junho de 1996, cujos pontos principais eram:

- Substituição da noção de “direito” de ter uma arma pela noção de “privilégio” de ter uma arma. A “autodefesa” não é considerada uma razão válida. Antes era o contrário: qualquer adulto podia comprar uma arma, a não ser que fosse desqualificado por ter antecedentes criminais;
- Armas automáticas e semi-automáticas estão proibidas para civis, com exceção de fazendeiros e atiradores esportivos, que devem provar absoluta necessidade para o uso das mesmas;
- Homens com antecedentes de violência doméstica estão proibidos de comprar armas nos 5 anos seguidos à agressão;
- Armas particulares devem ser guardadas descarregadas, num lugar trancado e separadas da munição;
- Transferências de armas só são permitidas através de lojas certificadas ou da polícia, para impedir a transação entre terceiros e a compra por correspondência;
- Proprietários de armas têm que pertencer a clubes de tiro e se submeter a treinamento;
- Em 2003, uma emenda à lei tornou o uso de armas de mão, mesmo por parte de clubes de atiradores e colecionadores, bem restrito.⁷⁵

Campanha de Entrega Voluntária de Armas:

A campanha australiana foi a mais bem sucedida até hoje, seja pelo número de armas recolhidas, seja pelos resultados. Durou um ano, de 1996 a 97, e visou a recompra das armas automáticas e semi-automáticas, proibidas pela nova lei. Foram indenizadas 643.726 armas, compradas a preço de mercado, com um gasto de US\$ 320 milhões, financiado por um aumento mínimo na previdência social. Milhares de armas não proibidas também foram entregues voluntariamente sem indenização, totalizando cerca de 700.000 armas recolhidas. Naqueles 12 meses, quase 1/6 do arsenal privado da Austrália foi destruído.

Resultados da lei e da Campanha de Desarmamento

Antes do massacre de Port Arthur, ocorreram 11 assassinatos múltiplos na Austrália cometidos com arma de fogo, em que morreram cerca de 100 pessoas e mais de 50 ficaram feridas. Depois da nova lei, nenhum.⁷⁶ Nos 6 anos posteriores à aprovação da lei, entre 1996 e 2002, o número total de mortes por arma de fogo caiu de 521 para 299 (diminuição de 43%). A taxa de homicídios por arma de fogo por 100 mil habitantes ⁷⁷ passou de 0,57 para 0,24 (mais de 50% de redução).⁷⁸

Alguns falam de “onda de criminalidade” na Austrália, e fazem referência a aumento de assaltos armados. Essa categoria de crime inclui todo tipo de arma (arma branca e outras). Na verdade, assaltos sem arma de fogo, que causam muito menos mortes, aumentaram em 20 %, enquanto os assaltos com armas de fogo diminuíram ao seu mais baixo nível em 6 anos: menos de 1 em 5 assaltos envolveram arma de fogo.⁷⁹ Em 1989/90, armas de fogo eram usadas em 27,5% dos homicídios; em 2001/02, essa percentagem baixou para 14,2%.⁸⁰

Fica nítido o declínio das mortes por arma de fogo após a aprovação da lei de controle de armas (1996) e da campanha de desarmamento (1996/7), a partir dos dados seguintes:

[gráfico excluído]

(1) A queda do número total de mortes por arma de fogo foi drástica, muito além da tendência precedente : -26% entre 1979 e 1996, -40% entre 1996 e 2002; (2) Para homicídios por arma de fogo, a tendência não era de queda. Só depois de 1996, caiu a níveis bem inferiores aos de 20 anos atrás: 97 homicídios em 1979, 104 em 1996 e 47 em 2002.

USA: “armas e violência armada”?

Potência hegemônica no mundo, a imagem que o brasileiro tem dos Estados Unidos é sempre carregada de emoção, a favor ou contra. Para uns, é o modelo a seguir, para outros, a encarnação do mal. Havendo os autores desse Guia vivido nos EUA, encontraram nesse país soluções criativas para muitos de nossos problemas, mas também políticas que só agravariam os males que nos afligem. É com essa postura aberta, mas crítica, que tratamos aqui de avaliar sua contribuição para o tema das armas.

Os Estados Unidos são reconhecidamente um país muito violento. O gosto por armas é tão difundido na cultura norte-americana que, no país das lojas de *fast-food*, existem 3 vezes mais vendedores licenciados de armas de fogo (81.325), e de casas de penhores só para armas, do que franquias do McDonald's.⁸¹ Trata-se do país mais armado do mundo: 48% das famílias têm arma de fogo em casa.⁸² Considerando-se que a relação é de 83 a 96 armas para cada 100 habitantes, existiria quase uma arma para cada indivíduo.⁸³ Nos EUA a violência prevalece como método de resolução de conflitos, seja no convívio entre seus cidadãos, seja na política externa. É a nação dos assassinatos múltiplos nas escolas e igrejas, a terra dos *serial killers*. Segundo o FBI, em média 50 *serial killers* percorrem o país anualmente em busca de vítimas. Entre os 36 países mais desenvolvidos, os Estados Unidos têm a maior taxa de mortalidade por arma de fogo (14,24 por 100 mil habitantes), que é 8 vezes mais alta do que a média dos outros países industrializados.⁸⁴ A comparação dos homicídios com arma de fogo com outros países desenvolvidos fala por si só: Nova Zelândia: 4 (em 1998), Japão: 22 (1997), Inglaterra e País de Gales: 23 (1999), Canadá 159 (1997), Alemanha: 155 (1999), Estados Unidos : 11.802 (1998).⁸⁵ O então Presidente Clinton constatou, preocupado: “A cada dia, 13 crianças morrem neste país vítimas de armas de fogo”.⁸⁶

Situação

A política do governo Bush tem sido a de cortar fundos para os centros de pesquisa sobre armas e vitimização, por considerar que “arma é um assunto privado”. O resultado é que, no país das estatísticas, a única disponível é de 2001. Naquele ano, “houve 29.573 mortes por arma de fogo. Morre diariamente uma média de 80 pessoas por esta causa: 57% suicídios, 38% homicídios, 3% mortes não-intencionais”, conforme a ilustração seguinte.⁸⁷

[gráfico excluído]

- Para um país com 293 milhões de habitantes, estima-se que existam entre 242 e 281 milhões de armas de fogo em mãos de civis⁸⁸, das quais cerca de um terço são armas de mão.⁸⁹
- Mesmo antes do atentado de 11 de setembro, que levou a uma corrida às armas por incentivo do governo federal, a cada dia cerca de 5.500 desses produtos eram vendidos no mercado interno.⁹⁰
- Em 2001, 65% de todos os homicídios e 55% de todos os suicídios foram cometidos com arma de fogo, na maioria armas legais.⁹¹
- Os EUA são o país com maior taxa de suicídio por arma de fogo do mundo: 5,5 por 100.000 habitantes;
- De todos os homicídios com arma de fogo onde se conhece o tipo da arma usada, 77% foram cometidos com arma de mão.⁹²
- Maior produtor e exportador de armas do mundo, os Estados Unidos possuem 238 fábricas, em 43 Estados, que produziram mais de 1.2 milhões de armas de mão em 1998;⁹³
- Armas de fogo matam 12 vezes mais crianças nos EUA do que em 25 outros países desenvolvidos;⁹⁴ 25% das mortes acidentais com arma atingem a população infantil e jovem (menos de 20 anos);⁹⁵ 2/3 das crianças norte-americanas dizem ter acesso a uma arma de fogo se quiserem.⁹⁶

Legislação

Uma avaliação das leis sobre armas dos Estados Unidos não pode ser geral, porque a autonomia de seus Estados faz com que variem de um para outro. Apenas alguns princípios são federais, como por exemplo, normas sobre concessão de licença para comercializar armas, a necessidade de se esperar 5 dias quando se comprar uma arma (Lei Brady), que visa checar os antecedentes do comprador e forçar a um período de reflexão para prevenir suicídios e assassinatos premeditados.⁹⁷ Em setembro de 1994, o presidente Clinton assinou a Lei sobre Armas de Assalto, proibindo a venda de armas militares semi-automáticas para civis. A lei durou dez anos, mas caiu em 13.09.2004, depois que o presidente Bush e o Congresso de maioria republicana deixaram de revalidá-la. Alguns aspectos das diferenças entre os vários Estados:

- Em 6 Estados não há idade mínima para compra de armas de mão;
- Em 46 Estados não há limite de armas que uma pessoa pode adquirir. Só 4 Estados impõem um limite de uma arma de mão por mês, como medida contra o tráfico ilegal de armas. Há Estados em que se faz campanha para que não se possa comprar mais de 20 armas por mês!
- Em 48 Estados é legal a compra de fuzis de guerra, só proibidos na Califórnia e Connecticut;
- Dois Estados, Massachusetts e Hawai, proibem armas de fogo para civis; outros não fazem praticamente nenhuma exigência a quem quer comprar arma, como Kentucky, Montana, Texas, Alaska, Louisiana e Maine.

A verdade é que todas as restrições às armas e munições, sejam federais ou estaduais, deixam de valer nas freqüentes "feiras de armas", em que estes produtos são vendidos sem nenhum requisito, seja para menores de idade ou delinqüentes.

Relação entre tipos de lei e mortes por arma de fogo

A mais abrangente e recente pesquisa comparativa sobre as diferentes leis de cada Estado norte-americano, e seu grau de aplicação real (também lá, nem sempre a lei é cumprida com rigor), foi coordenada pela renomada especialista Rebecca Peters.⁹⁸ A análise estabelece 13 critérios de controle de armas, numa escala que vai de 100 pontos, como máximo controle de armas, até pontos abaixo de zero (zero considerado como padrão mínimo de controle necessário), como Estados que proibem a aprovação de leis restritivas, ou que não estabelecem idade mínima para compra de armas, ou que não permitem processos judiciais contra a indústria de armas. Comparamos estes resultados com o índice de mortalidade por arma de fogo de cada Estado, no mesmo ano de 2000⁹⁹, e chegamos às seguintes conclusões:

Conclusão 1: Os Estados que têm as leis mais frouxas para venda legal de armas, estão também entre aqueles que detêm os mais altos índices de mortalidade por arma de fogo, conforme a tabela que se segue.

ESTADOS COM LEIS DE MENOR CONTROLE E DE MAIOR MORTALIDADE POR ARMA DE FOGO (ano 2000)

Estados	Classificação de mortalidade por arma de fogo [HELP Network]	Taxa de mortalidade por arma de fogo /100.000 habitantes [HELP Network]	Grau de rigor de controle das armas de fogo [Soros Foundation]
Alaska	1	18,6	-8
Nevada	2	18,1	0
Louisiana	3	18,1	-8
Alabama	4	17,5	-3
Mississippi	5	16,9	-2
Novo México	6	16,6	1
Arizona	7	16,3	-1
Tennessee	8	16,2	1
Arkansas	9	16,1	-5
Montana	10	15,1	-6

Conclusão 2 : Nos 8 Estados com leis mais restritivas de controle de armas de fogo, encontram-se os 5 Estados com as mais baixas taxas de mortalidade por arma de fogo do país, e 2 Estados com taxas de mortalidade muito abaixo da média nacional (10,4). Importante notar que, mesmo Estados com leis restritivas de armas, vêem seus esforços enfraquecidos por Estados vizinhos, ou próximos, que por terem leis permissivas, favorecem o contrabando de armas para os primeiros. Essa situação se manifesta claramente em 3 dos Estados assinalados, como mostra a tabela que se segue:

ESTADOS COM LEIS MAIS RIGOROSAS E DE MENOR MORTALIDADE POR ARMA DE FOGO (2000)

Estados	Grau de rigor de controle das armas de fogo [Soros Foundation]	Classificação de mortalidade por arma de fogo [HELP Network]	Taxa de mortalidade por arma de fogo /100.000 habitantes [HELP Network]	Proximidade com estados de leis permissivas [Soros Foundation]
Massachusetts	76	50	2,8	
Hawai	71	48	4,4	
Califórnia	53	32	9,2	Próximo a Oregon, Nevada e Arizona
Connecticut	50	46	5,4	
Maryland	43	19	11,8	Próximo a West Virginia
Illinois	35	31	9,3	Próximo a West Virginia e Kentucky

New Jersey	35	49	4,2	
New York	27	45	6,0	

Washington D.C. : o Distrito mais violento

Aparentemente, a capital dos EUA contradiz a tese de "leis mais rigorosas, menos crimes por arma de fogo". O distrito de Washington (não contemplado pelo estudo comparativo do Open Institute porque não é um Estado) tem lei restrita e o mais alto índice de mortes por arma de fogo (28,7). Ele está próximo da West Virginia, que têm leis frouxas, e de outros estados limítrofes que até poucos anos atrás tinham leis absolutamente permissivas, como Virginia e Maryland, de onde provinha o contrabando de armas. Por isso, uma das conclusões da pesquisa comparativa é de que *"pouco adianta restrições num Estado, se em outros Estados próximos a lei é permissiva"*. A legislação severa em Washington data de 1976, quando foi aprovado o *Firearms Control Regulations Act*, proibindo as armas de mão e reduzindo a acessibilidade às armas em geral. Assim que a lei entrou em vigor, caiu abruptamente em 25% o número de homicídios e suicídios por arma de fogo, o mesmo não acontecendo com os outros crimes sem arma.¹⁰⁰

Massachusetts: o Estado mais pacífico

O Estado de Massachusetts têm as leis mais rígidas de controle de armas e as taxas mais baixas de violência por arma de fogo do país (taxa de mortalidade de 2,84 por 100 mil habitantes, um terço da média nacional de 10,41). Houve 125 homicídios em Massachusetts em 2000, 47,5 % deles cometidos por arma de fogo. Para contrastar, em 2002, na Louisiana, Estado com um terço da população de Massachusetts e leis de armas permissivas, foram registrados 560 homicídios, sendo 73,7 % deles com arma de fogo. Em 1998, a Louisiana aprovou legislação restritiva, aumentando as penas por uso ilegal de arma e proibindo os fuzis de guerra. Em consequência, houve uma redução em 80% no número de acidentes com vítimas abaixo de 19 anos e em 20% nos suicídios com arma de fogo, sem que tenha aumentado os suicídios por outros meios. Também os homicídios seguiram caindo.¹⁰¹

Esse panorama de descontrole das armas na maior parte dos Estados Unidos nos faz entender porque, apesar de todas as qualidades do país, que o tornaram uma grande nação, a violência que produz é assustadora: a cada dois anos, desde 1988, mais norte-americanos morreram por arma de fogo dentro do seu país do que durante os 11 anos da Guerra do Vietnã (1964-1975), sem contar os que estão morrendo no Iraque e no Afeganistão. Nos anos 60, o líder do movimento negro Stockley Carmichael já dizia: *"A violência é tão americana quanto a torta de maçã"*.

Canadá e "Tiros em Columbine"

No filme *Tiros em Columbine*, Michael Moore compara os Estados Unidos com o Canadá, para demonstrar que ambos os países têm muita arma em mãos civis, mas só o primeiro é violento. Sua tese é a de que há nos EUA uma "manipulação do medo", com os objetivos de eleger políticos conservadores e de estimular a venda de armas. Ao contrário do Canadá, com sua longa tradição social-democrática e cultura pacifista. O que não fica dito é que o número de armas nos EUA é muito maior: este país tem 3,5 vezes mais armas de mão por habitante do que o Canadá e 31,9 vezes mais armas em números absolutos.¹⁰² Tampouco o filme esclarece que a maioria dos Estados norte-americanos conta com leis permissivas de fiscalização de

armas, enquanto o Canadá tem uma longa tradição de controle, principalmente das armas de mão. Seu problema é com as armas de cano longo.

Legislação do Canadá

Já em 1877, alguém que portasse arma de mão "sem justificativa razoável" podia ser preso por 6 meses. A partir dos anos 30, tornaram-se obrigatórios a licença e o registro para a compra de qualquer arma de mão. A lei de armas, *Firearms Act*, é de 1995, e medidas de maior controle de porte e registro foram implementadas a partir de 98.¹⁰³ A lei foi estabelecida com o objetivo de "reduzir a mortalidade, os ferimentos e os crimes cometidos com armas de fogo". Ela determina que se analise os antecedentes criminais do comprador (seu comportamento é fiscalizado periodicamente), estabelecendo penas mínimas de 4 anos de prisão para os crimes mais graves cometidos com armas de fogo. A lei canadense não considera um direito nem a posse nem o porte de armas de fogo. Pelo contrário, várias vezes os tribunais reafirmaram o direito do governo de proteger os cidadãos contra o perigo representado por essas armas. A posse de arma de mão está restrita à polícia, forças armadas, membros de clube de tiro e colecionadores. Em todo o país, até 2000, só foram concedidos 50 portes a título de "autoproteção", em caráter excepcional, para casos de comprovado risco de vida, em que não se podia contar com a proteção policial.¹⁰⁴

Situação

- Em 2001, houve 842 mortes por arma de fogo no Canadá: 651 suicídios (77%), 148 homicídios (18%), 28 acidentes (3%), 5 por intervenção da polícia e 10 por motivos desconhecidos;¹⁰⁵

- Estima-se que existam cerca de 2,46 milhões de proprietários de armas de fogo e 7,9 milhões de armas de fogo;¹⁰⁶

- No Canadá, os Estados com mais armas (Oeste do país) são também aqueles com as taxas mais elevadas de mortes por arma de fogo;¹⁰⁷

- Calcula-se que 26% das residências canadenses tenham armas de fogo.¹⁰⁸ Essa alta porcentagem é devido à tradição de caça, daí que o número de armas longas seja muito superior ao de armas de mão;

- O rígido controle sobre as armas de mão não se verifica em relação às armas de caça. Como resultado, a maioria dos crimes com arma de fogo é cometida com estas últimas: fuzis de caça e carabinas foram responsáveis por 52% dos crimes, 76% dos homicídios por violência conjugal, 82% dos suicídios e 90% das mortes acidentais.¹⁰⁹ Preocupados com as mortes provocadas pelas armas de cano longo, existe hoje uma forte campanha, liderada por médicos, para que aumentem as restrições ao uso dessas armas.

- Entre 1970 e 1996, morreram cerca de 37.000 pessoas por arma de fogo, uma média de 1.385 por ano.¹¹⁰ Isto é, em 26 anos, morreram menos canadenses do que brasileiros em apenas um ano. Mas, para um país desenvolvido, com grande igualdade decorrente de décadas de social-democracia, e exemplar cultura de tolerância e integração étnicas, os seguintes números preocupam seu governo, que informa:¹¹¹

- 86% das vítimas de homicídio por arma de fogo conheciam seus autores;
- 63% das vítimas de homicídios domésticos por arma de fogo foram mulheres, 85% dos homicídios conjugais foram cometidos contra mulheres, e 27% dos homicídios domésticos foram com arma de fogo, em 1997;

Comparação com os EUA

- Nos Estados Unidos, 66% de todos os homicídios foram cometidos com arma de fogo, enquanto no Canadá a porcentagem foi de 27,3%, em 1998;¹¹²

- O Canadá tem cerca de 500.000 armas de mão, em contraste com os EUA, que têm 76 milhões, isto é, 63,3 vezes mais.¹¹³

- Nos EUA, 80% dos homicídios são cometidos com armas de mão, enquanto no Canadá o maior problema são as armas longas.¹¹⁴

- A influência das leis de controle de armas de mão na consecução de crimes, restritas no Canadá e permissivas na maior parte dos EUA, fica clara na comparação. Enquanto ambos os países têm taxas próximas de homicídio sem

arma de fogo (Canadá 1,38 e EUA 1,9 por 100 mil habitantes, em 2002), representando 1,4 vezes mais nos EUA, a taxa de homicídio com arma de mão é 6,5 vezes mais alta nos EUA que no Canadá (Canadá 0,55 e EUA 3,6, em 2002).¹¹⁵

Resultados do controle de armas

- A taxa de homicídios por arma de fogo diminuiu de 40%, entre 1989 (0,8/100 000) e 2003 (0,48/100 000), enquanto homicídios sem arma de fogo não registraram queda tão significativa (de 1,6/100 000 para 1,2/100 000);¹¹⁶
- Os homicídios de mulheres com arma de fogo foram reduzidos de 2/3 desde 1989 e caíram em 40% entre 1995 e 2003;¹¹⁷
- Homicídios com rifles e espingardas diminuíram significativamente: de 0,5 em 1989 para 0,14 por 100 000 habitantes em 2003. A taxa de homicídios com arma de punho não caiu tanto, devido ao contrabando de armas que chegam de outros países.¹¹⁸

As estatísticas judiciárias confirmam a queda nos índices: *"As sucessivas medidas legais de controle de armas fizeram com que os roubos com armas caíssem em 50% de 1991 a 2001"*.¹¹⁹ Segundo o ministério da Justiça canadense, *"o número e a taxa de mortes por arma de fogo estão nos seus níveis mais baixos em 50 anos"*.¹²⁰ Realidade bem diferente da difundida aqui por entidades pró-armas, que acusam a política de controle destes produtos no Canadá de haver fracassado.

Grã-Bretanha: "fiasco do desarmamento"?

Na cidade de Dunblane, Escócia, Thomas Hamilton, com a arma que costumava treinar em um clube de tiro, invadiu uma escola infantil e matou 16 crianças. "O massacre, ocorrido em março de 1996, abalou o país", conta-nos Mick North, pai de Sophie, de 5 anos de idade, que estava entre os mortos. O médico North, cansado de chorar a morte da filha, tornou-se um dos mais ativos militantes pelo desarmamento. O choque provocado pelo incidente, que alertou para o perigo do porte de arma, levou a Grã-Bretanha a reformar a lei de controle de armas e a promover várias campanhas de desarmamento.

Legislação

O *Firearms Act*, votado em 1997 pelo parlamento britânico, proibiu a posse de armas de fogo para civis acima de calibre 22, reformando a lei anterior, de 1968. Emenda de maio de 97 estendeu a proibição também a esse calibre, com exceção para armas de caça e de sinalização esportiva. *"Armas para atiradores esportivos acabaram incluídas na proibição, pois os legisladores se preocuparam com o fato do assassino de crianças Hamilton ser atirador"*, assinala North. A nova lei não reconhece a "autodefesa" como justificativa para a posse de armas por civis. Mas não se incluiu na proibição as réplicas (imitações) de armas, as armas de ar-comprimido, nem as armas desativadas, que se tornariam um problema, como veremos.

Campanhas de desarmamento e seus resultados

Vários programas de entrega voluntária de armas têm sido levados a cabo, pagando preço de mercado para as armas de mão, acessórios e munição proibidos, e estabelecendo uma anistia enquanto duram as campanhas. Em 1996, foram entregues 22.939 armas e 695.197 munições.¹²¹ De 31 de março a 30 de abril de 2003, foram recolhidas 43.908 armas.¹²² Desde 1998, foi recolhido um total de 159.701 armas de mão no Reino Unido.¹²³

Na Grã-Bretanha, homicídios com arma de mão não apresentam crescimento relevante nos últimos anos: apenas 74 homicídios em 1993, 59 em 1997, 62 em 1999/00 e 81 em 2002/03. As pesquisas recentes demonstram que o país não tem um índice baixo de crimes violentos, mas os crimes cometidos com arma de fogo são em pequeno número.

Armas de fogo (incluindo as de ar-comprimido adaptadas) foram usadas em apenas 0,41 % de todos os delitos registrados. Os homicídios representaram 0,8% de todos os crimes com armas de fogo (excluindo as de ar-comprimido). Armas de fogo foram usadas em 8% dos homicídios. Mas existe uma alta percentagem de suicídios: em 2000/01, 62% das 417 mortes por arma de fogo registradas na Grã-Bretanha foram relativas a suicídios.¹²⁴ Em mais de 70% dos crimes com armas de fogo, não há disparos. Elas são usadas somente para ameaçar a vítima. A polícia acredita que, em muitos desses casos, sejam réplicas.¹²⁵ E por que usam imitação de armas e não armas verdadeiras? Além da dificuldade de se obter uma, naturalmente porque sabem que as pessoas não andam armadas, o que explica o baixíssimo número de mortes nos assaltos.

Essa tendência tem sido atribuída à lei de controle de armas, assim como à atuação de uma polícia não armada, o popular Bobby, de eficiência reconhecida. Nos últimos anos, apenas em alguns bairros mais barra-pesada, e em certas viaturas policiais, se usa arma. Mas, como regra, no caso de ser necessário o emprego de armas de fogo, é mobilizado um esquadrão especializado, que atua com grande rapidez. Entre 1992 e 1994, esse esquadrão realizou 5.824 operações e deu apenas 26 tiros. Em todo o ano de 1994, deu 4 tiros, o que não impede de ser esta uma das polícias mais respeitadas do mundo por sua eficiência. O número de policiais mortos por arma de fogo caiu de 21, em 1994, para 7 em 2000/01. De 1996 a 2002/03, não houve sequer uma morte por arma de fogo de policial em serviço.¹²⁶ Pesquisa de opinião recente em Nottingham, Londres, para saber se a polícia deve passar a andar armada na rua, recebeu as seguintes respostas: 59% não, 34% sim. Quanto à pergunta de "se a polícia passar a andar armada vai incentivar os criminosos a se armarem mais?", recebeu 50% sim, 7% não, e 37% de "não fará diferença".¹²⁷

Lacunas da legislação

O aumento da violência armada na Inglaterra e no País de Gales é em grande parte devido ao uso criminoso das réplicas de arma, das armas de ar-comprimido e das armas desativadas, que podem ser modificadas para tornar-se letais. Fabrica-se pistolas de **ar-comprimido** potentes e parecidas com armas à pólvora. As da marca *Brocock* podem ser transformadas em menos de uma hora em arma capaz de disparar munição de verdade. Em 2002/03, 57% dos delitos com arma de fogo foram cometidos com armas de ar-comprimido.¹²⁸ As **réplicas** de armas, por sua vez, representam uma preocupação adicional para a polícia, já que são populares entre os colecionadores e podem ser compradas legalmente. Estes artefatos de imitação estão sendo convertidos em armas letais que disparam munição real e seu uso em crimes é crescente. Na região metropolitana de Londres, em Manchester e Birmingham, mais de 70% das armas usadas por criminosos têm sido réplicas ou armas de ar-comprimido adaptadas para tiro real. O lucro da indústria de réplicas dobrou desde o massacre de Dunblane, e foi estimado em 9,8 milhões de libras.¹²⁹ Já armas **desativadas** são aquelas que foram alteradas para não mais

disparar. Calcula-se que existam cerca de 250.000 dessas armas nas mãos de civis. Como não foram proibidas, estão sendo reativadas e usadas em crime.¹³⁰

A consciência do papel dessas armas na persistência dos níveis de crime violento levou à votação, em 2003, do *"Anti-Social Behaviour Act"*. Essa lei entrou em vigor em 20.01.2004, proíbe a marca *Brocock* e aumenta a idade mínima para compra de arma de ar-comprimido de 14 para 17 anos. O governo está estudando maiores restrições à venda destas armas e de espingardas e revólveres de festim (pólvora seca).¹³¹

Deveríamos haver aprendido com a Grã-Bretanha. Quando se proíbe algumas armas, mas não todas, o crime flui por estes buracos deixados na lei. Como sucedeu durante a votação do nosso Estatuto do Desarmamento. Por pressão do lobby, o Senado voltou atrás na exigência de que as armas dos colecionadores fossem desativadas, com a retirada de seu pequeno dispositivo de disparo. Agora, quando uma coleção é roubada, os assaltantes põem a mão num verdadeiro arsenal, pronto para ser usado no crime. Pelo menos as "réplicas ou imitações" de armas foram proibidas (ver *Estatuto em Anexos*), embora não as armas de ar-comprimido.

No Brasil, temos cerca de uma arma de fogo para cada 10 habitantes e 39.000 homicídios a cada ano. Na Grã-Bretanha, há uma arma para cada 10.000 habitantes e 87 homicídios por ano.¹³²

Japão: "segurança sem armas"?

O nível de segurança pública no Japão é um dos melhores do mundo e o país conta com uma das leis mais rigorosas de proibição do uso de armas por civis. A taxa de homicídio por arma de fogo no Japão é de 0,03 por 100 mil habitantes¹³³, de longe a mais baixa do planeta. Para efeito de comparação, no Brasil, em 2002, essa taxa era de 20,8, e nos EUA, de 4,1. Em 2002, houve só 24 mortes por arma de fogo no Japão, numa população de mais de 127 milhões de pessoas. Considera-se que o reduzido nível de violência armada é devido em parte à proibição, desde 1945, de armas de mão e fuzis para civis.¹³⁴

Há menos de 50 pessoas autorizadas a possuírem pistolas (equipe olímpica de tiro, cujos atiradores não são proprietários das armas que usam).¹³⁵ A percentagem de domicílios com armas de fogo é de 0,57, isto é, menos de 1% das residências. Armas de mão são de uso restrito da polícia. Caçadores podem comprar um rifle ou uma espingarda, depois de passar por um estrito processo de autorização; essas armas têm que ser "guardadas fora da vista da família e são fiscalizadas pela polícia." Os baixíssimos índices de violência armada estão ligados à máfia japonesa. Mas mesmo ela é afetada pelo rígido controle do comércio de munição: *"mesmo os mafiosos erram os tiros a mais de 3 metros. Eles são ruins de pontaria porque não podem treinar, uma vez que é muito difícil obter munição, cuja venda é severamente controlada. Um delegado de polícia explica: 'Nós temos poucas vítimas por arma de fogo não apenas pelo controle sobre esses produtos, mas porque controlamos o comércio de munição com muito rigor' "*.¹³⁶

Problema que começa a preocupar o país é o contrabando de armas. Os Estados Unidos são a primeira fonte de abastecimento para o crime organizado no Japão (32,9 % das armas), seguidos pela China (20,9 %).¹³⁷

9. Quais as causas da violência urbana?

A violência urbana é um fenômeno complexo, conseqüência de um somatório de causas e variáveis que, combinadas, acabam por provocar o incremento da agressividade e do uso de armas de fogo em conflitos e delitos. Sem a presença da arma, esses confrontos se resolveriam com muito menos mortes. Entre os especialistas, essa compreensão já existe, mas fatores ideológicos e emocionais fazem com que o leigo não a considere e apóie soluções simplistas, a saída "única", num reducionismo que ignora as múltiplas faces do problema. Mas problemas complexos demandam soluções complexas, que enfrentem cada fator que contribui para a eclosão da violência. O que não significa dar a cada variável a mesma importância, mas investir-se prioritariamente contra as causas estratégicas, que incidem sobre as demais. Desarmamento, apenas, não irá baixar a violência armada, mas sem ele não chegaremos à sua redução. São vários os fatores que se combinam para gerar a violência urbana. No Brasil, os principais são:

- (1) **Criminógenos:** tráfico e disseminação de drogas e de armas de fogo;
- (2) **Institucionais:** polícia despreparada e parcialmente contaminada pelo crime; judiciário lento; sistema prisional em colapso; legislação antiquada e corporativa, que dificulta as reformas; impunidade;
- (3) **Estruturais:** crescimento urbano acelerado e desordenado, com formação de guetos marginais, degradação dos serviços públicos e desenraizamento cultural; má distribuição de renda; desemprego; exclusão de amplos segmentos da juventude dos benefícios do desenvolvimento e frustração de sua ascensão social, após oportunidades iniciais;
- (4) **Culturais e ideológicos:** veiculação intensiva de programas que ensinam a resolver conflitos pela violência e que glamourizam o bandido; modelo masculino calcado na brutalidade; prevalência de valores consumistas e egocêntricos; alcoolismo; desagregação familiar; cultura da "defesa da honra" em casos de conflitos amorosos e tradição da pistolagem;
- (5) **Políticos:** falta de prioridade para a segurança pública; concepção burocrática, paternalista, e meramente repressiva da função da polícia, resistente à uma visão gerencial, participativa, investigativa e preventiva; falta de confiança nas autoridades, poder dos lobbies e corporações para impedir o cumprimento e a reforma das leis.

Viajando pela África, constatamos que países pobres, mas que restringem fortemente o uso de armas, e em que a desigualdade não é tão grande, como Botswana, Tanzânia e Zâmbia, são menos violentos que países mais prósperos, mas com leis permissivas e maior desigualdade, como África do Sul, Namíbia, Suazilândia e Malavi. Assim, Botswana, por exemplo, registra 15 assassinatos por 100 mil habitantes, enquanto a África do Sul, que só recentemente começou uma política de controle de arma, tem 26 assassinatos por 100 mil habitantes.

Como se vê, uma enorme gama de fatores conflui para criar as condições propícias à violência. Não é por acaso que quando se discute violência urbana surjam variadas propostas de solução, cada uma vendo o problema a partir de uma de suas causalidades: desemprego, má educação, polícia ineficiente etc.

"As drogas e o álcool levam à violência" ?

Alguns atribuem maior importância ao consumo de drogas, e de álcool, para explicar o assustador aumento dos crimes violentos, atribuindo pouca importância à proliferação de armas. Ou então consideram que armas de fogo não fazem diferença. Ora, drogas, álcool e armas são problemas imbricados, que se influem mutuamente e se potencializam quando se combinam. Naturalmente que o consumo de determinadas drogas (excitantes) e do excesso de álcool levam seus usuários a atitudes violentas, seja para satisfação do vício, seja no convívio com os outros. Mas é também verdade que a presença da arma de fogo torna essas agressões mortais, e sua ausência tenderia a contê-las nos limites de danos físicos menores. (ver *Armas brancas e de fogo: uma comparação*)

Basta a observação para se relacionar locais de consumo de álcool e drogas com violência. E os estudos a comprovam. Pesquisa realizada em Caxias do Sul, segunda cidade gaúcha em número de mortos, revelou que *“as principais vítimas dos assassinatos com arma de fogo na cidade nos últimos 11 anos são homens com idade entre 22 e 35 anos, em brigas noturnas nos finais de semana”*.¹³⁸ A prefeitura da cidade paulista de Diadema determinou o fechamento dos bares, todos os dias, de 23 às 6 horas. Resultado: os homicídios caíram 55% entre 1999 e 2003. A proclamada experiência de Bogotá, combinando reforma da polícia, desarmamento e proibição de bebidas após a uma hora da manhã, provocou queda de 71% nos homicídios. Por que tais exemplos não são seguidos nos bairros mais violentos? Temor da impopularidade da medida, ou de queda nos impostos das bebidas?

A grande cumplicidade se dá entre o tráfico de drogas e de armas, pois estas dão garantia ao comércio daquelas e seus condutos e responsáveis geralmente são os mesmos. Como a atividade do narcotráfico é toda clandestina, muito protegida, e a produção de armas é legal, uma boa investigação das conexões entre o comércio legal e ilegal de armas contribuiria grandemente para o desmantelamento das quadrilhas que traficam drogas.

Assim como já fomos convencidos do acerto da recomendação “se beber, não dirija, se dirigir, não beba”, outras misturas também são fatais, como associar álcool e arma de fogo, ou aproximar arma de fortes emoções. O Estatuto do Desarmamento, em seu art. 10, III, §2º, confisca o direito ao porte de arma de quem estiver armado em estado de embriaguez ou sob efeito de drogas.

10. Impacto das armas na saúde pública

São incipientes os estudos realizados entre nós sobre vitimização por arma de fogo, isto é, quem morre, como morre, onde morre e por que morre. Ainda não temos estatísticas para homicídios por arma em violência doméstica, os casos de balas perdidas não são especificados, os suicídios são sub-notificados, o critério étnico utilizado é discutível etc. Países que desenvolveram estudos aprofundados sobre o tema – e citamos vários -, mostram os efeitos devastadores da proliferação de armas na multiplicação de acidentes, suicídios e homicídios entre conhecidos. As informações registradas pelo DATAUS, banco de dados do Sistema Único de Saúde (SUS), baseadas nos números do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), do ministério da Saúde, revelam que no Brasil a situação é ainda pior. Os números são

assustadores. Antecipam a dimensão do dramático panorama que encontraremos no dia em que dispusermos de pesquisas mais precisas.

Gastos na Saúde

No Brasil, enquanto o custo médio de um atendimento pelo SUS é de R\$ 380¹³⁹, o de uma internação hospitalar por ferimento de arma de fogo é de **R\$ 5.564**. O tempo médio de internação é de 7 dias, isto é, **R\$ 795 por dia**. O custo total do tratamento de feridos por arma de fogo internados em hospitais do SUS foi estimado por ano em R\$ 108.606.048. Se incluímos as unidades de saúde não conveniadas com o SUS, a estimativa desse custo total chega a **R\$ 140.136.836,13 por ano**.¹⁴⁰ Essa enorme quantia poderia estar sendo aplicada no tratamento de doenças, na reforma de hospitais, em educação etc.

Nos EUA, durante o governo Clinton, prefeituras e vítimas começaram a processar indústrias de armas pelos gastos e danos causados por seus produtos. 12 cidades da Califórnia estão processando vários fabricantes de armas, inclusive a brasileira Taurus, que tem fábrica na Flórida.¹⁴¹ As prefeituras se baseiam no fato de a verba despendida ser dinheiro da população, gasto para pagar danos causados por interesses privados, que deveriam arcar com tais custos. Alega-se também a “negligência” dos fabricantes e comerciantes de armas, que não se importam para quem vendem seus produtos. Quando se fará o mesmo no Brasil? Belo desafio para jovens advogados idealistas.

Anos perdidos e expectativa de vida

Os homens estão se matando. A última pesquisa do IBGE mostra uma desproporção crescente entre o número de homens e de mulheres no Brasil. Nos Estados de maior violência, a diferença é ainda maior: *“No Estado do Rio de Janeiro, os homens vivem até 62 anos e as mulheres até 74 anos, uma diferença de 12 anos. No Brasil, essa diferença é de 6 anos, a metade. No Rio, as mortes por causas violentas reduzem de 4,1 anos a expectativa de vida dos homens, em Pernambuco, de 3,5 anos, e em São Paulo, de 3 anos. O Rio tem 87 homens para cada 100 mulheres”*.¹⁴² Como dizia o manifesto da campanha das mulheres *Arma não! Ela ou Eu, “vai faltar homem!”*

Revelações de “Brasil: as Armas e as Vítimas”

Os dados do DATASUS seguem padrões internacionais. Os números referentes ao Brasil que aqui expomos, bem como gráficos, foram elaborados pela médica especialista em vitimização do ISER, Luciana Phebo, utilizando as estatísticas de 2002, e sua análise está em “Impacto da Arma de Fogo na Saúde da População no Brasil”.¹⁴³ Para a pesquisadora, *“as violências e os acidentes são passíveis de prevenção, apesar de facilmente se pensar o contrário. Primeiro, por resignação passiva, entende-se que são como fatos da vida. São vistos como eventos imprevisíveis e, portanto, impossíveis de serem prevenidos. Segundo, porque estão cada vez mais frequentes e banalizados, e o que é comum muitas vezes não é visto como prioridade. Finalmente, a sociedade ainda não respondeu adequadamente aos acidentes e violências, apesar de serem a principal causa de morte da população jovem do país. (...) Através da proposta de saúde pública, lesões e mortes por arma de fogo são tão passíveis de prevenção quanto qualquer outro acidente e violência. A violência armada não é um fato inevitável dos tempos modernos. Podemos preveni-la.”*

Mortalidade

Maioria das mortes por arma é homicídio

Para Phebo, "em 2002, no Brasil, 90,0% das mortes por arma de fogo foram homicídios, enquanto 3,6% foram suicídios. As mortes por arma de fogo cuja intencionalidade não foi determinada representaram 5,6%, e 0,8% das mortes foram atribuídas a acidentes. A cada dia, [em média] quase 94 pessoas morrem por homicídio, 4 por suicídio e 1 por acidente. Todas vítimas de arma de fogo. A taxa de homicídio por arma de fogo é 20,8 e de suicídio 0,8 por 100.000 habitantes. Nos Estados Unidos, em 2000, essas mortes apresentaram um perfil diferente: 58% suicídio, 39% homicídio, 3% de intencionalidade desconhecida ou acidental. Neste aspecto, o Brasil apresentou o padrão de países menos desenvolvidos, onde há mais homicídios que suicídios. **Aqui, as mortes por arma de fogo são, em sua grande maioria, os homicídios**", como os gráficos adiante ilustram (N= número de mortes pesquisado; Causas Externas são, por exemplo, por arma de fogo, acidentes, envenenamento, afogamento, queimadura etc.).

Armas matam mais que acidentes de trânsito

Ainda segundo Phebo, "em 2002, houve 126.550 mortes por acidentes e violências. Destas, 30,1% foram cometidas por arma de fogo, sejam por motivos não intencionais (acidentes) ou intencionais (homicídio e suicídio), e 25,9% em virtude de acidentes de trânsito. Apesar do Brasil ser um país eminentemente rodoviário, e do uso de arma ser mais restrito que o do automóvel, o número de mortes por arma de fogo (38.088) supera os de acidente de trânsito (32.753). **No Brasil, morre-se mais por arma de fogo do que por acidente de trânsito.**" Ao comparar 57 países, a UNESCO concluiu que em apenas 6 países isso sucede, entre eles no Brasil.¹⁴⁴

[gráficos excluídos]

Taxa de mortalidade por arma de fogo triplicou

Segundo a pesquisadora, "em 1982, a taxa de mortalidade por arma de fogo foi de 7,2 e, em 2002, passou a ser de 21,8 mortes por 100.000 habitantes. Este aumento foi constante e regular nesse período. Porém, ao analisar as regiões do país nos últimos 10 anos, verificam-se variações significativas. A região Norte foi a única que apresentou um decréscimo de 8,3%, no Nordeste houve um aumento de 25,7%, no Sudeste cresceu em 54,1%, no Sul do país, 28,8% e a região Centro-Oeste foi a que apresentou o maior aumento de todas regiões, 57,0. **Durante os últimos 20 anos, a taxa de mortalidade por arma de fogo no Brasil triplicou**", conforme ilustra o gráfico seguinte.

[gráfico excluído]

Comparando 3 momentos do Brasil, nos mapas abaixo, podemos constatar que a violência, nos últimos anos, não se limitou aos grandes centros urbanos, mas se alastrou para cidades de portes pequeno e médio, acabando com a esperança dos que buscam o interior para fugir à violência das grandes cidades. Em várias regiões do interior, as taxas de assassinatos ultrapassaram em muito a média nacional de 21,2 homicídios por arma de fogo por 100 mil habitantes. Essa expansão se deu ao longo das rodovias, que transportam armas, drogas e outros contrabandos, cruzando o país através de dezenas de postos policiais que mal cumprem sua função de fiscalizar. Foi medido o aumento da violência, e elas apontam para as cidades à margem de rodovias, como as que vêm dos Estados fronteiriços de Mato Grosso e Rio Grande do Sul, ou que levam a regiões dominadas pelo crime organizado, como o polígono da maconha, em Pernambuco, por exemplo. Nos mapas a seguir, as taxas de mortes por projétil de arma de fogo (PAF) são relativas a 100 mil habitantes e a referência ao ano 2000 se aplica a 1991 e 1980.

[mapa excluído]

Homicídios nos Estados e capitais

Nas capitais

“As mortes por arma de fogo devido a homicídio nas capitais brasileiras são apresentadas na tabela a seguir da seguinte forma: número de mortes por homicídio, taxa de homicídio, número de homicídios por arma de fogo e percentual e taxa dos homicídios por arma de fogo” (PAF = Por Projétil de Arma de Fogo).¹⁴⁵

Homicídios nas capitais dos Estado, 2002

	Capital	Estado	Homicídios	População	Taxa de Homic.	Homic. PAF	% homic. PAF	Taxa homic. PAF
1	Recife	Pernambuco	978	1.461.320	66,9	837	85,6	57,3
2	Vitória	Espírito Santo	173	302.633	57,3	144	83	47,6
3	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	3.497	5.974.081	58,5	2.641	75,5	44,2
4	Maceió	Alagoas	426	849.734	50,1	342	80,3	40,2
5	Porto Velho	Rondônia	244	353.961	69	127	51,9	35,8
6	Cuiabá	Mato Grosso	246	508.156	48,5	181	73,3	35,5
7	São Paulo	São Paulo	6.323	10.677.019	59,2	3.675	58,1	34,4
8	Salvador	Bahia	1.146	2.556.429	44,8	839	73,2	32,8
9	Belo Horizonte	Minas Gerais	829	2.305.812	35,9	665	80,2	28,8
10	João Pessoa	Paraíba	227	628.838	36,2	180	79,2	28,6
11	Aracaju	Sergipe	193	479.767	40,2	130	67,4	27,1
12	Porto Alegre	Rio Grande do Sul	473	1.394.085	34	364	76,8	26,1
13	Brasília	Distrito Federal	644	2.156.458	29,9	470	73	21,8
14	Campo Grande	Mato Grosso do Sul	215	705.975	30,4	146	68	20,7
15	Curitiba	Paraná	480	1.671.194	28,7	342	71,3	20,5
16	Goiânia	Goiás	330	1.146.106	28,8	232	70,2	20,2
17	Florianópolis	Santa Catarina	99	369.102	26,7	73	73,9	19,8
18	Rio Branco	Acre	117	274.555	42,6	53	45,3	19,3
19	Natal	Rio Grande do Norte	208	744.794	27,9	124	59,6	16,6
20	Fortaleza	Ceará	622	2.256.233	27,6	338	54,4	15
21	Belém	Pará	338	1.342.202	25,2	190	56,3	14,2
22	Macapá	Amapá	133	318.761	41,9	42	31,5	13,2
23	Boa Vista	Roraima	94	221.027	42,3	24	25,7	10,9

24	Manaus	Amazonas	388	1.527.314	25,4	157	40,4	10,3
25	Teresina	Piauí	179	751.464	23,9	75	41,8	10
26	Palmas	Tocantins	35	172.176	20,2	13	37,1	7,5
27	São Luís	Maranhão	185	923.526	20	69	37,3	7,5
	Total		18.822	42.072.722	44,7	12.472	66,3	29,6

Fontes: ISER-SAS/ICCO, S.I.M.- DATASUS

Nos Estados

"Quanto aos Estados, os dados referentes às capitais foram excluídos para que a comparação entre eles pudesse ser estabelecida", como é mostrado na tabela seguinte.

Homicídios nos Estado, 2002

Estado	Homicídios	População	Taxa de homic.	Homic. PAF	% Homic. PAF	Taxa homic. PAF
1 Rio de Janeiro	9.455	14.713.611	64,3	7146	75,6	48,6
2 Pernambuco	4.563	8.086.177	56,4	3664	80,3	45,3
3 Espírito Santo	1.664	3.204.117	51,9	1228	73,8	38,3
4 Rondônia	674	1.432.259	47,1	403	59,8	28,2
5 São Paulo	17.266	38.165.154	45,2	9964	57,7	26,1
6 Alagoas	992	2.886.966	34,4	720	72,5	24,9
7 Mato Grosso	977	2.607.822	37,4	598	61,3	22,9
8 Distrito Federal	644	2.141.408	30,1	470	73,0	21,9
9 Sergipe	600	1.846.122	32,5	405	67,5	21,9
10 Mato Grosso	706	2.140.322	33,0	430	60,9	20,1
11 Goiás	1.422	5.213.669	27,3	906	63,8	17,4
12 Paraná	2.427	9.805.063	24,7	1569	64,6	16,0
13 Bahia	3.213	13.333.336	24,1	1971	61,4	14,8
14 Roraima	132	347.834	38,1	49	37,0	14,1
15 Rio Grande do	2.171	10.413.544	20,8	1431	65,9	13,7
16 Paraíba	622	3.492.284	17,8	428	68,8	12,3
17 Acre	152	588.228	25,8	67	44,1	11,4
18 Minas Gerais	3.329	18.338.235	18,2	2073	62,3	11,3
19 Pará	1.228	6.464.992	19,0	697	56,8	10,8
20 Ceará	1.508	7.652.216	19,7	750	49,7	9,8
21 Amapá	183	517.275	35,4	50	27,3	9,7
22 Rio Grande do	492	2.850.643	17,3	271	55,1	9,5
23 Tocantins	179	1.208.369	14,8	87	48,5	7,2
24 Amazonas	519	2.970.828	17,5	201	38,7	6,8
25 Santa Catarina	660	5.529.044	11,9	343	52,0	6,2
26 Maranhão	690	5.801.339	11,9	267	38,8	4,6
27 Piauí	327	2.898.772	11,3	122	37,3	4,2
Brasil	56.795	174.649.630	32,5	36309	63,9	20,8

Fontes: ISER-SAS/ICCO, S.I.M.-DATASUS, PNAD 2002 - IBGE

Suicídios

1. Brasil

Ocorrem cerca de 4 suicídios com arma de fogo por dia no Brasil. Em 2002, foram 1.381 mortes dessa natureza. A arma de fogo é o segundo método utilizado em nosso país para se cometer suicídio (o primeiro é o enforcamento). Para homens, é o primeiro. 26% de todos os suicídios por arma de fogo são cometidos pela população de 15 a 24 anos. Segundo o ministério da Saúde, *“aumentou em cerca de 40% o número de jovens de 15 a 24 anos que tentaram se suicidar no Brasil entre 1993 e 1998. O suicídio já é a terceira causa de morte de jovens depois de homicídios e acidentes de trânsito”*.

2. O caso do Rio Grande do Sul

O Estado com maior taxa de suicídio por arma de fogo é o Rio Grande do Sul, não por coincidência a unidade da Federação com maior tradição de uso de armas no país. É também o Estado com maior venda legal de armas, das fábricas para as lojas especializadas: *“Enquanto essa venda caiu em todo o país, no Rio Grande subiu de 186,3 armas por 1000 domicílios em 1986-1994, para 276,5 no período 1995-2003.”*¹⁴⁶ Uma demonstração de que a legalidade das armas não inibe esse tipo de morte, só a estimula.

Alguns parlamentares gaúchos gostam de apresentar o Rio Grande do Sul como *“o Estado com maior índice de armas, e muito menos violento que o Rio e São Paulo”*. Ignoram as diferenças entre um contexto e outro. No Rio e em São Paulo, a proliferação de armas se combina com o desenvolvimento muito mais acentuado do narcotráfico, de seu poder corruptor e da violência que gera; é muito maior a crise urbana, as desigualdades, o desemprego e a exclusão da juventude pobre. É a soma de fatores como estes que explica um índice maior de homicídios. Mas como o Rio Grande do Sul tem uma cultura de valorização do uso de arma tradicional e mais disseminada, e uma grande proporção de cidadãos armados. Por isto, o Estado ocupa tristemente o primeiro lugar no número de suicídios com arma de fogo: *“Em 2002, apresentou a maior taxa de suicídio (10,5) e a segunda maior proporção de uso por arma de fogo em suicídio (28,0%). Sua taxa de suicídio foi 2,2 vezes superior à média dos Estados brasileiros (4,7/100.000 hab.) e sua taxa de suicídio por arma de fogo foi 3,6 superior a dos Estados brasileiros (0,8/100.000 hab.). Em 2002, tanto a sua taxa de suicídios quanto a proporção de uso de arma de fogo em suicídios foram superiores no interior do Estado”*.¹⁴⁷

Em Porto Alegre, 37,1% dos suicídios são cometidos com arma de fogo, quase o dobro da média das demais capitais (17,8%).

Os referidos parlamentares deveriam estudar melhor a realidade do seu Estado antes de apresentá-la como exemplo de *“tranquilidade armada”*. O gaúcho é um povo maravilhoso, o Rio Grande do Sul têm muitas e grandes qualidades, mas não essa. O dia em que também forem realizadas pesquisas nesse Estado sobre os outros índices relacionados à arma de fogo, como homicídio de mulheres, brigas no trânsito e nos bares, armas e munições desviadas das fábricas para o mercado ilegal, contrabando nas fronteiras com o Uruguai e a Argentina, abastecendo o crime organizado, inclusive do narcotráfico no Rio e em São Paulo, então se terá uma melhor idéia das consequências trágicas da disseminação das armas no Rio Grande do Sul para o Estado e para o país.

Já vimos que 63% das armas apreendidas no Estado do Rio na ilegalidade são das marcas gaúchas Taurus e Rossi. O pior é que nem os propalados benefícios trazidos pela indústria de armas ao Estado compensam. Afora os 1.600 empregos que o Grupo Taurus oferece (em que

as armas fabricadas pela Forjas Taurus são um setor minoritário da produção do Grupo), e que não valem as 39.284 mortes anuais causadas em sua maioria por essas armas, a produção de sua fábrica somada não chega a 0,2% da economia do Estado (ver em *A verdade sobre a indústria nacional* e *O desarmamento vai levar ao desemprego?*).

Felizmente, é cada vez mais forte a mobilização de setores da sociedade gaúcha em favor da substituição de uma tradição que glorifica a violência, por um estilo de vida democrático. É o que se vê, por exemplo, pelo trabalho da ong *Educadores para a Paz*, dirigida pelo incansável Padre Marcelo Guimarães, que liderou no país a luta pela proibição das minas terrestres, e agora, com outras entidades, participa do desarmamento no Estado.

3. Outros países e “efeito de substituição”

Na Finlândia, 50% das casas têm armas.¹⁴⁸ No período 1985-1999, das mortes por arma de fogo, 85% foram suicídios, 11% assassinatos, 2% acidentes e 2% tiveram causa ignorada.¹⁴⁹

Pode-se achar que, se uma pessoa deseja se suicidar e não dispõe de arma de fogo, irá usar outro recurso, o que tornaria indiferente a existência da arma, o chamado “efeito de substituição”. Mas o uso de arma de fogo faz uma grande diferença. Analisando a relação arma de fogo/suicídio em todo o mundo, o Instituto de Altos Estudos Internacionais de Genebra concluiu: *“Armas de fogo são o mais letal instrumento para o cometimento de suicídio: 93% das tentativas de suicídio com esse instrumento têm sucesso, comparadas com apenas 30% se usado outro instrumento”*.¹⁵⁰

Pesquisas feitas nos EUA comprovam essa avaliação:

- *“70% dos suicídios com arma de fogo foram cometidos com arma de mão. Foi comprovado que só 10 % dos suicídios com arma de fogo foram cometidos com arma comprada especificamente com essa intenção”*.¹⁵¹

- *“O fato de a taxa de suicídios ter duplicado nos últimos 30 anos têm como principal razão o aumento dos suicídios com arma de fogo. Seu uso para cometer suicídios por adolescentes foi 74,5 maior em casas onde tinha arma do que em casas onde não tinha. Mesmo condições seguras para guardar a arma não evitaram que se cometessem suicídios com armas de fogo”*.¹⁵²

- *“As tentativas de suicídio com arma de fogo acabam em morte em 85% dos casos”*¹⁵³. *“Nas tentativas de suicídio com outros meios (enforcamento, monóxido de carbono [escape de carro], envenenamento, pílulas, corte), somente de 10 a 15% dos casos têm um desfecho fatal”*.¹⁵⁴

4. Suicídio de idosos

O Uruguai vive há anos uma severa crise econômica, com uma população de idosos muito grande, combinações de fatores que tem levado a sérios problemas de depressão. Sua tradição rural e lei frouxa tornaram comum a posse de armas, como no seu vizinho Rio Grande do Sul. O resultado nos foi relatado pela deputada Daisy Tourné, autora de projeto de lei apresentado ao Congresso uruguaio e inspirado em nosso Estatuto: *“ 85% das mortes por arma de fogo acontecem dentro de casa. A metade dos suicídios, de um total de 450, em 1999, foi cometida com arma de fogo. Quase a metade deles foi cometida por pessoas acima de 50 anos”*.¹⁵⁵

Os dados por nós reunidos só confirmam as pesquisas do médico David Hemenway, da Universidade de Harvard, que adverte: *“onde há mais armas de fogo, há mais suicídios”*.¹⁵⁶

Ferimentos

Antes, havia mais feridos que mortos por arma de fogo, como na guerra. Agora, temos por ano 2 vezes mais mortos que feridos por arma de fogo. Em 2002, foram 19.519 internações por lesões de arma de fogo, para 38.088 mortes. **Entre nós, as armas matam mais do que ferem.**

Segundo Phebo, *“mesmo sendo por acidente, ou seja, sem a intenção de ferir, as lesões causadas por arma de fogo normalmente são tão graves que levam à internação hospitalar. No Brasil, a cada 3 pessoas que se hospitalizaram devido a lesões por arma de fogo, uma foi por uso acidental da arma”*. No caso de crianças e pré-adolescentes (de 0 a 14 anos), mais da metade (54%) das internações foram devidas a acidentes com arma. Para a Associação Brasileira Beneficente de Reabilitação (ABBR), *“quase a metade (174) dos 386 pacientes atendidos em 2004 foi atingida por arma de fogo. Como consequência, essas vítimas ficaram tetraplégicas ou paraplégicas. A maioria, cerca de 70%, tem entre 20 e 40 anos e é do sexo masculino (80%)”*.

11. "As mulheres estão mais seguras com armas?"

Os defensores do uso de armas dos EUA afirmam que sim: *“Armas de fogo são o meio de defesa mais eficiente. Isso é particularmente importante para as mulheres, os idosos, os fisicamente débeis, e para todo aquele que está mais vulnerável a predadores masculinos com vícios e que são mais fortes”*.¹⁵⁷

Os pró-desarmamento contestam: *“O truque aplicado pela indústria de armas contra as mulheres é dizer: se você é mulher, um estranho vai tentar lhe estuprar e você deve comprar uma arma para se defender. Na verdade, as mulheres sofrem mais risco de serem atacadas por conhecidos. De acordo com o Centro Nacional de Vítimas, 75% de todos os estupros foram praticados por agressores que conheciam a vítima, como vizinhos, amigos, maridos, namorados e parentes”*.¹⁵⁸

Estados Unidos: resultado das pesquisas

Diante da escassez de estudos sobre a violência armada contra as brasileiras, tomemos a título de exemplo os resultados de algumas pesquisas (resumidos pelo Violence Policy Center, de Washington), buscando responder à seguinte pergunta: *“Estarão as mulheres mais seguras se tiverem armas de fogo?”*:

- *“Vários fatores podem aumentar os riscos de uma mulher ser morta pelo seu marido, mas um deles é o acesso à arma de fogo, que a faz correr um risco 5 vezes maior”*; ¹⁵⁹

- *“Das 554.700 mulheres atendidas nas emergências dos hospitais devido à violência das armas, só 14% tinham sido agredidas por um estranho”*; ¹⁶⁰

- *“Em 2000, de todos os homicídios com arma de fogo onde a relação entre vítima e autor era conhecida, 8% dos autores eram parentes da vítima, 16% parceiros íntimos e 45% conhecidos. Só 31% das vítimas de homicídio foram assassinadas por desconhecidos. No caso de homicídios de mulheres com arma de fogo, 58% o foram por seus parceiros íntimos”*; ¹⁶¹

- *Pesquisa comparou homicídios de mulheres e níveis de posse de armas em 25 países desenvolvidos. Conclusão: quanto mais armas, mais mulheres mortas. Assim, os EUA têm 32% do total de mulheres desses 25 países, e registram 70% de todos os homicídios de mulheres e 84% de todas as mulheres mortas por arma de fogo*; ¹⁶²

- *“Um conflito doméstico com arma tem 12 vezes mais chances de resultar numa morte do que um conflito doméstico onde usou-se outro tipo de arma”*; ¹⁶³

- *“Trauma provocado por arma de fogo é um sério problema de saúde pública que afeta as mulheres. Elas têm o direito de se sentirem seguras em seus lares e comunidades. Mas, uma arma de fogo em casa aumenta as chances de uma mulher ser vítima de tiro. Portanto, é essencial que as mulheres entendam o perigo que representa para elas e para sua família a existência de uma arma em seu lar, antes de se decidir a comprar uma”*.

164

Como é em outros países ?

- A nível internacional, o assassinato de mulheres por seus cônjuges atingem entre 40% e 70% do número total de homicídios;¹⁶⁵
- Em El Salvador, entre setembro de 2000 e dezembro de 2001, 98% dos homicídios de mulheres foram cometidos pelos seus maridos ou parceiros;¹⁶⁶
- No Canadá, desde 1974, em média 40% das mulheres assassinadas pelos seus maridos foram vítimas de arma de fogo, quase sempre (88% dos casos) com armas legais. (Ministério da Justiça do Canadá, 1992).¹⁶⁷
- No Canadá, 85% das mulheres vítimas de homicídio são mortas pelos seus parceiros (versus 15% dos homens).¹⁶⁸

Impacto do controle de armas

Segundo a nova lei de controle de armas da África do Sul, regulamentada em 2004, o direito de adquirir uma arma é negado a quem tiver antecedentes criminais, incluindo violência doméstica. No Canadá, a atual ou ex-esposa do solicitador da arma é consultada para que ele seja autorizado a efetivar a compra; se for denunciado como violento, não poderá adquirir a arma. Como as armas estão registradas num banco de dados, qualquer denúncia de violência cometida por um proprietário de arma leva a polícia a confiscar a arma do acusado. Na Nova Zelândia, é preciso contar-se com a *“autorização do cônjuge ou pessoa mais próxima da família, e de uma outra referência que tenha mais de 20 anos e não seja da família”* (Arms Act, 1983). Na Austrália e na África do Sul, a polícia pode consultar terceiros para determinar se o comprador da arma reúne as condições para possuí-la. Sendo normalmente o homem quem adquire e usa indevidamente as armas, as leis desses países lhe retira uma supremacia que o permitiria ameaçar a segurança da família. Alguns resultados desse controle:

- Na Austrália, 5 anos depois da nova lei de controle de armas de 1996, a taxa de homicídios de mulheres por arma de fogo despencou 57%;¹⁶⁹
- Entre 1995, quando o Canadá começou a reformar suas leis de armas, e 2003, a taxa de homicídios de mulheres por arma de fogo caiu 40%.¹⁷⁰

Brasil: “O inimigo dorme ao lado”

No Estado do Rio, só no ano passado, as queixas de agressão contra a mulher registradas nas Delegacias de Atendimento à Mulher somaram 31.609 ocorrências. Estima-se que menos de 20% das agressões sejam registradas. Segundo a socióloga Ana Paula Miranda, presidente do Instituto de Segurança Pública do Estado, *“o agressor, na maior parte dos casos, é alguém conhecido. É preciso desmontar o mito de que eles são pessoas desconhecidas. O risco está próximo. Dentre as mulheres que sofreram lesão corporal dolosa, 85,8% foram vítimas de pessoas conhecidas, sendo 53,8% de maridos. O agressor mais frequente é alguém com quem a vítima convive, seja marido, namorado, parente, vizinho ou colega de trabalho”*.¹⁷¹ Para Anna Maria Rattes, presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Rio de Janeiro, na maioria das vezes *“o inimigo dorme ao lado”*.

Pesquisas sobre o uso de armas contra as mulheres são quase inexistentes no Brasil, como se o problema não existisse. Mas o pouco que se sabe revela que a situação das brasileiras não é melhor do que a das norte-americanas, e deve ser pior, considerando-se o maior grau de *“machismo”* em nossa cultura:

- Nas capitais brasileiras, 44,4% dos homicídios de mulheres são cometidos com arma de fogo;¹⁷²
- Calcula-se que, no país, dois terços das agressões contra a mulher sejam cometidas por seu cônjuge;¹⁷³
- No Brasil, a partir de dados do relatório da ONU de 1997, 46% dos casos onde o marido ou namorado matou a mulher, foi com arma de fogo.¹⁷⁴

Tese de pós-graduação da USP assim avaliou a situação da violência armada contra as mulheres no município de São Paulo: *"Cerca de 39% dos homicídios de mulheres, cuja autoria era conhecida, foram cometidos no interior de relações familiares. Trata-se de fenômeno mundial, presente em todas as camadas sociais e relacionado a tensões da vida cotidiana e da dinâmica familiar. Em razão disso, suas repercussões atingem física, psicológica e profissionalmente não só as mulheres vitimadas, mas também os demais participantes dos grupos em que elas se inserem. Segundo diferentes estudos, filhos dessas mulheres estão três vezes mais propensos a visitas médicas, hospitalização, baixo rendimento escolar, instabilidade emocional, além de maior probabilidade na reprodução de comportamentos violentos".*¹⁷⁵

A cultura feminina

A mulher está muito menos sujeita que o homem à cultura machista, que valoriza desde menino o uso da força e das armas na resolução de problemas, em detrimento da negociação. Para uma analista, *"a mulher não concebe a arma de fogo como instrumento de autodefesa, mas antes como uma ameaça à sua integridade física. Diante de situações de conflito (...), ela aprende a resolvê-los através da palavra."*¹⁷⁶

É verdade que o uso de armas é um problema masculino: é o homem que mata e que morre por arma de fogo. Mas as mulheres são as segundas vítimas dessa insensatez dos homens: quando estes morrem a tiros, ou vão presos por matar, o problema sobra para a mulher. Cabe a ela o sustento da família (e do preso), o difícil papel de administrar o sofrimento e o trauma, de impedir que a família se desestruture. Não seria exagero afirmar que por trás de um homem morto por arma de fogo há sempre a dor de uma mulher. A simples constatação do que sucede com a família depois da morte violenta de um de seus membros, leva a mulher a ter horror de arma. Atitude normalmente ironizada pelo homem, que se refere com desdém ao "sexo frágil", na verdade mais realista e nada frágil quando se trata de segurar o estrago feito pela irresponsabilidade masculina. As mulheres, com sua vivência concreta das conseqüências do uso de armas, e seu sentido de proteção da família, são as grandes aliadas do desarmamento.

Mas é forçoso admitirmos que uma nova sub-cultura está surgindo nas comunidades dominadas pelo crime organizado. Faltam pesquisas, mas percebe-se que o meio onde os delinquentes são os líderes, na ausência de outros modelos de sucesso, estimula as moças a valorizarem a arma, como símbolo de poder. A glamourização do bandido, também nas rodas de pitboys e pitgirls das classes média e alta, está levando à mesma mudança de valores, contrária à tradicional aversão da mulher pelas arma de fogo. Essa percepção é confirmada pelo ministério da Saúde: *"Embora os homens de 20 a 29 anos sejam as principais vítimas de arma de fogo, é cada vez maior o número de mulheres nessa situação. As adolescentes de 15 a 19 anos aparecem cada vez mais entre as vítimas. Está havendo uma mudança de perfil, pois estas jovens estão se engajando no crime e se expondo mais à violência".*¹⁷⁷

"Arma não! Ela ou eu."

Na campanha de desarmamento realizada pelo Viva Rio em 1999, perguntávamos a quem vinha entregar arma, geralmente homens, por que o estava fazendo. Em sua maioria, diziam que estavam sendo pressionados pela mulher, mãe, avó, filha ou namorada. Algumas mulheres tinham a iniciativa de entregar a arma "do falecido marido", "do filho, que anda em más companhias", ou "do irmão, que anda fazendo besteira". Essa experiência nos comprovou como elas são mais sensíveis ao risco representado pela arma.

Em 2001, o Viva Rio lançou as campanhas *“Mãe, desarme o seu Filho”* e *“Arma não! Ela ou eu”*, baseadas na capacidade das mulheres de convencimento dos homens. O símbolo da campanha – uma bala em forma de batom – foi uma colaboração do publicitário Washington Olivetto a partir de uma concepção do cartunista Miguel Paiva.

**[ilustração
Excluída]**

Várias artistas participaram voluntariamente da campanha:
Regina Casé, Malu Mader, Maria Paula, Fernanda Torres,
Thelma de Freitas, Betty Gofman, Ângela Figueiredo, e uma
mãe de vítima, Wilma Melo.

Elas gravaram pequenos filmes para a TV, feitos gratuitamente pela agência WBrasil. O quadro interpretado pela Maria Paula, a impagável musa do *“Planeta & Casseta”*, expôs o “machão” ao ridículo: ironizou a insegurança de certos homens que por não serem bem dotados acabam compensando o complexo de inferioridade pelo uso de armas potentes. Foi um sucesso. Desconstruiu-se o mito da masculinidade como sinônimo de brutalidade. Apontou-se o que a psicanálise há tempos ensina: a insegurança sexual muitas vezes está na origem das atitudes agressivas do “macho man”. Lembra-se da publicidade do DETRAN contra alta velocidade, em que a atriz Irene Ravache relacionava a mania de correr com impotência sexual?

Armas e feminismo

Algumas mulheres entendem que, para se defender da violência masculina, devem agir como os homens e defender-se com armas. Temem principalmente o estupro. Esse “feminismo”, que consiste em incorporar o negativo da cultura machista, não constrói relações diferentes, pelo contrário, perpetua o que há de negativo nesse tipo de relação desigual. No caso da autodefesa, ao copiar um procedimento equivocado, as mulheres obtêm o resultado oposto ao desejado e aumentam o risco que correm.

Algumas mulheres nos perguntaram: *“Não deveríamos andar armadas para nos defender de estupradores?”* Considerando-se que a mulher esteja armada, quais os cenários possíveis, em casa ou na rua? Ela poderá se defender se pressentir o assalto antes da agressão, o que é raro. O mais provável é que o agressor esteja armado e aja de surpresa, situação em que a mulher não leva a menor chance. Se ele não estiver armado, leva alguma, mas a mulher corre o risco de ter a sua bolsa, ou a sua casa, vasculhadas e, encontrada a arma pelo assaltante, vê-la usada contra si. Se a agressão for dentro de casa, terá que considerar todos os demais riscos que uma arma acarreta para a família e para ela.

Outras considerações:

- Muitos homens nem precisam usar a arma para se impor à mulher; basta tê-la ao seu alcance, como ameaça constante;
- As campanhas de desarmamento da Austrália, Grã-Bretanha, Estados Unidos, Canadá, África do Sul e Alemanha são lideradas por mulheres;
- A campanha internacional do “laço branco”,¹⁷⁸ direcionada à violência masculina contra a mulher, teve origem num episódio ocorrido em 06.12.89, em Montreal. Inconformado porque

havia sido reprovado para a Faculdade Politécnica, um homem invadiu o curso, mandou sair os homens, e fuzilou 14 mulheres, porque não podia admitir que mulheres fizessem esse curso "masculino", para o qual ele não havia conseguido entrar.

No Dia Internacional da Mulher, 8 de março, a Anistia Internacional divulgou relatório que adverte: *"Costuma-se afirmar que as armas de fogo são necessárias para proteger as mulheres e a família, mas a realidade é muito diferente. Ser mulher em um mundo onde não se respeitam seus direitos e onde o comércio de armas está descontrolado, representa um risco maior de morrer. Essa é uma combinação letal"*.¹⁷⁹

12. Cultura da violência

Mídia e violência

É constante a polêmica sobre a real influência da mídia no incentivo à violência, em particular da TV e dos vídeo games. Alguns especialistas sustentam que a veiculação persistente de programas violentos acaba por condicionar o comportamento, principalmente de crianças. Outros contestam, afirmando que as crianças sabem distinguir perfeitamente entre fantasia e realidade, e a violência fictícia funcionaria como um escape para a agressividade natural das pessoas.

Acreditamos que os que acham irrelevante o papel negativo da mídia tomam como exemplo crianças de famílias bem estruturadas, que freqüentam boas escolas, encontrando nessas instituições contraponto e consciência crítica para colocar a fantasia em seu devido lugar. Temos visto o efeito enorme de programas violentos em crianças de rua, que não têm blindagem alguma e acabam por imitar o comportamentos das personagens, na falta de bons modelos de adultos a imitar em casa. O caso mais conhecido é o de Sandro do Nascimento, ex-sobrevivente do massacre da Candelária¹⁸⁰, que seqüestrou o ônibus 174, no Rio, em 2000. No assalto, enquanto ameaçava com um revólver os passageiros, Sandro se comparou várias vezes à personagem do filme *Velocidade Máxima*, com Keanu Reeves, em que um ônibus é seqüestrado.

Nos EUA, os exemplos são inúmeros. Investigações levaram o FBI a concluir que o homem que tentou matar o presidente Reagan, e acabou ferindo seu assessor Brady, se inspirou no filme *Taxi Driver*, de Martin Scorsese. Charles Manson assassinou de forma diabólica Sharon Tate, grávida do cineasta Roman Polanski, inspirado no seu filme *Bebê de Rosemary*. Os dois estudantes que realizaram o massacre na escola de Columbine eram fans do vídeo game *Doom* e, em vídeo que deixaram gravado, expressavam seu entusiasmo pelo filme *Assassinos por Natureza*, de Oliver Stone. A última novidade em videogame é *JFK Reloaded*, que permite ao usuário simular o assassinato do presidente Kennedy, fuzilado em 1963. No Brasil, o estudante Mateus Meira, que metralhou 9 pessoas enquanto assistiam a *Clube da Luta*, de David Fincher, havia visto este filme dias antes, "e gostado muito", conforme seu depoimento.

Segundo a Academia Americana de Pediatria, *"ao completarem 18 anos, os jovens dos EUA já viram em média 200.000 atos de violência na TV"*.¹⁸¹ Este tipo de programação da TV foi considerada de *"forte influência sobre crianças e jovens"* pela Academia. De acordo com o IBOPE, pessoas de 4 a 17 anos assistem em média 3,5 horas por dia de televisão no Brasil.¹⁸²

Difícil imaginar que alguns jovens não se deixarão levar por atitudes violentas depois de intoxicados por tanto estímulo destrutivo.

Se até os homens adultos se deixam contagiar pela fantasia do cinema, imagine-se as crianças, que estão na idade de misturar magia e realidade, com suas brincadeiras de bandido e mocinho (polícia e bandido, nas favelas) e com seu fascínio pelo proibido? E criança é muito curiosa. Se descobre até a revista *Playboy* que o pai escondeu, da mesma forma encontra a arma escondida.

Escolas da Califórnia estão levando seus alunos a visitarem necrotérios, para que vejam mortos por arma de fogo, mas de verdade. A morte real, não a morte virtual, a “morte limpa” e glamourizada da ficção, em que os baleados parecem dormir, mortos saem de cena e bandidos caem em silêncio. Ao verem o corpo das vítimas de tiro real, compreendem a diferença entre fantasia e realidade. Cabeças destroçadas, membros arrancados, intestinos dilacerados, dão-lhes a medida do efeito brutal das potentes armas modernas, que não provocam um pequeno orifício, mas explodem as vítimas. Ultimamente, o cinema está se aproximando mais da violência real. Exemplo é *O Resgate do Soldado Ryan*, onde a invasão da Normandia é retratada com realismo, sangue espirrando e pedaços de corpos sendo arremessados. No caso dos jovens nos necrotérios da Califórnia, eles se encontram face à face com a morte, sentem seu cheiro, as deformidades provocadas pelas balas. Os jovens podem, então, deduzir como foi o momento do tiro, a carnificina, os gritos de dor, a cara horrenda da morte, bem diferente da trilha musical que dá emoção ao silêncio da morte fictícia. Os estudantes saem do necrotério e não querem mais saber de arma. Como diria Cazusa, “eu vi a cara da morte e ela estava viva”.

Mídia democrática: “Mulheres Apaixonadas”

Se a grande incentivadora da violência é a mídia, que de forma constante exalta o uso da força, a grande aliada na construção de uma sociedade pacífica tem que ser essa própria mídia. É preciso esclarecer milhões sobre a superioridade dos métodos democráticos e pacíficos de resolução de conflitos, o que só pode ser feito através de informação massiva. Diferentemente de outros países, em que o lobby das armas compra o silêncio e a cumplicidade das grandes empresas de comunicação, no Brasil a maioria dos jornalistas tem agido com independência, e divulgado as pesquisas e informações produzidas pelos centros de pesquisa sobre os efeitos do uso de armas de fogo. Os números da realidade confirmam a necessidade do desarmamento, e por isto o lobby dos empresários de armamento evita o debate, por anos impediu a discussão do tema no Congresso Nacional e se mobilizou contra a consulta popular do referendo. O universo oculto do comércio de armas e munições, que vive do desvio, do contrabando e da corrupção, movimentando milhões, foge da luz, resiste à fiscalização e quer continuar operando na sombra.

Correu mundo o papel da TV Globo, expondo a controvérsia sobre o uso de armas e seus riscos para o grande público. Além dos noticiários, um feito surpreendente ocorreu na novela *Mulheres Apaixonadas*, quando o roteirista Manoel Carlos introduziu o tema no enredo, levando o debate para milhões de lares brasileiros. Os artistas da novela acabaram participando, como personagens, da marcha *Brasil sem Armas*. Organizada pelo Viva Rio em 14 de setembro de 2003, com apoio de muitas instituições civis, apesar da chuva e do frio, a caminhada levou

cerca de 50.000 pessoas à praia de Copacabana para exigir a aprovação do Estatuto do Desarmamento. A mídia internacional considerou a marcha um incrível exemplo de combinação entre o virtual e o real, demonstrando como os meios de comunicação podem contribuir para conscientizar e fortalecer uma bela causa, como a do desarmamento.

Telecurso do crime

O Estatuto trata da mídia em seu art. 33 (ver *Estatuto em Anexos*). Mas aí multa-se apenas empresas de produção ou comércio de armas que façam publicidade indevida, e não publicações que, por iniciativa própria, incentivem, e mesmo ensinem, o uso de armamento proibido por civis. Por exemplo, a Editora Escala lançou uma nova revista sobre armas, *Shoot*, cujo primeiro número veio acompanhado por um vídeo. Esse filme está sendo usado como material didático pelo narcotráfico para treinar seus membros. Esta denúncia foi feita por um pastor evangélico, obrigado a ceder sua igreja, na Favela Ipiranga, Niterói, como sala de aula para o crime organizado.¹⁸³ No vídeo, um instrutor, com touca ninja de bandido para lhe esconder a identidade, ensina a usar e desmontar armamento proibido para uso civil. Isto é, os bandidos podem comprar em banca de jornal manual de instrução de armas de uso exclusivo da polícia e dos militares, que usam no cometimento de crimes e no enfrentamento com a polícia. Pode? É um caso claro de insuficiência da lei, ou a lei está a exigir uma interpretação jurídica que imponha limites ao que as revistas especializadas publicam. Trata-se de um curso sobre armamento proibido. Seria o mesmo que permitir-se a venda de manuais de refino de cocaína, ou de fabricação de bombas. Isso é apologia do crime.

Armas de fogo e cultura na América Latina

O Brasil e a América em geral não têm uma tradição pacífica de convívio social e de resolução de conflito. A exceção é Costa Rica, que em 1948 aboliu suas Forças Armadas, investiu maciçamente em educação pública e cultura de paz, e conta por isso mesmo com baixo índice de homicídios por arma de fogo: 3,3 homicídios por 100 mil habitantes, em 1998.¹⁸⁴ Em contraste com a taxa para a América Latina e Caribe, de 15,5,¹⁸⁵ e para o Brasil, de 20,8.

Nossa herança é de brutalidade, intolerância e uso da força. Como dizia o ensaísta mexicano Octávio Paz, *“na América Latina, o Estado é forte com os fracos e fraco com os fortes”*. Essa tradição só fez se exacerbar durante os longos períodos de ditadura, que foi muito mais a regra que a exceção na América Latina. Como resultado desse passado de despotismo, desenvolveram-se valores típicos de sociedades de economia escravista ou envolvidas em guerras. O extermínio dos índios, o flagelo dos escravos, a subjugação da mulher, a rudeza das atividades de guerra, do sertão, dos pampas, dos seringais, criaram um protótipo de homem “macho”, como é o caubói para os norte-americanos. Este modelo valorizou o uso da força para resolver litígios e a arma de fogo foi o seu instrumento por excelência. O contexto da época explica o modelo, que se torna anacrônico quando se quer perpetuar na sociedade urbana e democrática de hoje.

Desconstrindo o machismo

A campanha *“Adeus às Armas”*¹⁸⁶, realizada na Espanha, foi pioneira em desconstruir esse modelo masculino, *“que glorifica a força, reprime os sentimentos, associa estupidamente a coragem ao risco, incapaz de entender o valor da vida”*.¹⁸⁷ A mística viril é desmascarada como subproduto da

prepotência e da insegurança, muitas vezes sexual ou profissional, e contrastada com um novo padrão de "homem democrático", solidário, sensível e que privilegia o diálogo e a persuasão, no lugar da brutalidade e da porrada. A Espanha, com uma das tradições mais machistas do Ocidente, deu a volta por cima durante a democratização, e é hoje um dos países mais avançados no que diz respeito à legislação de proteção aos direitos humanos. No Brasil, a psicóloga Maria Tereza Maldonado pergunta: "*Homem é aquele que não leva desaforo para casa? Que paquera a menina puxando-a pelos cabelos para beijá-la à força? Que agride quem olha para a namorada para defender a propriedade?*"¹⁸⁸

O documento da *Campanha da Fraternidade de 2005*, das principais igrejas cristãs do Brasil, se preocupa com o que considera a formação "machista do homem brasileiro", que o induz à violência: "*Ao mesmo tempo em que nega direitos às mulheres (...) impõe uma carga muito pesada sobre os homens; desde cedo, os meninos aprendem a não levar desaforo para casa e querem provar que não são fracos, produzindo-se níveis altos de estresse*".¹⁸⁹

Sociedade rural e vida moderna

Os que defendem o uso das armas como defesa são movidos muitas vezes por sentimento nostálgico em relação a um passado de menos violência no convívio social, embora ela tenha sempre prevalecido na política e no trato dos conflitos sociais. No fundo, têm em mente uma sociedade agrária, em que a segurança era muito mais privada que pública, onde a arma na cintura e o cavalo faziam parte do perfil masculino, na defesa da terra, contra as feras e na quase ausência de polícia pública. Mas há muita idealização desse passado, já que a violência contra a mulher, minorias étnicas e sexuais, pobres e opositores políticos, era considerada "normal".

Levando em conta as grandes diferenças de um Brasil continental, em seu art. 6º, o Estatuto do Desarmamento foi flexível ao permitir o porte de arma para aqueles que dependem dela em áreas rurais desprotegidas, como por exemplo os seringueiros, como foi defendido durante os debates parlamentares pela deputada Perpétua Almeida (PC do B do Acre). No Acre, chegou-se a fazer uma campanha dizendo-se que "o Lula vai tomar as armas dos seringueiros e mandar prender quem tiver arma". Nada mais falso. O uso de arma para caça de subsistência no campo e nas matas está garantido pela nova lei, bem como a posse de arma na residência urbana ou rural e local de trabalho: "*no interior de sua residência ou domicílio, ou dependência desses, ou ainda, no seu local de trabalho, desde que seja ele o titular ou o responsável legal do estabelecimento ou empresa*". (ver art. 5º do *Estatuto* em Anexos).

A hostilidade que impera na vida atual nas grandes cidades brasileiras pode-nos levar a compará-la erroneamente à sociedade rural. Nossa urbanização acelerada já é de 80% da população habitando as cidades. Se vivemos cada vez mais espremidos em pequenos espaços, em cidades super-populosas, ou construímos sistemas públicos de segurança satisfatórios, ou vamos sucumbir na degradação das relações humanas e na perda de nossa liberdade, em nome da segurança. E é aqui que surgem as propostas democráticas de modernização da polícia, controle de armas e cultura de paz. No extremo oposto, competem as soluções individualistas de autodefesa e vingança privada, a ênfase na repressão policial em detrimento da prevenção,

a glorificação da arma e da cultura belicista, todas levando para regimes liberticidas e à resolução violenta das desavenças.

Educação e Violência

Em segmentos retrógrados da sociedade, persiste a mentalidade de que a esposa e os filhos são “propriedade” do marido. Essa relação de posse pode chegar às raias da violação dos seus direitos básicos. Além de constituir-se numa covardia, a agressão ao menor pelos pais ignora a moderna pedagogia. Está-se, na verdade, moldando uma personalidade medrosa, submissa, dogmática, que aceita imposições por medo ao invés da obediência por convencimento. Provoca-se recalques de receio e desejo de vingança; ensina-se a resolver conflitos, realizar vontades e superar frustrações por meios violentos, que serão reproduzidos pelo resto da vida. Como bem adverte a Pastoral da Criança, *“quem bate para ensinar, está ensinando a bater”*. Conta-se o caso de um casal de brasileiros que, vivendo na Suécia, batia no filho “educativamente”. Para que os vizinhos não ouvissem os berros da criança, espancavam-na dentro do armário, porque uma denúncia de maus tratos levaria o casal a ser preso por violação aos direitos do filho.

Maus tratos a crianças estão na origem do comportamento violento de muitos adultos. Pesquisa da Universidade de Harvard constatou que *“a chance de um adolescente cometer atos violentos com armas de fogo é praticamente o dobro se ele foi uma criança que testemunhou atos desse tipo. O fator violência na infância apresentou-se muito mais importante para determinar a agressividade na adolescência do que a pobreza, o uso de drogas ou o fato de o jovem ter sido criado por apenas um de seus pais”*.¹⁹⁰ Estudo recém publicado da Universidade de Michigan *“concluiu que adolescentes que foram testemunhas de violência armada têm duas vezes mais chances de cometer atos violentos que os demais”*.¹⁹¹ Pesquisas anteriores já haviam comprovado que vivências na infância, seja como vítima da brutalidade, seja como testemunha de pais espancando mães, ensinaram crianças a se tornarem adultos que procuraram resolver problemas com violência e não de forma persuasiva. Esse ambiente de formação é a ante-sala do crime.

Armas de Brinquedo

O mais preocupante é que as mulheres, grandes vítimas da violência masculina, e normalmente avessas às armas, muitas vezes educam seus filhos “como homens”, na valorização de armas e no uso da força, sob o lema “homem não chora”. Daí a importância de se atingir diretamente as crianças através de campanhas de desarmamento infantil, buscando-se trocar o paradigma do “herói” armado, violento e destruidor, pelo herói que desarma, dialoga e é solidário com os demais.

Em várias partes do país, iniciativas têm sido tomadas em que as crianças são estimuladas a trocar armas de brinquedo por jogos pacíficos. Têm-se promovido a destruição das armas de brinquedo com marretadas, como se está fazendo com armas verdadeiras entregues na Campanha de Desarmamento. Outra iniciativa, da Editora Abril e da Dinap, troca armas de brinquedo por revistas e livros infantis: em 41 cidades já foram recolhidas 412 mil armas de brinquedo. A campanha começou em 2001, em Barueri, na Grande São Paulo. A idéia surgiu de um jornalista membro do Conselho Comunitário de Segurança da cidade, quando viu uma criança apontar uma arma de brinquedo e “atirar” contra um ônibus. Em maio de 2005, o Viva Rio assinou convênio com a Editora Abril e a Dinap para levar a troca de brinquedos de guerra

por revistas a 42 cidades do Estado do Rio, e discussão da importância do hábito de leitura, e da valorização da paz, em 500 escolas do Estado. Em São Paulo, o ministério da Justiça e da Cultura transformaram armas recolhidas na Campanha de Desarmamento em brinquedos de parque infantil; o mesmo sucedeu em Nova Iguaçu, no Rio, cenário de recente chacina de vítimas inocentes. Em Curitiba, as crianças estão trocando suas "armas" por doces. Já em 1999, o Viva Rio havia realizado o concurso "*Arme uma frase, desarme o Brasil!*", nas escolas públicas do Rio: o aluno vencedor em cada escola, e sua professora, ganharam um computador da IBM. Atualmente, o desenhista Otávio Rios ilustra histórias de seu personagem *Cambito* nos sites do Viva Rio, traduzindo o problema das armas para o universo infantil. Crianças esclarecidas não serão apenas futuros construtores da paz, mas conscientizarão seus pais.

Tradição ou atraso?

Entre nós ainda pesa o hábito de considerar a arma de fogo como mais um objeto doméstico, como seria um rádio ou uma faca, sem que haja o entendimento de que é um instrumento feito para matar, com facilidade e rapidez. É como deixar veneno em lugar de fácil acesso. É preciso levarmos em conta, em se tratando de hábitos, que há tradição boa e tradição obscurantista. A primeira deve ser preservada, mas a segunda se aferra a costumes ultrapassados, calcados em mitos, ignorância e preconceitos. Devem ser superados para que a sociedade avance.

No caso da violência urbana, pesa a saudade dos tempos de tranquilidade, e sua associação à época em que era frouxo o controle de armas, pois raros eram os assaltos e homicídios. Porém, não entender a transformação da sociedade pode nos levar a repetir hábitos que se tornaram inadequados num mundo inseguro, como não fechar a porta de casa, não evitar ruas escuras, ou andar armado.

Resiste-se à mudança por ignorância e por hábito, ou por medo do novo, esse desconhecido. A rotina tem sua força, e inovar exige coragem e espírito aberto. Temos o exemplo do uso obrigatório do cinto de segurança nos carros. Apesar da informação de que diminui em 70% os riscos em caso de colisão, havia taxista comprando camiseta com uma faixa preta pintada na diagonal, simulando um cinto, para evitar multa. Hoje, o seu uso tornou-se um hábito, contribuindo para reduzir as mortes nos acidentes de trânsito.

Outro exemplo acaba de ser celebrado, com os cem anos da Revolta da Vacina Obrigatória. Em 1904, os cariocas se rebelaram contra a obrigatoriedade de se vacinarem contra a varíola, que devastava a cidade. Reagiram por desinformação, já que a campanha de Oswaldo Cruz não teve a preocupação de bem informar o povo sobre como agir a vacina, vista como transmissora da própria doença. Agora, esse mesmo povo faz fila para ser vacinado. Mentalidade e hábitos equivocados se mudam com informações científicas e métodos democráticos, como debate público, novas leis e consulta popular, como o referendo.

"Armas não Matam. Quem mata são as pessoas"?

Este é o slogan mais repetido pela Associação Nacional de Fuzis dos EUA. É convincente à primeira vista. A armadilha está, primeiro, em afirmar o óbvio, como seria dizer que, “se o carro está em excesso de velocidade, a culpa não é do carro, mas do motorista”; segundo, em concentrar o foco exclusivamente num aspecto sobre o qual há unanimidade: a necessidade de boa educação. Segundo a ANF, o que importa são pessoas “bem educadas” e basta. Elas sempre farão bom uso de sua arma, e portanto não só estão aptas a usá-la, como devem usá-la na autodefesa. Analisemos o argumento.

Limites da educação e “transtorno de conduta”

O Viva Rio dá importância tão grande à educação, que grande parte de suas atividades é voltada para esse campo. Mas, ao falarmos em educação para uma convivência pacífica e solidária, que é a política que defendemos, não podemos ser ingênuos de imaginar que a educação, embora essencial, pode tudo. Ela tem seus limites, dados pela natureza humana. Em psicologia, existe o que se denomina “transtorno de conduta”. Segundo a psicanalista Gláucia Helena Barbosa, esta é a denominação diagnóstica para classificar desvios de comportamento. Esta designação destaca na vida de uma pessoa aquele momento em que “ela perde a cabeça”. É quando a emoção se sobrepõe à racionalidade, isto é, em que nossas idéias e princípios são dominados por sentimentos incontidos. Como o ciúme, por exemplo. Este é um sentimento tão poderoso e dominador, que até nos tribunais é considerado atenuante para um crime cometido sob sua forte influência. Lembremo-nos do caso do redator-chefe de *O Estado de São Paulo*, o jornalista Antônio Marcos Pimenta Neves, assassino confesso da namorada, a também jornalista Sandra Gomide. Intelectual respeitado, Neves matou Sandra com dois tiros dados nas costas, em agosto de 2000, em Ibiúna, SP, por “haver sido abandonado”. O pai da vítima, João Florentino Gomide, que como ex-sargento do Exército possui arma, recentemente entrevistado, declarou “esperar não precisar fazer justiça com as próprias mãos, pois será capaz de matar o ex-genro, e se suicidar, caso o jornalista não seja julgado ou seja absolvido”.¹⁹² O episódio condensa vários dos fatores que favorecem a violência no país: machismo, homicídio passional por fácil acesso a uma arma, justiça lenta, processo penal que favorece os poderosos, provável impunidade, acompanhada de nova tragédia anunciada, com arma de fogo.

Influência da emoção

Assim, independente da cultura e da educação que se tenha, há momentos na vida que nos descontrolamos, e somos dominados pela raiva, como numa briga de trânsito, em que cidadãos pacíficos vociferam e transformam-se repentinamente em seres agressivos e violentos. São em situações como a desse conflito conjugal, que uma arma ao alcance da mão faz toda a diferença. Se não a temos, poderemos agredir de forma verbal ou até física. Armados, atiramos impensadamente, provocamos uma tragédia, muitas vezes matando um ente querido, para no momento seguinte de lucidez nos arrependermos amargamente. Mas aí já é tarde, cometemos um gesto irreversível. A agressão armada quase sempre é fatal, dada a potência das armas atuais. O arrependimento que se segue não impedirá o drama que vai se desenrolar a partir daí, e desgraçará a vida de várias pessoas, além da vítima, inclusive a do agressor.

Essas as consequências de não se fazer a diferença devida entre nível emocional e racional, dois universos tão diferentes, como desvendou Freud. Ao tomar-se em conta apenas a racionalidade humana na explicação dos comportamentos, acaba-se por se acreditar em mitos,

como o de que homens considerados “normais” sempre saberão usar com racionalidade e competência sua arma de fogo. Esquece-se os momentos de emoção, em que o medo, o ódio, o ciúme, a angústia depressiva, turvam a racionalidade. Sem contar fases de desequilíbrio emocional, às quais todos estamos sujeitos, e que podem exigir tratamentos a que nem todos têm acesso ou recorrem. Nestas ocasiões, de nada vale uma boa educação, que só atuará sobre a emoção quando o surto irracional do sentimento tiver passado. Pode durar minutos, mas aí a desgraça já estará consumada.

A *Emenda Brady* (ver em *USA: “armas e violência”?*), obriga a uma espera de 5 dias entre a compra e o recebimento da arma, exatamente para deixar correr o tempo no caso de alguém que, por impulso, está tendo um ímpeto suicida, ou de matar. Esse “período para meditação”, que nada mais é que um tempo para que o racional domine o emocional, “reduziu de maneira significativa os casos de suicídio por arma de fogo entre menores de 55 anos”.¹⁹³

O equívoco do argumento de que “pessoas bem educadas não farão mau uso de uma arma” não leva em consideração a complexidade do indivíduo, que é multi, e não unidimensional. Simplesmente ignora o psiquismo, como se fôssemos seres sem emoção, e sua influência nos comportamentos humanos.

É o caso, também, de perguntarmos de que educação se trata? Educação democrática ou fascista? Qual o resultado de crianças que aprendem a atirar com 3 anos de idade, que são convencidas de que são membros de “uma raça eleita e superior” às demais, de que o uso de armas para resolver conflitos e garantir direitos é, não só necessário, como desejável? Quando se permite que uma coletividade que cultua a intolerância frente ao diferente se arme, vamos colher violência.

“As armas são inocentes”?

Acusa-se os pró-desarmamento de “diabolizarem” a arma, tornando-a “responsável” pelo crime, e não o criminoso. A arma seria um objeto inerte, como qualquer outro, e que não mereceria atenção especial. (ver *“Demonização” das armas*) Ora, eles nunca isentaram o homicida de responsabilidade, pelo contrário, e por isso mesmo as penas do Estatuto do Desarmamento aumentaram em relação à lei anterior. Assim como sempre defenderam investimos na pessoa, na formação e integração da abandonada juventude da periferia, em campanhas de cultura da paz. Mas, simultaneamente, lutam pelo controle das armas, como os sanitaristas tratam de exterminar o mosquito da dengue, como se deve combater o tráfico de drogas e não apenas se preocupar com os viciados. Combater os “mosquitos” e as “drogas” também significa investir contra “coisas”. Não tratamos uma arma de fogo como se fosse um instrumento inofensivo, porque não é: trata-se de um produto feito exclusivamente para matar, e que está cumprindo essa função muito bem. Numa discussão acalorada, a presença ou não de uma arma faz toda a diferença, e vai certamente determinar se no seu desfecho teremos no chão um cadáver. Para alegria do demo, já que se fala em “diabolização”.

Armas devem ser classificadas como “mercadorias perigosas”, como dinamite para minas, produtos químicos explosivos ou inflamáveis e certos agrotóxicos. Têm que merecer a fiscalização, e o cuidado, dispensados a esses produtos. O controle da indústria química não a

levou à falência. Ninguém defende que tais produtos, que podem matar, sejam “passivos”, e que “o problema sejam as pessoas” que os manipulam.

Sobre a afirmação inicial, *“Armas não matam. Quem mata são os homens”*, podemos contrapor que ***“Armas não matam. Homens tampouco. Homens com armas matam”***. Ou a pergunta bem humorada de um internauta: *“Ou acabamos com as armas, ou acabamos com os homens. O que é mais fácil?”*¹⁹⁴

13. Religião e Violência

Algumas pessoas citam a Bíblia, que menciona a obrigação de um pai defender a sua casa, para justificar a autodefesa armada. Todos somos pela defesa do lar. O que se discute é se a arma de fogo é um meio recomendável. Para alguns, é a única forma nas atuais circunstâncias; para outros, defender a família não é armar-se e preparar-se para matar, porque quem age assim está aumentando o risco para os seus.

Quanto à Bíblia, ela retrata a Antiguidade, onde não restava à população outra alternativa senão a autodefesa. Não haver menção nas Escrituras a armas de fogo já deveria alertar para a abismal diferença entre o mundo antigo e o nosso. A Bíblia é uma obra que expressa a realidade daquela época. É verdade que alguns de seus ensinamentos têm valor universal e atemporal, como as palavras de Jesus, *“Amai-vos uns aos outros”* (João 15, 9-14), que é a essência do cristianismo, e seu corolário, o VI Mandamento, *“Não matarás”* (Exodus 20/3-17). Suas histórias e metáforas são típicas daquelas sociedades remotas. Querer aplicá-las de forma automática aos tempos de hoje nos levaria a apedrejar as prostitutas, pregar na cruz os rebeldes, ameaçar de cortar ao meio uma criança cuja maternidade é disputada etc. Esse tipo de interpretação a-histórica tem sido responsável pela regressão de algumas sociedades a costumes bárbaros e patriarcais. Alguns ramos do islamismo, ao lerem o Alcorão fora de contexto, apregoam que se corte a mão do ladrão, se mate a pedradas a adúltera, se submeta a mulher à ignorância, proibindo-a de votar e mostrar o corpo, e se extermine aqueles que não professem sua religião.

Sempre existirão capelães dispostos a abençoar os canhões que partem para a guerra. No tempo do colonialismo, *“atrás da cruz vinha a espada”*. Mas vivemos tempos diferentes, em que setores do cristianismo retomam a autenticidade de suas origens. Apesar disso, defensores da solução violenta buscam justificativas em citações da igreja católica do tempo da Inquisição, de cuja política de intolerância o Papa se penitenciou. Como disse Frei Beto, a mensagem de Cristo é clara: *“Amai-vos uns aos outros e não Armai-vos uns aos outros”*. Distorce o cristianismo quem nega seu núcleo fundador, que é a relação de paz e amor entre os homens. Esse primado da doutrina é expresso claramente por Cristo, seus apóstolos e profetas, como em Mateus 5:9, *“Abençoados sejam os construtores da paz, porque eles serão chamados filhos de Deus”*, ou em Isaías 2:4, *“Transformem suas espadas em arados”*. Esse último foi o lema da bela campanha de desarmamento promovida em Moçambique, onde as igrejas trocaram armas por instrumentos agrícolas. Não é sem razão que a sabedoria milenar da cristandade sempre advertiu: *“Quem com ferro fere, com ferro será ferido”* (Apocalipse 16.5-7), que na sabedoria popular se tornou a máxima *“violência gera violência”*.

Campanha da Fraternidade 2005: “Solidariedade e Paz”

No Estado do Rio, a participação das igrejas nas campanhas de desarmamento e de cultura de paz vem de vários anos. Em 1999, 50.000 evangélicos marcharam até o Maracanã, onde promoveram, em parceria com o Viva Rio e o governo estadual, um espetáculo de forte emoção e beleza: ao som de cânticos exaltando a paz, realizaram a primeira destruição pública de armas no Estado, introduzindo um método original e barato de danificação das armas com marretas, com apoio do Exército.

Este ano, o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (CONIC), que reúne grandes igrejas cristãs do país, está realizando a Campanha da Fraternidade de 2005 em torno do tema "Solidariedade e Paz", pelo desarmamento. O CONIC é constituído pelas igrejas Católica Apostólica Romana, Metodista, Episcopal Anglicana, Evangélica de Confissão Luterana, Presbiteriana Unida, Católica Ortodoxa Siriana e Cristã Reformada, além de outras igrejas que participam como membros do CONIC. Essas igrejas pretendem mobilizar e esclarecer seus mais de 100 milhões de fiéis para que votem no referendo, pelo desarmamento e pela paz. Também se incorporaram à Campanha de Entrega de Armas. Na quarta-feira de cinzas, lançaram a Campanha da Fraternidade e essas propostas constam do documento divulgado na ocasião. O papa João Paulo II elogiou a iniciativa: *"No mundo em que vivemos, abalado com frequência pela violência e marcado pelo indiferentismo, os cristãos que partilham o empenho pela promoção da paz e da solidariedade tornam-se instrumentos eficazes de evangelização e um exemplo para todos a fim de construir uma sociedade mais fraterna e mais atenta às necessidades dos pobres e indigentes"*. Segundo o padre Gabriele Cipriani, da direção da CNBB, *"a paz não é uma questão apenas dos cristãos, mas queremos levar a defesa do desarmamento para a sociedade. Se semeamos armamento, vamos colher violência. A arma é uma ilusão"*.¹⁹⁵ O texto-base da Campanha da Fraternidade alerta: *"Assumindo meios violentos, somos transformados pelo agressor em alguém igual a ele. Nessa vitória do mal, os violentos derrubam nossas convicções e esperanças. E a violência não acaba, porque, alimentada, volta mais adiante, fortalecida por esse impulso que lhe demos. O único antídoto contra a violência é a solidariedade"*.

Fazem bem as igrejas quando escolhem o tema da paz para a Campanha da Fraternidade deste ano, fiel à sua tradição de buscar a concórdia entre os homens. Alguém estranhará, alegando que "não estamos em guerra". Mas nossas cifras de mortos são de conflito bélico. Além do mais *"a paz não reside simplesmente na ausência de guerra, mas na ausência de violência"*.¹⁹⁶

14. Juventude e Violência Armada

Constatação do jovem advogado Felipe Dantes: *"Sou brasileiro, e por isso meu risco de morrer por arma de fogo é 2,6 vezes maior do que a média mundial. Sou carioca, e, como consequência, o meu risco de morrer é 2 vezes mais alto do que no restante do Brasil. Sou jovem, e por essa razão tenho 7 vezes mais chances de morrer do que o resto da população brasileira. Sou homem, e por isso meu risco de morrer no município do Rio de Janeiro é 30 vezes mais alto do que o de uma mulher na minha faixa etária"*.¹⁹⁷

Em relação aos demais países, o Brasil aparece entre os primeiros no que se refere à taxa de jovens mortos de forma violenta em relação à população (os EUA entram para efeito de comparação), conforme vemos na tabela seguinte.

[gráfico excluído]

O recente estudo da UNESCO concluiu que *"das 550 mil mortes por arma de fogo ocorridas entre 1979 e 2003, 44,1% foram de jovens na faixa de 15 a 24 anos. Esse dado adquire sua devida dimensão se considerarmos*

que os jovens representam apenas 20% da população. (...) Em 1979, as mortes por arma de fogo representavam 7,9% do total de mortes juvenis, e passou para 34,4% em 2003. Isso significa que **um em cada três jovens que morrem no país é em decorrência de tiro.** (...) Para o conjunto da população brasileira, as principais causas de morte são as doenças do coração, as cerebrovasculares e, em terceiro lugar, as provocadas por arma de fogo. Já entre os jovens, a principal causa é a mortalidade decorrente das armas de fogo".¹⁹⁸

Pesquisa de Luke Dowdney apontou que "o número de crianças e adolescentes mortos por armas de fogo entre 1987 e 2001 foi 8 vezes maior no município do Rio de Janeiro do que no conflito palestino-israelense na mesma época. A guerra entre judeus e palestinos fez 467 vítimas menores de idade nesse período e a guerra do tráfico, 3.937".¹⁹⁹ Considerando-se jovens entre 15 e 29 homens, morreram 21.369 homens para 1.205 mulheres no país em 2002, isto é, 17 vezes mais. No Estado do Rio, os jovens do sexo masculino estão morrendo 24 vezes mais que as jovens do sexo feminino.²⁰⁰ Pesquisando as vítimas de violência armada, Luciana Phebo constatou: "No Brasil, o risco do homem jovem de 20 a 29 anos morrer vítima de arma de fogo é 7 vezes superior ao restante da população e 4 vezes superior ao restante da população masculina. O risco de morte para esses jovens homens é 38 vezes maior que o da população feminina e 20 vezes superior quando comparado com a população feminina da mesma faixa etária, como ilustra o gráfico abaixo", como podemos observar no gráfico que se segue.²⁰¹

[gráfico excluído]

Números alarmantes: armas e acidentes de trânsito

As maiores vítimas, e os mais frequentes autores, dos homicídios por arma de fogo no Brasil são os jovens do sexo masculino. Ao mesmo tempo que parte deles a maior ameaça de violência, a juventude está sendo massacrada como num campo de batalha. O impacto na renovação da mão de obra na economia, e no balanço entre rapazes e moças, já se faz sentir.

A arma de fogo é a primeira causa de morte de homens jovens no Brasil, mais do que doença, acidente de trânsito ou qualquer outra causa externa. Em 2002, 38,8% das mortes de jovens de 15 a 24 anos foram ocasionadas por projétil de arma de fogo (PAF) e 16% por acidentes de trânsito. No Rio, entre os jovens de 15 a 19 anos, 60,5% foram mortos por arma de fogo e 8,4% por acidentes de trânsito, como ilustrado a seguir.²⁰²

[gráficos excluídos]

Para a médica Luciana Phebo, "não existe bactéria, vírus ou veículo a motor que mate mais os adolescentes no Brasil do que o projétil da arma de fogo. Dos adolescentes de 15 a 19 anos que morreram em 2002, 39,1% foram vítimas de arma de fogo. Em nove capitais brasileiras, essa proporção chega a ultrapassar a metade dos óbitos. Nessas cidades, o adolescente homem morreu mais devido a lesões de arma de fogo do que por qualquer outra causa associada, seja ela doença, acidentes ou outras formas de violência. Em Vitória, por exemplo, 70% das mortes ocorridas entre esses meninos foram em consequência do uso de arma".²⁰³

A cada dia, da média de 104 brasileiros que morrem por arma de fogo, 61 são jovens do sexo masculino e feminino. 75% dos homicídios entre a população de 15 a 24 anos foram cometidos com arma de fogo. Pernambuco e Rio ficam acima de 85%; Rio Grande do Sul, Espírito Santo e Brasília entre 80 e 85% dos casos.²⁰⁴

Por que os jovens estão morrendo?

Para Rubem César Fernandes, *“a violência física é jovem, no Brasil ou em qualquer lugar. Não ocorre só entre jovens, é claro. Varia segundo o tipo de violência. É inegável, no entanto, que estatisticamente concentra-se na juventude. As crianças, assim como os idosos, também sofrem violência, em geral doméstica, mas, em regra, são mais protegidos pelas instituições e, conseqüentemente, menos susceptíveis de envolvimento em situações geradoras de ferimentos e mortes. Os adultos são vítimas freqüentes de acidentes, no trabalho, no trânsito, mas tendem a ser menos expostos a violências intencionais. Seu estilo de vida, entre o trabalho e a casa, com os compromissos implicados pela manutenção de uma família, é menos aberto a este tipo de ocorrência. É na adolescência e na juventude, período de vida de maior liberdade, que os riscos se acumulam. Liberdade e risco são duas faces de uma mesma figura. O fenômeno e sua explicação (com dimensões sociais, psicológicas e mesmo biológicas) são universais, mas o Brasil exagerou. As taxas de vitimização de adolescentes e jovens nas cidades brasileiras estão entre as mais altas do mundo”*.²⁰⁵

Tanta morte de jovens é fenômeno típico de países em que é fácil o seu acesso a armas de fogo. Por isto, o Estatuto do Desarmamento elevou a idade mínima de 21 para 25 anos para quem quiser comprar arma. Certos críticos consideram que o jovem, por ter direito ao voto desde os 16 anos, também deveriam ter direito a comprar arma. Não compreenderam a motivação do legislador, que não foram preocupações restritas à ordem jurídica, mas à urgência em se atingir preventivamente o maior grupo de risco de crimes com arma de fogo, o que mais mata e mais morre, dificultando seu acesso às armas. Salvar essas vidas, e proteger as suas vítimas potenciais, foi a prioridade.

O então comandante da PM de São Paulo, Carlos Alberto de Camargo, assim avaliou a relação do jovem pobre com a arma de fogo: *“A arma, desgraçadamente, para grande quantidade de jovens da periferia, é a âncora para uma série de valores absolutamente vitais e ligados à auto-estima, como ser alguém, ser importante, respeitado, temido. (...) Portanto, a imagem deve ser substituída por outra que também sirva de âncora, mas estimulando valores éticos. O jovem deve acreditar, gostar, ter orgulho desse novo valor, e deve também sentir-se agente ativo e respeitado dessa mudança, que implica na visão de oportunidades de crescimento pessoal geradas por políticas públicas sociais adequadas”*.²⁰⁶

Na visão do sociólogo Luiz Eduardo Soares, essa relação do jovem excluído com a arma se confirma: *“Por força da projeção de preconceitos ou por conta da indiferença generalizada, perambulam invisíveis pelas grandes cidades brasileiras muitos jovens pobres, especialmente os negros – sobre os quais se acumulam, além dos estigmas associados à pobreza, os que derivam do racismo. Um dia um traficante dá a um desses meninos uma arma. Quando um desses meninos nos parar na esquina, apontando-nos esta arma, estará provocando em cada um de nos um sentimento – o sentimento de medo, que é negativo, mas é um sentimento. Ao fazê-lo, saltará da sombra em que desaparecera e se tornará visível. A arma será o passaporte para a visibilidade”*.²⁰⁷

Precisamos de uma política nacional de inclusão dos jovens que saia do papel. Há programas para crianças e para idosos. Ao contrário de outros países, não se investe nos adolescentes, que são deixados à própria sorte, mesmo considerando-se que são o maior grupo de risco de violência. A política de “recuperação” dos jovens delinqüentes é um desastre, com maus tratos e rebeliões constantes nos centros de detenção. Nossa juventude desassistida fornece a mão de obra barata para o crime organizado e morre crivada de balas. Destruímos irresponsavelmente o futuro do país.

15. Os negros e as armas

Segundo a UNESCO, os negros são as maiores vítimas de violência no país: a taxa de homicídios de negros é de 34,8 mortes por 100.000 habitantes, em comparação com a de brancos, de 20,6 por 100.000. A proporção de negros assassinados é 65,3% maior do que a de brancos. O RJ tem a maior taxa de homicídios entre negros: 86,3 por 100.000; Pernambuco: 71,4; e Rondônia: 60,7. Na faixa entre 15 e 24 anos, a taxa de homicídios de negros é de 68,4 por 100.000, enquanto a de brancos fica em 39,9. A taxa de homicídios de jovens negros supera em 74% a de brancos. O RJ aparece com a maior taxa de homicídios de jovens negros: 208,2 por 100.000; Pernambuco: 141,5; SP: 127,9. No DF, Paraíba e Pernambuco um jovem negro tem 5 vezes mais chances de ser assassinado do que um jovem branco.²⁰⁸

Todos sabemos que os negros estão entre as vítimas preferenciais da violência em nosso país. Os estudos a respeito são recentes. Temos duas pesquisas nacionais. A primeira, que não especifica a morte por arma de fogo, encomendada pelo ministério da Saúde, relaciona mortes de homens e "raça", no período 1998 e 2000.²⁰⁹ Os resultados demonstram as desigualdades:

- A maioria dos brancos morre devido a doenças circulatórias (28,1%), e a maioria dos negros e pardos por causas externas, isto é, homicídios e acidentes de trânsito (25,6%);
- Das mortes por homicídio, 5,5% afetam os brancos e 12,3% os negros e pardos;
- Dos jovens entre 15 e 25 anos, 78,7% dos brancos morrem por causas externas, que afetam 82,2% dos negros e pardos.

Pesquisa anterior já havia apontado que, entre os jovens nessa faixa etária, os homicídios de negros e pardos em 2000 superavam em 74% os de brancos, sem especificar se foram usadas armas de fogo ou não.²¹⁰ Em Pernambuco, dos 4.489 homicídios ocorridos em 2003 no Estado, 2,5% se relacionaram a negros, 11,9% a brancos e 76,2% a pardos.²¹¹

A segunda pesquisa nacional, de Luciana Phebo, relativa a armas de fogo, conclui que *"durante o período de 1997 a 2002, as taxas de morte por arma de fogo da população de cor negra foram as mais altas, em seguida, as da população de cor parda e, por fim, as de cor branca. Ao se analisar as categorias "preta" e "parda" conjuntamente sob a denominação "preta", verifica-se que houve um aumento das taxas de mortalidade de 40%. Entretanto, a única categoria que de fato apresentou aumento das taxas de mortalidade por arma de fogo foi a "parda". Em 1997, sua taxa era de 18,9 e, em 2002, 28,5 por 100.000 hab. – aumento de 50,8%. No mesmo período, as populações de cor branca e de cor preta não sofreram aumento da taxa de mortalidade. Em 2002, a taxa de mortalidade da população branca foi de 16,6 e da preta, cerca de duas vezes superior, 30,1/100.00 hab. Em todo o período, essa diferença foi mantida".*²¹²

Em geral, os estudos referentes à etnia no Brasil ainda apresentam problemas, como a natural imprecisão da definição "racial", isto é, o que se considera "pardo", a auto-classificação e o nível de preparo de quem classifica. Mas é um retrato inicial, precário, que expõe os efeitos da inacessibilidade do atendimento hospitalar de boa qualidade para os pobres e as limitações de nossa "democracia racial".

16. "Direitos dos cidadãos a se proteger com as armas"?

Essa opinião contraria a jurisprudência de vários países, que entende que possuir arma de fogo não é um direito do cidadão, mas uma concessão do poder público diante de situações excepcionais, como risco de vida de quem pleiteia o seu uso. Assim é, por exemplo, no Canadá, Grã-Bretanha, Austrália, Colômbia, Brasil etc. Esse também é o entendimento do Direito

Internacional. Mesmo nos Estados Unidos, a “Segunda Emenda” à Constituição, que garantiria o direito do cidadão de possuir arma de fogo, é contestada pela legislação restritiva de vários de seus Estados (ver *Usa: “armas e violência”*).

“Direito à legítima defesa”?

Para o ministro do Supremo Tribunal Militar, Flávio Bierrembach, *“nenhum governo tem a prerrogativa de interferir na esfera privada do cidadão para transformar um direito em crime. Sobretudo ao arripio da Constituição, dos direitos humanos, de usos e costumes milenares que asseguram a igualdade de todos perante a lei, a incolumidade da pessoa, o sagrado direito de defesa e proteção da casa como abrigo inviolável do cidadão”*.²¹³

Respondendo à ação de inconstitucionalidade movida pelo PTB contra o Estatuto do Desarmamento, dois ex-ministros da Justiça, Miguel Reale Junior e José Carlos Dias, afirmam: *“Em nenhum lugar da petição, ousaram os autores invocar violação a um direito constitucional, portanto direito fundamental, de andar armado. Isto não se deve a qualquer forma de lapso, mas ao simples fato de que **não há direito constitucional de portar uma arma**. (...) Invocar o interesse de andar armado a partir do direito à vida e à segurança, é um contra senso. Embora intuitivamente possamos achar que a arma amplia a segurança e protege a vida, os fatos demonstram o contrário. As armas apenas potencializam desfechos fatais a conflitos necessariamente existentes dentro de qualquer comunidade. As armas de fogo não apenas reduzem a segurança pública, como ampliam a possibilidade de que seu portador – ou daqueles que com ele convivem – sejam vítimas do potencial de violência fatal que lhes é inerente. O que é preciso verificar é se este interesse de andar armado deve preponderar sobre o direito à segurança pública e à própria vida, reconhecidos pela Constituição Federal”*.²¹⁴

Justiça privada ou monopólio da violência pelo Estado?

Vamos encontrar fundamentos do “direito de autodefesa”, a ser exercido pelo uso de armas, em teorias que a ciência política denomina “darwinismo social”, que compara os homens aos bichos e enfatiza o primado do instinto sobre a cultura. Segundo essa concepção, seria “da natureza do homem o instinto à autodefesa”, e seria ingenuidade querer mudar o que caracteriza o homem desde a pré-história. Contra essa filosofia “naturalista” vamos encontrar duas concepções. A primeira, de cunho humanista ou cristão, que valoriza o fator “cultural”. Por ela, por exemplo, o canibalismo e os métodos brutais, como a tortura, também eram típicos do homem “original”. Foram superados ao longo da história pelo aperfeiçoamento das formas de convivência entre os homens, pelo desenvolvimento de sua “cultura”, que introduziram novos valores, como solidariedade e compaixão, e os induziram a novos padrões de comportamento. Este seria uma produção cultural do próprio homem, que pode ser modificada e aperfeiçoada, isto é, o domínio do “instinto” pela razão e a convicção de que o criminoso pode ser recuperado.

A segunda, aceitando o pressuposto do “instinto selvagem do homem”, observa que a sociedade foi obrigada a inventar formas de convivência para sobreviver. Seu principal teórico, Thomas Hobbes, dirá que os indivíduos tiveram que delegar ao Estado (Leviatã) parcela de sua liberdade, para que este o protegesse da agressão dos demais. Transferiu assim ao Estado o poder da força para que este garantisse sua segurança e mantivesse a paz. O Estado encarnaria a “vontade geral” (*pactum societatis*), assumindo o monopólio da violência e usando-a contra os que contrariassem o interesse geral.

O darwinismo social é conservador e individualista, e nada há de pejorativo nestes termos. É conservador porque considera “a natureza humana imutável”, e individualista porque não aceita que a sociedade, ou o Estado, limite a ação do indivíduo. Em consequência, a autodefesa armada do cidadão seria um direito sagrado, garantia de sua liberdade. Já os críticos dessa concepção consideram que o ser humano tem uma “natureza mutável”, e que regras de convivência social devem limitar os interesses individuais, para que o forte não extermine o fraco, e para que a liberdade absoluta de um não elimine a liberdade do outro. Para essa concepção da relação homem-sociedade, o “naturalismo” leva à substituição da justiça pública pela “justiça privada”, e suas manifestações radicais de linchamento, vingança e ação de “justiceiros”. Ela busca o contrário: a segurança pública deverá ser alcançada por uma polícia pública para todos, e não para quem pode pagar, e tampouco por quem deseja exercer a autodefesa privada, em detrimento da segurança dos demais. A solução republicana será coletiva e não individual.

Estado de Direito

Ao contrário do “naturalismo”, o “culturalismo” não admite que se faça justiça pelas próprias mãos, ou regrediríamos à Lei de Talião da Antiguidade, do “olho por olho, dente por dente”. A aplicação da justiça deve ser um ato racional, por parte de um juízo imparcial, que busque reparar o dano, proteger a sociedade, punir e recuperar o criminoso. Jamais uma reação emocional, ou uma sentença que vise apenas punir e não recuperar, através de retaliação igualmente cruel e desumana; a revanche acaba por igualar vítima e Estado ao próprio criminoso, criando-se um círculo vicioso de violência e vingança. Não seria esse o papel do Estado democrático, cuja função pedagógica deve buscar o aperfeiçoamento da sociedade, e não a perpetuação do ato anti-social do criminoso pela sua reprodução. Por isso, o Estado nega aos cidadãos a possibilidade de “justiça pelas próprias mãos”, exatamente para retirar do julgamento qualquer travo emocional, e para que o juízo reflita o interesse maior da coletividade (de proteção), que deve se sobrepor ao ímpeto de vingança da vítima e seus familiares, que não devem prevalecer. Esse seria um dos traços distintivos entre Estado de Direito e ditadura, civilização e barbárie. Daí nossa Constituição, em seu artigo 144, determinar que seja o Estado, e não o indivíduo, o mantenedor da ordem social: *“A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio (...)”*.

“Se queres a paz, prepara-te para a guerra”?

Manifestação antiga, embora atualíssima, de darwinismo social é o dito do império romano *“se queres a paz, prepara-te para a guerra” (si vis pacem para bellum)*. Essa política, que fundamenta as expansões militaristas, tem incentivado também “os cidadãos a se armarem para garantir sua proteção e sua liberdade”, conforme a propaganda do governo Bush após o 11 de setembro, e que levou a enorme consumo de armas nos Estados Unidos, para alegria de seus fabricantes. Para o atual representante espanhol na Comissão de Defesa do Parlamento Europeu, Raul Romeva, *“as armas convencionais se converteram nas vedetes da destruição e da morte, devido à facilidade de seu manejo, de sua fabricação fácil e relativamente barata e, sobretudo à ausência do controle de sua produção e exportação. Não há dúvida, a lógica do ‘si vis pacem para bellum’ não somente não nos trouxe a paz, mas encheu os arsenais do mundo de mísseis e de armas poderosíssimas, que representam uma ameaça por si mesmas, e que desviaram importantes recursos econômicos e humanos para um fim que, afinal, só conduz à destruição total”*.²¹⁵

Quem deseja a paz, e se prepara para a guerra, mobiliza interesses e cria uma dinâmica que o

empurrará para a guerra, como a história tem demonstrado. Conforme a ONU recomenda, **“se queres a paz, construa a paz”**. Quem se arma, e se prepara para o confronto, cedo ou tarde fará uso indevido de sua arma, ou a verá cair em mãos erradas. Como dizem policiais experientes, *“quem tem uma arma acaba não resistindo à tentação de usá-la”*.

A “legítima defesa” e seus limites

A “legítima defesa” é assim definida pelo artigo 25 do Código Penal: *“Entende-se em legítima defesa quem, usando moderadamente os meios necessários, repele injusta agressão, atual ou iminente, a direito seu ou de outrem”*. Essa definição, ao contrário do que pensam os leigos, é altamente restritiva, pois se espera que a autodefesa armada seja praticada de forma moderada e, conforme se admite, apenas como último recurso. A aplicação do instituto da legítima defesa exige a análise concreta de cada caso em juízo. A possibilidade de alguém exorbitar no uso de armas contra ladrões desarmados, ou menos armados, pode levar a vítima a ser condenada por homicídio, passando de vítima à delinqüente ao se transformar a pretensa autodefesa em “justiça pelas próprias mãos”. Há numerosa jurisprudência condenando o que se denomina “excesso na legítima defesa”.

Para os defensores da autodefesa armada, esse direito é inquestionável porque decorre do direito essencial à vida. Protegê-la seria, além de um direito, um dever, principalmente quando se trata da proteção da família. Mas, se a autodefesa, ou a legítima defesa, são decorrentes do direito à vida, devem ser limitadas quando ameaçam o direito que visam assegurar. Quando as estatísticas demonstram que uma arma é mais um risco que uma proteção, o alegado direito à autodefesa para se usar uma arma viola o direito da família à segurança. Em alguns países, o cônjuge tem que consentir a compra da arma, como na Nova Zelândia. (ver *As mulheres estão mais seguras com armas?*) Apesar de transmitir um falso sentimento de segurança ao seu proprietário, é muito mais provável que a arma *“seja usada por um marido irado, um jovem deprimido ou uma criança curiosa”*, com diz Rubem César Fernandes. Além disso, fica difícil sustentar o uso de armas “para proteção à vida”, quando elas estão deixando por todo o país um rastro de sangue. Em outros países não é diferente. Já nos anos 90, a famosa pesquisa do médico Arthur Kellermann havia revelado que, nos Estados Unidos, *“a família que mantém uma arma de fogo em casa corre 4 vezes mais risco de que seja disparado um tiro acidental, 7 vezes mais risco de que a arma seja usada em assassinato intrafamiliar, e 11 vezes mais risco de que a arma seja instrumento de suicídio, do que de a arma vir a servir para a autodefesa da própria família”*.²¹⁶

Já vimos como a maioria dos estudos demonstra que raramente uma arma se presta à defesa de um indivíduo repentinamente assaltado. Daí a análise do criminalista Roberto Soares Garcia sobre a autodefesa armada: *“Não se pode contrapor à idéia do desarmamento um eventual direito à autodefesa, uma vez que, diante do princípio da proporcionalidade, colocados na balança, de um lado, a baixa eficiência da arma de fogo como instrumento de legítima defesa e, do outro, os efeitos deletérios que podem ser causados por uma reação a um assalto, o ‘fornecimento’ involuntário de armas furtadas e/ou roubadas para a bandidagem, as tragédias de mortes tolas e, principalmente, todas as vidas perdidas em acidentes com armas, que vitimam principalmente crianças, não há como não se reconhecer: o desarmamento da população civil trará enormes benefícios à sociedade, sem que a efetividade da autoproteção do cidadão comum seja significativamente diminuída, pois, no que toca ao ato de defesa contra a bandidagem, o uso de arma põe-se inócuo”*.²¹⁷

Não é diferente a conclusão do Instituto Sou da Paz, de São Paulo: *“Percebe-se que a maior facilidade na obtenção e no uso de armas nas grandes cidades tem transformado brigas em assassinatos, feridos*

*em mortos, discussões em tragédias, todos os dias. Mesmo que a lei só consiga reduzir estes homicídios, já terá prestado um grande serviço à nação, podendo salvar milhares de vidas anualmente”.*²¹⁸

Há quem veja na autodefesa armada um último recurso diante da ineficiência da nossa polícia. Se as instituições – polícia, poder judiciário, sistema prisional – são falhos e fracos, a solução é lutar para que se depurem, se fortaleçam e se tornem eficientes, como fizeram outros países, e não agravar-se o problema pela disseminação de mais armas.

“Direito à propriedade, aos direitos adquiridos, ao comércio de armas”?

*Para a Associação dos Comerciantes de Armas, “com relação à proibição da venda de armas de fogo, consideramos que é inconstitucional: fere o direito de propriedade, o direito à segurança pessoal e os direitos adquiridos”.*²¹⁹

Respondendo ao “direito de livre comércio” dos produtores e comerciantes de armas, alegado pelo PTB na ação de inconstitucionalidade movida contra o Estatuto do Desarmamento, a defesa esclarece: *“O Estatuto não fere a livre iniciativa e comércio porque a própria Constituição prevê a possibilidade de restringir o exercício de atividade econômica, conforme expresso no parágrafo único do seu artigo 170. Na verdade, nossa Constituição impõe que a atividade econômica, a livre iniciativa e o comércio só serão constitucionais se garantirem a existência digna de todos, o que, conforme amplamente demonstrado pelos fatos, não faz a indústria armamentista. (...) Ao restringir o acesso à arma de fogo, o Estatuto não estaria limitando o direito à vida e à segurança, como pretendem os defensores de armas, mas aumentando a segurança geral e diminuindo o risco de morte”.*²²⁰

Argumenta-se que *“forçar o desarmamento é empurrar os homens de bem para o mercado clandestino, é induzi-los à ilegalidade”.* De fato, se as armas para civis forem postas fora da lei, só os fora-da-lei e a segurança pública terão armas. E deve ser assim. A medida facilitará a repressão ao tráfico ilegal de armas, entre outros benefícios. Além disso, se a coletividade, para proteger-se, decide proibir uma atividade exercida por uma minoria, cabe à essa minoria adequar-se à lei e não o contrário.

Alega-se que *“não se pode impor o desarmamento aos que desejam se armar, violando-se seu direito de escolha”.* Manter uma arma em casa está longe de constituir um direito absoluto e inquestionável, diante da “periculosidade” do produto, assim como não se pode estocar explosivos, gás venenoso ou material radioativo. Por melhor guardados e seguros que estejam, considera-se que podem vir a provocar danos ao proprietário ou a terceiros em caso de serem mal manipulados ou de assaltos. Do ponto de vista legal, quando direitos entram em conflito, devem ser priorizados aqueles tidos como fundamentais. Hoje em dia, o direito de propriedade está condicionado ao bem estar da coletividade, ou é limitado em prol da preservação da família. Assim, o marido não pode vender o imóvel sem autorização do cônjuge; uma fábrica não pode afetar negativamente o meio ambiente; uma propriedade não pode ultrapassar determinada altura; aceita-se facilmente as limitações impostas a quem dirige veículos, pelos riscos dessa atividade, e ninguém se sente tolhido em sua liberdade de ir e vir por ser obrigado a um limite de velocidade ou a manter seu carro em condições de segurança. Para o advogado Felipe Dantes, *“o Estatuto do Desarmamento é uma demonstração da preocupação do poder público com o bem jurídico da segurança coletiva, fundamentado em valores fundamentais como a vida, a integridade física e a segurança individual”.*²²¹

Os que se manifestam contra a proibição do porte de armas alegam que *“se está tratando homens de bem como bandidos, em desrespeito ao princípio da ‘presunção de inocência’ ”*. Segundo ainda Felipe Dantes, *“ao proibir-lhe o porte de arma, não se está punindo o cidadão, mas tomando-se uma medida preventiva, considerando os riscos para si e para a coletividade. Ninguém mais contesta o controle, e mesmo a proibição, de certos remédios, alegando-se violação da liberdade de escolha. Claro que são medidas preventivas, para evitar danos causados por produtos perigosos; o Estado não vai esperar que o dano ocorra, o que nada tem a ver com ‘presunção de inocência’*. E acrescenta: *“ Nem sempre se entende o sentido de uma limitação legal, mas lei existe para limitar, em benefício de um bem maior. A liberdade absoluta de um é a escravidão do outro. Permitir o uso de arma é favorecer a violação do direito à segurança do acidentado, e da população como um todo, que paga os altos custos do tratamento dos baleados nos hospitais públicos”* .

Pitbulls e armas de fogo: uma comparação

Duas pragas assolam o Brasil, aumentando a insegurança da população: cães ferozes nas ruas e armas de fogo sem controle. Mas estamos fazendo avanços: o povo vai poder votar no referendo sobre o comércio de armas, e o governo do Estado do Rio de Janeiro acaba de regulamentar a lei do deputado Carlos Minc de controle de cães ferozes, como pitbulls, dobermans, rottweillers, filas e raças derivadas. Seus defensores protestam. Vejamos se têm razão.

O pitbull é uma raça de cães, de origem norte-americana, e sofre severas restrições em países como a França e Grã-Bretanha. Mas, por força do lobby de comerciantes e criadores, não é proibida nos demais Estados brasileiros. Toda semana, pessoas são atacadas, até mesmo seus donos, crianças são mortas e outros cães estraçalhados. Seus proprietários, de forma irresponsável, alegam que *“a culpa não é do cão, mas de maus donos”*, argumento idêntico ao usado pelos que acreditam que *“ as armas não matam; quem mata são as pessoas”*. É verdade que as armas não matam sozinhas, nem tampouco homens sem arma. Quem mata são homens com armas. Estes dizem defender o *“direito”* à *“posse”* e ao *“porte”* de armas, como os que se sentem no direito de desfilar com feras, que são verdadeiras armas. Os proprietários desse cães alegam que queremos tirar-lhes *“um direito adquirido”*, impedir que exerçam seu *“direito de escolha”* de ter esses cães. Seus argumentos são idênticos aos proprietários de armas. Mas, não há *“direito à propriedade, ao livre comércio ou direito adquirido”* que se sobreponha ao direito à vida e à segurança, seja do proprietário do bem em questão ou de terceiros, diz a Constituição.

Como é sabido e comprovado que os cães ferozes e as armas podem matar e pôr em perigo àqueles que estejam dentro de seu raio de ação, eles têm que ser restringidos, controlados e até proibidos, como já se faz com tantos produtos perigosos. Está na hora dos demais Estados seguirem o exemplo do Rio de Janeiro, restringindo os cães ferozes.

“Direito ao porte de arma”?

O Estatuto do Desarmamento, em seu art. 6º, proíbe o porte de arma de fogo para civis, abrindo exceções (ver *Estatuto em Anexos*). Até pouco tempo atrás, era fácil e comum qualquer autoridade pública, empresário, comerciante, ou quem pagasse, comprar a licença de portar arma, embora a lei anterior fizesse várias exigências para quem a requisitasse. Como regra, a lei não era aplicada nos Estados. Ter porte era símbolo de status. Como quem concedia o porte

era a polícia estadual, além dos recursos obtidos com sua concessão, esse era um poder político, usado comumente para troca de favores.

Comparemos a nossa realidade com outras. A Colômbia é o país mais violento do mundo, conforme vimos. Lá, 80% dos homicídios são cometidos com arma de fogo. O especialista em vitimização, médico Andrés Villaveces, desenvolveu pesquisas em Cali (1993-94) e Bogotá (1995-97). Considerando os momentos de maior ocorrência de crimes com arma de fogo nessas cidades, foi proibido o porte de armas de fogo nos dias de pagamento, feriados e eleições, e a polícia promoveu blitzes para fazer valer a proibição. Para avaliar o impacto da proibição, Villaveces fez uma comparação entre os índices de homicídios referentes a esses dias, com dias e horários similares, mas que não contaram com a proibição do porte de arma: *“Em Cali, os homicídios caíram 14% nos dias de proibição, e em Bogotá 13%, comparados com os dias em que o porte foi liberado. Conclusão, a proibição do porte de armas de fogo em ambas cidades provocou forte redução nos índices de homicídios.”*²²²

A situação em São Paulo é assim analisada pelo seu ex-secretário estadual de Segurança Pública, Marco Vinicio Petrelluzzi: *“A maioria das pessoas que não tem convivência com a justiça criminal não imagina que grande parte dos homicídios, se não a sua maioria, é praticada por pessoas que não ostentam nenhum antecedente criminal. É que, ao contrário do que se imagina, o homicídio é majoritariamente praticado pelas chamadas ‘pessoas de bem’. E, para essas pessoas que, em regra, praticam esse crime, de ímpeto, o porte da arma é decisivo para que o crime efetivamente aconteça. Assim, o cônjuge humilhado pela traição, o exaltado com a briga por questões de trânsito, o briguento do campo de futebol e o alcoolizado que discute por questões sem relevância no interior de um bar, quando armados, são homicidas em potencial; quando desarmados, no máximo, provocam lesões corporais leves. (...) A restrição ao uso de armas de fogo, se não tem efeito significativo sobre a criminalidade organizada, tem efeitos importantes no que se refere à redução dos homicídios e suicídios, o que torna altamente recomendável o incremento das restrições ao uso de armas de fogo”.*²²³ (ver *A controvérsia do porte de arma*) Para o coronel Rui César, ex-comandante da PM do Estado de São Paulo, e para José Oswaldo Pereira Vieira, ex-comandante da Polícia Civil do mesmo Estado, *“a abundância de armas de fogo é um elemento determinante no enorme número de mortes por motivos fúteis em nossa sociedade”.*²²⁴

A maioria de nossa população tem se revelado contrária ao porte. Em 21.10.2003, pesquisa nacional CNT-Sensus indicou que 62,5% dos brasileiros consideram que portar uma arma não ajuda a se proteger contra a violência, e 31,1% acham que sim, desde que a pessoa saiba utilizá-la.

“Atirar para o alto, ou o que sobe, desce”

Em vários países, é comum os homens atirarem para cima na celebração de um acontecimento. Na Turquia, atiram durante as festas de casamento; no México, antes das restrições às armas, para celebrar qualquer coisa; no Brasil, no réveillon e nas vitórias de futebol. Até mesmo a polícia, nos funerais de companheiros mortos em combate, para demonstrar indignação, com frequência atiram para o alto com munição real, quando em cerimônias como essas o regulamento exige o uso de festim, isto é, pólvora seca. O problema é que balas que sobem, descem, e vão atingir inocentes. Esta é uma das causas das “balas perdidas”, que no Rio matam em média uma pessoa a cada 6 dias.²²⁵ Por esta razão, o Estatuto, em seu art. 15, pune quem dispare em lugar habitado ou via pública, medida criticada pelos que acham excessivo punir quem está apenas “se divertindo”, mas colocando em risco a vida dos outros.

17. “Só as ditaduras desarmam o povo”?

Nos EUA, existe uma polêmica sobre a “Segunda Emenda” à Constituição americana, de 1791, que estabelece: *“Uma milícia bem regulada é necessária para a segurança de um Estado livre, e o direito das pessoas terem e portar armas não deve ser restringido”*. Para uns, ela garante o uso de armas em todo o país, para outros não, pois alguns Estados proíbem o porte, ou mesmo a posse de determinadas armas. A emenda relacionava esse direito à organização das milícias estaduais, voltadas à preservação da autonomia dos Estados americanos recém independentizados da Grã-Bretanha. A partir daí, o discurso a favor do “direito constitucional a se armar” nos EUA afirma que *“o homem livre é o homem armado”*, referindo-se a um passado “heróico”, quando o inimigo era o invasor inglês e os índios, expulsos de suas terras e massacrados. Atualizando esse discurso, setores radicais da Associação Nacional de Fuzis teciam análises conspiratórias durante o governo Clinton, vislumbrando perigos imaginários, como a ameaça representada pela *“intervenção da ONU comunista, que quer desarmar o povo”*, e pelo *“Partido Democrático, que ameaça a propriedade privada e a liberdade individual dos norte-americanos”*.

Ameaças improváveis ou perigos reais?

Como resultado desse delírio, facções extremistas da ANF formaram guetos, para treinamento de guerrilha em fazendas no interior dos EUA, se preparando para combater uma hipotética “revolução de pretos, latinos e comunistas”. Esse descolamento da realidade acabou levando a ações terroristas como a de Oklahoma. Nesta cidade, em 19.04.1995, o fanático Timothy McVeigh, membro de uma dessas milícias, ex-combatente da Guerra do Golfo, e obcecado com a “interferência do Estado na supressão das liberdades individuais”, e com a “cumplicidade” do governo Clinton com a ONU, explodiu um prédio governamental, matando 168 pessoas, entre elas 19 crianças, e ferindo 500.

Para estimular o uso de armamento militar, membros da ANF alertam para a necessidade de se prepararem para enfrentar “insurreições” nos Estados Unidos: *“Frente a assalto múltiplos, violência de multidões ou gangues, terrorismo ou insurreição civil, é necessário que as pessoas de bem tenham à sua disposição fuzis militares para se defenderem – principalmente quando os recursos da polícia estão quase falidos”*.
226

Por que se “preparar para enfrentar insurreições” mais que improváveis, quando temos que encarar uma criminalidade à solta bem real, esta sim, que nos ameaça de morte? Quando o inimigo pode estar dormindo ao lado? Para criar um clima de medo que justifique e leve à venda de armas, a Associação Paulista de Defesa dos Direitos e das Liberdades Individuais repete a paranóia da ANR americana: *“Nós, brasileiros, precisamos ficar atentos e pressionar permanentemente o Congresso Nacional contra o totalitarismo global, patrocinado pela ONU e apoiado por governos de índole autoritária e por Ongs financiadas por obscuros círculos financeiros internacionais. Podemos constatar através do noticiário a permanente presença destes aventureiros internacionais em solo brasileiro, interferindo, sob os mais variados pretextos, em assuntos internos nacionais”*.²²⁷

Falam em “aventureiros internacionais”, quando somos nós, do Viva Rio, que temos levado a causa do controle de armas para os demais países da América do Sul. Além do que, no Brasil, fica difícil caracterizar como “ameaças totalitárias” o Estatuto do Desarmamento e a Campanha de Entrega de Armas, democraticamente votados pelo Congresso, em que o governo paga por

armas voluntariamente entregues; ou o referendo popular, quando o povo decide de forma soberana. As instituições democráticas têm se revelado sólidas nos últimos 20 anos, rechaçando qualquer intento totalitário. Então, para não se cair no ridículo, decidiu-se abandonar essa retórica e copiar outros argumentos da ANF americana, apelando-se para “exemplos históricos”, como o dos nazistas que teriam desarmado o povo alemão para assim impor-lhe a ditadura. Não foi bem assim. Vejamos:

Hitler e o desarmamento

Os militantes pró-armas se baseiam na seguinte frase, atribuída à Hitler: *“Esse ano entrará para a história! Pela primeira vez, uma nação civilizada terá registrado todas as suas armas! Nossas ruas ficarão mais seguras, nossa polícia mais eficiente e o mundo seguirá nossa liderança no futuro!”* A frase teria sido publicada no jornal *Berlin Daily* em 15.04.1935. Segundo admitiu a própria organização judia pró-armas, *Judeus pela Preservação da Propriedade das Armas*, *“o artigo mencionado é inexistente, e a data não faz sentido, pois a lei de controle de armas de Hitler é de 1938”*.²²⁸ Nem poderia ser diferente. Muito antes, a Constituição alemã de 1919 já não reconhecia o direito ao porte de arma. Em 1928, a República de Weimar promulgava uma nova lei de controle de armas mais restrita, exatamente para reprimir as milícias armadas do partido nazista, os “camisas pardas”.²²⁹ Derrotado na sua tentativa de golpe violento, e controlado, Hitler refaz sua estratégia, explicada em seu livro “Minha Luta”, e passa a lutar por meios pacíficos para tomar o poder, confiante em que a crise econômica, e a divisão dos democratas, acabariam por levá-lo ao poder pelo voto da maioria dos alemães, o que de fato sucedeu. Só posteriormente ele iria fechar o Reichstag, o parlamento, dentro de uma política de implantação da ditadura e extermínio da oposição. Claro que ele aumentou ainda mais os controles sobre as armas, mas controles que já existiam. Apesar de, geralmente, os cultores das armas admirarem Hitler, não são muito bons em história.

Circula também a idéia de que *“se os judeus tivessem se armado, não teriam sido massacrados pelos nazistas”*. Esta tese abandona inteiramente o contexto dos fatos, quando os judeus, assim como os ciganos, eram uma minoria étnica na Alemanha e nos países ocupados. É uma ingenuidade pensar que teriam alguma chance contra o poderio repressivo e bélico do III Reich. Além disso, é um desrespeito à memória da revolta armada dos prisioneiros judeus, que levou ao massacre do Gueto de Varsóvia.

Desarmamento nas ditaduras e nas democracias

Há quem associe o desarmamento às ditaduras: *“Quem quer o desarmamento levante a mão direita! Antes de mandar matar judeus, comunistas, ciganos e todos seus opositores, Hitler fez o que era lógico: desarmou a população. Sem armas não há como resistir à tirania. Não arrisque o futuro do Brasil. Diga NÃO ao desarmamento”* e *“Só as ditaduras desarmam os cidadão”*.²³⁰ Aqui toma-se o fato de as ditaduras desarmarem a população, para associar-se este regime ao desarmamento. Não é porque uma medida é tomada por governos autoritários que a medida em si mesma é negativa. Por exemplo, as ditaduras tendem a priorizar a disciplina e a ordem sobre todas as coisas. No Portugal salazarista, as ruas eram mais limpas e a pontualidade dos ônibus maior do que no Portugal democrático, quando a liberdade se tornou um bem maior. A pontualidade dos trens sob o nazismo alemão passou a ser “uma expressão da eficiência” do regime. Isso não quer dizer que a limpeza, a disciplina e a pontualidade sejam males em si. Da mesma forma, não é

porque as ditaduras desarmam os civis (mas armam grupos civis pára-militares em defesa do regime), que as democracias não devam promover o desarmamento. Pelo contrário, a tendência das democracias é cada vez mais a de desarmar a sociedade, criando um ambiente propício à convivência pacífica de seus cidadãos. No entanto, o desarmamento na ditadura e na democracia perseguem objetivos opostos. **As ditaduras desarmam a população para defender apenas a segurança do Estado, enquanto as democracias promovem o desarmamento civil para garantir principalmente a segurança dos cidadãos.** Na ditadura, o desarmamento visa impedir a contestação violenta ao regime. Na democracia, busca aumentar a segurança do povo.

"Quem não reage à bala é covarde"?

Setores radicais dentre os que defendem o uso de armas fundaram um certo "Movimento Brasil sem Medo", que acusava os que são pelo desarmamento de "covardes". Inspiraram-se, também aqui, na ANF americana, com seu ataque ao que chamam de "Nação de Covardes", referindo-se aos que dela divergem. Mas aqui não deu certo, talvez porque a população brasileira está realmente com medo da violência, uma vez que o perigo é real.

Mas, o que é ser "covarde" ou "corajoso"? É muito primário identificar-se a "coragem" com o uso da força, lançar-se ao perigo de peito aberto, atirar sem medir as conseqüências. Tais atitudes refletem coragem ou irresponsabilidade? E não é porque homens psicologicamente inseguros ou medrosos costumam se armar, que se deve dizer que todos os que se armam têm essas características. A desinformação sobre o risco da arma é que está na base da maioria das decisões de se armar. Não se justifica que se denominem os pró-armas de "covardes" só porque usam armas. É preciso entender por que se armam.

Além da desinformação e da cultura machista, podem contribuir fatores psicológicos para essa atitude. Os educadores estudam o comportamento infantil, em que a impotência frente a um mundo que não entendem, ou não dominam, leva as crianças a desenvolverem fantasias de super-homem, a imaginarem armas com poderes mágicos para enfrentar as ameaças e os obstáculos à realização de seus desejos. De forma mais sofisticada e encoberta, como salienta a psicanalista Gláucia Helena Barbosa, adultos também apelam para os supostos super-poderes de um carro veloz, ou de uma arma potente, quando não confiam na sua própria capacidade de sedução ou de enfrentamento dos problemas. Quando, em 1998, o ator Charlton Heston, graças à sua imagem de caubói de cinema durão, foi eleito presidente da Associação Nacional de Fuzis, o seu lema se tornou: *"Um homem desarmado é um homem nu"*. Reconhecimento mais que explícito do sentimento de impotência, com uma conclamação ao uso de armas para recrutar homens inseguros, observa a psicanalista. Ou, nas palavras do psiquiatra Jiosef Fainberg, "quanto mais fraca uma pessoa, mais poderosa deseja ser. A onipotência é o correlato da impotência". Acaba sendo uma ironia os homens, que necessitam estar armados para se sentirem seguros, insultarem de "covardes" àqueles que enfrentam os problemas e riscos da vida sem armas.

Por outro lado, desde quando é a violência bruta, e não a inteligência, que derrota o crime? Associar "covardia" com sensatez, com atitude responsável de quem está informado sobre o

uso contraproducente da arma como instrumento de defesa, é despropositado. A acusação de “covardia” contra um pai de família é ofensiva. Quando este se livra de sua arma, está pensando na segurança do filho ou do neto, ou sendo sensível à pressão da esposa, que pressente o perigo representado ter uma arma no lar. Quando a cultura da violência, e a ineficiência da polícia, empurram os homens a se armarem, resistir à essa falsa segurança revela lucidez. **Coragem é se desarmar.**

Como os brasileiros estão com medo justificável da violência, o “Movimento Brasil sem Medo” não conseguiu criar um movimento real e por isso mudou o nome para “Viva Brasil”, não sabemos se em homenagem ao Viva Rio ou para confundir. Mas mantém a mesma agressividade contra os que dele divergem, e a mesma recomendação: “reaja à bala!” Quando as estatísticas provam, e a experiência popular demonstra, que “quem reage, morre”, essa conclamação é temerária. Quando aconselhamos a que se tenha cautela, quando advertimos que apenas em casos excepcionais o uso de arma contra uma agressão armada pode ter um desfecho favorável, não estamos pregando a omissão ou o conformismo com a violência que se instalou no país. Pelo contrário. Agimos, e exortamos a população a agir, para transformar este cenário de guerra. Como as suas causas são gerais, as soluções também têm que ser coletivas, de novas políticas públicas e não de soluções individuais. Propomos políticas afirmativas, viáveis, que nada têm de “passivas”. Ceder aos apelos de vingança, ódio e pânico é fácil. Difícil é manter a serenidade e a firmeza para se construir um país menos violento. É preciso coragem.

No Rio de Janeiro, um grupo de estudantes, que se identificam como MV-Brasil, colou nos muros de vários bairros o slogan *“Entregue suas armas e torne-se um escravo”*. Declaram-se patriotas na defesa do país contra *“a conspiração de uma quadrilha formada por 250 famílias, entre elas a do presidente Bush, que querem desmontar os Estados e submetê-los a uma ditadura internacional privada”*. Esse samba-do-crioulo-doido afirma que Bush, que defende o armamentismo, está por trás da campanha de desarmamento; diz-se patriota, mas usa o argumento do “escravo x homem livre”, da Associação Nacional de Fuzis norte-americana; e utiliza o argumento da conspiração internacional, como fazia o integralismo e o nazi-fascismo na década de 30 para sensibilizar o patriotismo das pessoas. Por mais simpatia que tenhamos por estudantes que se interessem por causas sociais, somos obrigados a recomendar-lhes que procurem se informar melhor. Deveriam trocar as armas pelos livros, antes de se lançarem às ruas dizendo incongruências.

18. Mapa da Violência das Armas

Mundo

Desde o fim da II Guerra Mundial, cerca de 30 milhões de pessoas morreram em diferentes conflitos armados, 26 milhões das quais sob o impacto de armas pequenas. Apesar de representar só a oitava parte do comércio total de armas, o comércio clandestino, ou descontrolado, de armas pequenas tornou fácil a aquisição desses produtos, com preços acessíveis, fáceis de transportar e de manusear (até por crianças), que duram muito e que são fáceis de esconder. São essas armas que alimentam o crime organizado, a explosão de violência nos centros urbanos e os conflitos armados.

Estima-se que morram vítimas por arma de fogo cerca de 300 mil pessoas em todo o mundo, das quais 100 mil em conflitos bélicos e 200 mil como consequência do uso de armas em assaltos, roubos, estupros e suicídios; ²³¹se somadas as mortes por arma de fogo não intencionais, este número sobe para 270 mil. Calcula-se que 40% dos homicídios sejam cometidos com arma de fogo no mundo. ²³² Na tabela seguinte, vemos a cotação dos países campeões em homicídios por arma de fogo (os EUA entram a título de comparação e PAF = por projétil de arma de fogo).

	Ano de referência	Taxa de Mortes PAF /100.000	Taxa de homicídios PAF /100.000	Numero de Mortes PAF	% de homicídios cometidos com armas de fogo
1. Colômbia	2002	55,7	51,8	22.827	86,3%
2. África do Sul	2002	26,8	26,0	11.709	54,0%
3. El Salvador	2001	25,8	25,3	1.641	71,4%
4. Brasil	2002	21,8	21,2	38.088	63,9%
11.Estados Unidos	2002	10,5	4,1	30.242	67,3%

Fontes: 1. Nacional Reference Center for Violence, Colombia; 2. South African Police Service (SAPC); 3. PNUD – Armas de Fuego y Violencia; 4. SUS/ISER; 5. National Center for Health Statistics – CDC.

Desses países, a Colômbia não aplica sua lei de controle de armas e está em guerra, El Salvador e Estados Unidos têm leis permissivas, e Brasil e África do Sul têm legislação nova, ainda em início de implementação. Por contraste, o Japão, com uma das leis mais rigorosas, tem uma taxa de homicídio por arma de 0,03 por 100 mil habitantes.²³³

Segundo a Anistia Internacional, “60,9% das violações aos direitos humanos são cometidas com armas pequenas nos 12 principais países afetados pela violência, incluindo o Brasil”. A América Latina e o Caribe têm a maior taxa de mortes por arma de fogo do mundo: de 12,89 a 15,5 por 100.000 habitantes. 60% dos homicídios são cometidos nas Américas por arma de fogo.²³⁴ De acordo com a Organização Pan-americana de Saúde, 84% do total de homicídios (120.000), cometidos em 2000 no continente americano, ocorreram nos 4 países com maior população, liderados pelo Brasil: Brasil: 38% dos homicídios; Colômbia: 27%; EUA: 20%; e México: 15%.²³⁵

Brasil

Infelizmente, a “natureza cordial” do brasileiro, afirmada pelo historiador Sérgio Buarque de Holanda, e a tendência conciliadora de nossas relações pessoais e sociais, são um mito. Conciliação existiu dentro da oligarquia. No entanto, a cortesia dentro da elite não impediu que índios fossem exterminados, escravas tivessem seus dentes arrancados por sinhazinhas ciumentas, marinheiros fossem punidos com a chibata, torturas sejam praticadas até hoje em delegacias policiais contra os pobres. Não é idealizando um modelo, que nunca existiu, que iremos superar nossa tradição sangrenta, mas enfrentando-a com realismo e atacando suas causas.

Pesquisa do IBGE revelou que em 20 anos, de 1980 a 2000, cerca de 600 mil brasileiros, isto é, mais de meio milhão, foram assassinados; nesse período, a taxa de homicídios subiu 130%. Na guerra civil de Angola, que durou 27 anos, morreram 350 mil pessoas. Só na década de 90,

foram assassinados no Brasil 369.101 indivíduos, mais que os 340 mil mortos com as bombas atômicas lançadas sobre Hiroshima e Nagasaki.²³⁶ Pesquisa do ISER, a partir dos mesmos dados, constatou que nos 20 anos mencionados, foram mortos por arma de fogo no país 319.263 pessoas, o que corresponde a 53% de todos os homicídios cometidos no período.²³⁷

Os números mais recentes relativos à violência por armas de fogo entre nós são impressionantes:

- Dos 104 brasileiros que morreram em média por dia em 2002 vítimas de arma de fogo, 94 foram por homicídios, 4 por suicídios, 1 por acidente e 5 de intencionalidade desconhecida;²³⁸
- Se o Brasil ocupa o quarto lugar em taxas de mortalidade por arma de fogo a nível internacional, em números absolutos somos campeões mundiais, com 38.080 mortes anuais, em 2002. [Em 2003 foram 39.284] Os feridos chegam a 19.519 a cada ano;²³⁹
- As armas de fogo matam 3,5 vezes mais brasileiros que a Aids, e 27 vezes mais jovens que a população total;²⁴⁰
- O número de homicídios tem aumentado a um ritmo 4 vezes maior do que o da população;²⁴¹
- 63,9% dos homicídios são cometidos por armas de fogo, enquanto 19,8% são causados por arma branca;²⁴²

Segundo pesquisa de Julio Jacobo Waiselfisz, da UNESCO, “entre 1979 e 2003, morreram vítimas de arma de fogo no Brasil 550.028 pessoas, e 39.284 em 2003. Mas fica difícil entender a exata dimensão desses números. Uma idéia do que representam pode ser dada se compararmos os indivíduos mortos no Brasil por arma de fogo na última década (325.551), e sua média anual de 32.555 mortes, com o número de vítimas em diversos conflitos armados ao longo do mundo”, conforme a tabela a seguir.²⁴³

Comparativamente, embora os EUA sejam um país de tradição reconhecidamente violenta, avaliação do sociólogo Gláucio Soares revela que “morreram no Brasil por causas violentas, desde 1979, cerca de 2 milhões de pessoas. Contingente maior do que os soldados norte-americanos mortos em todas as guerras travadas por aquele país, desde a Independência até hoje”.²⁴⁴ Para os padrões internacionais sobre violência urbana, o panorama nacional é estarrecedor.

19. Mapa das armas de fogo

Mundo

O número das armas pequenas em circulação no mundo subiu 16% em um ano, passando a cerca de 639 milhões de armas, considerando-se apenas as informações relativas a 110 países, que representam mais da metade da população mundial. Dessas armas, apenas 37,8% pertencem às Forças Armadas, 2,8 % às forças públicas policiais, 0,2% a grupos rebeldes, e a enorme proporção de 59,2% está nas mãos de civis. Mesmo considerando que a cada ano são destruídas cerca de 4 milhões dessas armas, a indústria da morte joga mais de 8 milhões de novas armas no mercado por ano.²⁴⁵ O valor total de sua produção, incluindo munição, foi de US\$ 7.4 bilhões em 2000. São fabricadas por 1.249 empresas, em pelo menos 92 países.²⁴⁶ Esse mercado é dominado por 13 países: Estados Unidos, Itália, Bélgica, Alemanha, Rússia, Brasil, China, Áustria, Suíça, Grã-Bretanha, França, Israel e África do Sul.²⁴⁷ Os maiores exportadores de armas pequenas são, por ordem de importância, Estados Unidos, Itália, Brasil, Alemanha, Bélgica, Rússia e China que, juntos faturam US\$ 100 milhões por ano com a exportação desses produtos, incluindo munição.²⁴⁸

Brasil

Revelações de “Brasil: as Armas e as Vítimas”

O primeiro levantamento global das armas existentes no Brasil acaba de ser concluído. Trata-se da pesquisa “*Posse de Armas de Fogo no Brasil: Mapeamento das Armas e seus Proprietários*”, de autoria de Pablo Dreyfus e Marcelo Nascimento, do ISER/Viva Rio.²⁴⁹ Este item se baseia nesse trabalho pioneiro, que enfrentou enormes dificuldades para ser realizado. Primeiro, porque os dados sobre armas são incompletos, precários e, na maioria dos Estados, não informatizados. Apenas a partir de 1997, com a lei que criou o SINARM, começou-se a pressionar as polícias estaduais para que informassem à PF sobre os registros de armas feitas; mas perdurou a descentralização, a não colaboração entre os vários órgãos responsáveis pela área e a sub-notificação. Foi necessário que se buscasse as informações diretamente, em cada Estado. Esse admirável trabalho foi feito durante 6 meses, em 24 Estados, pelo detetive Luiz Cláudio Carvalho Silveira, aposentado da Polícia Civil do Estado do Rio e integrante da equipe do Viva Rio.

O segundo obstáculo foi o caráter confidencial das informações sobre as nossas Forças Armadas e Polícia Militar. Apesar da colaboração do Comando do Exército, por regulamento seus dados sobre armas não são acessíveis a analistas. Portanto, os números relativos a essas forças militares são estimativas. A metodologia utilizada pode ser verificada em detalhes na publicação mencionada. Em consequência, os números finais são uma primeira aproximação dos dados da realidade, que deverão ser aprimorados no futuro quando os atuais obstáculos forem removidos.

A pesquisa procura responder a questões básicas: quantas armas existem no Brasil, onde elas estão e quem as possui? Como situação geral, seus autores esclarecem: “*Por um lado, existem as armas do Estado, as quais, em princípio, não deveriam ser parte do problema. Por outro lado, temos a posse privada. Estas armas estão nas mãos de cidadãos honestos e de criminosos. No entanto, a realidade não é tão simples. Em um país no qual o registro de armas de fogo só foi regulado sistematicamente a nível nacional em 1997, devemos assumir que existe um grande mercado informal. Ou seja, as armas de fogo que, apesar de não necessariamente estarem nas mãos de criminosos, estão em situação ilícita, ou seja, não estão declaradas ou controladas pelo Estado e portanto são mais suscetíveis de serem desviadas para o mercado criminoso. O cenário fica ainda mais complicado se considerarmos que há certas “castas armadas”, tais como os colecionadores (que podem ter armas de tipo militar – fuzis, sub-metralhadoras - em casa), atiradores, caçadores, oficiais de polícia, militares e sargentos, que têm privilégios para comprar armas de fogo e não são diretamente monitorados pela polícia. A isto precisamos finalmente adicionar a crescente indústria da segurança particular*”.²⁵⁰

Quem tem e quantas são as armas?

MAPA DAS ARMAS NO BRASIL

Entidade	Efetivo	Número de armas
SETOR PRIVADO		15.257.808
MERCADO LEGAL		6.764.951
Pessoas Físicas Civis		4.441.765
Empresas de Segurança Privada legalizadas	1.120.842 vigilantes	413.994
Armas de uso particular na posse de oficiais e sargentos militares	194.795 oficiais e sargentos	259.790
da ativa	129.800 oficiais e sargentos	129.800
reformados	64.995 oficiais e sargentos	129.990

Armas de uso particular de policiais	595.211 policiais	721.081
<i>aposentados</i>	<i>120.180</i>	<i>240.360</i>
<i>da ativa</i>	<i>480.721</i>	<i>480.721</i>
CAC	22.851	215.460
<i>Colecionadores</i>	<i>7.760</i>	<i>155.096</i>
<i>Atiradores</i>	<i>13.918</i>	<i>55.672</i>
<i>Caçadores</i>	<i>1.173</i>	<i>4.692</i>
Juízes e Ministros de Tribunais	12.067	12.080
Outras pessoas jurídicas		700.781
MERCADO INFORMAL		4.635.058
MERCADO CRIMINAL		3.857.799
ESTADO		1.753.133
Forças Armadas		1.031.386
<i>Ativa</i>	<i>314.300</i>	<i>549.505</i>
<i>Reserva</i>	<i>400.000</i>	<i>481.881</i>
Polícias e Justiça Criminal		721.747
Polícia Federal	<i>7.800</i>	<i>17.550</i>
Polícia Rodoviária Federal	<i>7.300</i>	<i>10.463</i>
Polícia Militar	<i>378.332</i>	<i>538.422</i>
Polícia Civil	<i>82.737</i>	<i>135.082</i>
Bombeiros, Guardas Penitenciários e Guardas Municipais	<i>190.230</i>	<i>19.023</i>
Juízes e Magistrados	<i>12.067</i>	<i>1.207</i>
TOTAL GERAL	Estimativa:	17.010.941

Fonte: *Brasil: as Armas e as Vítimas, 2005*

Número de Armas por Setor no Brasil

A Campanha de Desarmamento visa recolher armas de dois segmentos: armas legais de pessoas físicas civis (4.441.765), e armas do mercado informal, isto é, não registradas (4.635.058). As demais armas de criminosos (3.857.799), como bem disse o ministro da Justiça Márcio Thomaz Bastos, *“têm que ser tomadas à força pela polícia”*.

Urgência na aplicação do Estatuto

Ao serem reunidos todos esses dados pela primeira vez, compreende-se a urgência de o governo aplicar os dispositivos do Estatuto do Desarmamento que prevêem canais de captação de informação, banco de dados integrado e centralizado sobre as armas existentes no país e rastreamento do armamento ilegal. É a única forma de reverter um quadro calamitoso, em que as autoridades responsáveis desconhecem mais da metade das armas que circulam no Brasil, não sabem quais são, quem as têm e onde estão. O estudo inédito, apesar de importantíssimo, apenas chama a atenção para a enormidade do problema: metade das armas ilegais estão na posse de cidadãos de bem e 4 milhões nas mãos de criminosos. Sem informação não há controle possível.

“As armas que nos ameaçam são estrangeiras e automáticas” ?

Durante anos, a indústria brasileira de armas afirmou que “a ameaça são as armas estrangeiras, de cano longo e automáticas contrabandeadas”. A falta de pesquisas permitiu que esse mito se popularizasse. Até que o primeiro estudo realizado no país, pelo ISER/Viva Rio, analisando o universo das armas que aqui circulam, derrubou essa mistificação. A pesquisa avaliou 223.584 informações sobre armas apreendidas no Estado do Rio em situação ilegal, e depositadas da DFAE/RJ, entre 1950 e 2003, e revelou que **76,59% delas são brasileiras, 80% são pistolas e revólveres, e 63% foram fabricadas pela Taurus e Rossi, do Rio Grande do Sul**, conforme as ilustrações seguintes.²⁵³

[gráficos excluídos]

As armas estrangeiras automáticas, semi-automáticas e de cano longo, contrabandeadas, são usadas nos enfrentamentos entre quadrilhas, e pelo crime organizado contra a polícia. Mas, mesmo estes tipos de armas, são em parte fabricados aqui, em Minas Gerais (Itajubá). Em 10 anos, entre 1993 e 2003, foram apreendidos 2.110 fuzis no Estado do Rio. Destes, 275 eram brasileiros (13%), a maioria desviada ou roubada da Polícia Militar (94 fuzis). Dentre os estrangeiros, 1.070 eram de fabricação norte-americana, 213 alemã, 182 chinesa, 135 belga e 118 argentina. Se tomamos apenas os últimos 5 anos, os fuzis chineses ocupam o segundo lugar, seguidos pelo Brasil e Rússia.²⁵⁴ Como foram parar no mercado clandestino? Através do desvio de delegacias policiais, de quartéis militares, e de armas exportadas, por exemplo, para as Forças Armadas do Paraguai e que retornaram pela fronteira.

Que a polícia se preocupe com as armas longas, além de natural, é mais que necessário, porque são elas que normalmente vitimam os homens da lei. No entanto, é preciso esclarecer que o que nos ameaça nos assaltos são armas brasileiríssimas e pequenas, fáceis de esconder, como pistolas e revólveres. Ninguém vai nos assaltar em Copacabana, ou no Viaduto do Chá,

com fuzil ou metralhadora. E a grande maioria dessas armas de mão (76,59%) é produzida no Brasil. Por falta de fiscalização das autoridades, ou roubadas de cidadãos de bem, vão armar os bandidos.

Tomemos as armas apreendidas no Estado do Rio por tipo de cano segundo sua origem e período de apreensão. Vê-se que, ao considerarmos todas as armas, prevalecem as de cano curto. Mas, ao destacarmos a sua origem, se brasileira ou estrangeira, constatamos que, entre as de cano curto, mais do dobro são armas nacionais, e as de cano longo praticamente se igualam, como ilustram os gráficos que se seguem.²⁵⁵

[gráficos excluídos]

“O maior problema é o contrabando” ?

Embora as indústrias brasileiras de armas e munições asseverem que “só vendem para cidadãos de bem e governos democráticos”, a análise das informações oficiais disponíveis e das pesquisas comprovam que não é bem assim. Em fevereiro de 2005, a *Operação Gatilho*, da Polícia Federal, desarticulou esquema, envolvendo um gerente da fábrica Rossi e a tradicional empresa gaúcha Brustolin Ltda, que vendia munições para um comerciante de Recife, que por sua vez as revendia para o crime organizado no Estado. Foram apreendidas nada menos que 2 milhões de munições.²⁵⁶

O período de ouro da indústria bélica brasileira começou na época do regime militar e se expandiu na década seguinte, quando promoveu grandes exportações de armamento pesado para as corruptas e repressivas ditaduras de Sadan Hussein e da Arábia Saudita. Armas pequenas e munições foram vendidas na época para as ditaduras do Paraguai, Catar e Líbia. Sabe-se também que a maior parte das armas e munições envolvidas em crime foram originalmente fabricadas por empresas legais, situadas em São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais. Isto é, não precisamos sair do Brasil para investigar os principais canais que abastecem o crime organizado com esses produtos.

Conforme tivemos a oportunidade de explicar à Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o Tráfico Ilícito de Armas da Câmara Federal,²⁵⁷ o fluxo do comércio legal para o ilegal se dá por falta de controle, tanto do que vem de fora, quanto do armamento produzido dentro do país. Ao apresentarmos à CPI os resultados da pesquisa *Brasil: as Armas e as Vítimas*, demos uma demonstração de que, se nos preocupamos em desarmar os cidadãos de bem para sua própria proteção, não dedicamos menos esforços para levantar as informações relativas ao armamento dos criminosos, colaborando com a polícia para que proceda sua investigação e combate.

Missão ao Paraguai

Em agosto de 2000, o Viva Rio integrou uma Missão Especial do governo brasileiro enviada ao Paraguai pelo presidente Fernando Henrique Cardoso para negociar com aquele governo medidas de controle da venda de armas de uso proibido no Brasil a “turistas” brasileiros. Levantamento que havíamos feito antes revelara que armas e munições de fabricação brasileira estavam sendo vendidas a falsos turistas, na verdade agentes do narco-tráfico brasileiro, que

reingressavam ao nosso território pela fronteira escancarada, num efeito que denominamos de “bumerangue”. O próprio governo dos EUA, a pedido do então ministro da Justiça, Nelson Jobim, já havia suspenso o licenciamento de armas pequenas para exportação ao Paraguai, por considerar que elas “*atravessam as fronteiras paraguaias ilegalmente, abastecendo criminosos no Brasil*”.²⁵⁸ Em Assunção, entrevistamos o deputado Blas LLano, que havia presidido a CPI do Congresso paraguaio sobre tráfico de armas, que nos afirmou: “*Em média, de 10 contêineres de armas de fabricação brasileira exportadas legalmente do Brasil para o Paraguai, chegam apenas 2; os outros 8 são vendidos no Brasil mesmo para o mercado clandestino. Para o Paraguai só viajam os documentos relativos a esse armamento desviado, simulando a exportação*”.

Com a Missão, levamos ao então presidente paraguaio, Luiz González Macchi, a descrição de um quadro grave de descontrole. Diante de nossas denúncias, o presidente decretou uma moratória informal de 3 anos, suspendendo as importações de armas e munições brasileiras pelo comércio civil paraguaio, moratória que vigorou até dezembro de 2003. O governo paraguaio proibiu também a venda desses produtos para turistas. A Missão foi um êxito nesses aspectos, embora o comércio ilegal continue tão ativo como sempre, devido à falta de controle na fronteira e no transporte entre as fábricas e os compradores.

São de conhecimento público os principais pontos de entrada de armas no Brasil: as cidades de Ponta Porã e Mundo Novo, em Mato Grosso do Sul; Guairá e, mais recentemente, Cascavel, no Paraná. Mas o Paraguai é apenas parte do problema. O contrabando na fronteira com o Uruguai é intenso. Segundo denúncia feita pelo senador gaúcho Sérgio Zambiasi, “*a venda de todo tipo de armamento, inclusive de armas de uso civil proibido no Brasil, é feita por lojas uruguaias localizadas a menos de mil metros da fronteira, violando a legislação uruguaia. Os clientes brasileiros retornam ao país sem passar por qualquer fiscalização. Parte dessas armas e munições é de fabricação brasileira, exportada legalmente para o país vizinho, mas que retorna através do contrabando-formiga, que movimenta maior quantidade de armamento que nos limites do Brasil com o Paraguai*”.²⁵⁹ Relatório do Comando Militar do Leste do Exército revelou que a fronteira do Rio Grande do Sul é tão usada para a entrada ilegal de armamento quanto as do Paraná e Mato Grosso do Sul. Essa revelação acaba de ser comprovada pela atual CPI do Tráfico de Armas: “*Depois de três dias de trabalho em Porto Alegre, a CPI ouviu uma testemunha encapuzada, que confirmou que o Rio Grande do Sul é uma das quatro principais rotas de entrada de armas e munições no país. Elas viriam do Uruguai e da Argentina há pelo menos três anos. O presidente da CPI, deputado Moroni Torgan, diz que ficou comprovado que há mais de 30 ramificações do tráfico de armas atuando em pontos diferentes do Estado, e que há empresários, comerciantes, gente da sociedade e, também, autoridades envolvidos com o tráfico de armas. A comissão concluiu que, com a Lei do Abate²⁶⁰, as armas deixaram de entrar por aviões, sendo trazidas por via terrestre*”.²⁶¹ Depoimentos que colhemos recentemente acrescentam que nem mais se precisa atravessar a fronteira para se comprar armas e munições de uso proibido para civis nos países fronteiriços. Em Foz do Iguaçu, pode-se fazer a encomenda por telefone e a entrega é feita no hotel em que está hospedado o comprador.

Portos e aeroportos

O contrabando é um grande problema, mas sua denúncia não deve servir para encobrir os maiores desvios de armas e munições, que ocorrem dentro do país, como demonstram os números citados. Controlar os desvios internos exige apenas vontade política e é menos oneroso do que controlar fronteiras. O Brasil tem uma fronteira seca de 15.719 km para patrulhar. Os Estados Unidos, cuja fronteira com o México tem apenas 3.100 km, mesmo usando alta tecnologia, como muros eletrificados, circuitos de TV e de visão noturna infra-

vermelha, não conseguem impedir o contrabando. Dentro do Brasil, sabe-se perfeitamente onde operam as fábricas e o comércio legal de armas e munições. Por que não controlá-los de forma eficiente, para prevenir desvios? Mais fácil e barato que descobrir os caminhos de produtos exportados que retornam ao país.

Nossos aeroportos e portos sempre foram descritos como um “queijo suíço”, tantos são os seus furos. Como o comércio internacional de armamento não é intensivo, bastaria que apenas um porto, e um aeroporto, fossem autorizados a tramitar esses produtos, para facilitar sua fiscalização. Além disso, hoje existem *scanners* especiais que permitem identificar a carga de armas e munições sem que se precise abrir os contêineres e caixotes. Por que não são usados?

O descontrole nos portos é agravado por duas situações. O Paraguai, através do porto de Paranaguá, e a Bolívia, do porto de Santos, contam com um “corredor” para seu comércio internacional isento de fiscalização por parte do Brasil. Segundo se sabe, por aí passa tudo, e muitas vezes o contrabando fica. No caso de Paranaguá, o governo paraguaio arrendou o seu “corredor” a uma empresa privada multinacional. Conforme soubemos quando de nossa visita a esse porto, aí se promovem leilões à noite, onde se vende a muamba, aqui mesmo, em território brasileiro. Segundo nos disse o governador do Paraná, Roberto Requião, apesar dos pedidos de investigação feitos por seu governo ao governo federal, o problema continua.

Relatório da Polícia Civil do Rio de Janeiro, entregue à SSP do Estado em 2000, revelava como navios que chegam com armas e munições contrabandeadas aos portos do Rio, Mangaratiba e Sepetiba, são descarregados por falsos pescadores antes de atracarem, ou mesmo sem atracarem. Recentemente, o Núcleo de Operações Marítimas da PF acrescentou uma terceira modalidade: os traficantes pagam a tripulantes de navios que atracam no porto para transportarem as armas para portos no exterior. Na Baía de Guanabara é intenso o movimento à noite de pequenos barcos de falsos pescadores, abastecendo o narcotráfico de drogas e armamento através das favelas da Maré, Cajú, Dendê, Salgueiro e Itaoca. Das 80 ilhas existentes na Baía, 28 não são habitadas, e estão sendo usadas pelos traficantes de armas e drogas como depósito. Felizmente, a PF acaba de comprar novas lanchas com blindagem de polímetro, capaz de resistir a tiros de calibre .50, e outros equipamentos que lhe permitirá operar contra bandos fortemente armados, à noite e em águas pouco profundas. Pela primeira vez, a PF começa a enfrentar com meios adequados o contrabando de armas na Baía de Guanabara.²⁶²

Colecionadores e atiradores

Quando se pensa nas coleções de armas de fogo que existem por aí, acredita-se que sejam apenas de armas antigas. Mas muitas são constituídas de armas civis potentes e fuzis militares modernos e metralhadoras. Por isto, lutamos no Congresso para que essas armas fossem melhor controladas. Fomos derrotados. Na primeira votação no Senado do projeto do Estatuto, ainda procurou-se conciliar a diversão de colecionar armas com a necessidade de impedir que esses armamentos ficassem expostos ao roubo de assaltantes. Decidiu-se determinar que se aplicasse norma adotada em outros países: retirar dessas armas o pequeno dispositivo de disparo. Desta maneira, no caso de roubo, os assaltantes não poriam a mão em armas prontas

para entrar em ação. Por pressão do lobby dos colecionadores, que mais do que seu “amor” pelas armas, confessavam nos corredores o valor pecuniário de suas coleções, a última votação do Senado derrubou esse artigo, em prejuízo da segurança pública. Os bandidos agradecem. Um exemplo da situação que vai perdurar: *“A Polícia Civil apreendeu um arsenal e identificou uma quadrilha que revendia armamento para criminosos de São Paulo e do Rio. 9 metralhadoras de fabricação norte-americana e 2 sub-metralhadoras foram localizadas na casa do colecionador José Tavares. ‘A fachada de colecionador era para comercializar armas’, afirmou Godogredo Bittencourt, do Deic”*.²⁶³

O Comando Militar do Leste do Exército determinou, em 2001, uma investigação sobre os canais que abastecem de armas de fogo e munição o crime organizado no Rio de Janeiro. A chamada *Operação Planeta* foi coordenada pelo coronel Diógenes Dantas Filho, e suas revelações foram tão graves que geraram um Inquérito Policial Militar, cujas conclusões estão no relatório *Fiscalização de Armas de Fogo e Produtos Correlatos*. Apesar de confidencial, o jornalista Maurício Dias teve acesso a algumas de suas descobertas.²⁶⁴ Uma delas é a de que fornecedores de armas para o narcotráfico se registravam como colecionadores, usando essa condição como “biombo” para acobertar suas atividades. Além disso, para o coronel, *“a legislação que trata de armas de atiradores e caçadores, profissionais ou amadores, é demasiado flexível, dúbia e facilitaria a venda e a doação”*. Os verdadeiros colecionadores deveriam ser os primeiros a exigir maior controle e apuração dos desvios, para expurgar os falsos colecionadores e preservar a categoria; identificada crescentemente como reduto de traficantes de armas, corre o risco de acabar proibida.

Países que não proibem as armas, mas as controlam, exercem forte fiscalização sobre seus proprietários. No Japão e Inglaterra, as armas têm que ser guardadas trancadas e separadas das munições. No Canadá, a arma tem que ser mantida sem o mecanismo de disparo ou com tranca de gatilho; e desmuniçada, com a munição separada da arma, e cada uma colocada em recipientes ou cômodo da casa trancados e seguros. Na Austrália, além do mais, quando o colecionador tem licença para possuir uma arma proibida para civis, seu mecanismo de disparo tem que ser destruído. Na Bielorrússia, as armas têm que ficar desmontadas e as partes guardadas em recipientes distintos e seguros. Na maioria dos países que controlam as armas de fogo, inspeções da polícia são freqüentes nas casas dos colecionadores e atiradores esportivos.

Não há uma cruzada contra os clubes de tiro, colecionadores e caçadores. Mas é preciso separá-los do tráfico ilegal e dos brigões que usam arma. Deveria ser do seu interesse ter suas associações tomando a iniciativa de buscar maior controle de suas atividades, para prevenir que suas armas caíam em mãos erradas, e para ficar claro que exercem uma atividade compatível com uma sociedade segura. Se não o fazem, se combatem o controle e o desarmamento civil, correm o risco de serem confundidos com “pessoas violentas e perigosas”, como vários deles reclamaram em conversa com os autores. É importante que os atiradores, colecionadores e caçadores se posicionem claramente a favor das medidas que visam combater o tráfico ilícito de armas. Na Grã-Bretanha, por exemplo, a chacina praticada por um atirador contra crianças levou à proibição dessa atividade no país, e os atiradores britânicos, para treinar, têm que viajar ao exterior. Na América Central, importadores de armas de caça foram surpreendidos vendendo essas armas para “autodefesa” nas cidades, comprometendo a imagem dos verdadeiros caçadores. É preciso que nossos desportistas, colecionadores e caçadores

colaborem com as autoridades para manter as atividades dessas categorias imunes a esses tipos de abuso, preservando sua imagem.

Estávamos fechando este Guia quando novo episódio envolvendo colecionadores foi noticiado: *“Cinco homens encapuzados assaltaram anteontem de manhã a casa do comerciante e colecionador de armas Patrick Josquin, de 50 anos, no condomínio Jardim Camboatá, Niterói, roubando 16 armas: 8 pistolas, 5 revólveres, 1 carabina, 1 metralhadora e 1 submetralhadora”*.²⁶⁵ O delegado que apurou o caso apressou-se em garantir que *“a maioria das armas era antiga”*. No que diz respeito à segurança pública, a primeira questão que se coloca não é se as armas eram novas ou velhas, mas se funcionam ou não funcionam. Casos como esse deixam patente o absurdo de se dar mais importância *“ao hobby de colecionador”*, uma diversão, ou *“ao negócio de armas de colecionadores”* do que à segurança da comunidade.

“Quais as principais fontes de armamento ilegal?”

As principais rotas que abastecem de armas de fogo e munições o crime organizado no Brasil estão apontadas na tabela que se segue.

CANAIS DO TRÁFICO ILÍCITO DE ARMAS NO BRASIL

1 - DESVIOS DOMÉSTICOS
1. VAREJO
<i>1.1 ARMAS DE CIDADÃOS REGISTRADAS: São cerca de 4.600.000 armas, passíveis de passarem às mãos de criminosos através de furtos, roubos, perdas ou venda indevida a terceiros. No Estado do Rio, 25% das armas ilegais apreendidas pela polícia haviam sido legalmente compradas;</i>
<i>1.2 ARMAS DE CIDADÃOS SEM REGISTRO (Mercado Informal): Estimadas em cerca de 4.600.000 armas, quando caem nas mãos de delinquentes não podem ser rastreadas pela polícia;</i>
<i>1.3 LOJAS DE ARMAS E MUNIÇÕES que, precariamente controladas, principalmente no interior do país, muitas vezes desviam esses produtos para o mercado clandestino;</i>
<i>1.4 FALSOS COLECIONADORES E ATIRADORES: Ao se fazerem passar por colecionadores e atiradores, traficantes de armas e munições adquirem até mesmo armamento de tipo restrito e militar, e os revendem para o crime organizado, conforme demonstrou o Inquérito Policial Militar “Fiscalização de Armas de Fogo de Produtos Correlatos”, produzido pelo Comando Militar do Leste do Exército, em 2001;</i>
2- ESTOQUES
<i>2.1 EMPRESAS DE SEGURANÇA PRIVADA: Estimamos que essas empresas legalizadas possuem cerca de 413.994 armas, sem contar as empresas ilegais, que representam 2,3 vezes as primeiras; a precariedade do controle tornam-nas uma fonte permanente de desvios de armas para o mercado ilícito;</i>
2.2 ARMAS E MUNIÇÕES DESVIADAS DE QUARTÉIS DAS POLÍCIAS ESTADUAIS E DAS FORÇAS ARMADAS
<i>2.3 ARMAS “DE SERVIÇO” DE POLICIAIS-BANDIDOS: que declaram havê-las “perdido” e as revendem para o crime organizado, que as vão usar contra seus companheiros de farda;</i>
<i>2.4 ARMAS APREENDIDAS POR POLICIAIS-BANDIDOS: que as revendem ou alugam para os delinquentes;</i>
3- TRANSPORTE
<i>3.1 RODOVIAS FEDERAIS: a precariedade do controle dessas rodovias tornaram-nas rotas de contrabando, incluindo armas e munições, que vão abastecer criminosos em todo o país;</i>
<i>3.2 TRANSPORTE DAS FÁBRICAS: o transporte das armas e munições a partir das fábricas, por lei, deve ser controlado pelo governo, mas comumente é feito pelos próprios fabricantes, e seriam frequentes as “perdas” desses produtos pelo caminho, quando não há desvios de cargas inteiras;</i>

II - DESVIOS INTERNACIONAIS
1- EXPORTADORAS DE FACHADA: <i>Ou corretores (“brokers”) que, ao intermediarem exportações, desviam para o mercado clandestino armas e munições que deveriam ser exportadas;</i>
2- EXPORTAÇÕES IRRESPONSÁVEIS <i>para países que sabidamente irão reexportar esses produtos, inclusive para o crime organizado no Brasil (efeito “bumerangue”), como Paraguai e Angola, ou para o terrorismo, como para as FARC da Colômbia;</i>
3- PORTOS E AEROPORTOS <i>precariamente fiscalizados, ou sem controle algum, como os “corredores” do Paraguai, no Porto de Paranaguá, e da Bolívia, no Porto de Santos;</i>
4- COSTA E RIOS NAVEGÁVEIS <i>mal controlados; por exemplo, navios que chegam com armas e munições contrabandeadas aos portos do Rio de Janeiro, Mangaratiba e Sepetiba, são descarregados por falsos pescadores antes de atracarem, conforme Relatório da Polícia Civil do Rio de Janeiro entregue à Secretaria de Segurança Pública do Estado, em 2000;</i>
5- FRONTEIRAS: <i>Os quase 16 mil quilômetros de fronteira terrestre são de difícil controle, situação agravada pelo pouco investimento na sua fiscalização e pela cumplicidade de setores da polícia e de funcionários alfandegários de ambos os lados da fronteira .</i>

O Estatuto do Desarmamento, se aplicado, fará com que muitos desses canais de desvio sejam investigados e reprimidos. Uma política que vise sufocar o tráfico de armas tem que promover uma investigação minuciosa e não apenas procurar culpados no exterior. Se as fronteiras são de difícil controle, por sua extensão, as rodovias por onde transitam o contrabando cortam o próprio país, sem a menor fiscalização. Ademais, grande parte das armas e munições que abastecem os bandidos são brasileiras, e vendidas aqui dentro impunemente, pelos condutos mencionados. Depoimento do delegado Elir Clarindo, da Polícia Civil do Rio de Janeiro, que durante 10 anos rastreou armas apreendidas em delegacias do Estado, é revelador: *“Acredito que 90% do armamento destinado à exportação que tenham sido apreendidos com marginais não chegaram a sair do país. Outro dia encontramos uma arma que, oficialmente, havia sido exportada para o Exército do Siri Lanka, na Ásia. Não é estranho ela ser contrabandeada para o Brasil, que fica na América do Sul?”*²⁶⁶

Um controle externo sobre as forças de segurança pública também é inadiável para combater a sua “banda podre”. Até as pedras sabem que ela é um dos maiores fornecedores de armamento para o crime organizado. Recentemente, foi preso o tenente-coronel Walter Paraíso, do Corpo de Bombeiros do Rio, *“com quase 6 mil cartuchos para armamento de guerra (para AK-47, AR-15, 7,62 e M-16), em Bom Jesus de Medianeira, a apenas 64 quilômetros de Foz do Iguaçu. A PF está apurando as suas ligações com o narcotráfico do Rio”.*²⁶⁷

O descontrole das empresas de segurança privada

A política de privatização exagerada e a crise da segurança pública em vários países tornaram a venda de segurança privada um grande negócio. No Brasil, de acordo com a PF, existem **1.120.842** guardas de segurança privada trabalhando para 2.865 empresas legalizadas, com uma estimativa de 413.994 armas.²⁶⁸ Calcula-se que as empresas de segurança privada ilegais superem em 2 vezes as legais, e que o total de empresas de vigilância privada, legais e ilegais, superem em 2,3 vezes as forças públicas de segurança do país.

Esse aumento vertiginoso, além de revelar a falência da polícia pública, reflete as distorções de uma sociedade profundamente desigual. Quem pode pagar, tem segurança, quem não pode, se expõe ao perigo. Mas pagar pela segurança privada, seja individual, seja em condomínio, sai

caro. Muito mais barata é a segurança pública. A solução, naturalmente, não é garantir segurança privada para todos, mas implementar uma segurança coletiva eficiente que proteja a ricos e pobres.

As firmas privadas de segurança privada são precariamente fiscalizadas pela Polícia Federal. Esse descontrole tornou-as uma das grandes fontes de armas para o crime. Estima-se que, só em 1998, no Rio, cerca de 13.101 armas tenham sido desviadas dessas empresas e classificadas apenas como “perdidas”.²⁶⁹ Por que isso acontece? Primeiro, porque é enorme o número de empresas que funcionam ilegalmente, com armamento adquirido numa das fontes clandestinas mencionadas. Segundo, porque muitas empresas não podem se legalizar, uma vez que empregam ilegalmente policiais que aí trabalham como “bico”, o que não é reconhecido por lei. Terceiro, porque mesmo as empresas legalizadas, quando fechadas, têm com frequência o hábito de deixar as armas com os vigilantes como “indenização”.

A situação de descontrole anterior ao Estatuto do Desarmamento era assim descrita pelo presidente da Confederação Nacional dos Vigilantes, José Boaventura Santos: *“O mercado de armas das empresas de segurança fica longe dos olhos da Polícia Federal. O próprio extravio, a perda de armas não merece um inquérito. As empresas afirmam que as armas foram perdidas e pronto. A veracidade não é confirmada”*.²⁷⁰ O Estatuto avançou no controle dessas empresas, responsabilizando seus proprietários por perda ou desvio de armas por parte de seus agentes (art.7º e 13), embora a fiscalização esteja longe do satisfatório.

20. Impacto das armas na economia

Gastos com a “indústria do medo”

“Os gastos com segurança pública e privada absorvem de 13 a 15% do PIB da América Latina, superando os gastos na região com programas de assistência social”.²⁷¹ São impressionantes os gastos com segurança feitos pelo poder público e pelo setor privado no Brasil, recursos subtraídos de outras atividades sociais e que limitam o nosso desenvolvimento. Os investimentos públicos relacionados à violência foram estimados em R\$ 37 bilhões, e os do setor privado, em R\$ 70 bilhões, em 2001.²⁷² Segundo o Banco Interamericano de Desenvolvimento, os custos da violência devoram 10,5% do PIB brasileiro. Os recursos do Estado do Rio, por exemplo, escoam pelo ralo das despesas com a violência. Seu governo gastou R\$ 2.411 bilhões em 2001 com segurança pública, o que representou 13,60% de suas despesas estaduais.²⁷³ A violência custa 5% (R\$ 2,5 bilhões) do PIB do município do Rio, 3% (9,3 bilhões) de São Paulo e 4% (R\$ 840 bilhões) de Belo Horizonte.²⁷⁴ Os investimentos em segurança privada no Estado do Rio foram da ordem de R\$ 3,7 bilhões.²⁷⁵

Revelações de “Brasil: as Armas e as Vítimas”

Esse item toma por base o referido livro e suas ilustrações.²⁷⁶

A indústria brasileira de armas de fogo e munição

“A indústria brasileira de armas de pequeno porte é composta por algumas poucas empresas e dominada por apenas duas: Forjas Taurus S.A. e Companhia Brasileira de Cartuchos, ou CBC. Estas empresas têm quase monopólios para, respectivamente, armas de cano curto e munições para armas de pequeno porte e ambas continuam mantendo fortes laços com instituições brasileiras de defesa e segurança pública. A outra peça

importante no mercado de armas de pequeno porte, a IMBEL, é uma empresa pública, administrada pelo Ministério da Defesa, com fortes laços com o Exército, e é em grande parte uma produtora de armas e munições militares”.

Para esses autores, *“apesar de não ser o único país assolado pela difusão da violência armada, o Brasil é um entre os poucos que também possui uma grande e próspera indústria de armas de pequeno porte. Este fato singular tem diversas implicações. Está ficando claro que essas armas produzidas no Brasil – especialmente as de cano curto – são a maioria das armas de fogo relacionadas às atividades criminosas. Usando dois dos mais violentos estados do Brasil como exemplo, em 2002 foram apreendidas 37.418 armas de pequeno porte no estado de São Paulo e 18.056 no estado do Rio de Janeiro. Em ambos os casos, mais de 70% das armas eram produzidas no Brasil, e mais de 80% eram revólveres e pistolas brasileiros. Isto contraria o que já foi considerado de senso comum, e em parte divulgado pela própria indústria de armas de pequeno porte: que criminosos usam armas automáticas importadas para cometer crimes, enquanto cidadãos honestos usam armas de fogo brasileiras registradas para uso legítimo de auto-defesa. Na realidade, as próprias empresas brasileiras produzem uma grande percentagem das armas responsáveis pelos astronômicos níveis de violência armada no Brasil.”*

A verdade sobre a indústria nacional

As empresas de armas e munições estão sempre afirmando que são grandes contribuintes para o desenvolvimento do país. Devemos nos perguntar: qual é a importância dessa indústria para o Brasil? O valor da sua produção em 2002 foi de apenas R\$ 341 milhões. Quanto isto representa na nossa economia? Não o que significa em toda a economia, nem mesmo no setor “indústria nacional”, mas tão somente qual o seu peso no item “máquinas e equipamentos” produzidos no Brasil? Na *pizza* a seguir, podemos visualizar os principais segmentos da produção industrial brasileira.

Neste gráfico, o item “Máquinas e equipamentos” corresponde à apenas 5% da produção industrial nacional e, dentro desse segmento, “Armas e munições” responde por somente 0,97% da produção. Em termos absolutos, dos R\$ 35,3 bilhões do segmento ‘Máquinas e equipamentos’, só R\$ 341,1 milhões correspondem ao setor “Armas e munições”. Já o sub-setor **“armas pequenas e munições” equivale à apenas 0,048% do total da produção industrial brasileira.**²⁷⁷ De fato, das 268 classes de produtos industriais, “Armas de Fogo e Munições” estão no 222º lugar, após relógios e meias.²⁷⁸

[gráfico excluído]

“O fato é que, em termos estritamente econômicos, a indústria de armas tem dimensão pouco significativa. Pode-se argumentar que ela tem valor “estratégico”, ou contribui para a nossa balança comercial. Contudo, é difícil ver como a proibição de vendas para civis afetaria as exportações, ou mesmo a segurança nacional, dado que as vendas ao poder público [que respondem pela maioria das vendas de armas no país, como veremos a seguir], continuariam normalmente. Impactos econômicos provenientes da referida proibição seriam mínimos, e sua supervalorização constitui apenas uma tentativa de desviar o debate”.

Mas é preciso reconhecer que, apesar da indústria de armas e munições ser um pequeno setor industrial, ele é altamente rentável (só a Taurus lucrou US\$ 13,6 milhões em 2002), beneficia a alguns poucos, mas provoca um enorme dano ao país: a maioria das armas disparadas em nosso território, inclusive as estrangeiras, usam munição brasileira e cerca de 63% das armas apreendidas com bandidos no Estado do Rio são de fabricação Taurus e Rossi. Como diz a campanha pelo desarmamento na Espanha, essas armas são *“pequeñas pero matonas”* (pequenas mas mortíferas).

Para quem vende a indústria?

Segundo a própria Forjas Taurus S.A., maior fabricante de revólveres e pistolas do país, sua produção se destinou em 65% à exportação, 23% às Forças Armadas e polícias, e 12% ao mercado interno civil legal, em 2003. A CBC, Companhia Brasileira de Cartuchos, maior fabricante de munições do país, exportou 47% de seus produtos, vendeu 26% para as Forças Armadas e polícias brasileiras, e 27% para civis no mercado doméstico legal, em 2003, conforme ilustrado a seguir.²⁷⁹

[gráficos excluídos]

A IMBEL, outra grande fábrica de armas, destina sua produção quase que exclusivamente para as Forças Armadas e polícias do Brasil e de outros países. Voltadas para a exportação ou venda para o Estado, essas empresas “não vão quebrar”, pois terão a maior parcela de seus lucros pouco afetada pela proibição do comércio de armas para civis no país.

Restrição da importação: retaliação dos EUA?

Antes da votação do Estatuto do Desarmamento, os lobistas da indústria de armas diziam para os parlamentares que *“os EUA poderão retaliar diante da proibição do comércio de armas no Brasil, e deixar de importar armas e munições brasileiras, levando à falência essas empresas”*. Eles omitiam que:

1. A Taurus tem fábrica em Miami, onde paga seus impostos e cria empregos;
2. O regulamento do Exército denominado “R-105”, desde os anos 60 protege a indústria nacional contra armas pequenas de uso controlado similares de outros países;
3. O governo dos EUA suspendeu a concessão de licença para exportação de armas e munições norte-americanas para o Paraguai, porque estavam sendo desviadas para o crime organizado brasileiro, como vimos em *Quais as principais fontes de armamento ilegal?*

Segundo estabelece o “R-105”, admite-se que o Brasil importará produtos controlados dos países que importem produtos controlados brasileiros (reciprocidade), e que só excepcionalmente o Exército autorizará a importação de produtos controlados produzidos no Brasil. De fato, importações dessa natureza são raras. As armas estrangeiras importadas pelo Brasil vêm normalmente da Europa. As armas leves norte-americanas exportadas para o Brasil em 2002 corresponderam ao valor insignificante de US\$ 6.693.²⁸⁰ Não existe a propalada competição entre armas brasileiras e norte-americanas pelo mercado brasileiro. Mesmo porque, a Taurus foi vendida à norte-americana Smith & Wesson no início dos anos 70, e recomprada em 1977, e até os anos 80, a CBC pertencia à norte-americana Remington; em 1983, a Taurus não teve nenhum problema para instalar uma fábrica em Miami. Essa indústria foi a segunda maior exportadora de armas pequenas para o mercado norte-americano. Em 1998, o primeiro exportador foi a Áustria, com 170.240 armas; seguida do Brasil, com 133.270; Alemanha, com 107.232; e Itália, com 41.071 armas.²⁸¹

“O desarmamento vai levar ao desemprego”?

Porta-vozes dos industriais de armas e munições têm alegado que a abolição do comércio desses produtos para civis levará o setor à falência, causando o desemprego de 27 a 40 mil

pessoas, variam as afirmações. Para o deputado Alceu Collares, "quem é contra a produção de armas é a favor do desemprego e está a serviço dos bandidos. A proibição da venda de armas vai causar 200 mil desempregos em meu Estado".²⁸² Já Reinaldo Massarelli, representante da CBC em Santa Catarina, afirma que "as armas vendidas no Brasil em 1998 garantiram 27 mil empregos".²⁸³ Será assim? O que dizem os números oficiais?

De acordo com o IBGE, toda a indústria bélica brasileira, na qual a produção de armas pequenas e munição representa modesta parcela, como vimos, empregava 6.442 funcionários (5.576 pessoas não ligadas à produção e 866 na produção), em 2002.²⁸⁴ A indústria bélica inclui basicamente equipamentos militares, que não serão afetados pela proibição de armas para civis. Ademais, dos 32,5 milhões de empregos formais do país, toda a indústria bélica responde por 0,02% dos empregos.²⁸⁵ A indústria de armas de fogo para uso civil está em grande parte situada no Rio Grande do Sul. Mas, desde 1995, **as vendas combinadas da Forjas Taurus e da Rossi respondem por apenas 0,2% da economia desse Estado.**²⁸⁶ Todo o Grupo Taurus, no qual a Forjas Taurus S.A. é minoritária, empregou em média **1.637** pessoas entre 1996 e 2003.

Quando fundada, em 1937, em Porto Alegre, a Forjas Taurus era uma fábrica de ferramentas. A época em que as armas se tornaram seu principal produto já passou. Se em 1986 elas representavam 74% de sua produção, em 2003 as armas respondiam por apenas 41%. Ultimamente, a empresa voltou a investir em ferramentas, em equipamentos de exploração de petróleo para a Petrobrás, e em outros produtos de segurança, como capacetes, escudos, coletes anti-bala etc. Ao voltar à sua origem construtiva, e não mortífera, "talvez o sonho bíblico de transformar espadas em arados esteja sendo realizado pela empresa", como afirmam os pesquisadores citados. São medidas que não só garantem, como expandem o emprego de mão-de-obra. À medida que o porte e a posse de armas são restringidos, a tendência é a reconversão de sua produção e comércio para outros produtos. Foi o que sucedeu no Rio de Janeiro, com a lei que proibiu o comércio de armas, de autoria do deputado Carlos Minc (Lei 3.680, de 19.10.2001). Revogada pelo STJ meses depois, durante esse período metade das lojas dedicadas ao ramo passaram a vender produtos de pesca, esportivo e objetos de couro, preservando os empregos.

Supondo que haja perda de postos com as restrições às armas, por mais importante que seja uma política de incentivo ao emprego, há bens maiores, como a preservação da vida, e a repressão às atividades ilícitas que giram em torno da arma de fogo. Se a proteção dos empregos fosse um bem absoluto, então se deveria legalizar o narcotráfico, que, segundo a CPI do Congresso que investigou suas atividades, emprega cerca de 250 mil pessoas, só no Brasil. Os defensores das cruéis brigas-de-galo e de cachorro também alegam "a proteção dos empregos" relacionados a essas atividades para justificá-las.

Durante o regime militar, em 1980, o BNDES financiou a IMBEL para que brasileiros retomassem o controle da CBC, que havia sido perdido com sua venda em 1930 para a norte-americana *Remington Arms Company*, e a britânica *Imperial Chemical Industries*. Não seria o caso de o governo Lula financiar a reconversão da indústria de armas de fogo e munições para que invistam em produtos pacíficos, como recomenda a ONU como política?

Defesa da “indústria nacional” e “imperialismo”

Tem-se acusado os defensores do Estatuto do Desarmamento quererem “quebrar a indústria nacional de armas para favorecer a importação de armas do imperialismo norte-americano”, conforme discurso do deputado Roberto Jefferson na Câmara de Deputados. Esses apelos ao patriotismo carecem de lógica, pois o referendo, se for aprovado, acabará com o mercado civil tanto para empresas nacionais como estrangeiras. Também não haverá a “falência” da indústria nacional, como demonstramos. O argumento “nacionalista”, que busca manipular o patriotismo, principalmente dos militares, é tão pueril que o mais poderoso aliado do lobby de armas brasileiro é o lobby da indústria de armas dos EUA, a Associação Nacional de Fuzis. Esse conflito de interesses não existe. O que desejam é vender cada vez mais armas e munições, seja para brasileiros ou norte-americanos. A ganância faz com que se dêem as mãos contra o referendo, para impedir que a população vote contra as armas.

Os pesquisadores citados revelam que a CBC, depois de re-nacionalizada com dinheiro público do BNDES, teve as suas ações controladas pela IMBEL, vendidas em 2004 para a empresa *PCDI*, pertencente à estrangeira *Brookmon Trading*. E concluem: “É claro que não há nada necessariamente errado com uma empresa privada ser quase toda propriedade de empresas estrangeiras, uma das quais baseada em um paraíso fiscal e a outra cujo país de origem não é declarado. No entanto, vale a pena lembrar que a CBC foi nacionalizada em primeiro lugar com dinheiro público, e foi confiada à IMBEL que, por sua vez, é controlada pelo Exército. Também vale a pena reconsiderar, à luz do exposto acima, os apelos ao patriotismo e à grandeza nacional que o lobby das armas faz tão frequentemente e as acusações de deslealdade e traição que lança aos defensores do controle de armas”.²⁸⁷

Mesmo que entremos na lógica dos setores do governo para quem “o importante é exportar”, seja café ou armas, manifestando indiferença com o que importadores estrangeiros venham a fazer com as armas e munições brasileiras que negociaram, sua insensibilidade tecnocrática acaba custando caro à população brasileira. Pois as armas que vendemos para que os angolanos se matassem durante a guerra civil, com o final do conflito estão voltando para armar a bandidagem de nossas cidades; o armamento exportado para o Paraguai, como vimos, é revendido para o crime organizado brasileiro. Se esses mercadores desconhecem o sentido de solidariedade com outros povos, que pelo menos se sensibilizem com a segurança de nossas famílias.

“Proibição favorece o mercado clandestino”?

Não é o que está ocorrendo. Conforme noticiado, e confirmado por nós com o chefe do SINARM de Santa Catarina, delegado Eduardo Chaklian: “É a lei da oferta e da procura, como diria Henrique Meirelles. O mercado paralelo de armas encolheu com esta campanha do desarmamento. Segundo a Polícia Federal de Santa Catarina, o revólver 38, que antes era negociado entre os marginais por R\$ 80, não custa agora menos do que R\$ 350”.²⁸⁸ Um pesquisador do Viva Rio acaba de regressar do Paraguai, e viu pistolas calibre 380 da Taurus sendo vendidas no comércio legal por US\$ 650, o mesmo preço das pistolas norte-americanas e da famosa Glock austríaca, que em nossa última viagem ao Paraguai custavam muito mais que sua congênera brasileira. No mercado clandestino do Paraguai, uma pistola Taurus .90, as preferidas dos nossos bandidos, antes abundantes, hoje escasseiam e, como resultado, estão caras. Tudo como consequência da queda na oferta, pelo controle que passou a ser exercido desde a aprovação da nova lei de armas brasileira.

É a lei da oferta e da procura. O analista Jason Gottlieb, da Universidade de Harvard, explica: *“Obviamente, o fato de criminosos terem acesso a armas de fogo é um problema, o que faz muita gente achar que deve se armar como autoproteção. Este é um círculo vicioso. Segundo os relatórios do FBI, são registrados 340.000 roubos de armas por ano nos EUA. A maioria esmagadora delas foi originalmente fabricada e comprada de forma legal, mas acabou nas mãos de criminosos. O que comprova como é tola a afirmação ‘quando as armas são colocadas fora da lei, só os fora-da-lei terão armas’. O que de fato acontece? Muitas armas legalmente compradas são roubadas, ou vendidas para terceiros e podem ser usadas em crimes. Se aquelas 340.000 armas nunca tivessem sido vendidas, menos armas iriam parar nas mãos de criminosos a cada ano. Uma das razões porque há tanta arma nas ruas nas mãos de bandidos é precisamente porque tanta arma é vendida legalmente. Claro que sempre será possível se obter uma arma de forma ilegal. Mas se a obtenção legal de uma arma se tornar extremamente difícil, o preço das armas ilegais irá aumentar e sua oferta baixar. O que tornará mais difícil para os criminosos obterem armas de fogo”.*²⁸⁹

“Proibição vai aumentar o mercado clandestino” ?

O sociólogo Gláucio Soares, assim responde a esta dúvida: *“Esse mercado já existe. Ou você acha que todas as armas em mãos de bandidos no Brasil são legalizadas? Ao contrário, a maioria é clandestina, roubada ou contrabandeada. Mas, se o preço aumentar, como é provável, deve diminuir a disponibilidade. Essa medida isoladamente vai ter um efeito pequeno, talvez a redução de 5% ao ano no número de mortes. Isso, projetado sobre quase 40.000 pessoas assassinadas, estará poupando 2.000 vidas. Acho que esse número sozinho já vale à pena”.*²⁹⁰

Os críticos da proibição falam como se tivéssemos um grande número de armas legalmente registradas e uma pequena quantidade de armas em situação ilegal. É justo o contrário, como demonstra a pesquisa *Brasil: as Armas e as Vítimas*. O mercado clandestino é de mais de 8 milhões de armas. As armas legalizadas em mãos de cidadãos de bem não ultrapassam ¼ das armas em circulação. Vemos assim que a fórmula eficiente de controle não é ampliar o mercado legal, que é pequeno mas alimenta de armas o tráfico clandestino; é reduzi-lo, para que afete negativamente o tráfico ilícito, o que sucederá caso vença a sua proibição no referendo.

“Proibição levará à ilegalidade, como na Lei Seca” ?

Sempre que se fala em proibição, desencava-se o argumento do fracasso da Lei Seca nos EUA: a proibição levaria ao fortalecimento do mercado clandestino, e por consequência da corrupção e da violência, e faria com que os homens de bem se abastecessem de armas no mercado paralelo. Como já vimos, a restrição está aumentando o preço das armas clandestinas. Além do mais, a repressão aos bandidos se torna mais fácil: quem tem arma sem autorização é bandido, ou alguém que desafia a lei.

A diferença entre proibição de armas e proibição de bebidas alcoólicas está na adesão da sociedade à medida. Nos EUA, a legislação de proibição de álcool (18ª e 21ª Emendas), que vigorou entre 1919 e 1933, contrariou grande parte da opinião pública. Por isso, sua rigidez inicial foi logo atenuada por leis mais flexíveis na maioria dos Estados. A proibição do porte de armas no Brasil, pelo Estatuto do Desarmamento, contou com 78% de apoio dos brasileiros²⁹¹ e foi democraticamente votada pelo Congresso. O referendo vai ser o processo de escolha mais participativos que o país já vivenciou, com votação do Congresso seguida de consulta popular direta, antecedida por um grande debate. Sua decisão contará com forte respaldo popular.

Consideremos, a título de exemplo, que há vários produtos proibidos em nosso comércio, como lança-perfume, amianto e balões, ou de venda ou uso controlado, como determinados agrotóxicos e remédios, explosivos e cola de sapateiro. Apesar disso, persiste um pequeno mercado paralelo que os comercializam, e que é pequeno porque a população e as autoridades responsáveis por sua fiscalização estão de acordo com a conveniência de seu banimento ou controle. Daí a importância de um referendo, quando a população terá a oportunidade de se informar e discutir a necessidade ou não da abolição da venda de armas e munições para civis. Este processo de conscientização é fundamental para fazer com que o Estatuto do Desarmamento seja implementado e não se torne mais uma lei que não pega.

22. Estatuto do Desarmamento

A nova lei de controle de armas e munições, denominada Estatuto do Desarmamento, está fazendo sucesso no exterior, provocando uma rediscussão das leis existentes em vários países, exatamente porque é inovadora e abrangente. Ela estabelece medidas para combater o tráfico ilegal de armas e controlar o comércio legal. Uma leitura atenta do Estatuto (ver em *Anexos*) será suficiente para demonstrar que seu principal objetivo é desarmar os criminosos. A nova lei aperfeiçoa um banco de dados nacional sobre armas e munições (SINARM), para que forneça informações "on line" que possibilitem o seu rastreamento e a repressão ao armamento ilegal; obriga a marcação das armas e das munições, de forma a poderem ser rastreadas e assim desarticuladas as quadrilhas que abastecem o crime com esses produtos; tipifica, pela primeira vez na América do Sul, o tráfico de armas de fogo, antes igualado ao contrabando de qualquer produto inofensivo, elevando-se as penas, que podem chegar a 12 anos de prisão, no caso do contrabando de armas militares ou de uso restrito. Aqueles que se manifestam contra o Estatuto só porque defendem o uso de armas por civis, deveriam fazer essa distinção, e não lutar pela extinção de uma lei que representa um grande avanço no combate ao tráfico ilegal de armas e munições. Atacar o Estatuto como um todo, na prática, é colaborar para que as armas e munições continuem fluindo com facilidade para as mãos do crime organizado e para que a maioria dos crimes com arma de fogo continue a não ser investigada.

Breve histórico

A legislação anterior de controle de armas, Lei 9.437 de 1977, era demasiadamente frouxa e omissa para que pudesse impedir a contínua disseminação de armas e munições no Brasil. Assim, em 1999, o Viva Rio, em sintonia com o então ministro da Justiça Renan Calheiros e alguns parlamentares, começou uma campanha por sua reforma. O ministro Calheiros enviou para o Congresso o projeto de lei 1.073/99, que viria a ser o documento básico para o futuro Estatuto do Desarmamento, mas que foi bloqueado. No Congresso, vários projetos de mudança eram engavetados por influência do poderoso lobby da indústria de armas e munições. Com o novo governo, aumentou a chance de reforma. Em julho de 2003, formou-se uma Comissão Mista de senadores e deputados, presidida pelo senador Tasso Jereissati, tendo como relator o deputado Luiz Eduardo Greenhalgh, que incorporou propostas contidas em cerca de 70 outros projetos existentes, tomando como base o projeto original do senador Renan Calheiros. Por sugestão do ex-presidente, e então presidente do Senado, José Sarney, o projeto de lei foi denominado Estatuto do Desarmamento, pois apontava para o desarmamento da sociedade como um todo, principalmente dos bandidos. A proposta foi à votação do Congresso.

O poder do lobby das armas

Durante todo o processo legislativo, pudemos sentir a fortíssima influência do poder econômico no Congresso, atropelando a ética e as próprias leis do país. Os lobistas se faziam acompanhar de “técnicos”, que procuravam convencer os parlamentares da inviabilidade de vários artigos do projeto do Estatuto. Mas o tiro saiu pela culatra porque, bem informados por parte das ongs especializadas em controle de armas, deputados e senadores perceberam as manipulações de que eram vítimas e votaram de acordo com as informações técnicas corretas.

Marcação de munição

A fraude mais flagrante aconteceu no processo final de votação, quando representantes da CBC, maior fabricante de munições, apresentou aos parlamentares parecer “técnico” para demonstrar a inviabilidade de se proceder à marcação dos cartuchos, ou cápsulas, das munições. Essa medida, adotada por poucos países e considerada pela ONU um grande avanço da lei brasileira, permitirá que a munição usada pelos bandidos, mesmo os cartuchos que ficam no chão após os enfrentamentos com a polícia, seja rastreada para que se revele de que delegacia, loja, quartel ou fábrica foi desviada para a bandidagem. Uma simples marcação no “culote” (base) do cartucho, com número de lote, possibilitaria que a investigação se fizesse rapidamente. Mas os “técnicos” da CBC negavam essa possibilidade, *“por falta de espaço para se gravar tanta informação e pelo custo proibitivo”*. Pois o Viva Rio obteve e apresentou aos parlamentares, e o jornalista Elio Gaspari divulgou a foto em sua página dominical, 5 cápsulas, fabricadas pela própria CBC, em 1950 e 1952, que tinham marcadas em seus culotes mais informação do que as exigidas no projeto. Na foto que se segue, pode-se identificar os seguintes dados, sendo que as referências ao tipo de arma são hoje em dia desnecessárias: *CBC (fabricante), 45 ACP (calibre 45 para Automatic Colt Pistol), M1 (para revólver), M2 (para pistola), M3 (para metralhadora e sub-metralhadora), 50 e 52 (anos de fabricação), MG (comprador: Ministério do Exército) e MA (comprador: Ministério da Aeronáutica)*.

[foto excluída]

Ao desmascarmos a fraude, os parlamentares se deram conta do profissionalismo e seriedade das ongs e da absoluta falta de ética do lobby. Não apenas por faltar a verdade, mas por tentar impedir a adoção de medida contra o fornecimento de munição ao crime organizado. Políticos que, durante os debates, acusavam o Viva Rio de “estar a serviço dos bandidos”, certamente erraram de alvo. Ao final, indignados com a tentativa de manipulação por parte dos lobistas, os parlamentares aprovaram a marcação das munições. Não de todas, como defendíamos nós, mas pelo menos das vendidas para as Forças Armadas e de segurança pública. Desde 01.01.05, por determinação da Portaria do ministério da Defesa N° 16-D, de 28.12.04, as fábricas receberam ordens de começar a marcação de munição de alguns calibres, devendo os restantes serem marcadas a partir de 01.07.05.

Na chacina de 29 pessoas em Queimados e Nova Iguaçu, em 31.03.05, a perícia levou vários dias para comprovar se as cápsulas dos cartuchos deixados nas ruas pelos assassinos tinham

partido das armas de policiais. Estivessem esses cartuchos marcados com número de lote, no mesmo dia se saberia de que quartel da polícia tinham sido desviados.

O poder da opinião pública

As pressões e artimanhas do lobby se intensificaram, e logo percebemos que sua influência acabaria por introduzir modificações que desvirtuariam totalmente o projeto, tornando-o inócuo como a lei antiga. Acabariamos igual ao personagem de *O Velho e o Mar*, romance de Hemingway: apesar da luta do pescador para proteger o grande peixe que pescara dos sucessivos ataques dos tubarões, só chegaria à praia com o seu esqueleto. Contrários aos métodos utilizados pelo lobby, que nos recusávamos a imitar, só nos restava mobilizar a opinião pública, para que a pressão dos eleitores se contrapusesse ao poder do dinheiro.

Esforçamo-nos para levar à população as informações restritas aos centros de pesquisa. Tínhamos certeza de que, se o povo contasse, além da experiência sofrida, com estatísticas e explicações de porque a insegurança se instalou nas nossas vidas, ele se conscientizaria da importância do controle das armas. Os mais renomados especialistas no estudo da violência, e no impacto das armas, na segurança e na saúde públicas, divulgaram um manifesto (ver em *Anexo*). Era a palavra dos que entendiam do assunto. Iniciou-se a temporada de grandes e históricas marchas populares a favor da aprovação do Estatuto. No Rio, em 14.09.2003, debaixo de chuva e frio, 50.000 pessoas marcharam em Copacabana, sob o lema *Brasil sem Armas*.

[fotos excluídas]

Os diferentes setores da sociedade compareceram, como artistas, estudantes, policiais, sindicatos, empresários, igrejas, idosos, vítimas de armas de fogo, profissionais de saúde, políticos, associações de favelas, de mulheres, de terceira idade, de negros e gays e até a comunidade chinesa, chocada com o assassinato de um comerciante chinês. Enormes marchas se sucederam em Recife, Brasília, Maceió e Aracaju. Atos públicos foram realizados em Curitiba e São Paulo. Nesta última, o Instituto Sou da Paz acendeu 9.969 velas na Praça da Sé, simbolizando a estimativa de mortes por arma de fogo ocorridas desde o dia em que o projeto de lei do Estatuto foi enviado à Câmara Federal e aquela data, 24.10.2003.

[foto excluída]

Após muita informação veiculada pela mídia, mobilização das marchas e manifestações populares de apoio, pesquisa de opinião do Instituto Sensus constatou que 78% da população desejavam a proibição do porte de armas e 63,6% a proibição de sua posse. O clima no Congresso mudou. Até aí, havia prevalecido a influência do lobby, distribuindo dinheiro e cobrindo certos políticos e outras autoridades de "mimos", que seriam considerados crimes se tivéssemos uma lei que regulamentasse a ação dos lobistas. O Congresso passou, então, a ouvir também a voz das ruas. A participação popular, divulgada pelos meios de comunicação, virou a balança a favor das maiorias.

Sensíveis à vontade do eleitorado, mais e mais parlamentares que nos evitavam começaram a se interessar pelos dados técnicos sobre controle de armas e pelos impressionantes efeitos de

sua proliferação na vitimização de milhares de brasileiros, revelados por estatísticas até então ignoradas. Criou-se o clima favorável a um entendimento entre todos os partidos, que em 09.09.2003 possibilitou o consenso das lideranças partidárias e a aprovação do Estatuto do Desarmamento. Promulgado em 23 de dezembro de 2003, foi oferecido ao país pelo presidente Lula “como um presente de Natal”.

A nova lei seria regulamentada através do Decreto-Lei 5.123, de 01.07.2004, por meio de um processo participativo, em que a Comissão de Regulamentação, criada pelos ministérios da Justiça e da Defesa, ouviu a sociedade através da Internet e de audiência pública.

A aprovação do Estatuto foi essencial, mas é só o começo. Para haver um efetivo controle de armas e munições, ele tem que ser integralmente aplicado. Na América Latina, costuma-se dizer com certo conformismo que existe um abismo entre “o país legal e o país real”. Isto acontece quando se aprova lei que não corresponde às necessidades da sociedade, ou contraria fortes interesses, ou bate de frente contra preconceitos. O Estatuto enfrenta estes dois últimos fatores como obstáculos. O que significa que será uma “lei que pega” se houver mobilização e cobrança da sociedade.

23. Campanha de Entrega Voluntária de Armas

Campanhas de Entrega Voluntária de Armas já foram realizadas em cerca de 30 países. O continente americano é o que promoveu maior número, em 12 países, seguido pela África, em 7, Europa, em 6, e Ásia e Oceania, em 5.

A entrega voluntária de armas foi introduzida no Estatuto do Desarmamento por se ter avaliado os seus benefícios em outros países. Ela está prevista nos art. 24 e 25 da nova lei (ver em *Anexos*). Como tardou para ser regulamentada, dois governos a iniciaram logo após a aprovação do Estatuto. Pernambuco fez intensa campanha de conscientização, sob o lema “**Arma não dá poder, arma dá cadeia**”, e o Paraná, com o slogan “**Menos armas, mais vidas**”. Neste último Estado, desenvolveu-se uma campanha completa, com indenização não só aos civis, mas também aos policiais que entregassem armas apreendidas na ilegalidade. O segundo traço de originalidade dos paranaenses foi a adesão de rádios do interior, que abriram postos de recolhimento civil de armas; com a publicidade gratuita feita em seus programas, em cidades como Londrina e Maringá as rádios bateram recordes de recebimento de armas. A campanha do Paraná foi um sucesso, havendo recolhido cerca de 13.000 armas de civis, e recebido 7.000 armas apreendidas pela polícia, num total de aproximadamente 20.000 armas, antes mesmo de iniciada a campanha federal. Ela também serviu de experiência em território brasileiro, para orientar a campanha nacional, pois com exceção de limitada ação desenvolvida localmente pelo Viva Rio em 1999, só conhecíamos campanhas de vulto realizadas em outros países. O governador do Paraná, Roberto Requião, tem seguido a recomendação da ONU, promovendo a destruição das armas entregues em cerimônias públicas, com a colaboração do Exército.

A Campanha de Entrega Voluntária de Armas (CEVA), liderada pelo ministério da Justiça, e apoiada por ongs, Igrejas e outras entidades da sociedade civil, teve início em julho de 2004.

Prevista para acabar em dezembro daquele ano, devido ao seu êxito em receber 3 vezes mais armas do que o previsto, foi prorrogada por mais 6 meses, até junho de 2005. Embora considerada um êxito, enfrentou diversas dificuldades, como o demorado processo de sua organização no interior dos Estados, a lentidão da incorporação das polícias estaduais e prefeituras e vários outros obstáculos que veremos a seguir. Apesar disso, e por isso mesmo, deveríamos seguir o exemplo de países como a Grã-Bretanha e a África do Sul, entre outros, que todos os anos promovem campanhas de desarmamento, para torná-los “livres de armas”, como diz o lema de suas campanhas: *Gun Free Country*.

Armas entregues

O total de armas entregues no Brasil foi, até o momento, de **393.505 armas**, considerando-se também as armas da campanha do Paraná e das igrejas. Abaixo, tabelas mostram o número de armas entregues em cada Estado e respectiva população, a partir do total de 380.505 armas recolhidas. São números absolutos e números relativos, utilizando-se o padrão internacional de armas por 100 mil habitantes. Em termos absolutos, os Estados que mais recolheram armas foram São Paulo (112.005) e Rio de Janeiro (36.675). Não por acaso, São Paulo e Rio de Janeiro foram os Estados em que a sociedade civil, e as prefeituras do interior, mais participaram do recolhimento de armas. Em números relativos, em proporção a 100 mil habitantes, Sergipe aparece como campeã (691,5), seguida de Brasília (319,7). Estes números são de 14.07.05, quando a Campanha ainda não havia terminado, conforme as tabelas que se seguem.

[cartaz excluído]

Resultados da Campanha Brasil sem Armas - 2005 - Levantamento realizado pelo Viva Rio

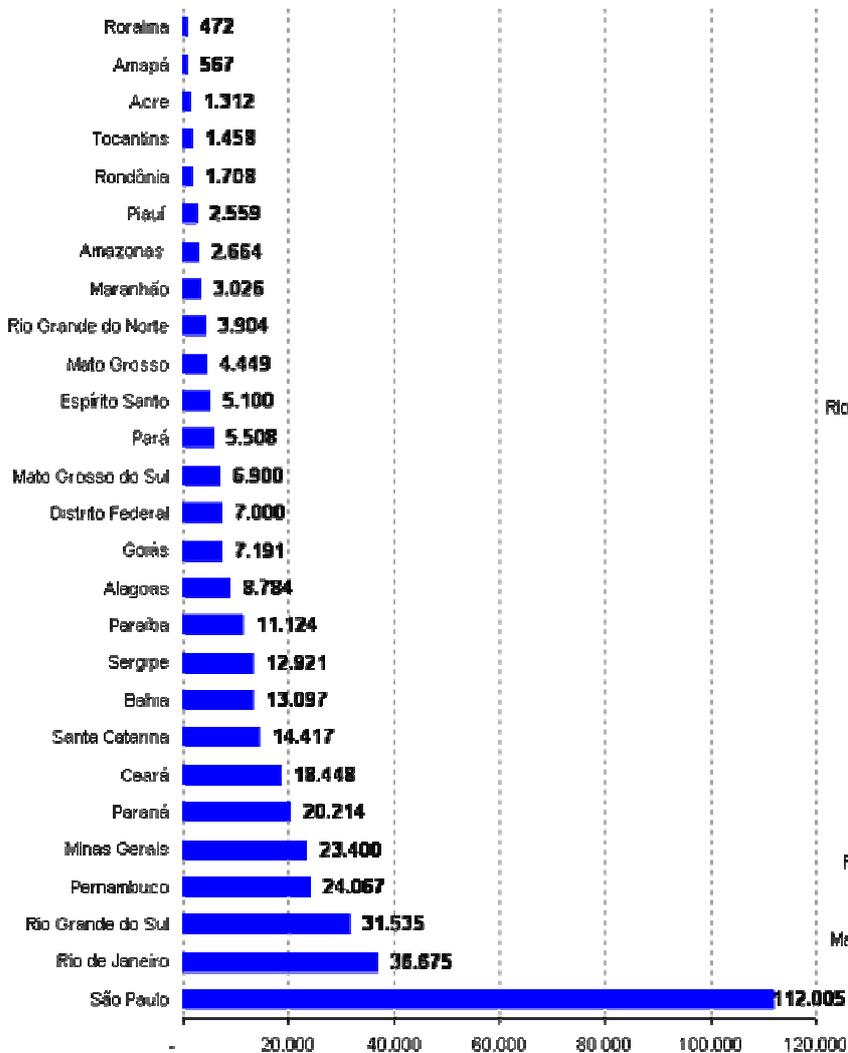
Unidade da Federação	População 2003 (UF)	Nº de armas entregues	Armas por 100.000 hab.	Mortes PAF (2002)	Taxa PAF por 100.000 hab. (2002)	Taxa hom PAF (UF)	Taxa suic PAF (UF)
Acre	601.882	1.312	218,0	76	13,6	7,0	0,9
Alagoas	2.944.620	8.784	298,3	725	11,1	17,1	0,4
Amapá	537.028	567	105,6	69	7,8	6,9	0,2
Amazonas	3.038.410	2.664	87,7	202	11,9	8,8	0,3
Bahia	13.513.109	13.097	96,9	1.270	28,8	5,9	0,2
Ceará	7.780.037	18.448	237,1	809	17,6	8,8	0,3
Distrito Federal	2.189.789	7.000	319,7	569	8,8	24,4	1,3
Espírito Santo	3.236.760	5.100	157,6	1.238	25,7	32,4	0,4
Goiás	5.287.996	7.191	136,0	927	9,7	14,1	1,6
Maranhão	5.911.784	3.026	51,2	272	10,9	2,5	0,2
Mato Grosso	2.645.707	4.449	168,2	459	4,8	27,6	1,6
Mato Grosso do Sul	2.182.123	6.900	316,2	638	13,0	21,6	2,1
Minas Gerais	18.514.902	23.400	126,4	2.179	47,0	7,9	0,6
Pará	6.548.921	5.508	86,5	737	5,5	7,4	0,3
Paraíba	3.550.158	11.124	313,3	449	7,9	10,8	0,1
Paraná	9.956.445	20.214	203,0	1.632	23,2	11,4	1,3
Pernambuco	8.152.647	24.067	295,2	3.721	40,0	45,6	0,7
Piauí	2.943.058	2.559	87,0	157	12,2	3,4	0,3
Rio de Janeiro	14.815.809	36.675	247,5	6.810	47,3	42,6	0,5
Rio Grande do Norte	2.892.746	3.904	135,0	220	26,3	5,3	0,4
Rio Grande do Sul	10.488.523	31.535	300,7	1.672	17,1	12,3	3,0
Rondônia	1.456.955	1.708	117,2	398	16,4	20,1	0,9
Roraima	357.358	472	132,1	57	7,5	14,5	0,6
Santa Catarina	5.658.020	14.417	254,8	402	27,7	4,1	1,4
São Paulo	38.454.922	112.005	291,3	9.732	18,5	26,0	0,6
Sergipe	1.868.535	12.921	691,5	414	18,3	15,6	0,6
Tocantins	1.289.703	1.458	113,0	102	30,7	8,3	0,8
TOTAL	176.817.945	380.505	215,2	35.936	21,2		

Fonte: Polícia Federal, IBGE, DATASUS, Elaboração ISER

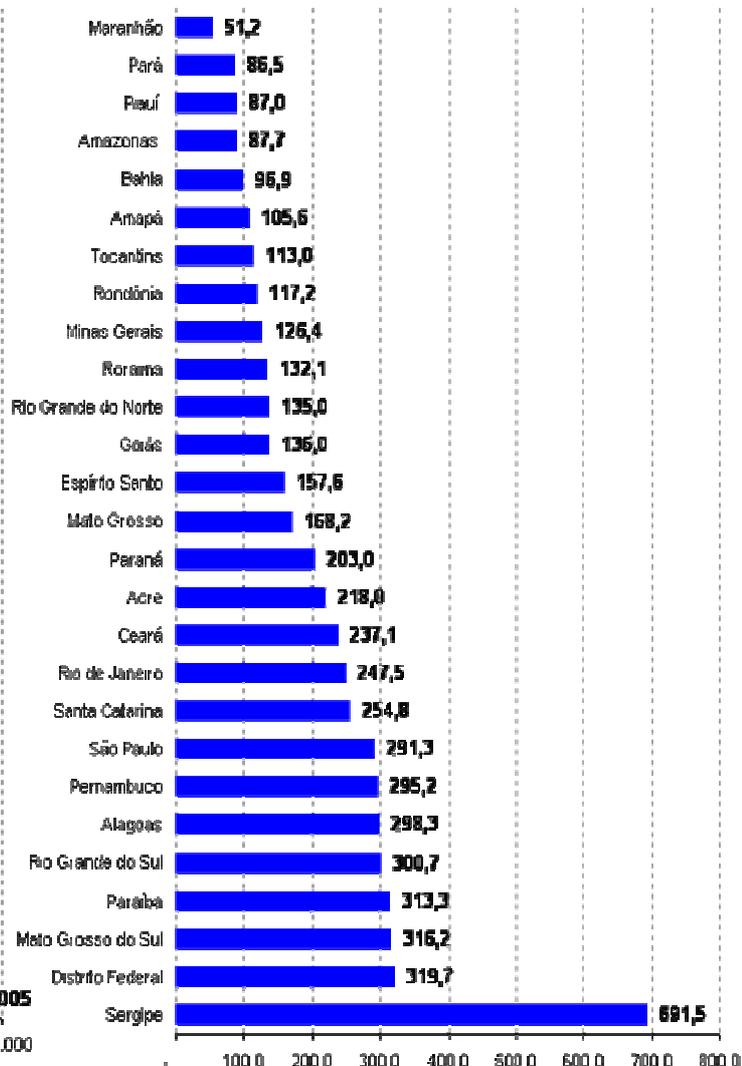
- 1 - Não estão contabilizadas as 13 mil armas recolhidas no Paraná entre dez/03 e jun/04
- 2 - No RJ, o DFAE tem 551.141 armas registradas entre 1951-2001
- 3 - O RJ, inclui as 3.023 armas entregues à Polícia Civil do RJ e ainda não repassadas à Polícia Federal
- 4 - Até o dia 21/9 na infomação do Pará constava 2.055 armas
- 5 - Em 5-11 SP recebeu em torno de 20000 armas que foram distribuídas em todo período.

- 1- Classificação por nº absoluto de armas entregues (Fonte de ambas classificações: ISER)
- 2- Classificação por nº de armas entregues por 100.000 habitantes

1



2



Características das armas entregues

O pesquisador Pablo Dreyfus, analisando 5.091 armas entregues por 3.070 pessoas nos postos do Viva Rio e entidades parceiras até junho, estabeleceu suas características:

- 90% das armas estavam em condições de atirar;
- 84% eram de cano curto e 14% de cano longo;
- 60% eram revólveres e 13% pistolas;
- 52% eram das marcas brasileiras Taurus e Rossi;
- 91% de calibre de uso permitido para civis e 4% de uso restrito (as demais não identificadas);
- 91% sem registro (ilegais) e 9% com registro;
- Foram entregues 5 granadas (3 de morteiro), 4 metralhadoras (duas .30, anti-aéreas), 3 submetralhadoras e 77 fuzis de guerra.

Quem entregou arma, e por que?

O Viva Rio/ISER aplicou um questionário, voluntário, àqueles que entregaram armas em sua sede, em seu trailer itinerante, e nos demais postos do Estado abertos em parceria com igrejas, TV ROC (Rocinha), Assembléia Legislativa, OAB, Associação dos Motociclistas Prefeituras etc. Foram mais de 7.672 armas. O mesmo questionário também foi aplicado pelo Instituto Sou da Paz em diferentes postos de São Paulo. A partir desta enquete, podemos traçar o perfil de quem está entregando armas e de suas razões : 60% homens, 77% com mais de 40 anos, 79% com mais de 11 anos de estudo, 67% com salário superior a R\$ 1.301 (essas percentagens e as seguintes não se somam porque era possível dar mais de uma resposta). A maioria (71%) disse que entregou a arma "para evitar que caia em mãos erradas", 45% "por medo de acidente", 32% "por medo de uma tragédia em caso de assalto", apenas 18% "por causa da indenização" e só 16% "para não ser punido pela nova lei".

As respostas a "por que está entregando a arma", demonstram o nível alto de consciência sobre o risco representado por uma arma em casa. Apesar da legitimidade em se exigir indenização, é interessante notar que o interesse maior em receber recompensa foi apenas a quarta motivação das pessoas. No entanto, a baixa participação de jovens e pobres abre um leque de hipóteses que desafiam uma explicação. Logo eles, as maiores vítimas e os mais frequentes autores de homicídios com arma. No futuro, é importante que o questionário seja aplicado em todo o país, para que se possa conhecer o perfil dos que entregam armas a nível nacional e aperfeiçoar futuras campanhas.

Mutirão das Igrejas pelo Desarmamento

Por ocasião do lançamento da *Frente Brasil sem Armas*, o pastor Ervino Schimidt, secretário-geral do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs, tornou pública a intenção do CONIC de entrar com força na campanha do desarmamento e pelo referendo. Iniciada em 21 de maio, o *Mutirão das Igrejas pelo Desarmamento* foi iniciativa deste Conselho de Igrejas e da CNBB, com apoio técnico do Viva Rio. Por 4 sábados, as igrejas abriram seus templos para receber armas da população. Na ocasião, o secretário-geral da CNBB, Dom Odilo Scherer, declarou: " *É muito importante a participação da igreja católica e de outras religiões na Campanha do Desarmamento porque ela favorece a cultura da paz. A violência é contra Deus e todas as pessoas deveriam se esforçar na construção de um país pacífico. Por isso, estamos empenhados em colaborar com este movimento*". O caráter ecumênico do movimento, reunindo cristãos de diferentes igrejas, foi consolidado com a participação na campanha do Conselho Latino Americano de Igrejas (CLAI), da Frente Evangélica pelo Desarmamento e da Iniciativa das Religiões Unidas (URI).

Este Guia foi concluído logo após o terceiro sábado da campanha, quando o resultado da entrega superou as expectativas. Nesses sábados foram entregues mais cerca de 4.500 armas, em cerca de 450 catedrais e igrejas, de 22 Estados e 102 cidades. Além dessas, cerca de 500 igrejas não puderam receber armas por não reunirem as condições necessárias em tempo, o que demonstrou a necessidade da prorrogação da campanha. Para o pastor Carlos Bonfá, da ong Visão Mundial, a participação da sociedade é essencial: " *As igrejas têm muita aceitabilidade e conseguem chegar onde o poder público não vai*". Os Estados que mais entregaram armas foram Rio de Janeiro (219 armas), Paraná (197), Mato Grosso do Sul (122) e Maranhão (84).

Em São Bernardo do Campo, no ABC paulista, foi realizada a *Caminhada pela Paz e o Desarmamento*, promovida pela Igreja Metodista e outras denominações cristãs. Para José Pontes, desta igreja, "é preciso conscientizar a sociedade sobre a violência e a necessidade do desarmamento para combatê-la". Na Paraíba, o padre Luís Weel, do CONIC, distribuiu bíblias para as pessoas que entregaram suas armas. Em Niterói, além das igrejas, a Guarda Municipal entregou e marretou suas armas, pois a prefeitura considera que o seu trabalho será mais aceito pela sociedade se agir com firmeza e civilidade e não com violência. Une-se assim à prefeitura do município do Rio de Janeiro, que trabalha desarmada.

Resultados

Como já enfatizamos, o principal objetivo deste tipo de campanha é diminuir o número de armas em circulação, convencendo os cidadãos do risco que elas representam como causadoras de acidentes, suicídios, homicídios inter-familiares e entre conhecidos. Não temos ainda a avaliação do impacto da Campanha nestes tipos de mortes, porque tais pesquisas são demoradas devido à lentidão da produção de estatísticas em nosso país. Mas autoridades de segurança pública e do ministério da Saúde têm antecipado resultados, alguns surpreendentes:

De acordo com a Secretaria de Vigilância em Saúde, "houve uma queda de 10,5% no número de internações hospitalares causadas por ferimentos de arma de fogo no Estado do Rio, e de 7% no Estado de São Paulo. Foram comparados os períodos jan/julho 2004, anterior à Campanha de Desarmamento, e set/fev último, em plena Campanha". O secretário do órgão, Jarbas Barbosa, afirmou que "uma estimativa conservadora indica que podemos ter economizado R\$ 1,6 milhão, só nesses dois Estados, durante esse curto período".²⁹²

Levantamento do Ministério da Saúde, em maio de 2005, constatou: "Comparando a mortalidade proporcional por arma de fogo nos dois semestres de 2004 para três estados - Rio de Janeiro, Pernambuco e Espírito Santo -, vemos que em Pernambuco e Rio houve queda da mortalidade por arma de fogo comparando-se o primeiro semestre de 2004 com o segundo semestre (Rio caiu de 5% para 4,5%; Pernambuco caiu de 6% para 5%) e no Espírito Santo observa-se um aumento da mortalidade proporcional (subiu de 5,7% para 7,6%). Rio e Pernambuco tiveram um alto índice de recolhimento de armas, enquanto que o Espírito Santo teve um baixo índice. Foram recolhidas no Rio 193,2 armas por 100 mil habitantes e em Pernambuco 192,2. No espírito Santo o índice foi de 85,9 por 100 mil".

No Paraná, segundo Luiz Fernando Delazari, secretário da Segurança do Estado, na Grande Curitiba, os homicídios dolosos com arma de fogo caíram 12,5% em 2004, em relação a 2003 ; em Ponta Grossa, os ferimentos com arma de fogo foram reduzidos em 19,3%; em Londrina, caíram em 30%, os roubos 16% e os arrombamentos em 18%.²⁹³ Para o governador do Estado, "cada centavo dos R\$ 2 milhões que investimos na Campanha valeu a pena. Estamos salvando vidas e economizando no tratamento de baleados nos hospitais". Em São Paulo, capital, os homicídios por arma de fogo caíram 22%, enquanto no Estado de São Paulo, 18% no período. Mesmo tomando-se em conta que nos últimos anos esses crimes já vinham se reduzindo, ao desconsiderar-se essa tendência, a taxa de queda não seria inferior a 5%, o que pode ter significado menos 600 mortes.²⁹⁴

Em outros países não foi diferente. Na Argentina, o uso de armas de fogo em homicídios registrados em Mendoza, em 2002, após a campanha, foi reduzido em 18%. Antes, essas

ocorrências eram responsáveis por 80% dos homicídios, que em 2002 baixaram para 62% dos casos.²⁹⁵ Na Austrália, como vimos em *Austrália: o maior desarmamento*, durante 10 anos (1988 – 1998), a taxa de homicídios e de suicídios por arma de fogo diminuiu pela metade; entre 1996 e 2001, o total de mortes por essas armas caiu em 36%.

O desarmamento civil acaba tendo efeitos colaterais sobre a criminalidade, secando uma das suas fontes de armas, que são aquelas roubadas das residências assaltadas e dos que andam armados. Menos armas nas ruas e nas residências significa menos tiroteios, menos desentendimentos banais sendo resolvidos a tiro, menos balas perdidas, menos roubo de armas por delinqüentes. De acordo com Fernando Segovia, diretor do SINARM, *“em 2003 foram furtadas 40 mil armas das residências de cidadãos comuns, número que caiu para 15 mil em 2004. As armas extraviadas, isto é, perdidas ou desviadas, tiveram seu número reduzido de 16 mil para 1.500 armas”*. Além disso, o Estatuto começa a ser aplicado, com a detenção de criminosos nas ruas por porte de arma. A proibição do porte fez com que diminuísse muito o número de pessoas que andam armadas. No Estado de São Paulo, a apreensão de armas pela polícia caiu em 24%, se comparados os 3 primeiros trimestres de 2003 e 2004 ²⁹⁶, o que demonstra que menos armas estão circulando pelas ruas.

No entanto, há que se ter cuidado ao se analisar dados a curto prazo de queda de crimes cometidos com armas no Brasil. *“Se essas reduções se devem apenas ao desarmamento, ou se nela influíram outros fatores, só pesquisas demoradas dirão. O nosso rigor não nos permite ir além dessa constatação otimista.”*²⁹⁷ Além do mais, como assinalado várias vezes nesse Guia, o objetivo da Campanha de Desarmamento é atenuar a violência que não deriva diretamente do crime organizado, mas aquela cometida entre quatro paredes, entre conhecidos, os suicídios, acidentes e os homicídios por motivação fútil. Não se deve cobrar da Campanha a diminuição dos índices de criminalidade. Estes cederão apenas por meio do combate direto das forças policiais, aplicando as determinações do Estatuto do Desarmamento. Comentando no início de 2005 os planos da Polícia Federal para o ano, seu Diretor Geral, Paulo Lacerda, disse claramente: *“Vamos usar nossos serviços de inteligência para reprimir o tráfico de armas ilícitas. Apreendemos 24 mil armas de bandidos e o desarmamento tirou 200 mil armas de pessoas de bem. Os bandidos não vão entregar suas armas. Elas têm que ser tomadas”*.

Uma prova de que a campanha está afetando as quadrilhas e dificultando a sua vida, é o surgimento de uma nova modalidade de roubo de armas: *“O sucesso da Campanha de Desarmamento – que neste ano já recolheu 1.702 armas no Rio Grande do Sul – estaria criando uma nova tendência de crime: o ataque a empresas especializadas no transporte de armamento. A suspeita é da Polícia Civil, que registrou, em apenas 3 ações em 2005, o furto ou o roubo de 283 armas e de centenas de munições de empresas em Caxias do Sul e em Porto Alegre. Para o titular da Delegacia de Roubo de Cargas e Defraudações, Guilherme Pacífico, a redução de arsenal no mercado devido ao Estatuto do Desarmamento e o reforço da fiscalização nas fronteiras do país estariam obrigando criminosos a roubarem carregamentos para abastecer suas quadrilhas”*.²⁹⁸

Enfatizemos o visto em “Perfil das armas entregues” no Viva Rio e demais entidades parceiras no Estado do Rio (e os dados obtidos em São Paulo são semelhantes): apenas 9% delas tinham registro e as demais estavam em situação ilegal: os que as entregaram comprovaram que tinham registro ou “não sabiam” se tinham. Importantíssimo frisar que 90% das armas entregues funcionavam, isto é, podiam atirar.

24. Destruição de armas

Este relato sobre desvios de armas fala por si só, ao considerarmos a razão de sua destruição: *“Uma submetralhadora Halcon, de número 55.373, e uma pistola Steyr, de número 40.335, são armas de fabricação estrangeira, mas são conhecidas pela polícia de São Paulo como se fossem de casa. A argentina Halcon, que dispara 700 tiros por minuto, anda no crime desde 1996. Essa mesma arma já foi usada em dois assaltos, causou a morte de duas pessoas e deixou outras cinco gravemente feridas. A austríaca Steyr, pistola de calibre 7.65, passeia pela criminalidade há mais tempo, dez anos, mas seu currículo é menos sangrento. Juntas, as duas armas já foram apreendidas pela polícia sete vezes. Repita-se: sete vezes. Pela lei, deveriam ter sido confiscadas na primeira apreensão, guardadas pela Justiça durante a instrução do processo criminal e, depois de periciadas, devidamente destruídas. Em vez disso, num macabro bumerangue, elas se livram do cerco da Justiça e voltam à praça para cometer crimes. (...) Ambas armas são um símbolo da inépcia do Estado em garantir a segurança dos cidadãos”.*²⁹⁹

Destruições públicas

Uma das preocupações da ONU é incentivar os governos a destruir os excedentes de armas, para evitar que acabem desviadas para o mercado ilegal. O Estatuto do Desarmamento, em seu art. 25, determina que o Exército destrua todas as armas recebidas ou apreendidas. Para comemorar a primeira Conferência das Nações Unidas sobre Tráfico Ilícito de Armas, em 2001, a ONU fez um apelo para que os governos promovessem tais destruições. O governo do Estado do Rio, com o apoio do Viva Rio e do Exército Brasileiro, promoveu então, em 24 de junho daquele ano, a maior destruição simultânea de armas pequenas já realizada no mundo, esmagando 100 mil armas no Aterro do Flamengo. Foi uma festa cívica, que atraiu 20.000 pessoas, entre dezenas de entidades e escolas para celebrarem a paz. O evento teve repercussão mundial. Na ONU, o seu coordenador da área de desarmamento, o embaixador holandês Arend Meerburg, considerou o ato “exemplar, pelo seu caráter público e pedagógico”, já que normalmente tais destruições se fazem nos quartéis, sem que a população tome conhecimento. Nos atos públicos, as armas são danificadas, para serem fundidas posteriormente no forno de siderúrgicas.

[fotos excluídas]

Em 1999, o governo do Estado do Rio, em parceria com o Viva Rio e o Exército, já havia promovido a primeira destruição pública de armas feita no Rio, no estádio do Maracanã, quando uma multidão de 50.000 evangélicos assistiu à destruição de 2.000 armas com marretas, em meio a cânticos religiosos, numa cerimônia belíssima e de enorme carga emocional. Em 2002, destruiu-se mais 10.000 armas, e em 2003, foram 4.158, parcialmente queimadas em uma fogueira, a “Chama da Paz”. Durante a Campanha de Entrega de Armas, o governo do Paraná tem promovido sucessivas destruições públicas do armamento recolhido, e também o governo de Brasília. Pena que existam resistências em outros governos a esse tipo de ato público, que gera o debate e a conscientização sobre o tema da arma e da violência.

[fotos excluídas]

“Destruição ou reaproveitamento?”

“Os críticos da destruição de armas ora dizem que *“as armas entregues na Campanha de Desarmamento são na maioria ferro-velho”*, ora, contraditoriamente, afirmam que *“o governo está jogando dinheiro fora ao permitir que as armas entregues sejam destruídas, pois 40% delas estão em boas condições”*.

Na verdade, como já mencionamos em *Campanha de Entrega Voluntária de Armas*, pesquisa feita pelo Viva Rio constatou que 90% das mais de 5.000 armas entregues em seus postos de recolhimento estavam em condições de uso. Nas destruições públicas feitas no Rio de Janeiro, teve-se o cuidado de se separar as armas de valor histórico, que foram doadas ao Museu Conde de Linhares e ao Museu Marechal Mallet, do Exército. Esse trabalho de classificação foi feito por especialistas do Patrimônio Histórico.

Com a nova lei, que determina a destruição de todas as armas entregues ou apreendidas pela polícia, persiste uma polêmica: devem as armas históricas ser preservadas? Nós achamos que sim, pois no geral são obsoletas, ficam sob a custódia de museus e contribuem para preservar a nossa história. E quanto às armas modernas, que poderiam ser utilizadas pelas nossas polícias? São fortes os argumentos contra e a favor. Como muitas polícias estaduais ainda contam com armamento insuficiente e inferior se comparado com determinadas armas entregues ou capturadas, seria uma forma de reaparelhá-las, mesmo porque o crime organizado conta com armas cada vez mais sofisticadas. Mas o legislador achou por bem destruí-las, por considerar que experiências anteriores em Campanhas de Desarmamento, como em Moçambique, levou a grande desvio de armas recolhidas e estocadas em quartéis, que acabaram voltando para as ruas. Para o delegado Robson Rolim, da Secretaria Nacional de Segurança Pública, o governo está buscando melhorar e padronizar o armamento das polícias, facilitando o seu controle e a reposição de peças das armas; uma grande heterogeneidade nos tipos de armas dificultaria esse processo.

25. Movimento Mundial pelo Desarmamento

Na última década, governos, ongs e centros de pesquisa, além de organizações internacionais, passaram a estudar o fenômeno da violência urbana. As análises constataram que a falta de controle do comércio internacional de armas era um dos grandes propulsores desse fenômeno. As armas pequenas foram identificadas como causadoras de mais mortes do que as armas consideradas de “destruição em massa” (nucleares, químicas e biológicas), entre outras razões porque **são usadas tanto na guerra quanto na paz**. Ganhou terreno a percepção de que *“as verdadeiras armas de destruição em massa são as armas pequenas”*, apesar de todo esforço de se encobrir este problema, que afeta os cidadãos todos os dias, e de apenas se alardear o perigo representado pelos atentados terroristas, terríveis, mas ocasionais. Ficou claro que, via de regra, onde há mortes violentas, lá estão as armas pequenas, seja nos conflitos bélicos ou situações de pós-conflito, nos massacres étnicos, seja na criminalidade, nos acidentes, suicídios e assassinatos de homens contra mulheres.

Rede internacional pelo controle de armas (IANSA)

Em Haia, Holanda, reuniu-se em 1998 um grupo de ONGs, entre elas, o Viva Rio, para discutir uma ação conjunta e global pelo desarmamento. Criou-se assim a IANSA, *Rede Internacional de Ação Contra as Armas Pequenas*.³⁰⁰ Composta por uma rede de entidades autônomas de todo o mundo, suas funções são basicamente transmitir informações que favoreçam o controle

de armas pequenas e munições, como experiências bem sucedidas e pesquisas; influir para o estabelecimento de acordos e leis nacionais e internacionais com esse objetivo; e eventualmente mobilizar-se para salvar a vida de defensores do desarmamento, como sucedeu com Conmany Wesseh, ex-ministro da Educação da Libéria, que foi ferido e só não foi assassinado por pressão da rede mundial.

Se em 1996, eram apenas 10 as ongs que se dedicavam ao *micro-desarmamento*, isto é, ao controle das armas pequenas, hoje a IANSA é composta por cerca de 600 entidades, que atuam em mais de 100 países. A rede é atualmente dirigida por Rebecca Peters, advogada e jornalista que liderou o bem sucedido desarmamento na Austrália. No Brasil, o lobby das armas costuma caracterizar a IANSA como uma "rica multinacional", e denunciar a "ingerência externa" em nossos problemas. Pois a IANSA se reduz a um pequeno escritório em Londres. Sua força é moral, e reside na solidariedade de ongs de todos os continentes, nas boas relações com governos pró-controle de armas, na sua competência de bem informar e no prestígio que lhe dá a nobreza da causa do desarmamento. Quanto à "ingerência externa no Brasil", tem sido o brasileiro Viva Rio que, como membro da IANSA, levou a outros países, principalmente na América do Sul, a novidade e o incentivo da luta pelo controle das armas de fogo. A "ingerência" é nossa, e a vemos, primeiro, como solidariedade entre os povos, segundo, por uma questão prática, pois necessitamos conter o contrabando de armas e munições desses países para o crime organizado no Brasil.

Associação Nacional de Fuzis dos EUA (NRA)

Se existe ingerência externa no Brasil, esta vem da riquíssima *Associação Nacional de Fuzis* dos Estados Unidos (National Rifle Association), mentora do lobby brasileiro. Entidade que reúne produtores, comerciantes e proprietário de armas, e um dos pilares da candidatura Bush, a NRA tem orçamento anual de US\$ 200 milhões, dos quais US\$ 35 milhões são investidos em lobby e propaganda. A ANF teve um de seus diretores enviado como representante do então recém eleito presidente republicano à referida conferência da ONU. Seu procedimento foi de veto permanente às tentativas de fiscalização sobre o comércio internacional de armas, inclusive sobre a venda de armas para "atores não-governamentais", que inclui grupos que se rebelam contra governos legitimamente constituídos, e organizações terroristas, porque isto prejudicaria as operações secretas da CIA na desestabilização de governos. Dois meses depois da conferência, em 11.09.2001, um desses grupos terroristas, cujo líder fora anteriormente treinado pela CIA no Afeganistão, explodiu o World Trade Center.

Mercosul e Américas

O Viva Rio tem sido ativo no cenário internacional, porque as armas não respeitam limites legais, ultrapassando fronteiras estaduais e nacionais. Resolver o problema do armamento do crime organizado no Rio passa pelo controle de rodovias federais e das fronteiras do Brasil, pela boa vontade dos países vizinhos, pelo rastreamento das armas que chegam ao Brasil vindas do exterior etc. Daí que o Viva Rio tenha passado a atuar no MERCOSUL, para que se crie uma zona de controle de armas e de leis nacionais compatíveis entre si, igualmente rigorosas para que o contrabando não flua através de um país vizinho de legislação permissiva. Colaboramos, por exemplo, com a deputada Daisy Tourné, que apresentou ao Congresso do Uruguai projeto

de lei de controle de armas inspirado na lei brasileira. Participamos do Grupo de Controle de Armas do Conselho do Mercosul. Nossa meta é a criação de um Tratado do Mercosul que, a exemplo do *Código de Conduta Europeu*, estabeleça normas contra o contrabando e a venda descontrolada de armas na subregião. Na América Latina e Caribe, também desenvolvemos esforços para que a avançada Convenção de controle de armas da OEA³⁰¹, saia do papel e seja implementada em todo o Continente. Pois, como as armas e munições correm de um país para outro, alimentando o crime organizado, assim como não há solução individual em se tratando de segurança cidadã, tampouco há solução solitária no plano da segurança pública dos países da região. *"Ou nos salvamos todos, ou não se salva ninguém"*, foi o que dissemos na última reunião sobre controle de armas do Mercosul, realizada em Buenos Aires em 2004. Esse entendimento começa a se consolidar no Cone Sul, principalmente após a eleição de governos progressistas no Chile, Argentina e Uruguai.

Ainda dentro de suas atividades de desarmamento no Continente, o Viva Rio participa da Missão de Paz da ONU no Haiti (MINUSTAH), liderada pelo Brasil, e que visa desarmar e reconstruir aquele país devastado por crise econômica, golpe de estado e inundações.

26. O referendo popular

O Congresso Nacional demonstrou estar em sintonia com a vontade do eleitorado ao votar o Estatuto do Desarmamento. Mas deu um passo além, extremamente democrático: por considerar importante a realização de um debate público sobre o controverso tema do comércio de armas e munições, condicionou essa medida à consulta popular direta, através de um referendo. É o que estabelece o art. 35 do Estatuto (ver *Estatuto em Anexos*). O Congresso Nacional marcou essa data para o primeiro domingo de outubro, mas, com a demora em sua regulamentação, o TSE deverá marcar a sua realização para o dia 23 daquele mês, quando os eleitores brasileiros terão a oportunidade, e o dever (voto obrigatório), de decidir sobre o tema.

Plebiscito e referendo

As democracias avançadas, como os países escandinavos, Suíça e Holanda, e outras nações, como os Estados Unidos, França, Grã-Bretanha, Itália e Canadá, aperfeiçoaram a democracia representativa, onde o eleitorado escolhe seus representantes. Tornaram-na mais participativa, abrindo dois outros canais de consulta direta, sempre que se trata de decidir sobre temas que afetam diretamente o cidadão, como regime político, mudança monetária, ou opções que envolvem ética e comportamento, normalmente muito controversos. Esses mecanismos são o referendo popular e o plebiscito, ambos previstos em nossa Constituição (art. 14), mas só o segundo já realizado no Brasil. Entre nós, o primeiro plebiscito aconteceu em 1963, através do qual João Goulart restaurou o presidencialismo, revogando o parlamentarismo que pouco durou. O segundo, em 1993, quando se reafirmou o regime republicano e o sistema presidencialista, rejeitando-se a monarquia e o parlamentarismo. Entre nós, os plebiscitos procuraram aferir a opinião do eleitorado a respeito de regimes e sistemas políticos. Na Europa, têm sido aplicados para votar medidas de integração à Comunidade Européia; mas também foram realizados para decidir sobre divórcio, serviço militar obrigatório, aborto etc. Nos Estados e municípios dos EUA, o plebiscito é usual e o eleitorado é consultado sobre diferentes problemas urbanos e uma variada gama de temas. Apesar de plebiscito e referendo serem

práticas que se confundem no tempo, entre nós se consagrou que, no plebiscito, o povo decide em primeira e única instância. Já no referendo, a primeira decisão é do Congresso, que para ter validade deve ser “referendada” pelo eleitorado, que poderá acatar ou não a decisão parlamentar. Tem a vantagem de não excluir o Congresso do processo de votação, mas de dar a última palavra ao povo, por considerar-se indispensável que este tome a decisão definitiva. Nesse aspecto, é mais completo, porque combina democracia representativa e direta.

Importância da consulta popular

São várias as vantagens da realização do referendo:

1. Irá inaugurar no Brasil um dos rituais mais democráticos de consulta popular, que deveria se tornar habitual no Brasil para decisões sobre temas controversos e relevantes para a população. O aprofundamento da democracia, aproximando mais os políticos do eleitorado, só pode levar a decisões mais representativas da vontade popular;
2. Em temas polêmicos, que envolvem valores e estilos de vida, a consulta popular direta é um imperativo, e o referendo é mais adequado do que o plebiscito;
3. Uma das causas de nossos males são as leis que não saem do papel. Um grande debate sobre a nova lei de controle de armas irá conscientizar mais a população sobre o tema, e também a polícia, que muitas vezes ignora uma nova lei e mesmo se opõe à sua aplicação. Um maior conhecimento sobre o Estatuto irá gerar maior adesão e obediência às suas determinações, e maior cobrança por parte da opinião pública para que seja aplicada;
4. A abolição da venda de armas e munições, bem como os demais artigos do Estatuto, têm íntima relação com os demais problemas de segurança pública, como a necessidade de reforma da polícia, do sistema penitenciário, da legislação superada, a agilização do judiciário, o combate à impunidade etc. Dedicar um ou dois meses ao debate do desarmamento levará à discussão da segurança pública que queremos, de propostas para seus impasses, pressionando os governos para que definam, priorizem e implementem uma política que reduza os inaceitáveis índices de insegurança em que vivemos.

Quem tem medo do referendo?

Alguns políticos não queriam que o referendo se realizasse, ou defendiam seu adiamento, contrariando o que foi democraticamente votado pelo Congresso e está na lei. Foram contra o referendo os que são contra o desarmamento. Ser contra este último é uma opinião a se respeitar, mas lutar para impedir o referendo foi um desrespeito à manifestação da vontade da maioria. Outros, que inicialmente se opunham, viram o desgaste provocado por se posicionarem contra uma eleição, e passaram a elaborar razões indiretas que justificassem o seu adiamento.

“Vai custar caro e não deve se realizar”?

Diziam no Congresso, como o deputado Alberto Fraga: *“O referendo vai custar R\$ 600 milhões e por este preço não deve se realizar”*. Mas o Tribunal Superior Eleitoral estimou o seu custo entre R\$ 200 e R\$ 270 milhões, o que em termos de verba pública não é muito. Vimos em *Impacto das armas na saúde pública* que, caro é o preço de quase 40 mil vidas perdidas a cada ano. Só o custo do tratamento hospitalar com os 20 mil feridos por tiro é de mais de R\$ 140 milhões por ano, sem computar o preço a pagar posteriormente na recuperação física da vítima, assistência

psicológica, impacto econômico na família e todo o sofrimento humano decorrente dos ferimentos. Recursos que poderiam estar sendo aplicados na combatida medicina social do país. E o prejuízo à economia? Como vimos em *Impacto das armas na economia*, a iniciativa privada gastou R\$ 76 bilhões com violência no país, e o poder público outros R\$ 37 bilhões, em 2001. São investimentos desviados de outras áreas, e não estamos somando os prejuízos com a fuga de executivos, empresas e turistas das cidades que oferecem menor segurança, nem o valor econômico da perda de mão de obra jovem.

Alguns afirmam que os gastos com o referendo seriam melhor aplicados na compra de melhor equipamento para a polícia. O mesmo argumento usavam para reprovar os parcos R\$10 milhões inicialmente aprovados pelo Congresso para indenizar as milhares de armas entregues na Campanha de Desarmamento (até junho de 2005, havia-se gasto R\$ 38 milhões em indenização). O montante gasto com essa campanha, mais aquele a ser gasto com o referendo, são pequenos para mudar alguma coisa se insistimos no modelo ultrapassado de segurança pública que prevalece. É preciso investir no novo. Porém, os que não desejam a mudança querem negar recursos para a reforma, e tentam pará-la com o velho pretexto de que “não adianta nada, tem que mudar tudo”. Esse ceticismo adquire conotação de cinismo quando, ao cobrarmos eficiência a um mal policial, ele repete o jargão da esquerda conservadora: “*Não podemos fazer nada. O problema é estrutural*”. É a velha forma de impedir que reformas setoriais estratégicas criem pressões irresistíveis para a mudança do modelo inteiro de segurança pública.

Mesmo que fosse alto o custo do referendo, o que como vimos não é o caso, os que viveram 21 anos de falta de liberdade sabem que democracia não tem preço.

“Melhor fazer o referendo junto com as eleições”?

Outra objeção defende “*o adiamento do referendo, para que se realize junto com as eleições de 2006 ou 2010. Além de economizar, a população vai ter tempo para melhor se informar*”. Ora, o que é melhor para que a população se esclareça sobre arma de fogo e segurança pública? Um debate exclusivo sobre o tema, ou misturar com as eleições partidárias? Tão importante quanto uma decisão popular favorável à abolição da venda de armas, é que o eleitorado se informe e debata amplamente o uso de armas de fogo, passando a exigir a aplicação do Estatuto do Desarmamento e uma ampla reforma na segurança pública. Com o adiamento, quer-se prejudicar esse debate. E a forma sutil de evitá-lo é impedindo que o tema segurança pública seja discutido e analisado separadamente, gerando enorme pressão para que se torne uma prioridade do governo. Jogar o tema para uma campanha eleitoral, em que inúmeros outros assuntos estarão na agenda e na publicidade dos candidatos, é torná-lo invisível. As últimas eleições, em outubro passado, se realizaram simultaneamente à Campanha de Entrega de Armas. Alguém se lembra de candidatos debatendo o desarmamento? Querem esconder o tema dos eleitores.

Países como o Uruguai e Colômbia proibiram a simultaneidade de referendo e eleições, tamanha foi a confusão provocada na cabeça do eleitorado quando ocorreram juntos. As

eleições partidariam o referendo, que não deve se misturar com temas político-partidários. No Uruguai, uma consulta sobre exploração de água potável, que coincidiu com as eleições, ao invés de esclarecer, confundiu os eleitores, como foi constatado por pesquisa de opinião em 2004. Na Suíça, em 2003, a população chegou a votar contra uma autorização para que portadores de deficiência física tivessem facilitado o acesso aos prédios públicos, havendo votado “não” em todas as 9 perguntas propostas, confusão constatada por posterior pesquisa de opinião. No Brasil, o referendo deverá ser o que foi a aprovação do Estatuto do Desarmamento: uma questão não partidária, acima das disputas eleitorais, uma expressão do interesse público geral, que deve vir primeiro.

“O pequeno comércio não justifica um referendo”?

Essa afirmação se baseia no “fato” de ser muito pequena a venda de armas e munições para civis, desde a entrada em vigor do Estatuto. De acordo com o deputado Alberto Fraga, em debate com o Viva Rio na TV Câmara em 30.06.05, *“as fábricas Taurus e Rossi venderam em 2004 apenas 1.044 revólveres e pistolas, e em 2005 apenas 352, em todo o país”*. Essa informação é desmentida pelos números oficiais do banco de dados de controle de armas do governo, SINARM, segundo o qual em 2004 foram registradas 53.811 novas armas de fogo compradas por civis no Brasil, excluindo-se as 7.131 armas vendidas para empresas de segurança privada. No primeiro trimestre de 2005, foram registradas 16.089 armas vendidas para civis, número que projetado para todo o ano de 2005 chega à estimativa de 64.356 armas. O Estatuto do Desarmamento está provocando também a redução drástica das armas furtadas ou roubadas, cujos números despencaram de 26.908 em 2003 para 9.903 em 2004.³⁰²

De acordo ainda com o SINARM, no primeiro trimestre de 2005 foram concedidos pela PF 957 portes de armas, o que dá uma projeção estimativa recorde de 4.028 armas para o ano. Em 2003, antes da vigência do Estatuto, foram concedidos 1.665 portes, e em 2004, 379. Esses números baixos nos anos anteriores se devem a que normalmente eram as polícias estaduais que concediam o porte de arma, e geralmente deixavam de comunicar ao SINARM.

“O referendo vai quebrar a indústria nacional”?

A proibição da venda de armas para civis no Brasil vai afetar pouco, não só a indústria brasileira, mas também a de outros países, que na verdade já são prejudicadas pela reserva de mercado estabelecida pela legislação protecionista brasileira (ver em *Impacto das armas na economia*). Quem vai perder, vai perder pouco, com exceção da bandidagem. Quem vai ganhar é o povo brasileiro, que terá mais segurança. O que preocupa a Associação Nacional de Fuzis dos EUA não são perdas econômicas imediatas da indústria norte-americana, para quem o mercado brasileiro é quase inexistente, como vimos. O que está em questão é o tipo de sociedade que queremos, armada ou desarmada. E aí sim, a idéia-força de um país sem armas, vinda de um país importante como é o Brasil na América Latina, se conseguir reduzir seus índices de violência, irá afetar negativamente o mercado nacional e internacional milionário de venda de armas e munições dos EUA.

Tentativa de manipulação do voto

O Senado elaborou e aprovou a pergunta que deveria ser feita no referendo. Frase objetiva e seca, quase uma cópia do próprio artigo 6º da lei: *“O comércio de armas de fogo e munição deve ser*

proibido no Brasil?" Enviado para votação na Câmara de Deputados, os parlamentares que defendem as armas, e que dominam a Comissão de Segurança Pública, mantiveram esse item básico para a regulamentação do referendo engavetado por 8 meses. Não fosse o deputado Raul Jungmann (PPS de Pernambuco) apresentá-lo para apreciação pela Comissão, e a deputada Laura Carneiro (PFL do Rio de Janeiro) propor "urgência" em sua votação pelo plenário da Câmara, e o referendo não se realizaria. Não satisfeitos, os representantes do lobby na referida Comissão propuseram uma nova pergunta: " *Deve ser permitido, em todo o território nacional, o comércio de armas de fogo e munição às pessoas, para sua legítima defesa e de seu patrimônio, na forma da lei?*". A falta de neutralidade da pergunta, que traz embutida a própria resposta, induzindo o eleitor a responder "não", é uma evidência do desrespeito de seu autor pela manifestação autônoma do eleitor. Tampouco essa manobra prosperou: a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara repôs a pergunta original.

Regulamentação do Referendo

A votação da regulamentação do referendo, devido o atraso provocado pela Comissão de Segurança, foi uma corrida contra o tempo e contra os obstáculos postos pela "bancada da bala". Apesar de pequena, ela demonstrou que é influente no Congresso, não só pelo poder econômico da indústria de armas e munições que representa, mas pela forma como aproveitou a crise do "mensalão" para negociar com partidos da base do governo a não-votação da regulamentação. Suas manobras só não prosperaram porque a pressão da sociedade foi grande: pastores e padres fizeram vigília no Congresso; mães e parentes de vítimas de arma de fogo levaram o seu drama para sensibilizar os parlamentares; os principais órgãos da mídia denunciaram as manobras para impedir o referendo; ongs protestaram e apoiaram com informações os deputados. Afinal, os parlamentares que lutaram pelo referendo conseguiram amplíssima maioria para fazer cumprir a lei que determina a realização da consulta popular. No dia 6 de julho, votou-se primeiro o regime de "urgência" para a matéria, com o seguinte resultado: 282 "sim", 88 "não" e uma abstenção; e às 22,30 horas, do último dia estabelecido pelo TSE como prazo para a decisão, a Câmara votou a regulamentação: 258 deputados pela realização do referendo, 48 contra e 5 abstenções. Mesmo parlamentares que são contra o desarmamento ficaram constrangidos de votar contra o direito da população decidir sobre o comércio de armas e munições.

Igrejas denunciam fortes interesses contra o referendo

O presidente do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs, bispo Adriel de Souza Maia, por ocasião do lançamento da Campanha da Fraternidade de 2005, alertou os cristãos brasileiros e o governo: " *Há pressões, inclusive dentro do governo, para que o referendo não ocorra, o que causa muita preocupação aos representantes das igrejas cristãs. As multinacionais vão lutar com unhas e dentes para derrubar o referendo. É uma resistência do poder econômico à proibição da venda de armas*". Em seguida, aconselhou os cristãos a " *mobilizar e orientar suas comunidades sobre a importância do desarmamento, oferecendo uma visão ética, espiritual e teológica à campanha para a proibição de armas e munições*". O bispo ressaltou que as igrejas cristãs adotaram esse ano uma postura mais ativa: " *A sociedade civil está abrindo os olhos. Ela tem que lutar, reivindicar, se mobilizar, tem que unir as suas forças contra a indústria do armamento, por um mundo de paz*". ³⁰³

Para as igrejas que participam da frente Brasil Sem Armas, " *a Campanha da Fraternidade incentiva e apóia a campanha pela devolução de armas de fogo, em curso no país. Além disso, está mobilizando a população*

brasileira para que decida, no referendo que será realizado em outubro, em favor da proibição da comercialização das armas de fogo e munição, conforme o Estatuto do Desarmamento".³⁰⁴

Ação da Associação Nacional de Fuzis dos EUA no Brasil

No dia 14 de agosto 2003, mister Charles Cunningham, diretor do "Instituto de Assuntos Legislativos" da *Associação Nacional de Fuzis* dos Estados Unidos, esteve em São Paulo, reunindo-se com o lobby brasileiro das armas para orientá-lo a impedir a votação do Estatuto do Desarmamento. O jornalista Leandro Loyola³⁰⁵ conseguiu infiltrar-se na reunião, realizada no Clube Nacional, bairro de Pacaembu. A NRA veio à convite da entidade Tradição, Família e Propriedade, organização extremista, inspirada no fascismo espanhol, ligada à Opus Dei, defensora da monarquia e que age com agressividade contra os que, dentro da Igreja Católica, revelem qualquer preocupação com a justiça social. Que outras entidades lá estavam? As organizações terroristas, *Comando de Caça aos Comunistas* (CCC) e *Movimento Anti-Comunista* (MAC), que promoveram atentados, torturas e assassinatos durante o regime militar, se esvaziaram com a democratização do país, temendo ir a julgamento por seus crimes, e que parecem estar de volta. Ressuscitam agora, na defesa da violência das armas. Participaram também da reunião de São Paulo representantes dos fazendeiros da União Democrática Nacional (UDR), que defendem as milícias armadas no campo, e que juntos com setores radicais do MST, ameaçam conflagrar o interior do Brasil. O recente assassinato da religiosa norte-americana Dorothy Stan apenas ecoou internacionalmente os assassinatos constantes vinculados à questão agrária. Entre os cerca de 350 participantes, lá estavam associações dos produtores, comerciantes e proprietários de armas, clubes de tiro e um representante da ala direitista da monarquia, entre outros.

No dia 18 de agosto, Mr. Cunningham realizou reunião semelhante no Rio de Janeiro, mas desse encontro pouco se sabe, além de ter sido realizado no Hotel Guanabara Palace a portas fechadas e contado com a presença de cerca de 250 pessoas. Foram, de qualquer forma, esforços e recursos incapazes de neutralizar a pressão da opinião pública brasileira, que resultou na aprovação do Estatuto. Mas essas mesmas forças, que se dizem "patriotas" e que se aliam com os produtores de armas dos Estados Unidos, se mobilizam, primeiro para convencer o Congresso a adiar o referendo popular, e, não o conseguindo, para influir na sua votação. Eles consideram "estratégica" a vitória no referendo, pois, se derrotados, a influência do movimento em favor do desarmamento se expandirá à América Latina e à África portuguesa, e possivelmente fortalecerá uma onda pacifista mundial que afetará gravemente os milionários negócios que envolvem a exportação de armas e munições.

Frentes Parlamentares

Para representar as duas posições que se oporão no referendo – a favor ou contra a abolição do comércio de armas e munições – foram criadas duas frentes, constituídas por parlamentares, como estabelece o regulamento do Congresso. O formato de "frente", constituída por parlamentares, e não por partidos, se deve a que o tema do desarmamento perpassa os partidos, com defensores e opositores dentro de uma mesma agremiação política. Assim, em 18 de maio, por iniciativa do senador Renan Calheiros e do deputado Raul Jungmann, formou-se a *Frente Parlamentar Brasil Sem Armas*, composta por 9 senadores e 9 deputados de diferentes partidos. Entidades que têm se empenhado na campanha de

desarmamento foram desde o início convidadas a participar desta Frente, como instituições das igrejas e religiões (CONIC, CNBB, URI e Visão Mundial), organizações não-governamentais (Viva Rio, Convive, Instituto Sou da Paz) e profissionais de saúde (CONASEMS); a partir de sua constituição, a Frente vai integrar, e mobilizar, amplos setores da sociedade, criando Comitê de Artistas e outros segmentos, todos reunidos numa entidade civil. *Brasil Sem Armas*. Até a edição deste Guia, os parlamentares a favor do comércio de armas não haviam registrado a sua organização, embora já circulasse a notícia de que estava em formação a *Frente Parlamentar pelo Direito à Legítima Defesa*, por iniciativa dos deputados Alberto Fraga, ex-coronel da PM de Brasília, e do deputado Jair Bolsonaro, ex-oficial do Exército. Entidades civis, como o Viva Brasil e MV-Brasil, devem integrar a Frente pró-armas.

Na hora de votar: “Qual Brasil queremos?”

As últimas pesquisas de opinião revelam que 83% dos paulistanos são favoráveis à abolição do comércio de armas, e 14% contra;³⁰⁶ 84% da população do Estado do Rio de Janeiro votaram “sim” e 13,2% “contra” e 2,8% “não sabem”;³⁰⁷ 70,31% dos curitibanos pelo “sim”, 27,8 “contra” e 2,61 “não souberam responder”;³⁰⁸ 70% dos goianos votaram “sim”, 28% “não” e 2% “sem opinião”.³⁰⁹ Pesquisa nacional do IBOPE, realizada entre 14 e 18 de julho, constatou que 81% dos brasileiros votarão “sim”, 17% “não” e 2% “não souberam” responder ou “não opinaram”. Estas enquetes mostram que a população quer votar no referendo e deseja maior controle sobre os armamentos.

No momento de votar no referendo, a pergunta que devemos nos fazer é: “Em que sociedade queremos viver?” Num Brasil com mais armas, em que os bandidos compram armas no mercado clandestino, mas também as roubam dos homens de bem? Em que resolver desavenças a tiro é cada vez mais habitual, o que nos tornou a nação campeã imbatível de mortes por arma de fogo? Ou queremos um Brasil sem armas, como outras nações que reduziram a violência desarmando a população e o crime organizado, em que a agressividade e a intolerância cedam lugar à solidariedade e à convivência pacífica? Em que se invista em segurança pública e não em segurança para a minoria? Um país em que se preserve a vida e se morra de velho, não de bala perdida? Votemos por um Brasil menos violento e mais seguro, por um Brasil Sem Armas. Como disse o jornalista Xico Vargas, *“desarmada a sociedade e limitada a venda de armas, talvez o governo se dê conta de que precisa desarmar o crime”*.³¹⁰

27. Conclusões

Foi o estudo da nossa realidade, a pesquisa direta dos fatos, no intento de enfrentar os fatores geradores da violência, que nos fizeram desconstruir os grandes mitos que envolvem o universo secreto das armas de fogo em nosso país: o equívoco de se dizer que as armas dos criminosos vêm de fora, quando a maioria esmagadora vem de dentro; que o perigo vem da rua e seu autor é um desconhecido, quando a maior parte das mortes acontece dentro de casa, por ação de parentes ou conhecidos; que as armas dos homens de bem nada têm a ver com as dos bandidos, quando são uma de suas principais fontes. Ao se propagarem esses mitos, seja por ignorância ou má-fé, se está jogando com a vida das pessoas. Daí a importância de advertir a opinião pública sobre os números expressos nas pesquisas.

Quanto mais analisamos a relação entre armas e violência, mais nos convencemos de que a proliferação de armas de fogo não é apenas um aspecto técnico e secundário na eclosão da violência armada entre nós. Ela é um aspecto central, estratégico, que explica porque países mais pobres que o Brasil são menos violentos que o nosso e porque somos o país campeão de mortes por tiro.

Quando os que defendem o uso de armas como proteção avaliam uma sociedade violenta, concluem que o uso de armas se justifica para enfrentar essa violência. Não lhes ocorre que essa violência é potencializada exatamente pelo acesso fácil às armas de fogo. Se armar as pessoas aumentasse a segurança, o Brasil seria um paraíso de tranquilidade, com 90% de seus 17 milhões de armas nas mãos dos civis.

Para a UNESCO, *“a Aids matou 11.276 pessoas em 2003. Número preocupante. Só que as armas de fogo mataram 3,5 vezes mais: 39.284 brasileiros. Existe uma grande e justificada preocupação e mobilização contra o flagelo da Aids. Mas para o flagelo das armas de fogo, que mata 27 vezes mais jovens, são ainda escassas e bastante tímidas nossas reações e políticas de enfrentamento. Ainda estamos discutindo se é justo e de direito permitir que as armas de fogo continuem a exterminar grande contingente de pessoas cujo único delito foi o de morar num país extremamente complacente com a circulação de armas de fogo”*.³¹¹

É natural que em uma sociedade ocorram desavenças e conflitos individuais. Eles serão violentos ou não de acordo com a cultura predominante, se pacífica e tolerante, ou violenta e autoritária. Todos os dias acontecem desentendimentos entre casais, vizinhos, colegas de escola; conflitos entre homens embriagados, que se desentendem sobre jogo de futebol; discussões no trânsito, briga de boate, ou empregado que fica furioso com o patrão. Tais desavenças podem terminar em agressões físicas, tendo como resultado escoriações e olho roxo no dia seguinte. O que faz o Brasil diverso de outros países é a proliferação de armas de fogo. A presença da arma num cenário de conflito, ou de descontrole emocional, seja na rua ou em casa, faz a diferença, e imprime um desfecho trágico à briga ou ao desespero. Sem arma, uma desavença ou uma depressão seriam apenas um momento desagradável; com arma, o resultado será uma ou mais desgraças: alguém que morre, alguém que se torna assassino ou homicida e famílias destruídas. Em conclusão, a presença da arma de fogo transforma conflitos, desavenças banais ou crises emocionais em tragédias irreversíveis. A arma de fogo muda a natureza dos conflitos pessoais ou íntimos, tornando-os mortais.

28. Opiniões de Celebridades e Vítimas, Lemas de Campanhas

Celebridades

- Giovane e Tande, campeões olímpicos de vôlei: *“Arma é coisa de polícia. Ou de bandido”*.
- General Wesley Clark, candidato a presidente dos EUA pelo Partido Democrático: *“Se você é o tipo de pessoa que gosta de arma, há um lugar para você: o Exército dos Estados Unidos”*.
- Flávio Bierrembach, ministro do Supremo Tribunal Militar: *“Nenhum governo tem a prerrogativa de interferir no sagrado direito de defesa e proteção da casa como abrigo inviolável do cidadão”*.
- Fernanda Abreu, cantora e compositora: *“Quero divulgar a campanha de desarmamento. A maioria das pessoas que está entregando armas é de idosos, e como eu falo para a juventude, quero incentivá-la a se desarmar”*.
- Dom Odilo Pedro Scherer, secretário geral da CNBB: *“A posse de uma arma gera uma falsa sensação de segurança. Além disso, ela predispõe quem a possui à violência”*.

- Luma de Oliveira, atriz: *“Possuir uma arma leva seu dono a reagir a assalto. O risco é imenso para o portador da arma e para quem está em volta”.*
- Lília Cabral, atriz: *“O desarmamento é um processo lento, cujos resultados só aparecerão a longo prazo. Fazendo esta mobilização agora, um dia os outros acabam se conscientizando. É uma questão de educar. Acho que estamos dando os primeiros passos e isso é importante. Ficar de braços cruzados, sem fazer nada, não está certo.”*
- Presidente Clinton: *“A cada dia morrem 13 crianças por arma de fogo em meu país”.*
- Diogo Mainardi, jornalista: *“Suicidar-se é um dos direitos primordiais do homem. Todo mundo deveria ter uma arma em casa, para esse fim. Outro direito é defender-se quando atacado”.*
- Denis Mizne, diretor do Instituto Sou da Paz: *“Percebe-se que a maior facilidade na obtenção e no uso de armas nas grandes cidades tem transformado brigas em assassinatos, feridos em mortos, discussões em tragédias, todos os dias. Mesmo que a lei só consiga reduzir estes homicídios, já terá prestado um grande serviço à nação, podendo salvar milhares de vidas anualmente”.*
- Lígia Azevedo, empresária: *“Armas roubadas de casa viram uma ameaça. Podemos ser mortos pelas nossas próprias armas”.*
- Marcelo Yuka, músico e compositor do grupo O Rappa, que ficou tetraplégico ao levar 9 tiros tentando proteger uma mulher assaltada: *“Ter uma arma em casa não só é uma falsa sensação de segurança, como é um fato real de aumento de violência. Pessoas armadas acabam por matar no trânsito ou alcoolizadas e arriscam a própria vida e de quem está ao lado”.*
- Márcio Thomaz Bastos, ministro da Justiça: *“A população está entregando suas armas. Quanto às armas dos bandidos, têm que ser tomadas à força pela polícia”.*
- Camila Magalhães Lima, ficou paraplégica aos 12 anos, vítima de tiro: *“Eu participo dos projetos de desarmamento do Viva Rio. Arma na mão é covardia. Se ilude quem acha que está se defendendo com ela”.*
- Aldo Rebelo, ministro da Coordenação Política: *“É comovente conversar com as mães de jovens vítimas de arma de fogo. Estejam seguras que o governo tudo fará pelo desarmamento e pela realização do referendo”.*
- Eduardo Eugênio Gouvêa Vieira, presidente da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro: *“A violência das armas prejudica grandemente o desenvolvimento do país. Melhorar a nossa polícia e promover o desarmamento geral são medidas essenciais se queremos que o Brasil cresça”.*
- Rubem César Fernandes, diretor do Viva Rio: *“Ao invés da arma ser a última opção, é a primeira. Numa discussão de trânsito, puxa-se logo a pistola. É preciso tirar a arma da nossa rotina”.*
- Marcelo Itagiba, Secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro: *“80% dos crimes são praticados por pessoas conhecidas das vítimas. Armas provenientes de aquisições legais e ilegais fazem parte desta perversa equação, cujo resultado final é sempre alguém pagando com a própria vida. Menos armas, menos oportunidades de vítimas fatais”.*
- Dom Dadeus Grings, arcebispo de Porto Alegre: *“O assaltante sempre leva a vantagem da surpresa.”*
- Glácio Ary Dillon Soares, sociólogo do IUPERJ e da Universidade da Flórida: *“Não é possível matar com armas de fogo onde elas não existem”.*
- IANSA, Londres: *“As armas ligeiras e pequenas são as verdadeiras armas de destruição em massa”.*
- Marcha de Um Milhão de Mães contra as Armas nos Estados Unidos (One Million Mom March), 1999: *“Com nosso grito, continuaremos a clamar que nós amamos mais nossas crianças e nossas famílias do que o lobby das armas ama suas armas de fogo!”*

Parlamentares

- Senador Ney Suassuna (PMDB/PB): *“Sou bom atirador e, mesmo assim, fui ferido em assalto e vi minha mulher ser morta ao meu lado”.*
- Deputado Roberto Jefferson (PTB/RJ): *“O Viva Rio, com esse desarmamento, quer quebrar a indústria nacional de armas para favorecer a importação de armas do imperialismo norte-americano”.*
- Deputado Antônio Carlos Magalhães Neto (PFL/BA): *“O referendo tem que estar acima dos partidos e refletir o interesse geral da nação”.*
- Deputado Alberto Fraga (Sem partido/DF): *“O desarmamento civil viola o direito à legítima defesa do cidadão”.*
- Senador Renan Calheiros (Presidente do Senado, PMDB/AL): *“A cada estampido, poucos ganham e muitos perdem”.*
- Deputado Raul Jungmann (PPS/PE): *“A sociedade só recuperou a liberdade quando foi às ruas pelas diretas já, apressando o fim da ditadura. Hoje, o Estado perdeu o controle sobre as armas. Só através de uma campanha cívica – o referendo – superaremos a sociedade do medo e resgataremos o direito à vida e à paz”.*

- Deputado Carlos Minc (Autor da primeira lei estadual de proibição de armas, PT/RJ): *"A violência e a impunidade corroem a vida e a cidadania. Temos de desarmar os bandidos, equipar e qualificar os policiais e desarmar a população para estancar a mortandade insana. Quem ama, desarma"*.
- Deputada Sandra Rosado (PSB/RN) *"Meu filho de 24 anos morreu porque, num determinado momento de depressão, tinha uma arma de fogo ao seu lado"*.
- Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh (PT/SP): *"A farra do porte de arma alimenta o mercado clandestino"*
- Deputado Onyx Lorenzoni (PFL/RS): *"O referendo vai custar 700 milhões de reais. Esse dinheiro poderia ser melhor aplicado"*.
- Deputada Laura Carneiro (PFL/RJ, membro da CPI das Armas) : *"Um levantamento da CPI do Tráfico de Armas revela que mais de 70% das armas apreendidas com bandidos são de fabricação nacional. A proibição do comércio de armas será uma grande aliada do desarmamento e do combate à violência"*.
- Senador e bispo Marcelo Crivella (PL/RJ): *"Os que se armam são os primeiros a morrer"*.
- Deputado Antônio Fleury Filho (PTB/SP): *"Para que a população se esclareça bem, e vote consciente, o referendo deve se realizar junto com as eleições de 2010"*.
- Deputado Antônio Carlos Biscáia (Presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Federal, PT/RJ): *"Aos que argumentam que leis mais severas de posse e porte de armas deixarão as famílias desprotegidas, a constatação de que a violência só anda armada e de que já passou o tempo romântico em que mocinhos e xerifes diligentes ganhavam dos bandidos: agora, somente o rigor das leis e da fiscalização e a determinação política dos governos conseguirão resgatar a paz para a nossa população"*.
- Senador Romeu Tuma (PFL/SP): *"Fui diretor da Polícia Federal e nunca andei armado"*.
- Senador Sérgio Cabral Filho (PMDB/RJ): *"A democracia brasileira irá se aperfeiçoar com a realização do referendo sobre o comércio de armas"*.
- Deputado José Roberto Arruda (PFL/BS): *"A proibição das armas dará mais segurança aos cidadãos, como ocorreu no Japão, Austrália, Inglaterra e em outras nações"*.
- Deputado João Paulo Cunha (PT/SP): *"O Estatuto do Desarmamento concorre para o significativo decréscimo na prática da violência e na impressionante estatística dos que morrem por armas de fogo"*.
- Deputado Severino Cavalcanti (Presidente da Câmara Federal, PP/PE): *"Como católico, sou pelo desarmamento e pela concórdia"*.
- Deputada Perpétua Almeida (PC do B/AC): *"As pessoas compram armas de fogo para se protegerem. Porém, na verdade, alimentam o crime organizado, causam acidentes familiares e brigas seguidas de morte. Por isso sou a favor do desarmamento, sou a favor da vida"*.
- Deputado Alceu Collares (PDT/RS): *"O desarmamento vai custar 200 mil empregos ao meu Estado"*.
- Deputado Moroni Torgan (Presidente da CPI das Armas, PFL/CE): *"A CPI está constatando como é precário o controle de armas no Brasil. Precisamos conhecer esse comércio, lícito e ilícito, para podermos controlar as armas e munições e para combater com eficácia o crime organizado"*.
- Senador Arthur Virgílio (Líder do PSDB no Senado, AM): *"Mesmo como oposição, queremos que o governo acerte no combate à violência. Lutamos por um Brasil desarmado e fraterno"*.
- Senador César Borges (PFL/BA): *"Como relator do Estatuto do Desarmamento no Senado, sei que esta nova lei será um instrumento eficaz de combate à criminalidade, quando aplicada"*.
- Deputado Fernando Gabeira (ex-guerrilheiro, PV/RJ): *"A paz urbana depende do banimento das armas de fogo"*.
- Deputado Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP): *"A aprovação do Estatuto do Desarmamento é uma exigência da sociedade brasileira que não suporta mais viver com os níveis alarmantes de violência que atinge nossas cidades"*.
- Senador Arthur da Távola (PSDB/RJ): *"É um absurdo comparar carros e armas. Carros são feitos para transportar, armas são feitas para matar"*.
- Deputado Jair Bolsonaro (PP/RJ): *"Entregue a sua arma! Os vagabundos agradecem"*.
- Deputado José Genoíno (Ex-presidente do PT e ex-guerrilheiro, SP): *"Quem tem que ter arma para enfrentar os criminosos é o Estado e não o cidadão"*.
- Deputado Paulo Delgado (PT/MG): *"Quem tem arma pessoal, quer matar ou não confia em quem lhe defende. A arma é a ilusão da defesa privada contra a defesa coletiva"*.

Vítimas e depoimentos

- ***"Marco Antônio, meu filho de 16 anos, foi vítima da violência em Brasília. Podia pensar em vingança e alimentar o ódio no coração. Mas preferi me dedicar ao desarmamento e à difusão de uma cultura de solidariedade e paz"***

para que outras mães não sofram como eu sofri”, Valéria Velasco, jornalista, diretora do Comitê Nacional de Vítimas de Violência – Parceiros da Paz (CONVIVE).

- *“Minha vida mudou. Pai de dois filhos, estou licenciado do trabalho e dependo dos outros. Por isso sou a favor da proibição de venda de armas, para que não aconteça com os outros o que aconteceu comigo”, Marco Antônio Cândido, 34 anos, que ficou paraplégico ao ser baleado num assalto, Rio de Janeiro.*
- *“Nunca tive que usar estas armas para defesa, somente para caçar e me divertir. Hoje, não vejo motivos para tê-las em casa, ainda mais com um neto. Ele pode encontrar e querer brincar com o objeto”,* *Ciro Bragheroli Filho, 53 anos, aposentado, SP.*
- *“Boa parte dos homicídios não são cometidos durante assaltos. Na maioria das vezes eles ocorrem em decorrência de brigas e do consumo de álcool e drogas. A ausência de armas em situações como esta reduziriam as mortes em 80%”. Paulo de Tarso Andrade, 43 anos, economista, Brasília.*
- *“Sempre gostei de armas e fui juntando com os anos. Tem coisa aqui que é do meu avô e do meu bisavô. Os ladrões ficam sabendo que a gente tem um monte de armas”,* *Airton Jesus de Araújo, 58 anos, agropecuarista, Londrina, Paraná. Entregou 181 armas.*
- *“Comprei esta arma há 20 anos, para proteger minha família. Mas a preocupação dela virar uma dor de cabeça me fez tomar a decisão de entregá-la. Mas nunca saí de casa com ela. Naquela época era comum as pessoas comprarem armas, mas hoje está perigoso. Além da curiosidade dos netos, algum bandido pode pegar a arma, então é melhor entregá-la e ainda ganhar um dinheiro”,* *Dirceu Travençolo, 63 anos, aposentado, Limeira, SP.*
- *“Ter uma arma em casa oferece dois perigos: o primeiro, das crianças correrem risco de sofrerem acidentes e o segundo de uma pessoa armada tornar-se violenta”,* *José Carlos Araújo da Silva, 28 anos, Rio Branco, Acre.*
- *“Percebi que a defesa da população é responsabilidade do Estado, e não minha. Acho perigoso ter uma arma em casa e não saber usar com segurança. Se a polícia chega a cometer erros, imagina as pessoas leigas no assunto”,* *Carlos Eduardo de Andrade, engenheiro, 47 anos, Rio de Janeiro.*
- *“Fui militar da Marinha e durante 30 anos lidei com quase todos os tipos de armas, desde canhões de 127mm a fuzis e pistolas. A arma na mão de um militar em combate é uma ferramenta de excelente utilidade, mesmo assim não impede que ele morra em combate; nas mãos de um cidadão civil, que pensa que portando uma pistola está com a sua segurança garantida, é um ledão engano; fatalmente ele morrerá no entrevero com um bandido. Uma arma de fogo nas mãos de um civil ou mesmo de um militar fora do seu quartel só serve para que este cometa um crime em um momento de insensatez, após uma discussão de trânsito ou com um vizinho após uma briga de crianças. Temos que destruir o maior número de armas possível; não importa se os marginais não entreguem as suas armas; eles são marginais, nós não. O marginal não tem compromisso com a lei e com a ordem, nós cidadãos de bem temos este compromisso.”,* *Edson Martins, Rio de Janeiro.*
- *“Eu era colecionador. Doe parte das minhas armas para amigos meus, colecionadores e o restante entreguei para a Campanha do Desarmamento. Não dava mais para continuar com elas aqui, eu tinha que escondê-las. Quando há uma iniciativa boa, e sabemos que ela beneficia a população, temos que incentivar”,* *Roberto Duarte, advogado, entregou 22 armas, Acre;*
- *“Percebi que ter uma arma em casa representa mais risco do que segurança. E em alguns momentos pode significar uma ameaça e não é isso que quero para a minha família. Espero que a iniciativa de entregar a minha arma sirva de incentivo para muitas outras pessoas”,* *Vanderlei Alves de Lima, de 62 anos, contador, Rio de Janeiro.*

Lemas de Campanhas de Desarmamento

- *“Quem tem uma arma, tem um problema”,* campanha no Uruguai
- *“Armas são feitas para matar”,* campanha de Mendoza, Argentina
- *“Menos armas, mais vidas”,* campanha no Paraná
- *“Segredos que Matam”,* campanha na Espanha pela transparência das exportações de armas
- *“Arma pequena é um grande problema”,* campanha na Finlândia
- *“Quem ama, desarma”,* campanha das mulheres do Viva Rio
- *“Arma não dá status, dá cadeia”, “Arma não dá poder, dá cadeia”, “Arma não dá segurança, dá cadeia”,* campanha em Pernambuco
- *“Com arma ninguém ganha”,* campanha em El Salvador
- *“Arme uma frase, desarme o Brasil”,* concurso nas escolas promovido pelo Viva Rio
- *“Arma a la Basura (Lixo), Vida más Segura”,* campanha em Bogotá, Colômbia
- *“Goods for Guns”* (Troque armas por outros bens), campanha nos EUA
- *“Paraná desarmado, a maior recompensa é a sua segurança”,* campanha no Estado

- “Pequenas mas mortíferas”, campanha na Espanha
- “Troque sua arma por um hamburger”, campanha de uma rede de lanchonetes nos EUA
- “One gun, one life” (Menos uma arma, mais uma vida), campanha nos EUA
- “Armas não dão segurança, mas provocam insegurança”, Anistia Internacional
- “Adeus às Armas” (alusão ao livro de Hemingway), campanha na Espanha
- “Nosso filho sabia onde guardávamos a arma”, frase em uma foto de pais desconsolados, campanha no Uruguai
- “Eu jurava que a arma estava descarregada”, idem
- “Meu marido decidiu ter uma arma para proteção. Meu filho decidiu se matar”, idem
- “Meu marido nunca soube que era depressivo. Agora, jamais o saberá”, frase em foto de esposa desolada, idem
- “Um ladrão não hesita em matar. Você sim”, idem
- “Manos libres de armas! Manos libres de violencia!”, campanha na Guatemala
- “Acabe com sua arma antes que ela acabe com você”, campanha no Brasil
- “Arma: Não importa de onde ela veio, mas para onde ela vai”, campanha de entrega de armas do Instituto Sou da Paz, SP
- “Uma arma pode mudar muita coisa, para pior”, idem
- “Vai faltar homem!”, campanha das mulheres do Viva Rio
- “Arma não! Ela ou eu.”, campanha das mulheres do Viva Rio
- “Não se trata apenas de recolher armas, mas de construir uma cultura de paz”, Campanha da Fraternidade 2005
- “Brasil sem Armas”, campanha brasileira que aprovou o Estatuto do Desarmamento e que agora defende a abolição do comércio de armas e munições no referendo
- “Diga Sim à Vida”, campanha brasileira no referendo.

28. Anexo

Estatuto do Desarmamento, Lei 10.826 de 23.12.03 (Síntese)

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I: DO SISTEMA NACIONAL DE ARMAS

Art. 1º O Sistema Nacional de Armas – Sinarm, instituído no Ministério da Justiça, no âmbito da Polícia Federal, tem circunscrição em todo o território nacional.

Art. 2º Estabelece as funções do SINARM, como cadastrar as armas comercializadas, os portes, os roubos, as apreensões, os armeiros, os produtores e comerciantes de armas e munições do país; cadastrar a marcação das armas e munições. O artigo se refere a civis.

CAPÍTULO II: DO REGISTRO

Art. 3º É obrigatório o registro de arma de fogo no órgão competente.

Parágrafo único. As armas de fogo de uso restrito serão registradas no Comando do Exército, na forma do regulamento desta Lei.

Art. 4º Para adquirir arma de fogo de uso permitido o interessado deverá, além de declarar a efetiva necessidade, atender aos seguintes requisitos:

I – comprovação de idoneidade, com a apresentação de certidões de antecedentes criminais fornecidas pela Justiça Federal, Estadual, Militar e Eleitoral e de não estar respondendo a inquérito policial ou a processo criminal;

II – apresentação de documento comprobatório de ocupação lícita e de residência certa;

III – comprovação de capacidade técnica e de aptidão psicológica para o manuseio de arma de fogo, atestadas na forma disposta no regulamento desta Lei.

§ 2º A aquisição de munição somente poderá ser feita no calibre correspondente à arma adquirida e na quantidade estabelecida no regulamento desta Lei.

§ 3º A empresa que comercializar arma de fogo em território nacional é obrigada a comunicar a venda à autoridade competente, como também a manter banco de dados com todas as características da arma e cópia dos documentos previstos neste artigo.

§ 4º A empresa que comercializa armas de fogo, acessórios e munições responde legalmente por essas mercadorias, ficando registradas como de sua propriedade enquanto não forem vendidas.

§ 5º A comercialização de armas de fogo, acessórios e munições entre pessoas físicas somente será efetivada mediante autorização do Sinarm.

Art. 5º O Certificado de Registro de Arma de Fogo, com validade em todo o território nacional, autoriza o seu proprietário a manter a arma de fogo exclusivamente no interior de sua residência ou domicílio, ou dependência desses, ou ainda, no seu local de trabalho, desde que seja ele o titular ou o responsável legal do estabelecimento ou empresa.

§ 2º Os requisitos de que tratam os incisos I, II e III do art. 4º deverão ser comprovados periodicamente, em período não inferior a 3 (três) anos (...)

CAPÍTULO III: DO PORTE

Art. 6º É proibido o porte de arma de fogo em todo o território nacional, salvo para os casos previstos em legislação própria e para: [...] Relaciona as Forças Armadas, forças de segurança pública e privada autorizadas, e:

§ 5º Aos residentes em áreas rurais, que comprovem depender do emprego de arma de fogo para prover sua subsistência alimentar familiar, será autorizado, na forma prevista no regulamento desta Lei, o porte de arma de fogo na categoria "caçador".

Art. 7º Sobre as empresas de segurança privada, estabelece: § 1º O proprietário ou diretor responsável de empresa de segurança privada e de transporte de valores responderá pelo crime previsto no parágrafo único do art. 13 desta Lei, [...], se deixar de registrar ocorrência policial e de comunicar à Polícia Federal perda, furto, roubo ou outras formas de extravio de armas de fogo, acessórios e munições que estejam sob sua guarda, nas primeiras 24 (vinte e quatro) horas depois de ocorrido o fato.

Art. 8º Determina que as entidades desportivas obedeçam às condições de uso e de armazenagem estabelecidas pelo órgão competente;

Art. 10. A autorização para o porte de arma de fogo de uso permitido, em todo o território nacional, é de competência da Polícia Federal e somente será concedida após autorização do Sinarm.

§ 1º A autorização prevista neste artigo poderá ser concedida com eficácia temporária e territorial limitada, nos termos de atos regulamentares, e dependerá de o requerente:

I – demonstrar a sua efetiva necessidade por exercício de atividade profissional de risco ou de ameaça à sua integridade física;

II – atender às exigências previstas no art. 4º desta Lei;

III – apresentar documentação de propriedade de arma de fogo, bem como o seu devido registro no órgão competente.

§ 2º A autorização de porte de arma de fogo, prevista neste artigo, perderá automaticamente sua eficácia caso o portador dela seja detido ou abordado em estado de embriaguez ou sob efeito de substâncias químicas ou alucinógenas.

Art. 11. Fica instituída a cobrança de taxas, nos valores constantes do Anexo desta Lei, pela prestação de serviços relativos:

I – ao registro de arma de fogo;

II – à renovação de registro de arma de fogo;

III – à expedição de segunda via de registro de arma de fogo;

IV – à expedição de porte federal de arma de fogo;

V – à renovação de porte de arma de fogo;

VI – à expedição de segunda via de porte federal de arma de fogo.

CAPÍTULO IV: DOS CRIMES E DAS PENAS

Posse irregular de arma de fogo de uso permitido

Art. 12. Possuir ou manter sob sua guarda arma de fogo, acessório ou munição, de uso permitido, em desacordo com determinação legal ou regulamentar, no interior de sua residência ou dependência desta, ou, ainda no seu local de trabalho, desde que seja o titular ou o responsável legal do estabelecimento ou empresa:

Pena – detenção, de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa.

Omissão de cautela

Art. 13. Deixar de observar as cautelas necessárias para impedir que menor de 18 (dezoito) anos ou pessoa portadora de deficiência mental se apodere de arma de fogo que esteja sob sua posse ou que seja de sua propriedade:

Pena – detenção, de 1 (um) a 2 (dois) anos, e multa.

Parágrafo único. Nas mesmas penas incorrem o proprietário ou diretor responsável de empresa de segurança e transporte de valores que deixarem de registrar ocorrência policial e de comunicar à Polícia Federal perda, furto,

roubo ou outras formas de extravio de arma de fogo, acessório ou munição que estejam sob sua guarda, nas primeiras 24 (vinte quatro) horas depois de ocorrido o fato.

Porte ilegal de arma de fogo de uso permitido

Art. 14. Portar, deter, adquirir, fornecer, receber, ter em depósito, transportar, ceder, ainda que gratuitamente, emprestar, remeter, empregar, manter sob guarda ou ocultar arma de fogo, acessório ou munição, de uso permitido, sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar:

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa.

Parágrafo único. O crime previsto neste artigo é inafiançável, salvo quando a arma de fogo estiver registrada em nome do agente.

Disparo de arma de fogo

Art. 15. Disparar arma de fogo ou acionar munição em lugar habitado ou em suas adjacências, em via pública ou em direção a ela, desde que essa conduta não tenha como finalidade a prática de outro crime:

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa.

Parágrafo único. O crime previsto neste artigo é inafiançável.

Posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito

Art. 16. Possuir, deter, portar, adquirir, fornecer, receber, ter em depósito, transportar, ceder, ainda que gratuitamente, emprestar, remeter, empregar, manter sob sua guarda ou ocultar arma de fogo, acessório ou munição de uso proibido ou restrito, sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar:

Pena – reclusão, de 3 (três) a 6 (seis) anos, e multa.

Parágrafo único. Nas mesmas penas incorre quem:

I – suprimir ou alterar marca, numeração ou qualquer sinal de identificação de arma de fogo ou artefato;

II – modificar as características de arma de fogo, de forma a torná-la equivalente a arma de fogo de uso proibido ou restrito ou para fins de dificultar ou de qualquer modo induzir a erro autoridade policial, perito ou juiz;

III – possuir, detiver, fabricar ou empregar artefato explosivo ou incendiário, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar;

IV – portar, possuir, adquirir, transportar ou fornecer arma de fogo com numeração, marca ou qualquer outro sinal de identificação raspado, suprimido ou adulterado;

V – vender, entregar ou fornecer, ainda que gratuitamente, arma de fogo, acessório, munição ou explosivo a criança ou adolescente; e

VI – produzir, recarregar ou reciclar, sem autorização legal, ou adulterar, de qualquer forma, munição ou explosivo.

Comércio ilegal de arma de fogo

Art. 17. Adquirir, alugar, receber, transportar, conduzir, ocultar, ter em depósito, desmontar, montar, remontar, adulterar, vender, expor à venda, ou de qualquer forma utilizar, em proveito próprio ou alheio, no exercício de atividade comercial ou industrial, arma de fogo, acessório ou munição, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar:

Pena – reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos, e multa.

Parágrafo único. Equipara-se à atividade comercial ou industrial, para efeito deste artigo, qualquer forma de prestação de serviços, fabricação ou comércio irregular ou clandestino, inclusive o exercido em residência.

Tráfico internacional de arma de fogo

Art. 18. Importar, exportar, favorecer a entrada ou saída do território nacional, a qualquer título, de arma de fogo, acessório ou munição, sem autorização da autoridade competente:

Pena – reclusão de 4 (quatro) a 8 (oito) anos, e multa.

Art. 19. Nos crimes previstos nos arts. 17 e 18, a pena é aumentada da metade se a arma de fogo, acessório ou munição forem de uso proibido ou restrito.

Art. 20. Nos crimes previstos nos arts. 14, 15, 16, 17 e 18, a pena é aumentada da metade se forem praticados por integrante dos órgãos e empresas referidas nos arts. 6º, 7º e 8º desta Lei.

Art. 21. Os crimes previstos nos arts. 16, 17 e 18 são insuscetíveis de liberdade provisória.

CAPÍTULO V: DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 23. § 1º Todas as munições comercializadas no País deverão estar acondicionadas em embalagens com sistema de código de barras, gravado na caixa, visando possibilitar a identificação do fabricante e do adquirente, entre outras informações definidas pelo regulamento desta Lei.

§ 2º Para os órgãos referidos no art. 6º, somente serão expedidas autorizações de compra de munição com identificação do lote e do adquirente no culote dos projéteis, na forma do regulamento desta Lei.

§ 3º As armas de fogo fabricadas a partir de 1 (um) ano da data de publicação desta Lei conterão dispositivo intrínseco de segurança e de identificação, gravado no corpo da arma, definido pelo regulamento desta Lei, exclusiva para os órgãos previstos no art. 6º.

Art. 25. Armas de fogo, acessórios ou munições apreendidos serão, após elaboração do laudo pericial e sua juntada aos autos, encaminhados pelo juiz competente, quando não mais interessarem à persecução penal, ao Comando do Exército, para destruição, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

Parágrafo único. As armas de fogo apreendidas ou encontradas e que não constituam prova em inquérito policial ou criminal deverão ser encaminhadas, no mesmo prazo, sob pena de responsabilidade, pela autoridade competente para destruição, vedada a cessão para qualquer pessoa ou instituição.

Art. 26. São vedadas a fabricação, a venda, a comercialização e a importação de brinquedos, réplicas e simulacros de armas de fogo, que com estas se possam confundir.

Art. 28. É vedado ao menor de 25 (vinte e cinco) anos adquirir arma de fogo, ressalvados os integrantes das entidades constantes dos incisos I, II e III do art. 6º desta Lei.

Art. 29. As autorizações de porte de armas de fogo já concedidas expirar-se-ão 90 (noventa) dias após a publicação desta Lei.

Parágrafo único. O detentor de autorização com prazo de validade superior a 90 (noventa) dias poderá renová-la, perante a Polícia Federal, nas condições dos arts. 4º, 6º e 10 desta Lei, no prazo de 90 (noventa) dias após sua publicação, sem ônus para o requerente.

Art. 30. Os possuidores e proprietários de armas de fogo não registradas deverão, sob pena de responsabilidade penal, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias após a publicação desta Lei, solicitar o seu registro apresentando nota fiscal de compra ou a comprovação da origem lícita da posse, pelos meios de prova em direito admitidos.

Art. 31. Os possuidores e proprietários de armas de fogo adquiridas regularmente poderão, a qualquer tempo, entregá-las à Polícia Federal, mediante recibo e indenização, nos termos do regulamento desta Lei.

Art. 32. Os possuidores e proprietários de armas de fogo não registradas poderão, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias após a publicação desta Lei, entregá-las à Polícia Federal, mediante recibo e, presumindo-se a boa-fé, poderão ser indenizados, nos termos do regulamento desta Lei.

Parágrafo único. Na hipótese prevista neste artigo e no art. 31, as armas recebidas constarão de cadastro específico e, após a elaboração de laudo pericial, serão encaminhadas, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, ao Comando do Exército para destruição, sendo vedada sua utilização ou reaproveitamento para qualquer fim.

Art. 33. Será aplicada multa de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) a R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), conforme especificar o regulamento desta Lei:

I – à empresa de transporte aéreo, rodoviário, ferroviário, marítimo, fluvial ou lacustre que deliberadamente, por qualquer meio, faça, promova, facilite ou permita o transporte de arma ou munição sem a devida autorização ou com inobservância das normas de segurança;

II – à empresa de produção ou comércio de armamentos que realize publicidade para venda, estimulando o uso indiscriminado de armas de fogo, exceto nas publicações especializadas.

Art. 34. Os promotores de eventos em locais fechados, com aglomeração superior a 1000 (um mil) pessoas, adotarão, sob pena de responsabilidade, as providências necessárias para evitar o ingresso de pessoas armadas, ressalvados os eventos garantidos pelo inciso VI do art. 5º da Constituição Federal.

Parágrafo único. As empresas responsáveis pela prestação dos serviços de transporte internacional e interestadual de passageiros adotarão as providências necessárias para evitar o embarque de passageiros armados.

CAPÍTULO VI: DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 35. É proibida a comercialização de arma de fogo e munição em todo o território nacional, salvo para as entidades previstas no art. 6º desta Lei.

§ 1º Este dispositivo, para entrar em vigor, dependerá de aprovação mediante referendo popular, a ser realizado em outubro de 2005.

§ 2º Em caso de aprovação do referendo popular, o disposto neste artigo entrará em vigor na data de publicação de seu resultado pelo Tribunal Superior Eleitoral.

Art. 37. É revogada a Lei nº 9.437, de 20 de fevereiro de 1997.

Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 22 de dezembro de 2003; 182º da Independência e 115º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Márcio Thomaz Bastos

José Viegas Filho

Marina Silva

ANEXO à Lei: TABELA DE TAXAS

SITUAÇÃO	R\$
I – Registro de arma de fogo	300,00
II – Renovação de registro de arma de fogo	300,00
III – Expedição de porte de arma de fogo	1.000,00
IV – Renovação de porte de arma de fogo	1.000,00
V – Expedição de segunda via de registro de arma de fogo	300,00
VI – Expedição de segunda via de porte de arma de fogo	1.000,00

29. Notas

¹ Designaremos “armas de fogo” as chamadas “armas pequenas”, ou “armas de pequeno porte”. São aquelas armas que podem ser manejadas por uma só pessoa, como revólveres, pistolas, fuzis, metralhadoras pequenas, etc. Armas como pistolas, revólveres e garruchas são usualmente designadas “armas de mão” ou “armas de punho”, diferentes das armas de cano longo, como espingardas e fuzis. As armas pequenas são um dos tipos das chamadas “armas ligeiras”, que incluem outras armas convencionais e que são manejáveis por mais de uma pessoa e transportadas por pequenos veículos, como metralhadoras anti-aéreas, morteiros de até 100 mm etc.

² Fernandes, Rubem César (coordenador) e Lessing, Benjamin; Iooty, Carolina; Purcena, Julio Cesar; Phebo, Luciana; Silveira, Luiz Carlos; Nascimento, Marcelo de Sousa; Dreyfus, Pablo; Rivero, Patricia: *Brasil: as Armas e as Vítimas*, Editora 7 Letras, Rio, 2005 e acessível no site www.desarme.org

³ Waiselfisz, Julio Jacobo: *Mortes Matadas por Arma de Fogo no Brasil: 1979 – 2003*, UNESCO, junho 2005

⁴ *Zero Hora*, 13.06.05

⁵ Bureau of Justice Statistics: *Guns and Crime: Handgun Victimization, Firearm Self-Defense, and Firearm Theft*, maio de 1994

⁶ Kellermann, Arthur L.: “Weapon Involvement in Home Invasion Crimes” in *Journal of American Medical Association*, 14.06.1995

⁷ *O Globo*, 02.03.05

⁸ *O Globo*, 26.08.99

⁹ *O Globo*, 20.05.05

¹⁰ *O Globo*, 29.01.05

¹¹ *O Globo*, 13.04.05

¹² *Veja*, 16.08.2000

¹³ Donna L. Hoyert e outros: “Deaths: Final Data for 1999” in *National Vital Statistics Report* 49, N. 8, 2001; e Violence Policy Center, com dados do *FBI’s Supplementary Homicide Report*, 1999

¹⁴ Hemenway, D.: “Survey Research and Self-Defense Gun Use: An Explanation of Extreme Overestimates” in *Journal of Criminal Law and Criminology*, V.87, N.4, 1997

¹⁵ Wiebe, Douglas J: UCLA, set. 2003

¹⁶ Cano, Ignácio: *Pesquisa sobre Vitimização nos Roubos*, ISER, 1999

¹⁷ Gerson Carlos Voligt, *Gazeta do Povo*, Curitiba

¹⁸ Pronunciamento da ANPCA na audiência pública do Senado Federal em 13.02.2000

¹⁹ Meek, Sarah: *The History and Prospects of Voluntary Weapons Collection Programmes*, Institute for Security Studies, Africa do Sul, março 1998

²⁰ Johns Hopkins Center for Gun Policy and Research, com dados do *FBI’s Uniform Crime Reports*, analisados por Cook, Philip J. e Jens, Ludwig: “The Effects of Gun Prevalence on Burglary: Deterrence vs Inducement” in *National Bureau of Economic Research*, maio 2002

²¹ *Zero Hora*, 24.02.05

²² Cook P.J.: “The Effect of Gun Availability on Robbery and Robbery Murder: A Cross-section Study of Fifty Cities” in *Policy Studies Review Annual*, V.3, 1979

²³ Bueno, Luciano: *Controle de Armas: Um Estudo Comparativo de Políticas Públicas entre Grã-Bretanha, EUA, Canadá, Austrália e Brasil*, IBCCRIM, SP, 2004

²⁴ Relatório *Ação Estratégica contra o Crime Organizado*, ISP, 25.08.03

²⁵ Pablo Dreyfus, Marcelo Nascimento e Patrícia Rivero, ISER/Viva Rio, com dados da DFAE, julho, 2003

²⁶ *O Globo*, 23.03.05

²⁷ Instituto de Segurança Pública, Julho 2003

²⁸ Divisão de Produtos Controlados da Polícia Civil do Estado de São Paulo, 2000

²⁹ cit. por Cordani, Dora Cavalcanti: “A Sociedade Desarmada. Projeções e Perspectivas” in *Estatuto do Desarmament.*, Ed. Quartier Latin, São Paulo, 2004

³⁰ *La Tercera*, 21.07.04

³¹ Pronunciamento de Adele Kirsten, Gun Free South África, na Conferência da ONU sobre Tráfico Ilícito de Armas Pequenas, julho, 2001

³² *Stolen Firearms – Arming the Enemy*, Americans for Gun Safety Foundation, Dez. 2002

³³ Alpers, Philip, Harvard School of Public Health

³⁴ *Where’d They Get Their Guns? An Analysis of the Firearms Used in High-Profile Shootings, 1963 to 2001*, Violence Policy Center, 2001

³⁵ *Washington Post*, 16.04.2000

³⁶ *The Wall Street Journal*, 27.03.98

³⁷ Flick, Gene: *American Psychiatric Association*, s/d

³⁸ Pronunciamento da ANPCA citado

³⁹ DATASUS/ISER, 2002

-
- ⁴⁰ *O Globo*, 27.11.04
- ⁴¹ Ted R. Miller e outros: "Costs of Gunshot and Cut/Stab Wounds in the United States, with Some Canadian Comparisons," in *Accident Analysis and Prevention*, N.3, 1997
- ⁴² Miller e Cohen, 1996, cit. in *Small Arms Survey 2004*, Graduate Institute of International Studies, Genebra, 2004
- ⁴³ *O Globo* 3.10.04
- ⁴⁴ Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e Adolescência, fev.1997 a jan. 2003
- ⁴⁵ FBI, *Supplementary Homicide Report*, 2000, dados analisados por Violence Policy Center
- ⁴⁶ FBI, *Supplementary Homicide Reports*, 1976-2002
- ⁴⁷ FBI, *Crime in the United States, Uniform Crime Reports 1997*, 22.11.1998
- ⁴⁸ Australian Institute of Criminology, 2003
- ⁴⁹ Gabriel Conte, Instituto Espacios, Mendoza, 2001
- ⁵⁰ Lima, Renato Sérgio de: *Conflitos Sociais e Criminalidade Urbana: uma Análise dos Homicídios Cometidos no Município de São Paulo*, tese USP, 2000
- ⁵¹ Guaraci Mingardi, Núcleo de Estudos da Violência, USP, 1996
- ⁵² SSP/RJ, 2004
- ⁵³ SSP/SP, 2004
- ⁵⁴ *Correio Braziliense*, 14.04.05
- ⁵⁵ ANPCA no Senado Federal, citado
- ⁵⁶ Castro Filho, Levy de: "Armas para Advogados?", 27.03.05, pela Internet
- ⁵⁷ Sua obra mais conhecida é *More Guns, Less Crime*, University of Chicago, 1998
- ⁵⁸ Washington D.C. tem a maior taxa de mortes por arma de fogo entre as cidades norte-americanas, com 28.7 por 100 mil habitantes, segundo o *Open Society Institute*, Nova York, 2000
- ⁵⁹ Loftin e McDowall: *DC Effects of Gun Control Laws*, New England Journal of Medicine, dez. 1991
- ⁶⁰ Webster, D.W. e Ludwig, J.: *Myths about Defensive Gun Use and Permissive Gun Carry Laws*, Johns Hopkins University e Georgetown University, 2000
- ⁶¹ Brock, Karen: *Health Policy*, Violence Police Center, 12.06.2002
- ⁶² Cook PJ.: "The effect of Gun Availability on Robbery and Robbery Murder: A Cross-section Study of Fifty Cities" in *Policy Studies Review Annual*, V.3, 1979
- ⁶³ *The Journal of Criminal Law and Criminology*, V.86, N.1, 1995
- ⁶⁴ Garcia, Roberto Soares, "Estatuto do Desarmamento: um Tiro na Mosca?" in *Estatuto do Desarmamento*, obra citada
- ⁶⁵ Dados do IBGE, citados pelo *Radar Social 2005*, do IPEA, maio 2005
- ⁶⁶ Frederico Monteiro, diretor da Associação de Proprietários e Comerciantes de Armas
- ⁶⁷ Rômulo Resende Reis, advogado
- ⁶⁸ Cukier, Wendy : *La Réglementation des Armes à Feu: le Canada dans le Contexte International*, abril 1998
- ⁶⁹ Site do ministério da Defesa da Suíça : <http://www.vbs-ddps.ch/internet/groupgst/fr/home/armee/angeh/wehrpflicht.html>
- ⁷⁰ Entrevista com Aaron Karp, pesquisador do *Small Arms Survey*, Suíça
- ⁷¹ Killias, Martin: "International Correlations Between Gun Ownership and Rates of Homicide and Suicide" in *Canadian Medical Association*, 1993
- ⁷² Killias, Martin, obra citada
- ⁷³ *Loi Sur les Armes (LArm)* de 20.06.1997
- ⁷⁴ *Jornal de Brasília*, 17.10.04
- ⁷⁵ *Firearms Trafficking and Handgun Control Act*, 2003
- ⁷⁶ Philippe Alpers in *Small Arms Survey 2004*, obra citada
- ⁷⁷ Esta é a referência internacional para medir-se o nível de violência, relacionando-se número de mortes por arma de fogo com o de 100 mil habitantes.
- ⁷⁸ Australian Institute of Criminology, com dados do Australian Bureau of Statistics
- ⁷⁹ *Recorded Crime, 1998* e Australian Bureau of Statistics, junho, 1999
- ⁸⁰ Australian Institute of Criminology, NHMP 1989/90 - 2001/02
- ⁸¹ *Commerce in Firearms in the United States*: Department of the Treasury; e Bureau of Alcohol, Tobacco & Firearms, 2000.
- ⁸² *Small Arms Survey 2004*, obra citada
- ⁸³ *Small Arms Survey 2004*, obra citada
- ⁸⁴ Krug EG, Powell KE, Dahlberg LL. : "Firearm-related deaths in the United States and 35 other high- and uppermiddle- income countries" in *International Journal of Epidemiology*, 1998
- ⁸⁵ *Relatório WHO*
- ⁸⁶ *NBC TODAY*, março 2000
- ⁸⁷ *Injury Statistics Query and Reporting System ; Atlanta: Centers for Disease Control and Prevention (CDC); National Center for Injury Control and Prevention*, dez 2003
- ⁸⁸ *Small Arms Survey 2004*, obra citada
- ⁸⁹ Bureau of Alcohol, Tobacco and Firearms (ATF), ministério da Justiça dos EUA
- ⁹⁰ National Institute of Justice, 1997; ATF, 2000
- ⁹¹ CDC/National Center for Health Statistics, *National Vital Statistics Report*, 2002
- ⁹² FBI: *Crime in the United States 2002: Uniform Crime Report*, 2003
- ⁹³ *Gunland USA*, Violence Policy Center, com dados do ATF
- ⁹⁴ Coalition to Stop Gun Violence
- ⁹⁵ Center for Disease Control and Prevention, 2001
- ⁹⁶ Coalition to Stop Gun Violence
- ⁹⁷ Lei de 1994, em homenagem a James Brady, ex-secretário do presidente Ronald Reagan, que foi gravemente ferido em 1981 num atentado contra o presidente
- ⁹⁸ Peters, Rebecca: *Gun Control in the United States – A Comparative Survey of State Firearms Laws*, Open Society Institute's Center on Crime, Communities and Culture, Soros Foundation, Nova York, abril 2000
- ⁹⁹ HELP Network, 2000

-
- ¹⁰⁰ Bureau of Justice Statistics, ministério da Justiça dos EUA
¹⁰¹ Federal Bureau of Justice Statistics, USA
¹⁰² Wendy Cukier: "La Réglementation des Armes à Feu: le Canada dans le Contexte International" in *Maladies Chroniques au Canada*, V. 19, N° 1, 2000
¹⁰³ Gun Control Canada
¹⁰⁴ Canadian Firearms Centre
¹⁰⁵ *Department of Justice*, 2005, citado por Cukier, Wendy: *The Regulation of Civilian Possession in Canada: Lessons Learned*, Ryerson, Safernet, 2005
¹⁰⁶ *United Nations Study on Firearm Regulation*, 1999, ibidem
¹⁰⁷ *Canadian Medical Association Journal*, 1995, ibidem
¹⁰⁸ Hung, Kwing: *Firearm Statistics, Supplementary Tables*, Research and Statistics Division, Department of Justice, 2001; Reid, Angus: *Survey*, 1991
¹⁰⁹ idem, ibidem
¹¹⁰ Canadian Firearms Centre, 03.03.99
¹¹¹ Canadian Firearms Centre, 03.03.99
¹¹² Cukier, Wendy: "La Disponibilité ... »
¹¹³ idem, ibidem
¹¹⁴ idem, ibidem
¹¹⁵ Cukier, Wendy: *The Regulation of Civilian Possession...*, citando dados do ministério da Justiça do Canadá e do FBI norte-americano
¹¹⁶ idem, ibidem
¹¹⁷ idem, ibidem
¹¹⁸ idem, ibidem
¹¹⁹ Savoie, José: *Crime Statistics in Canada*, Canadian Centre for Justice Statistics, 2001
¹²⁰ *Department of Justice*, 2004
¹²¹ UK, NCIS, 2003
¹²² Government News Network
¹²³ UK, NCIS, 2003
¹²⁴ Ministério do Interior, Metropolitan Police, The Gun Control Network Organisation
¹²⁵ Ministério do Interior do Reino Unido, 2004
¹²⁶ Police Memorial
¹²⁷ NL poll, ICM, s/data
¹²⁸ Ministério do Interior do Reino Unido, 2004
¹²⁹ *The Guardian*, 09.01.2003
¹³⁰ NCIS, 2003; Muir and Carter, 2003
¹³¹ Ministério do Interior do Reino Unido, 2003 e Omega Foundation, Oxford
¹³² Ministério do Interior, 2000
¹³³ *Small Arms Survey 2000*, obra citada
¹³⁴ *UN International Fire Study on Firearms Regulation e National Police Agency Firearms Division*, Tóquio
¹³⁵ Bueno, Luciano: obra citada
¹³⁶ *The Japan Times*, 25.02.2003
¹³⁷ *Statistical Handbook of Japan*, Ministry of Public Management, Home Affairs, Post and Telecommunications, 2003
¹³⁸ Fronza, Gilnei e Costa, Maria Brendali in *Pioneiro*, abril 2005
¹³⁹ CONASEMS, set 2004
¹⁴⁰ Phebo, obra citada
¹⁴¹ *New York Times*, 30.09.02
¹⁴² *Síntese dos Indicadores Sociais de 2003*, IBGE
¹⁴³ Phebo, Luciana, obra citada
¹⁴⁴ Waiselfisz : *Mortes Matadas...*, obra citada
¹⁴⁵ Idem ibidem
¹⁴⁶ Dreyfus, Pablo e Nascimento, Marcelo de Souza: "Posse de Armas de Fogo no Brasil: Mapeamento das Armas e seus Proprietários" in Fernandes, Rubem César e outros: *Brasil: as Armas e as Vítimas*, citado.
¹⁴⁷ Phebo, obra citada
¹⁴⁸ Cukier, Wendy: "Firearms Regulation: Canada in the International Context", *Chronic Diseases in Canada*, abril 1998
¹⁴⁹ Vessari, Hanny; Puro, Arttu e Taipale, Ilkka: "Small Arms in Finland" in *Finnish Country Report*, 2001
¹⁵⁰ *Small Arms Survey 2001*, obra citada
¹⁵¹ *U.S.A. Suicide: 1999 Official Final Data*, American Association of Suicidology
¹⁵² "The Presence and Accessibility of Firearms in the Homes of Adolescent Suicides", in *Journal of American Medical Association*, dez. 1991
¹⁵³ Kellermann AL e Waeckerle JF: "Preventing Firearm Injuries" in *Ann Emerg Med*, julho 1998
¹⁵⁴ Jamison KR.: *Night Falls Fast: Understanding Suicide*, NY, 1999
¹⁵⁵ Ministério da Saúde Pública do Uruguai, 1999
¹⁵⁶ Hemenway, D., & Miller, M.: *Injury Prevention*, Dez. 2002
¹⁵⁷ Suter, Edgar: *Guns in the Medical Literature*, 1994
¹⁵⁸ *Rape in America: A Report to the Nation*, National Victim Center, Crime Victims Research and Treatment Center, 23.04.1992
¹⁵⁹ "Risk Factors for Femicide in Abusive Relationships: Results from a Multisite Case Control Study" in *American Journal of Public Health*, julho 2003
¹⁶⁰ Rand, M.R.: *Violence-Related Injuries Treated in Hospitals Emergency Departments*, U.S. Department of Justice, agosto 1997
¹⁶¹ FBI: *Supplementary Homicide Report*, 2000
¹⁶² Hemenway D. et al.: "Firearm Availability and Female Homicide Victimization Rates Among 25 Populous High-income Countries" in *Journal of the American Medical Women's Association*, primavera de 2002
¹⁶³ Saltzman LE e outros: "Weapon Involvement and Injury Outcomes in Family and Intimate Assaults" in *Journal of American Medical Association*, 1992
¹⁶⁴ *Gun Violence and Women*

-
- ¹⁶⁵ Dahlburg and Krug, 2002
- ¹⁶⁶ CEMUJER, *Clínica de Atención Integral*, 2002
- ¹⁶⁷ Cukier, Wendy: *Armas de Fogo e Violência Contra Mulheres: Opções para Pesquisas e Políticas*, palestra no Viva Rio em 15.03.05
- ¹⁶⁸ idem ibidem
- ¹⁶⁹ "Firearm Related Deaths in Australia 1991-2001" in *Trends and Issues in Crime and Criminal Justice*, N° 269, Australian Institute of Criminology, 2003
- ¹⁷⁰ Ministério da Justiça do Canadá, nov. 2004
- ¹⁷¹ *O Globo*, 08.03.05
- ¹⁷² Iser/Datasus, dados de 2002
- ¹⁷³ DataSenado, 09.03.05
- ¹⁷⁴ Cukier, Wendy: *Gender Perspective on Small Arms and Light Weapons*, BICC, Brief 24, julho 2002
- ¹⁷⁵ Lima, Renato Sérgio de: *Conflitos Sociais e Criminalidade Urbana: uma Análise dos Homicídios Cometidos no Município de São Paulo*, tese USP, 2000
- ¹⁷⁶ Cordani, Dora Cavalcanti, "A Sociedade Desarmada. Projeções e Perspectivas" in *Estatuto do Desarmamento, obra citada*
- ¹⁷⁷ Fátima Marinho, coordenadora geral de Informação e Análise Epidemiológica do ministério da Saúde, 20.05.05
- ¹⁷⁸ Ver no site www.lacobranco.org
- ¹⁷⁹ *La Vanguardia*, 09.03.05
- ¹⁸⁰ Em 12.06.2000, 8 meninos de rua foram assassinados a tiro por policiais em frente à antiga catedral do Rio
- ¹⁸¹ American Academy of Paediatrics, 2001
- ¹⁸² www.midiativa.org.br
- ¹⁸³ Almayy, Priscylla: "Lições do 'Telecurso do Crime'" in *O Dia*, 30.01.05
- ¹⁸⁴ Fundación Arias
- ¹⁸⁵ *Small Arms Survey 2004*, obra citada
- ¹⁸⁶ Campanha da coalizão Cátedra UNESCO da Universidade Autônoma de Barcelona, Amnistia Internacional, Greenpeace, Intermón/Oxfam e Médicos Sem Fronteiras
- ¹⁸⁷ Luz, Daniel: *Adiós a las Armas*, Barcelona, s/d
- ¹⁸⁸ Maldonado, Maria Tereza: "Agressores e Agredidos" in *Isto É*, 08.05.04
- ¹⁸⁹ *Campanha da Fraternidade 2005*
- ¹⁹⁰ Felton Earls, Harvard University, 2005
- ¹⁹¹ Bingenheimer, Jeffrey, University of Michigan, maio 2005
- ¹⁹² *O Globo*, 25.03.05
- ¹⁹³ Ludwig, Jens e Cook, Philip: "Homicide and Suicide Rates Associated with Implementation of the Brady Handgun Violence Prevention Act" in *Journal of the American Medical Association*, 2000
- ¹⁹⁴ Reinaldo Rezende Perez, www.ong.politicus
- ¹⁹⁵ CONASEMS, agosto 2004
- ¹⁹⁶ Johan Galtung, citado por Romeva, Raul: *Desarme y Desarrollo*, Intermón, Barcelona, 2000
- ¹⁹⁷ Dantes, Felipe Dutra: "*Manifiesto Contra a Violência e pelo Desarmamento*", ensaio inédito
- ¹⁹⁸ Waiselfisz: *Mortes Matadas*, obra citada
- ¹⁹⁹ Dowdney, Luke: *Crianças do Tráfico*, 2003, pesquisa acessível no site www.coav.org.br
- ²⁰⁰ Iser/Datasus, dados de 2002
- ²⁰¹ Phebo, Luciana: obra citada
- ²⁰² DATASUS/ISER, 2002
- ²⁰³ Phebo, Luciana: obra citada
- ²⁰⁴ Waiselfisz, Jacobo, SUS/UNESCO, Mapa da Violência IV, 2002
- ²⁰⁵ Fernandes, Rubem César: *Segurança para Viver: Propostas para uma Política de Redução da Violência entre Adolescentes e Jovens*, 2004
- ²⁰⁶ citado por Cordani, Dora, obra citada
- ²⁰⁷ Soares, Luiz Eduardo: *Cabeça de Porco*, Editora Objetiva, 2005
- ²⁰⁸ Waiselfisz, Jacobo: *Mapa da Violência IV*, UNESCO, junho 2004
- ²⁰⁹ Marcelo Paixão, com dados do SIM, a ser publicada
- ²¹⁰ *Mapa violência IV*, citado
- ²¹¹ Secretaria de Defesa Social de Pernambuco, 2004
- ²¹² Phebo, Luciana, obra citada
- ²¹³ *Correio Braziliense*, 28.2.2002
- ²¹⁴ Miguel Reale Junior, José Carlos Dias e Eloísa Machado de Almeida: *Manifestação contra a ADIn 3112*, junto ao STF, 09.02.04
- ²¹⁵ Romeva, Raul: obra citada
- ²¹⁶ Kellermann, Arthur: *New England Journal of Medicine*, 1993
- ²¹⁷ Garcia, Roberto Soares, obra citada
- ²¹⁸ site www.soudapaz.org
- ²¹⁹ site da ABCA, s/d
- ²²⁰ Miguel Reale Junior e outros, obra citada
- ²²¹ Dantes, Felipe Dutra, obra citada
- ²²² Villaveces, Andrés: *Journal of the American Medical Association*, 2000
- ²²³ Petrelluzzi, Marco Vinício: "Estatuto do Desarmamento: Breves Considerações sobre sua Eficácia na Prevenção de Crimes" in *Estatuto do Desarmamento, obra citada*
- ²²⁴ Miguel Reale Junior e outros, obra citada
- ²²⁵ SSP/RJ, 2003
- ²²⁶ Suter E.A. e outros: "Violence in America - Effective Solutions" in *Journal of the Medical Association of Georgia*, 1995
- ²²⁷ site da Associação Paulista de Defesa dos Direitos e das Liberdades Individuais
- ²²⁸ site *Jews for the Preservation of Gun Ownership*

-
- 229 Browne, N.A.: *Mito das Leis de Controle de Armas como Instrumento dos Nazistas*
230 folhetos da ANPCA
- 231 Small Arms Survey 2005, obra citada
- 232 Small Arms Survey 2004, obra citada
- 233 *Small Arms Survey 2000*, obra citada
- 234 *Small Arms Survey 2004*, obra citada
- 235 *Aiming for Prevention: International Medical Conference on Small Arms, Gun Violence, and Injury*, Helsinque, set., 2001
- 236 IBGE, 2004, a partir dos dados do SIM do ministério da Saúde
- 237 Marcelo Nascimento, ISER, 2005
- 238 Datasus/ISER, 2002
- 239 idem
- 240 Waiselfisz: *Mortes Matadas...*, obra citada
- 241 UNESCO, 2004
- 242 Datasus/ISER, 2002
- 243 Waiselfisz: *Mortes Matadas...*, obra citada
- 244 *Jornal do Brasil*, 16.07.04
- 245 *Small Arms Survey 2002*
- 246 *Small Arms Survey 2004*
- 247 *Small Arms Survey 2004*, em valor de exportação para o ano 2001
- 248 *Small Arms Survey 2005*, Graduate Institute of International Studies, Genebra, 2005
- 249 Dreyfus e Nascimento, obra citada
- 250 idem ibidem
- 251 DFAE para o RJ; Gabinete da Coordenação de Planejamento e Análise da SSP de SP; e Divisão de Controle de Armas e Explosivos (DAME) da Polícia Civil do DF
- 252 Dreyfus e Nascimento, obra citada
- 253 Pesquisa, com dados da DFAE, iniciada por Ignácio Cano, em 2000, e atualizada e expandida em 2003 por Pablo Dreyfus, Marcelo Nascimento e Patrícia Rivero, ISER/Viva Rio
- 254 Pesquisa em curso de Dreyfus, Pablo e Nascimento, Marcelo, ISER
- 255 Dreyfus, Nascimento e Rivero, obra citada
- 256 *Zero Hora*, 24.02.05
- 257 Depoimento de Antônio Rangel Bandeira e Pablo Dreyfus à CPI do Tráfico Ilícito de Armas, Câmara Federal, 12.04.05
- 258 *USIS*, 25.09.96
- 259 Discurso do senador Sérgio Zambiasi durante a discussão do Estatuto do Desarmamento, Senado Federal, agosto 2003
- 260 Pela Lei 9.614, de 5/3/98, chamada de Lei do Abate, a Aeronáutica pode abater aviões que se recusam a se identificar e revelar a carga que levam, caso as várias medidas de advertência não sejam obedecidas. A nova lei foi sancionada em 1998, regulamentada em julho de 2004 e entrou em vigor em 17.10.04
- 261 *Agência Brasil*, 03.06.05
- 262 *O Globo*, 12.06.05
- 263 *Folha de São Paulo*, 03.09.03
- 264 Dias, Maurício: “Violência e Contrabando” in *Carta Capital*, 09.04.03
- 265 *O Globo*, 08.06.05
- 266 *O Dia*, 08.10.2000
- 267 *O Globo*, 18.05.05
- 268 Dreyfus e Nascimento, obra citada
- 269 CPI da Assembléia do Estado
- 270 Cavalcanti, Leonardo: “Arsenal nas Mãos do Inimigo” in *Correio Braziliense*, 24.09.00
- 271 Renner, Michael: “Una Epidemia de Armas”, citado por Romeva, obra citada
- 272 Gomes, Luiz Flávio: CORECON, São Paulo, N.193, março/abril 2002
- 273 Secretaria da Fazenda do Estado do Rio de Janeiro
- 274 Pesquisa ISER, 1999 e Universidade Federal de Minas Gerais
- 275 Teixeira, Ib: *A Violência sem Retoque - A Trágica Contabilidade da Violência*, FGV, Rio, 2002
- 276 Dreyfus e outros: “A Indústria Brasileira de Armas de Pequeno Porte e Leves: Produção Legal e Comércio” in *Brasil: as Armas e as Vitimas*, obra citada
- 277 PIA – Produto 2002
- 278 Cadastro Nacional de Empresas, IBGE, 2001
- 279 Relatórios de Informações Anuais (IAN), Forjas Taurus S.A. e CBC, CVM
- 280 Secretaria de Comércio Exterior, 2002
- 281 U.S. Customs Service
- 282 Deputado Alceu Collares durante votação da regulamentação do referendo na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Federal, 11.05.05
- 283 *A Notícia*, SC, 14.06.1999
- 284 PIA-Empresa, 2002; IBGE
- 285 Cadastro Nacional de Empresas 2001, IBGE
- 286 Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul, FEE/RS
- 287 Dreyfus, Lessing e Purcena, obra citada
- 288 Coluna do Anselmo Gois, *Jornal do Brasil*, 30.08.04
- 289 Gottlieb, Jason P., M.A., Harvard University
- 290 *Veja*, 16.08.2000
- 291 Instituto Sensus, junho 2003
- 292 Ministério da Saúde, 10.05.05

-
- ²⁹³ Comandante do 5º BPM, capitão Fábio Rincoski, *Folha de Londrina* de 13.01.05
- ²⁹⁴ SSP/SP, 2005
- ²⁹⁵ Governo da Província de Mendoza, 2003
- ²⁹⁶ SSP/SP, 2005
- ²⁹⁷ Bandeira, Antonio e Bourgois, Josephine: “Desarmamento e Criminalidade” in *O Globo*, 23.01.05
- ²⁹⁸ *Zero Hora*, 10.05.05
- ²⁹⁹ *Veja*, 01.10.03
- ³⁰⁰ *International Action Network on Small Arms*
- ³⁰¹ *Convenção Interamericana contra a Fabricação e o Tráfico Ilícito de Armas de Fogo, Munições, Explosivos e Outros Materiais Correlatos*, OEA, 1997
- ³⁰² *Situação das Armas no País*, Coordenação-Geral de Defesa Institucional, Departamento de Polícia Federal, julho 2005
- ³⁰³ *Campanha da Fraternidade 2005*
- ³⁰⁴ *Texto-Base da Campanha da Fraternidade 2005*
- ³⁰⁵ Loyola, Leandro: “Radicais da Direita se Mexem” in *Época*, 25.08.03
- ³⁰⁶ Instituto Datafolha, 6 e 7 de abril 2005
- ³⁰⁷ Instituto GPP, 24 a 27 de maio 2005
- ³⁰⁸ Paraná Pesquisas, 30 e 31 de março 2005
- ³⁰⁹ Fortiori Pesquisa, para o jornal O Popular, em 30 de junho de 2005
- ³¹⁰ Xico Vargas, *jornal virtual Nominimo*, 26.8.04
- ³¹¹ Waiselfisz: *Mortes Matadas...*, obra citada

[ÚLTIMA CAPA] :

Este Guia procura responder a **“tudo aquilo que você queria saber sobre as vantagens e desvantagens do uso de armas de fogo para autodefesa e não sabia a quem perguntar”**. O tema é controverso, muito falado e pouco conhecido, porque o universo das armas esteve **proibido** de ser estudado pelos especialistas até recentemente no Brasil, considerado “tabu” e mantido **secreto** por influência de poderosos interesses econômicos. Seus autores divulgam aqui os resultados da primeira pesquisa sobre armas no Brasil, ***Brasil: as Armas e as Vítimas***, que revela a verdade sobre a indústria brasileira de armas pequenas e munições. Fruto de 6 anos de pesquisas, seus autores analisam países tidos como “exemplares” no combate à violência, como **Suíça, Austrália, Estados Unidos, Canadá, Grã-Bretanha e Japão**. A questão das armas é relacionada com os outros fatores de estímulo ou contenção da violência, como Cultura, Mídia, Educação e Religião. Avalia-se o impacto das armas na Saúde Pública, na Economia, e entre as Mulheres e Negros. Este Guia apresenta os **prós e os contra o uso de armas**, baseado nas informações ainda restritas aos centros de pesquisa. Seu objetivo é fornecer o máximo de informação necessária e séria, para que as pessoas possam decidir com conhecimento de causa como **votar no próximo Referendo Popular** sobre o comércio de armas e munições.

Antônio Rangel Bandeira é pós-graduado em sociologia política pela York University (Toronto) e Brandeis University (Boston), dirigiu os departamentos de Sociologia e Política da PUC do Rio de Janeiro e da Universidade de Lisboa. Como tenente (reserva) do Exército, foi instrutor de armamento no Regimento Escola de Infantaria. É autor do livro *Sombras do Paraíso* (Editora Record, 1994) e coordenador do Programa de Controle de Armas do Viva Rio.

Josephine Bourgois é cientista social com pós-graduação na Universidade de Nova York e École Normale Supérieure (Paris) e, em Literatura, pela Sorbonne (Paris). É pesquisadora do Viva Rio.